

Jean Rodrigues Sales

**Partido Comunista do Brasil - PC do B:  
propostas teóricas e prática política - 1962- 1976.**

Dissertação de mestrado apresentada ao  
Departamento de História do Instituto de  
Filosofia e Ciências Humanas da Universidade  
Estadual de Campinas.

Orientador: Prof. Dr. Cláudio Henrique  
de Moraes Batalha.

Este exemplar corresponde à redação  
final da dissertação julgada e aprovada  
pela comissão julgadora em:  
03/11/2000.



Prof. Dr. Cláudio Henrique de Moraes Batalha (orientador)



Prof. Dr. Marcelo Siqueira Ridenti



Prof. Dr. Michael MacDonald Hall

UNICAMP  
BIBLIOTECA CENTRAL  
SEÇÃO CIRCULANTE

Campinas

IFCH-UNICAMP

Novembro - 2000



065650000

UNIDADE	BC		
N.º CHAMADA:	T/UNICAMP		
	Sa 32 p		
V.	Ex.		
TOMBO BC/	4 3330		
PROC.	278/2000		
C	<input type="checkbox"/>	D	<input checked="" type="checkbox"/>
PREÇO	R\$ 11,00		
DATA	30/12/2000		
N.º CPD			

CM-00153644-1

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA  
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP**

Sales, Jean Rodrigues  
 Sa 32 p Partido Comunista do Brasil – PC do B: propostas teóricas e  
 prática política – 1962-1976/ Jean Rodrigues Sales. -- Campinas,  
 SP : [s.n.], 2000.

**Orientador: Cláudio Henrique de Moraes Batalha.**  
**Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas,**  
**Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.**

1. Partido Comunista do Brasil (1962-1976) - História.
  2. Nova Esquerda (Ciência política) Brasil - História. 3. Ditadura e ditadores – Brasil. 4. Brasil – História – Revolução – 1962-1976.
- I. Batalha, Cláudio Henrique de Moraes. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.  
 III. Título.

## AGRADECIMENTOS

- À CAPES e a FAPESP, que subsidiaram esta pesquisa.
- Aos professores e colegas da linha “trabalho, política e movimentos sociais”, que leram o meu projeto inicial de pesquisa e contribuíram com suas observações e indicações.
- Aos professores Marcelo Siqueira Ridenti, Claudio Henrique de Moraes Batalha, Michael MacDonald Hall e Marco Aurélio de Almeida Garcia, que fizeram parte da banca de qualificação desta dissertação, pelos comentários e observações feitas.
- Aos militantes e ex-militantes, pelas entrevistas concedidas.
- Aos funcionários dos arquivos nos quais pesquisei, particularmente aos do AEL e do APERJ, pelo profissionalismo e dedicação com que tratam os pesquisadores.
- Ao professor Marco Aurélio Garcia, pelas conversas e indicações sobre a história das esquerdas brasileiras, que, certamente, foram fundamentais para que esta pesquisa chegasse ao seu final, ainda que, fique claro, a responsabilidade pelo resultado final seja somente minha.

UNICAMP  
BIBLIOTECA CENTRAL  
SEÇÃO CIRCULANTE

SALES, Jean Rodrigues. Partido Comunista do Brasil – PC do B: Propostas teóricas e prática política – 1962-1976. Dissertação de mestrado, Campinas/SP, IFCH-UNICAMP, 2000.

## RESUMO

O objetivo desta pesquisa é o de discutir alguns elementos da trajetória histórica do Partido Comunista do Brasil entre 1962 e 1976. A análise está voltada para o entendimento de duas questões principais: as propostas teóricas e a prática política. Esta história partidária é entendida através de sua inserção na conjuntura mais ampla da década de sessenta e, do mesmo modo, de seu relacionamento com os outros grupos da esquerda brasileira e com as correntes do comunismo internacional.

## PALAVRAS-CHAVES

Partido Comunista do Brasil –PC do B; Nova Esquerda Brasileira; Revolução Brasileira; Ditadura Militar; Década de 60.

SALES, Jean Rodrigues. Communist Party of Brazil – Theoretical proposals and political “praxis” – 1962-1976. Dissertação de mestrado, Campinas/SP, IFCH-UNICAMP, 2000.

#### ABSTRACT

This research aims to discuss some elements of the historical development of the Communist Party of Brazil between 1962 and 1976. This analysis is focused on two main questions: its theoretical proposals and its political *praxis*.

This party history must be understood from the standpoint of the political situation during the sixties and the relationship between the Party and other Brazilian left-wing groups and the international streams of communism.

#### KEYWORDS

Communist Party of Brasil; Brazilian New Left; Brazilian Revolution; Military Dictatorship; The 60's.

## ÍNDICE

<b>I - INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>II - ORIGENS DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL – PC DO B .....</b>	<b>23</b>
1 - O XX CONGRESSO DO PARTIDO COMUNISTA DA UNIÃO SOVIÉTICA.....	29
1.1 - <i>A reação do PCE</i> .....	36
1.2 - <i>A reação do PCB</i> .....	39
1.2.1 - <i>Em defesa da ordem e do partido: João Amazonas, Pedro Pomar, Carlos Danielli e Caílil Chade</i> .....	47
1.2.2 - <i>Briga de titãs: a reestruturação de poder no núcleo dirigente</i> .....	49
2 - A DECLARAÇÃO DE MARÇO DE 1958 E A NOVA POLÍTICA DO PCB .....	53
3 - O V CONGRESSO DO PCB E OS OPOSICIONISTAS.....	57
4 - O ROMPIMENTO DO GRUPO OPOSICIONISTA E A FUNDAÇÃO DO PC DO B .....	65
5 - PCB E PC DO B: A DISPUTA DE UM PASSADO .....	72
<b>III - O PC DO B E O MOVIMENTO COMUNISTA INTERNACIONAL.....</b>	<b>81</b>
1 - URSS.....	86
2 - CUBA.....	91
3 - CHINA .....	102
<b>IV - O PC DO B E O GOVERNO GOULART.....</b>	<b>115</b>
1 - O GOVERNO GOULART E OS IMPASSES DO POPULISMO .....	116
1.1 - <i>As esquerdas se organizam</i> .....	124
1.2 - <i>O golpe político-militar</i> .....	129
2 - O PC DO B NOS TEMPOS DE GOULART .....	130
2.1 - <i>O caráter da revolução</i> .....	131
2.2 - <i>O novo regime</i> .....	134
2.3 - <i>O caminho da revolução</i> .....	135
3 - A ESTRUTURAÇÃO PARTIDÁRIA.....	138
4 - O PC DO B E AS OUTRAS ESQUERDAS.....	141
5 - A APLICAÇÃO DA LINHA POLÍTICA .....	146
<b>V - DO GOLPE À GUERRILHA .....</b>	<b>157</b>
1 - A AVALIAÇÃO DO GOLPE .....	158
2 - A VI CONFERÊNCIA NACIONAL .....	163
3 - O FORTALECIMENTO DA DITADURA E O SURGIMENTO DA LUTA ARMADA .....	168
4 - DIFICULDADES E CISÕES .....	174
5 - O DESENCADEAMENTO DA LUTA ARMADA NA DÉCADA DE SESSENTA .....	186
6 - O PC DO B E OS CAMINHOS DA LUTA ARMADA .....	197
7 - A GUERRILHA E O DEBATE .....	210
8 - A INCORPORAÇÃO DA AP .....	216
<b>VI – CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>221</b>
<b>VII - FONTES .....</b>	<b>225</b>
<b>VIII - BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>229</b>

## I - INTRODUÇÃO

Não pretendemos, neste trabalho, fazer uma história do Partido Comunista do Brasil (PC do B), a nossa intenção é discutir algumas questões que julgamos importantes para o entendimento de sua trajetória. Para isso, elegemos alguns temas que se localizam no período que vai de sua “fundação”, em 1962, até o final da chamada guerrilha do Araguaia, em meados dos anos setenta. Antes de falarmos sobre tais questões e sobre as preocupações que nortearam esta pesquisa, vejamos, sucintamente, o estado em que se encontram as investigações sobre este partido.

O início de uma discussão sobre os estudos que investigaram a história do PC do B não pode deixar de levar em consideração um aspecto desta produção que ganha relevo na maioria dos trabalhos. Tal aspecto diz respeito à uma abordagem na qual a história deste partido aparece quase sempre associada à história do PCB. Seja através da comparação, seja através da oposição, a história do primeiro aparece constantemente vinculada a do segundo. Isto se deve, provavelmente, ao fato de seu surgimento ter sido fruto de uma cisão no interior do PCB, sendo que neste ficaram a maior parte dos militantes e, além disso, esta divisão não impediu que o partido de Prestes se mantivesse como força hegemônica no espectro das esquerdas no período que antecedeu o golpe político-militar de 1964. De qualquer forma, e seja qual for o motivo, não deixa de chamar atenção o fato de que um partido com mais de 35 anos - ou 78, como querem seus membros - de atividade política no país não tenha ainda sido, suficientemente, objeto de estudos que procurem apreender a especificidade de sua história, desenlaçando-a da de sua matriz.

Para efeito de análise, dividiremos os estudos sobre o PC do B em três grupos. Não pretendemos, é claro, fazer um levantamento exaustivo da bibliografia existente sobre o partido. Nossa intenção é apenas a de procurar levantar, a partir da indicação de algumas obras, as linhas de interpretação que possam existir nesta produção.

Um primeiro grupo de trabalhos que podemos identificar, curiosamente, e que já revela a problemática levantada acima, são os estudos sobre a história do PCB. Indicamos estes trabalhos como parte integrante da bibliografia sobre o PC do B por neles estar presente

uma interpretação que viria a marcar, de uma maneira geral, os estudos sobre este partido, a qual diz respeito à sua gênese. Segundo tal interpretação, o partido teria surgido como resultado das disputas internas no PCB na segunda metade da década de cinquenta. Estas, por sua vez, estariam ligadas ao impacto causado pelo relatório secreto apresentado por Nikita Khrushchev durante o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, no qual foram denunciados crimes praticados por Josef Stalin, o que teria causado grande abalo no movimento comunista internacional. Este impacto teria levado a uma mudança na política do PCB, representada pela chamada “Declaração de Março de 1958”, que teria sido referendada no V Congresso do Partido realizado em 1960. Estas questões, somadas, teriam levado um grupo de militantes a saírem do partido em 1962 e fundar o PC do B.

As grandes novidades trazidas pela cisão teriam sido, internamente, a opção do novo partido pela luta armada como via privilegiada para a realização da revolução brasileira e a liderança da classe operária no instrumento político que levaria a cabo tal revolução, no caso, a chamada Frente Única. Internacionalmente, se diferenciaria pelo alinhamento às idéias vindas da China comunista, o que colocava o Brasil no meio da disputa das duas potências comunistas, dentro do chamado cisma sino-soviético. Esta interpretação, e não cabe discutir por enquanto sua validade, marcou quase todos os trabalhos existentes sobre a história do PC do B.

Fazem parte deste primeiro grupo de estudos, ainda que tenham diferenças nas motivações e nas abordagens, trabalhos como os Edgard Carone, Ronald Chilcote, Eliezer Pacheco, Raimundo Santos, José Antonio Segatto, Leôncio Martins Rodrigues, Moisés Vinhas e Antonio Carlos Mazzeo.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Edgard Carone. *O PCB-1922-1982*. Rio de Janeiro, Bertrand, 1973, 3 vols. Ronald Chilcote. *O Partido Comunista Brasileiro: conflito e integração - 1922-1972*. Rio de Janeiro, Graal, 1982. Eliezer Pacheco. *O partido Comunista do Brasil, 1922-1964*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1984. Raimundo Santos. *A primeira renovação pecebista: reflexos do XX Congresso do PCUS no PCB*. Belo Horizonte, Oficina de Livros, 1988. José Antonio Segatto. *Reforma e revolução: as vicissitudes políticas do PCB, 1954-1964*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1995. Leôncio Martins Rodrigues, “O PCB: os dirigentes e a organização”, in: Bóris Fausto. *História geral da civilização brasileira. O Brasil republicano*. Vol. 3, São Paulo, DIFEL, 1983, pp. 362-443. Moisés Vinhas. *O partidão: a luta por um partido de massas, 1922-1944*. Rio de Janeiro, Graal, 1982. Antonio Carlos Mazzeo. *Sinfonia inacabada. Considerações sobre a política do PCB entre os anos de 1975 e 1985*. Tese de doutorado, São Paulo, USP, 1997.

Não estamos afirmando aqui, repetimos, que todos os trabalhos têm uma mesma abordagem a respeito da história do PCB. Estamos apenas ressaltando que eles têm em comum uma mesma interpretação em relação ao processo que levou ao surgimento do PC do B, e que esta interpretação marcou profundamente os estudos sobre a história deste partido. As abordagens e as motivações de cada trabalho, contudo, apresentam diferenças. Há, entre eles, estudos de ciência política, como o de Chilcote; os de sociologia, como o de Rodrigues; os que estão muito próximos do que poderíamos chamar de uma história "oficial", na medida em que não apresentam quase nenhuma perspectiva crítica em relação a determinados posicionamentos de grupos do partido, como o de Pacheco; ou mesmo um que apresenta mesclas de história e memorialismo, ao apresentar a visão de um ex-dirigente do partido, caso do trabalho de Vinhas.

Do segundo grupo poderíamos dizer que fazem parte os trabalhos que se debruçaram sobre a história das esquerdas na década de sessenta, principalmente sobre as esquerdas que fizeram resistência armada ao regime militar. Nestes estudos, o PC do B é analisado a partir de sua inserção no contexto das esquerdas naquele período, ou seja, buscase o entendimento de sua atuação naquela conjuntura em que, após a derrota sofrida em 1964, em grande parte atribuída à política "reformista" e "pacifista" do PCB, as esquerdas brasileiras se dividem em um grande número de organizações que tinham pelo menos uma coisa em comum: a recusa em continuar com o tipo de política que, segundo tais grupos, era praticada pelo PCB e, como consequência, a busca de novas formas de atuação, que se traduziram, naquele momento, na luta armada contra o regime discricionário. Em relação à trajetória do PC do B, ressalta-se aqui a chamada guerrilha do Araguaia.

Neste grupo, podemos citar pelo menos três trabalhos fundamentais surgidos na década de oitenta, que juntos vieram trazer valiosa contribuição para o estudo da história das esquerdas no Brasil, os de Jacob Gorender, Daniel Aarão Reis Filho e Marcelo Ridenti.<sup>2</sup> No livro de Gorender, podemos encontrar uma boa reconstituição histórica dos grupos de

---

<sup>2</sup> Jacob Gorender. *Combate nas trevas*. São Paulo, Ática, 1998. Marcelo Siqueira Ridenti. *O fantasma da Revolução brasileira*. São Paulo, Edit. da UNESP, 1995. Daniel Aarão Reis Filho. *A revolução faltou ao encontro. Os comunistas no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1990.

esquerda e de acontecimentos que os marcaram. Reis Filho, por sua vez, abordou as organizações comunistas como “Estados Maiores” e buscou a resposta para a derrota destes grupos a partir das características que lhes davam coesão, e não, como seria corrente, nos problemas enfrentados por eles, sejam os de caráter organizacional, sejam os de caráter político. Já Marcelo Ridente fez um estudo centrado na composição e nas raízes sociais das organizações, no qual, dentro do panorama político-cultural do período, procurou entender o progressivo isolamento social de tais organizações. Ainda, neste segundo grupo, talvez possamos colocar um dos primeiros trabalhos que procurou traçar um quadro amplo da história das esquerdas na década de sessenta. Trata-se de uma série de artigos, em sua maioria de Marco Aurélio Garcia, publicados no jornal *Em Tempo*, entre 1979 e 1980, que em seu conjunto receberam o título de “Contribuição à história da esquerda brasileira - 1960-1979.”<sup>3</sup>

Por fim, temos o terceiro grupo de trabalhos. Este grupo que podemos chamar, na falta de um termo melhor, “história oficial”, na medida em que dele fazem parte trabalhos do próprio partido, em geral de exaltação de sua história, ou de ex-militantes, em geral críticos, uma vez que representam, de certa forma, um ajuste de contas com a organização da qual deixaram de pertencer.<sup>4</sup>

A problemática da escrita de sua história teve um espaço privilegiado no PC do B desde a sua fundação, o que se deve, de um lado, à importância que a memória assume dentro dos partidos comunistas no sentido de lhes dar coesão e de legitimar sua atuação política<sup>5</sup> e, por outro lado, se a história representa uma fonte de legitimação para os partidos comunistas de uma maneira geral, no caso do PC do B, talvez ganhe relevo especial por ter surgido de uma cisão do PCB e, no início, ter sido um grupo pequeno e sem base social, ter que se apoiar somente na defesa do “princípio” de continuar sendo o verdadeiro partido de 1922 para legitimar sua existência.

---

<sup>3</sup> A respeito do PC do B ver particularmente os números 86 a 89.

<sup>4</sup> Exemplo de trabalhos de ex-militantes do PC do B, que fazem críticas, seja à atuação sejam às concepções teóricas do partido, ver: Nelson Levy, “O PC do B, continuidade e ruptura”, *Teoria e Política*. 1(1), São Paulo, Brasil Debates, 1980 e Wladimir Pomar. *Araguaia: o partido e a guerrilha*. São Paulo, Brasil Debates, 1980. Um outro trabalho que podemos citar é o de Péricles de Carvalho e Francisco Almeida, *PC do B - 1962-1984 - sobrevivência de erro*. São Paulo, Novos Rumos, 1985, cujo enfoque está completamente de acordo com as diretrizes do PCB, e se propõe a demarcar as diferenças entre os dois partidos.

<sup>5</sup> Discutiremos esta questão no primeiro capítulo da dissertação.

A produção do PC do B é grande e constante neste sentido. O partido começa a "contar" sua história já na chamada conferência nacional extraordinária de 1962,<sup>6</sup> quando foi fundado o partido. Por ocasião do aniversário de dez anos de sua fundação, foi preparada uma série de textos que versava, de maneira mais sistemática, sobre a sua história e que seriam publicados em 1974.<sup>7</sup> Ainda durante a década de setenta, foram publicadas outras coletâneas de documentos que tentavam estruturar uma história para o PC do B.<sup>8</sup> Durante as décadas de oitenta e noventa, a produção continuou com inúmeros artigos e publicações.<sup>9</sup>

Um trabalho que merece destaque neste grupo, pelo menos por ser amplamente utilizado nos estudos sobre o PC do B, é o pioneiro estudo de Haroldo Lima e Aldo Arantes<sup>10</sup> publicado no início da década de oitenta. Um dado que chama atenção aqui é que os autores foram personagens de um momento crucial na trajetória do PC do B. Eles eram militantes da Ação Popular – AP, e fizeram parte do processo em que esta organização se incorporou ao PC do B.

A abordagem desta produção, é claro, procura, ao buscar legitimação no passado, contar sua história de acordo com o que seja necessário a sua atuação política no presente, podendo, portanto, modificar-se de um período para outro. Poderíamos citar inúmeros exemplos neste sentido, o que não vem ao caso. Apenas para ilustrar, podemos lembrar o caso da relação do PC do B com o Partido Comunista Chinês - PCC. Durante a década de sessenta até metade da década seguinte, o partido apontava o PCC, bem como Mao Tse-tung, como grandes exemplos a serem seguidos após a guinada revisionista da URSS, representada pelo XX Congresso do Partido Comunista da URSS. Quando o PC do

<sup>6</sup> Ver: "Em defesa do partido", in: Partido Comunista do Brasil. *A linha política revolucionária do Partido Comunista do Brasil*. Lisboa, Maria da Fonte, 1974, pp. 25-30.

<sup>7</sup> Partido Comunista do Brasil. *Cinquenta anos de luta*. Lisboa, Maria da Fonte, 1974.

<sup>8</sup> Partido Comunista do Brasil. *Guerra Popular: caminho da luta armada no Brasil*. Lisboa, Ed. Maria da Fonte, 1974 e *A linha política revolucionária do Partido Comunista do Brasil*. op. cit.

<sup>9</sup> Apenas a título de exemplo, podemos citar: Marcos Cassim. *Partido Comunista do Brasil (PC do B): Fundação e trajetória*. Piracicaba/SP, Junho/1996, mimeo. Partido Comunista do Brasil. *Dois caminhos opostos – PC do B e PCB*. São Paulo, Anita Garibaldi, s/d. e Haroldo Lima. *Itinerário de lutas do Partido Comunista do Brasil (PC do B) de 1922 a 1984*. Salvador, Editora Maria Quitéria, 1984.

B rompe com o PCC, na segunda metade da década de setenta, apresenta uma crítica retrospectiva a suas relações com os chineses, procurando demonstrar que desde o início já percebera traços "estranhos" nas idéias chinesas, passando, a partir de então, a fazer uma crítica tenaz ao regime chinês, a tal ponto que, se um desavisado comparasse as apreciações sobre a China contidas nos documentos do partido antes e depois do rompimento, dificilmente diria que tais apreciações estariam sendo feitas por um mesmo grupo.<sup>11</sup>

A respeito dos trabalhos sobre a história do PC do B, há pelo menos mais duas questões a levantarmos. Uma, que já deve estar implícita no que falamos até o momento, diz respeito ao fato de, na universidade, praticamente não existir trabalhos monográficos sobre o PC do B, com a única exceção de uma dissertação de mestrado do departamento de ciência política da UNICAMP em que o autor busca compreender a estratégia de luta armada do PC do B entre as décadas de sessenta e setenta.<sup>12</sup> Outra questão, é que a há um interesse desigual a respeito da trajetória do partido, sendo que a maior parte das referências dizem respeito, principalmente, ao seu surgimento em 1962 e à experiência da "guerrilha do Araguaia" no início da década de setenta.<sup>13</sup> Outro tema que mereceu algum destaque foi o chamado "Massacre da Lapa", ocorrido em 1976, quando parte do Comitê Central do partido foi assassinado por agentes da polícia.<sup>14</sup>

---

<sup>10</sup> Haroldo Lima e Aldo Arantes. *História da Ação Popular: da JUC ao PC do B*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1984.

<sup>11</sup> Ver a esse respeito um artigo publicado no jornal *Classe Operária*, nº 132, e publicado posteriormente em um Folheto intitulado "Breve histórico da divergências com o PC da China", de 1978.

<sup>12</sup> Antonio Carlos Galdino. *O PC do B e o movimento de luta armada nos anos 60*. Dissertação de mestrado, Campinas, IFCH-UNICAMP, 1994.

<sup>13</sup> Sobre este tema, entre outros, temos: Wladimir Pomar. *Araguaia, o Partido e a Guerrilha*. São Paulo, Global, 1980. Fernando Portela. *A Guerra de guerrilhas no Brasil*. São Paulo, Global, 1979. Palmério Dória et al. *A guerrilha do Araguaia*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1978. Romualdo Pessoa Campos Filhos, *Guerrilha do Araguaia. A esquerda em armas*. Goiânia, Editora da UFG, 1997 e do próprio partido, *Guerrilha do Araguaia*. São Paulo, Anita Garibaldi, 1996. Foi ainda publicado o diário dos guerrilheiros, ver: *Diário da guerrilha do Araguaia*. São Paulo, Alfa-Omega, 1979. Por fim, temos o relato, em forma de memórias, de um dos participantes - Glênio Sá. *Relato de um Guerrilheiro*. São Paulo, Anita Garibaldi, 1990, e uma versão romaneada dos acontecimentos, Pedro Cabral. *Xambioá - Guerrilha do Araguaia*. São Paulo, Record, 1993.

<sup>14</sup> Sobre este tema, ver: Pedro E. R. Pomar. *Massacre na Lapa*. São Paulo, Busca Vida, 1987 e Reinaldo Laforgia. *Dezembro sangrento. A chacina da Lapa*. Campinas/SP, Pontes, 1988.

Estas são as formas pelas quais a história do PC do B foi abordada até o presente momento. Nelas, há trabalhos importantes e que contribuíram para uma melhor elucidação da experiência deste partido. Apesar disso, acreditamos que novos estudos poderão surgir, principalmente os de caráter monográfico, não só em relação ao PC do B, mas também a outros grupos de esquerda - como a ALN, a AP, a POLOP *etc.* -, que trarão questões ainda não trabalhadas, como algumas que estão presentes em estudos recentes sobre partidos comunistas e/ou grupos de esquerda, e que até então não haviam sido pensadas. Por exemplo, questões relativas à história/memória, à ação política dos/das militantes, cultura política e produção cultural, vida privada dos militantes *etc.* Um ponto importante nesta nova produção sobre as esquerdas é a abertura ao público dos Arquivos das polícias políticas - os DOPS - de São Paulo, Rio de Janeiro *etc.* que, na medida em que estão sendo disponibilizados para consulta, podem representar ricas possibilidades para novas pesquisas.<sup>15</sup>

\* \* \*

Em relação ao nosso trabalho, além das contribuições dos estudos que citamos acima, há algumas questões teóricas que procuramos considerar ao longo da pesquisa, que dizem respeito à problemática da história das esquerdas em geral e dos partidos comunistas em particular. Neste sentido, alguns autores dão indicações preciosas. Perry Anderson, referindo-se à história dos partidos comunistas europeus - mas que podem servir para casos como o brasileiro -, apontou três requisitos básicos para se fazer a história de um destes partidos: 1. Estudar a trajetória política interna, como o número de militantes, a

---

<sup>15</sup> Ver a este respeito: Arquivo Público do Rio de Janeiro. *Os arquivos das polícias políticas: reflexos de nossa história contemporânea*. 2ª edição. Rio de Janeiro, FAPERJ, 1996. *Idem*. *DOPS: a lógica da desconfiança*. 2ª edição, Rio de Janeiro, Secretaria do Estado da Justiça, APERJ, 1996 e Alexandre Fortes e Antonio Luigi Negro, "Direita e Esquerda. Fontes para uma História Social", mimeo, Eliana Furtado e Lúcia Ramalho, "A política de acesso do APERJ ao acervo DODPS", in: *Arquivo & História*, nº 3, 1997, João Francisco Bertonha, "Os Arquivos policiais e judiciários: fontes para a história social e política brasileira no século XX", in: *História Social*, nº 2, Campinas, 1995, entre outros.

Apenas para mencionar alguns exemplos de estudos nos quais estão presentes algumas destas questões, ver: Dulce Pandolfi. *Camaradas e companheiros. História e memória do PCB*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1995. Elizabeth F. Xavier Ferreira. *Mulher, militância e memória. História de vida e histórias de sobrevivência*. Rio de Janeiro, FGV, 1996. Jorge Luiz Ferreira. *Prisioneiros do mito: cultura e imaginário político dos comunistas o Brasil - 1930-1956*. Tese de doutoramento, São Paulo, USP, 1996 e Marcelo Ayres Camurça Lima. *Os "melhores filhos do povo". Um estudo do ritual e do simbólico numa organização comunista - o caso do MR-8*. Tese de doutoramento, Rio de Janeiro, Museu Nacional/UFRJ, 1994.

organização, os líderes, as tendências políticas do partido, tomando cuidado para não o fazer em detrimento das contribuições dos militantes de base; 2. levar em consideração o equilíbrio nacional de forças; 3. Não esquecer a tradição e a cultura nacional.<sup>16</sup>

Um outro autor, Marco Aurélio Garcia, discutindo a história da esquerda brasileira, aponta alguns elementos que podem ajudar na feitura desta história. Diz ele: “Inicialmente, a reconstituição de uma história da esquerda passa pela necessidade de se esboçar o quadro sócio-político dentro do qual ela se desenvolve. Em segundo lugar, compete colocar a história da esquerda como elemento integrante, igualmente, de uma história das idéias sociais e políticas, que tem ela própria sua especificidade. Trata-se, finalmente, de conferir a esta história nacional uma moldura internacional...”.<sup>17</sup>

Cornelius Castoriadis também faz alguns apontamentos que podem ser úteis para uma história de um partido comunista. O autor nos lembra que na história do movimento operário, a classe trabalhadora foi, em grande parte, confundida com as instituições que buscavam representá-la. Desta forma, foram feitas relações entre categorias distintas, tratando-se como iguais forças sociais e conceitos distintos como “Marxismo”, “Classe Operária”, “Instituições Operárias”, “Partido Operário” *etc.*<sup>18</sup> O autor nos lembra que estas categorias estão intimamente relacionadas, mas não se confundem e seus campos devem ser claramente delimitados. Esta questão assume uma grande dimensão quando tratamos de um partido comunista, pois, como sabemos, estes se apresentam como legítimos representantes da classe operária e, em seu discurso, raramente fazem alguma diferenciação entre a sua estratégia política e os anseios dos trabalhadores. Neste sentido, nos lembra Castoriadis, por exemplo, que devemos considerar que o entrelaçamento entre os “campos” dos operários e dos militantes se dá de um único modo explícito: “...pelo fato de que as preocupações dos operários são um dos dados dos diferentes problemas táticos que os militantes se propõem, inseridos por eles mesmos no problema de sua estratégia”.<sup>19</sup> Do mesmo modo, a relação com instituições representativas se dá na medida em que o proletariado está “implicado” na

---

<sup>16</sup>Perry Anderson. “La História de los Partidos Comunistas”, in: Raphael Samuel (org.). *História Popular y teoría socialista*. Barcelona, Grijalbo, 1984, pp. 152-156.

<sup>17</sup>Marco A. Garcia, “Contribuições para uma história da esquerda brasileira”, in: R. Moraes et al. *Inteligência brasileira*. São Paulo, Brasiliense, 1988, 196-197.

<sup>18</sup>Cornelius Castoriadis. *A experiência do Movimento Operário*. São Paulo, Brasiliense, 1985.

existência delas, mas “...não são nem expressões transparentes e puros instrumentos do proletariado, como pretendia Lênin, nem corpos estranhos que lhes fariam simplesmente sofrer influências hostis...”.<sup>20</sup>

Devemos lembrar que Castoriadis está se referindo a partidos comunistas europeus que tiveram, em algum momento, uma importante inserção, senão entre os trabalhadores estritamente, pelo menos em movimentos sociais de uma forma Ampla, o que, de alguma forma, poderia lhes dar respaldo para se apresentarem como representantes de setores da sociedade. No caso de nossa pesquisa, entretanto, devemos tomar cuidado redobrado, pois estamos nos referindo a um partido que, a despeito de apresentar-se como verdadeiro partido da classe operária, teve limitada influência entre os setores que diz representar – no caso, operários e camponeses.

Uma outra questão que devemos levantar aqui diz respeito ao uso dos procedimentos da “história comparada” no decorrer da pesquisa. Heinz-Gerhard Haupt indica que seu uso pode ajudar a pesquisa pelo menos em três direções. Primeiro, pode ampliar o horizonte das problemáticas; segundo, “...monografias históricas, quer sejam nacionais ou regionais, podem confrontar, numa introdução ou num capítulo final, a evolução particular com a de outros países, servindo-se da literatura secundária...”; terceiro, “...estudos partindo de uma problemática comum podem analisar estruturas, processos e mentalidades em duas ou mais sociedades, seja para acentuar diferenças, seja para ampliar a base documentária e propor uma interpretação das evoluções baseada no conhecimento de realidades sociais, econômicas e políticas diferentes.”<sup>21</sup> Vale assinalar que Haupt está se referindo às pesquisas históricas de uma forma geral, porém, talvez, no caso da história das esquerdas, e dos partidos comunistas em particular, esta abordagem possa ganhar um relevo ainda maior, já que a atuação destes grupos está permeada por relações e referências internacionais. Deste modo, em determinados momentos, certos acontecimentos influenciaram, senão na atuação, pelo menos no debate no seio das esquerdas, como é o caso de alguns eventos que teremos a oportunidade de discutir nesta dissertação, como o

---

<sup>19</sup> *Idem*, p. 11.

<sup>20</sup> *Idem*, p.55.

<sup>21</sup> Heinz Gerhard Haupt. “O lento surgimento de uma história comparada”, in: Jean Boutier e Dominique Julia. (org.). *Passados recompostos: campos e conceitos da História*. Rio de Janeiro edit. UFRJ e FGV, 1998, p. 211.

XX Congresso do PCUS, a revolução cubana *etc*, em relação aos quais estaremos apontando comparações com experiências de outros países.

Por fim, utilizando pistas abertas, no Brasil, por Dulce Pandolfi, devemos explorar algumas relações entre memória, história e a construção da identidade partidária e, ainda, como estas relações são utilizadas, intencionalmente ou não, para justificar a atuação política do partido. Esta abordagem utilizamos, mais especificamente, ao tratar da cisão que deu origem ao PC do B e ao fato deste partido reivindicar, juntamente com o PCB, a sua origem em 1922.

Estas são, basicamente, as referências teóricas que tentamos considerar em nossa pesquisa. De tão amplas referências, esperamos ter conseguido, pelo menos, como disse Garcia em um artigo sobre as possibilidades de inovações na abordagem sobre a história de organizações comunistas, “dar complexidade”<sup>22</sup> à análise da história do PC do B na década de sessenta. Procuramos, neste sentido, situar esta história em seu próprio tempo, estabelecendo as relações com a história mais ampla da sociedade brasileira e com o movimento comunista internacional. Além disso, procuramos, na análise dos documentos políticos, não descrevê-los simplesmente, mas discutir tanto as tensões em sua elaboração, quanto as dificuldades na sua aplicação. Ainda, procuramos, à luz das indicações acima, discutir alguma questões relacionadas aos militantes de base na atuação do partido e sobre a construção simbólica da identidade partidária.

\* \* \*

Ainda nos resta, nesta introdução, algumas palavras sobre a utilização das fontes nesta dissertação. Usamos, basicamente, periódicos – do PC do B e de outros grupos de esquerda; documentos produzidos pelo partido e por outros grupos; e depoimentos de militantes e ex-militantes do PC do B, constituídos de entrevista e livros de memórias.

Na interpretação que fizemos das fontes escritas, vale lembrar aqui um comentário feito por uma autora que, ainda que esteja se referindo às fontes orais, pode traduzir os cuidados que devemos tomar em relação às fontes de um forma geral:

“Diante da riqueza e das limitações inerentes às fontes históricas, cabe ao estudioso escolher seu próprio caminho, evitando armadilhas, elucidando ambigüidades e revelando, afinal, de maneira articulada, coerente e objetiva, aquilo que o material em estado bruto jamais esclarece por si mesmo.”<sup>23</sup>

Quanto aos depoimentos – tanto as entrevistas quanto os livros de memórias -, devemos levantar aqui algumas questões. Em primeiro lugar, cabe destacar que o acesso aos sujeitos que foram atores do período e dos problemas investigados na pesquisa abrem ricas possibilidades para os estudiosos. Isto não isenta, contudo, o pesquisador de lidar também com os problemas da utilização destas fontes. Entre outros, está o de, muitas vezes, tomar-se o “depoimento” como sendo o próprio passado e esquecendo-se, deste modo, que há uma série de fatores que interferem na rememoração e que, no final das contas, longe de ser algo pronto e cristalizado, a memória é construída e reconstruída socialmente.<sup>24</sup>

Em relação às possibilidades abertas pela história oral, um autor lembra que ela pode “...reconstituir de forma mais consistente a dimensão subjetiva dos processos históricos e com isso *instituir sujeitos históricos concretos...*”. Uma questão importante no uso desta técnica é o de como conectar a vida individual das pessoas com o contexto dentro do qual os personagens atuaram. Para o autor, esta conexão se daria “...na medida em que a esfera privada, reconstituída pela história oral, é capaz de inserir trajetórias individuais no contexto social, político e cultural mais amplo do período analisado. Mas esse contexto não pode ser, no entanto, apenas cenário no interior do qual as personagens se movem.”, “... é necessário ver como este contexto/cenário é interiorizado nos (nas) militantes e como esse processo de interiorização acaba por incidir na constituição do que se chamou de microcosmos da militância...”<sup>25</sup>

Entre as dificuldades no uso dos depoimentos, estaria o fato deles serem tributários de uma construção da memória que é atravessada por discussões ideológicas. O

---

<sup>22</sup> Marco Aurélio Garcia, “O gênero da militância: notas sobre a possibilidade de uma outra história da ação política”, *Cadernos Pagu*, (8, 9), 1997.

<sup>23</sup> Aspásia Camargo, “Introdução”, Fundação Getúlio Vargas. *Programa de história oral. Catálogo de depoimentos*. Rio de Janeiro, FGV, 1981, p. 24.

<sup>24</sup> Uma boa discussão sobre a construção social da memória é feita por Ecléa Bosi. *Memória e sociedade. Lembranças de velho*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

<sup>25</sup> Marco Aurélio Garcia, “O gênero da militância...”, op. cit., pp. 334-336.

que significa que o passado lembrado não é um acontecimento que pode ser apreendido como se fosse um fóssil, ele, ao ser reconstruído, sofre a incidência de valores do presente e do passado.<sup>26</sup>

Outros autores nos dão indicações que servem, ao mesmo tempo, para nos mostrar tanto as vantagens quanto os cuidados que devemos tomar com as técnicas da história oral. Aspásia Camargo lembra-nos que o uso desta fonte, “...sem o excesso de mediações interpretativas pudesse escapar do puramente factual ou descritivo...”, reconstituindo episódios mas também “impressões e vivências”. Estas características podem permitir que se capte, no discurso dos atores, “...suas representações e principalmente sua práxis política, isto é, conhecer melhor as regras do grupo, as normas de convivência que os unem e os interesses e princípios que os dividem”.<sup>27</sup> Também neste sentido, nos lembra Luisa Passerini que nos testemunhos dos atores há uma característica fundamental, suas histórias de vida se transformam em “mitobiografias singulares”, em que, na relação entre o individual com o coletivo, sobressai o primeiro.<sup>28</sup>

Enfim, ainda quanto à relação do narrador com a história por ele vivida, Alessandro Portelli, ao trabalhar com testemunhos de militantes de esquerda, observa que para cada narrador “...a história desnecessariamente percorreu um caminho errado, variando a apresentação segundo cada narrador.” Neste sentido, os relatos não se referem à forma pela qual a história se desenrolou, mas como ela poderia ter ocorrido, “...seu campo não incide na realidade, mas na possibilidade.”<sup>29</sup>

\* \* \*

A dissertação está dividida em quatro capítulos. No primeiro – “Origens do Partido Comunista do Brasil” -, tentamos buscar a gênese do agrupamento. Para isso, recuamos na história do PCB até a década de cinquenta, para discutirmos alguns pontos que

---

<sup>26</sup> *Idem.*

<sup>27</sup> Aspásia Camargo, op. cit., p.11.

<sup>28</sup> Luisa Passerini, “Mitobiografias em História Oral”, *Projeto História*, (10), São Paulo, Dezembro-1993, p. 39.

<sup>29</sup> Alessandro Portelli, “sonhos ucrônicos: memórias e possíveis mundos dos trabalhadores”, *Projeto História*, op. cit., p. 50.

consideramos importantes na formação do PC do B. Levantamos, basicamente, quatro questões. A primeira diz respeito às discussões em torno do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética – PCUS. A segunda refere-se à chamada Declaração de março de 1958. Na terceira, tratamos dos debates preparatórios para o V Congresso do PCB. Enfim, na última, discutimos a cisão que deu origem ao PC do B.

O capítulo dois é dedicado à discussão das relações do partido com o chamado movimento comunista internacional. Além da China, que usualmente está presente nos estudos sobre o PC do B, procuramos discutir também o seu relacionamento com a URSS e com Cuba.

No terceiro capítulo é discutido a atuação do partido de sua fundação até o golpe político-militar de 1964 e que coincide com os “tempos de Goulart”. Ressalta-se aqui a formulação da linha política partidária, a estruturação orgânica do partido, o seu relacionamento com as outras esquerdas e a aplicação de sua linha política.

No último capítulo, genericamente, tratamos da atuação do PC do B desde o golpe até a chamada guerrilha do Araguaia, período no qual foi estruturado e levado à prática o projeto de luta armada do partido. No final, após os debates em torno da experiência guerrilheira do partido, tratamos da incorporação da Ação Popular ao PC do B.

---

## II - ORIGENS DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL – PC DO B

A literatura especializada na história das esquerdas no Brasil é praticamente unânime em afirmar que o surgimento do PC do B em 1962 está ligado às discussões que foram levantadas dentro do PCB a partir de 1956, quando Nikita Khrushchev, no XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética - PCUS, apresentou um relatório denunciando crimes praticados por Josef Stalin e o culto à personalidade que havia se instalado no interior deste partido. Estas discussões teriam sido aprofundadas na chamada Declaração de Março de 1958 e referendadas pelo V Congresso do PCB realizado em 1960. Dois anos depois, um grupo de militantes deixaria este partido e formaria o PC do B.<sup>30</sup>

Para Chilcote, este grupo teve um papel destacado no núcleo dirigente do PCB entre 1943 e 1956.<sup>31</sup> De fato, o futuro núcleo dirigente do PC do B teve uma trajetória proeminente dentro do PCB. Isto se levamos em consideração que tal grupo, identificado com os nomes de João Amazonas, Pedro Pomar e Maurício Grabois, que mais tarde viriam juntos com Carlos Danielli e Calil Chade, formar a primeira comissão executiva do PC do B, estiveram presentes em momentos importantes da história partidária no período.<sup>32</sup> Estavam, por exemplo, na chamada Conferência da Mantiqueira, onde o partido foi reestruturado depois da repressão sofrida durante o Estado Novo. Estiveram entre os formuladores da linha política do chamado Manifesto de Agosto de 1950, no qual o partido, diante de uma situação de dura repressão no governo Dutra, rompe com concepções anteriores de amplas alianças políticas e defesa da legalidade democrática, passando a levantar bandeiras mais radicais, como, por exemplo, a proposta de expropriação dos capitais internacionais, bem

---

<sup>30</sup> As relações entre o surgimento do PC do B e o XX congresso do PCUS são apontadas por vários autores. Ver, por exemplo, Moisés Vinhas. *O partidão: a luta por um partido de massas – 1922-1964*. Rio de Janeiro, Graal, 1982, p. 187; Daniel Aarão Reis Filho. *A revolução faltou ao encontro. Os comunistas no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1990, p.36; Ronald Chilcote. *O Partido comunista brasileiro: conflito e integração. 1922-1972*. Rio de Janeiro, Graal, 1982, p. 126.

<sup>31</sup> Ronald Chilcote, op. cit., p. 188.

<sup>32</sup> Além destes nomes, que estariam no centro do debate, há outros que também viriam a fazer parte da direção do PC do B. Por exemplo: Miguel Batista, José Maria Cavalcante, José Duarte, Angelo Arroyo, Orlando Pioto e Diógenes de Arruda Câmara. Ver a este respeito, Moisés Vinhas, op. cit., p. 187.

como de grandes empresas brasileiras e a derrubada do governo, que passara a ser caracterizado como de traição nacional. Este grupo viria também a defender as formulações das teses do IV Congresso do PCB, onde foram mantidos, em linhas gerais, os rumos traçados no Manifesto de Agosto, ainda que se tenha modificado seus aspectos mais radicais. Outros momentos importantes em que esteve em cena foi durante a formulação da chamada Declaração de Março de 1958 e, principalmente, durante os debates para o V Congresso de 1960. Nestes dois últimos momentos, quando o PCB fez uma revisão de sua política em relação às linhas traçadas no Manifesto e no IV Congresso, o grupo foi contrário a tais mudanças, acusando a nova política adotada de reformista e revisionista.

Vamos tentar entender, neste capítulo, o posicionamento desse grupo quando encontrava-se dentro do PCB. Acreditamos que isto poderá nos ajudar a compreender melhor os motivos que o levaram a romper com sua matriz, bem como o entendimento da política adotada pelo PC do B a partir de 1962. Para isso, escolhemos quatro momentos para a análise da atuação do grupo: as discussões em torno do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética; a formulação da Declaração de Março de 1958; os preparativos para o V Congresso e, por fim, as mudanças nos estatutos do PCB em 1961, que viria ser o estopim para a expulsão do grupo de militantes que viriam a fundar o PC do B no ano seguinte.

Antes de nos debruçarmos sobre as questões acima, vale lembrar que não caberia nesta dissertação uma discussão proveitosa, e que já deu muita polêmica, da atuação do PCB desde a Conferência da Mantiqueira até 1962. No entanto, não podemos deixar de lembrar, pelo menos, alguns aspectos desta atuação.<sup>33</sup> Ao mesmo tempo, e do mesmo modo sem possibilidades de um aprofundamento, devemos discutir alguns aspectos daquela conjuntura, principalmente da década de cinquenta e início da sessenta. Isto porque, foi a

---

<sup>33</sup> Diante disso, deixamos de lado trabalhos como o de Francisco C. Weffort, que certamente são importantes para o entendimento da história do PCB mas que traziam consigo uma discussão que talvez não caberia em nossa pesquisa. Só para citar um exemplo, podemos lembrar as observações feitas por Carlos Estevam Martins e Maria Hermínia T. de Almeida ( *Modus in rebus: partidos e classes na queda do Estado Novo. São Paulo, mimeo.* ) em relação ao texto de Weffort “Origens do sindicalismo populista no Brasil” ( *Estudos CEBRAP*, São Paulo, n° 4, 1973) e a resposta do próprio Weffort ( *Dejémonos de farsas inúteis*. São Paulo, mimeo). Do mesmo modo, deixamos de lado outros trabalhos que, ainda que certamente importantes, suas reflexões ultrapassavam as necessidades desta dissertação, como, por exemplo, os de Gildo Marçal Brandão. *A esquerda positiva. As duas almas do Partido Comunista –1920/1964*. São Paulo, HUCITEC, 1997 e

partir das questões nela presentes que o partido formulou sua linha política e, do mesmo modo, viveu seus dilemas. Desta forma, não seria possível compreender as reviravoltas da política do PCB no período sem relacioná-las aos problemas da época, sejam as questões da conjuntura nacional, sejam as influenciadas por problemas externos.

\* \* \*

A segunda metade da década de quarenta marcou o PCB com uma confluência de acontecimentos que afetaram profundamente as formulações políticas e a atuação do partido. Internamente, ele colheu, no pós-guerra, os frutos da política de união nacional contra o fascismo implementada durante anos da segunda grande guerra. Com o fim do Estado Novo e a legalização do partido, ao mesmo tempo em que o país assistia a um processo de redemocratização, após o longo domínio de Getúlio Vargas, o PCB viu suas fileiras crescerem rapidamente e, na primeira participação nas eleições - pleito de 2 de dezembro de 1945 -, teve um saldo extremamente positivo: 9% do total de votos. Elegeu 14 deputados federais e um senador. O Candidato à presidência, Yedo Fiúza, obteve 10% do total dos votos.

Apesar dessa vitória, o partido não teve muito tempo para comemorar. Em maio de 1948 o PCB foi colocado na ilegalidade. Junto com este acontecimento, os ventos vindos de fora também pareciam apontar para situações de embates. De fato, a segunda metade da década de cinquenta foi marcada pela aguda tensão nas relações entre as duas potências mundiais. É justamente nesta situação, perseguido internamente e tendo que responder aos problemas colocados pela Guerra Fria, que o PCB faz uma mudança radical nas suas formulações políticas. Com efeito, parece-nos difícil entender a formulação do chamado Manifesto de Agosto de 1950 fora desta configuração conjuntural. Referindo-se a este momento, quando acontece a "guinada à esquerda" do partido, um analista aponta com clareza alguns dos elementos nela envolvidos:

"Para a periodização da história do comunismo, particularmente no Brasil, o ano de 1947 marca, com o início da 'guerra fria', o fim da perspectiva de contínuos

avanços políticos aberta pela vitória sobre o nazi-fascismo. Uma vez fixadas na Europa as 'fronteiras ideológicas' dos dois grandes blocos antagonistas, o novo epicentro da luta revolucionária desloca-se para o leste da Ásia. No Brasil, empurrados para a clandestinidade, os comunistas responderam, com mais amargura que lucidez, ao golpe que lhes desferira a reação liberal. Tanto o agravamento do confronto entre a União Soviética e os Estados Unidos quanto o triunfal avanço das forças revolucionárias na imensa China, botando para correr o sanguinário Chang Kai-Chek, contribuíram decisivamente para reforçar a desafeição dos comunistas brasileiros pelas instituições liberais burguesas. De nada lhes valera haver-lhes respeitado escrupulosamente as regras. Elas haviam sido mudadas para excluí-los. O exemplo de Mao Tsé-Tung, de outro lado, trazia um exaltante convite à ação: na ponta do fuzil os camponeses estavam realizando a reforma agrária e completando o 'cerco das cidades pelo campo' (1947-1948). Foi este o contexto em que se operou a guinada à esquerda do PCB, programaticamente assumida no Manifesto de janeiro de 1948 e levada ao extremo no de agosto de 1950, ambos assinados por Prestes."<sup>34</sup>

Como indicamos acima, o Manifesto de Agosto<sup>35</sup> apresenta uma plataforma radical que rompia com a política de união nacional, na medida em que propunha o confisco de grandes empresas nacionais e bancos, além da expropriação, sem indenização, das grandes propriedades de terra. Pregava ainda a estatização dos capitais internacionais investidos no Brasil. Para uma autora, ainda que a revolução fosse pensada em etapas - a primeira democrático-burguesa, e a segunda socialista - estaria presente no Manifesto a possibilidade de que a revolução burguesa fosse além de seus limites, avançando, rapidamente, na construção do socialismo.<sup>36</sup>

Com esta política, pelo menos retoricamente, o PCB atravessa todo o segundo governo Vargas, até ser surpreendido, em 24 de agosto de 1954, pelo suicídio do governante que até aquele momento era atacado como um dos seus maiores inimigos. O partido se surpreendeu com as manifestações populares contra os inimigos de Getúlio Vargas. Entre eles, a população identificou justamente o PCB que teve, em alguns locais, as sedes dos seus jornais depredadas pela população. Um duro golpe para um partido que

<sup>34</sup> João Quartim de Moraes, "Concepções comunistas do Brasil democrático: esperanças e críspações (1944-1954)", in: *Idem* (org.). *História do marxismo no Brasil*. Vol. 3, Campinas/SP, Editora da UNICAMP, 1998, p. 179.

<sup>35</sup> O Manifesto de Agosto está transcrito in: Moisés Vinhas, op. cit. pp. 140-158.

<sup>36</sup> Beatriz A. Loner. *O PCB e a linha do Manifesto de Agosto: um estudo*. Dissertação de Mestrado, Campinas, IFCH/UNICAMP, 1985, p. 89.

pretendia ser a vanguarda da classe operária. Uma prova de fogo para a linha traçada pelo Manifesto de Agosto.

Em novembro, o partido realizou seu IV Congresso. Nele, apesar das mudanças na conjuntura política do país, parece não ter havido grandes modificações em relação ao Manifesto, apenas a retirada de aspectos mais radicais deste e, é claro, de qualquer menção crítica ao nome de Vargas. As diferenças parecem ter ficado em torno da aceitação da burguesia nacional dentro do bloco revolucionário, do esclarecimento dos limites dos anseios revolucionários dentro dos marcos democrático-burgueses e a concentração da luta anti-imperialista contra o imperialismo norte-americano.<sup>37</sup>

Apesar destas modificações, o programa, diz um autor, tornou-se "letra morta", na medida em que propunha a criação de um Estado que seria governado, em última instância, pelo próprio partido comunista.<sup>38</sup> De fato, na atuação prática os comunistas não seguiam o seu programa. Exemplo disso é que já em 1955 o partido apoiaria Juscelino e Jango na campanha presidencial. No setor sindical, logo os militantes abandonam a idéia da montagem de uma estrutura sindical paralela aos sindicatos oficiais, que fazia parte do programa aprovado no congresso, e voltam a atuar dentro da estrutura existente.<sup>39</sup>

O governo eleito imprime uma política de desenvolvimento acelerado que acabou por gerar tensões sociais, seja pelas discussões dos rumos que tal desenvolvimento deveria tomar, seja pelo aparecimento de novos sujeitos na cena política. O PCB estava, desta maneira, tentando adaptar sua linha política à uma situação de rápidas transformações, e teria que responder, teórica e praticamente, tanto a seus próprios militantes, quanto a novos interlocutores que surgiam e, de alguma maneira, disputavam com ele espaço político. Exemplos de novas forças que surgiam no cenário político, estava o ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros) criado por JK, e as Ligas Camponesas, cujos primeiros embriões surgem por volta de 1955.<sup>40</sup>

---

<sup>37</sup> *Idem*, p. 117.

<sup>38</sup> Leôncio Martins Rodrigues, "O PCB: os dirigentes e a organização", in: Boris Fausto (org.). *História geral da civilização brasileira: o Brasil republicano*. São Paulo, Difel, 1983, vol. 3, pp. 419-422.

<sup>39</sup> A respeito das modificações na atuação política do partido após o IV Congresso, ver: Raimundo Santos. *A primeira renovação pecebista. O reflexo do XX Congresso do PCUS no PCB 1956-1957*. Belo Horizonte/MG, Oficina de Livros, 1988, pp. 72-81.

<sup>40</sup> A respeito do PCB e das outras esquerdas nesta conjuntura, ver: Jacob Gorender. *Combate nas trevas*. São Paulo, Ática, 1998, pp. 17-21.

Ao apoiar o projeto desenvolvimentista do governo, ainda que procurando distinguir duas correntes em seu interior - uma nacionalista e outra entreguista -,<sup>41</sup> sua política viria a ser alvo de críticas por setores partidários, que veriam nela exemplo do "reboquismo" do PC em relação à política de desenvolvimento de JK, feita sob a égide do nacionalismo. Talvez estes setores tivessem alguma razão nesta crítica. Isso se levarmos em consideração que, provavelmente, o PCB deve ter tido dificuldade em diferenciar sua atuação e suas propostas das de outros grupos que apoiavam o governo, na medida em que sua política estava profundamente marcada pela idéia de desenvolvimento nacional independente - revolução democrático-burguesa -, o que não era muito diferente, de certa forma, da proposta do próprio governo JK.

Neste sentido, Caio Navarro de Toledo comenta em um artigo como, em alguns aspectos, muitas das propostas do PCB se aproximavam das idéias de alguns autores isebianos. Para Toledo, podemos perceber, por exemplo, na identificação da contradição entre a nação brasileira e o imperialismo norte-americano como o principal problema do país naquele momento, que tal formulação, que era um dos elementos principais da política do PCB, seria tranqüilamente aceita por um autor como Vieira Pinto, que pertencia aos quadros do ISEB.<sup>42</sup>

Além da questão do "imperialismo norte-americano", outros pontos poderiam ser estabelecidos entre o pensamento de Vieira Pinto e as propostas dos comunistas. Por exemplo, a necessidade de resolver a contradição entre burguesia e proletariado somente após a resolução da contradição com o imperialismo; a necessidade, na primeira fase da revolução, da união entre o proletariado, os camponeses, a pequena burguesia urbana e a burguesia nacional; a possibilidade da hegemonia dos trabalhadores no interior da frente nacionalista e democrática.<sup>43</sup>

O início da década da sessenta, da mesma forma que a anterior, seria uma conjuntura rica em tensão social. O novo presidente eleito em 1960, Jânio Quadros, renuncia no primeiro ano de mandato, abrindo uma grave crise institucional. O grande problema

---

<sup>41</sup> Algumas questões da política do PCB no período podem ser vista em Marco Aurélio Garcia, "O PC antes do golpe: antecedentes do V Congresso", *Em Tempo*, nº 78, 23 a 29 de agosto de 1979.

<sup>42</sup> Caio Navarro de Toledo, "Intelectuais do ISEB, esquerda e marxismo", in: João Q. de Moraes (org.). *História do marxismo no Brasil*. vol. 3., op. cit., p. 260.

<sup>43</sup> *Idem*, p. 261.

girava em torno da aceitação de que seu vice, João Goulart, assumisse o cargo, uma vez que ele teve o nome vetado por setores da sociedade apoiados no exército. Contra esta tentativa de golpe levantou-se a oposição liderada pelo governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, apelando para a resistência popular e para o III Exército, impedindo assim que o golpe se consumasse.<sup>44</sup>

Ao lado desses acontecimentos, o PCB via surgir novos grupos que disputavam um espaço cada vez maior de intervenção nos movimentos sociais. Neste momento, já não podia passar despercebido o surgimento da ORM-POLOP (Organização Revolucionária Marxista Política Operária), da AP (Ação Popular), do próprio PC do B e da atração exercida pelo nacionalismo representado por Leonel Brizola.<sup>45</sup>

É nesta conjuntura de transformações políticas, econômicas e sociais, que dentro do PCB viriam surgir divergências de vários matizes que gestariam o grupo que fundaria o PC do B em 1962. Vejamos como se deu este processo.

## 1 - O XX CONGRESSO DO PARTIDO COMUNISTA DA UNIÃO SOVIÉTICA

Em fevereiro de 1956, aconteceu na Rússia o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), durante o qual, Nikita Krushev, secretário geral, denunciou aos delegados do PCUS, em sessão secreta, mas que logo teria suas discussões tornadas públicas, o culto à personalidade de Stalin que instalara-se no interior daquele partido, o que havia possibilitado ao líder comunista cometer crimes terríveis e não ser nem mesmo questionado por suas atitudes.

Este acontecimento causou discussões nos partidos comunistas do mundo inteiro. Nas palavras de Franz Márek, “o XX Congresso do PCUS provocou o colapso do stalinismo(...), onde durante décadas dominou o mito, agora se instalara a dúvida.”<sup>46</sup>

<sup>44</sup> Jacob Gorender, op. cit., p. 21.

<sup>45</sup> *Idem*, pp. 37-44.

<sup>46</sup> Franz Márek, “A desagregação do stalinismo”, in: Eric. J. Hobsbawm. *História do Marxismo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987, vol. X, p. 307.

Além desta interpretação de Márek, que vê no XX Congresso um “colapso” do stalinismo, existem outras que seguem caminhos diferentes. Fernando Claudín, referindo-se ao alcance das mudanças ocorridas no próprio PCUS e estimuladas pelo congresso, lembra que elas foram muito mais aparentes, na medida em que não tocavam nas questões do funcionamento do sistema engendrado na época de Stalin. Para o autor, os dogmas de Stalin foram condenados em nome dos dogmas do XX Congresso, ou seja, a inevitabilidade das guerras, a via pacífica para o socialismo, o papel antiimperialista da burguesia nacional *etc.* Desta forma, o que se criticou no XX congresso foram os aspectos mais visíveis do stalinismo, não procurou-se ir ao fundo do problema, ou seja, não se procurou discutir as raízes do sistema engendrado na época de Stalin, preferiu-se usar a crítica ao “culto a personalidade” como receita mágica para explicar todos os males, o que possibilitou continuar com uma política, no fundo, muito próxima da anterior.<sup>47</sup>

Um exemplo do que o autor chama de “métodos muito semelhantes aos do passado” foram os utilizados pela URSS na Hungria e na Polônia em 1956, mesmo ano do XX Congresso, onde teriam sido criticadas, de fato, as “bases” do sistema stalinista. Neste momento, revelaram-se os limites do processo de desestalinização iniciado por Khrushchev. Tudo o que foi dito durante o XX Congresso foi deixado de lado quando húngaros e poloneses tentaram colocar em prática as idéias de liberalização propostas pelos soviéticos.<sup>48</sup>

No Brasil, grande parte dos estudos sobre o PCB apontam o congresso do PCUS como um dos responsáveis diretos pela crise que aquele partido sofre na segunda metade da década de cinquenta - juntamente com a morte de Vargas e as relações com o governo JK - levando-o à mudança da linha política em 1958 e à saída de centenas de militantes entre 1957 e 1961<sup>49</sup>. Como exemplo deste tipo de interpretação, temos o trabalho de Moisés Vinhas, que, ao se referir à nova linha política adotada pelo PCB na década de cinquenta, declara:

---

47 Fernando Claudín. *A crise do movimento comunista internacional*. São Paulo, Global, 1985-1986, 2º vol., p. 638.

48 *Idem*. *A oposição no “socialismo real” : Hungria, Polônia e Tchecoslováquia 1953-1980*. Rio de Janeiro, Marco Zero, 1983, p.8.

49 Como exemplo desta perspectiva de análise, ver: Ronald Chilcote. op. cit.; Eliezer Pacheco. *O Partido Comunista do Brasil 1922-1964*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1984; José Antônio Segato. *Reforma e revolução: as vicissitudes políticas do PCB 1954-1964*. Tese de Doutorado, São Paulo, Departamento de História/USP, 1993.

“Essa nova compreensão, no entanto, não emergia por força própria, por assim dizer, mas como um dos efeitos inovadores do XX Congresso do PCUS(...). Foi preciso esperar a explosão libertadora do XX Congresso para que a armadura stalinista rachasse por todos os lados...”<sup>50</sup>

Vale lembrar, no entanto, que há outras interpretações que não privilegiam os acontecimentos do XX Congresso como sendo responsáveis pelas mudanças na linha política dos comunistas brasileiros. Exemplo destacado deste tipo de análise é a feita por Daniel Aarão Reis Filho, para quem a viragem na política do PCB, a partir de 1958, é produto da evolução autônoma dos comunistas brasileiros. Exemplo disso seria que a superação prática das teses mais radicais do Manifesto de Agosto datam “no mínimo” de 1952.<sup>51</sup> De forma que, na análise de Aarão, as mudanças que ocorreram no PCB na década de cinquenta foram, essencialmente, frutos de problemas que o partido enfrentava em relação à melhor forma de adequar sua linha política à conjuntura nacional daquele momento.<sup>52</sup>

Independente das diversas interpretações dadas ao alcance do impacto causado pelo XX Congresso do PCUS nos partidos comunistas, há pelo menos um ponto em comum entre elas, o de que o congresso esteve relacionado às discussões que sacudiram os partidos comunistas na década de cinquenta.

A polêmica em torno da questão não se dava à toa. O relatório de Khrushchev denunciava crimes praticados por Stalin que, até então, ou a maioria dos militantes dos partidos comunistas desconheciam, o que não é provável, ou os conheciam e os interpretavam da maneira que lhes era possível, dentro do que era possível para comunistas

---

50 Moisés Vinhas, op. cit., p. 179.

51 Daniel A. Reis Filho, op. cit., p. 84.

52 Reis Filho em seu trabalho sobre as esquerdas comunistas brasileiras na década de sessenta apresenta uma proposta singular, no panorama dos estudos sobre os grupos comunistas no Brasil, a respeito da relação destes grupos com os “centros” revolucionários internacionais. Discutiremos esta proposta no capítulo 3 desta dissertação, quando trataremos da relação estabelecida pelo PC do B com a URSS, com Cuba e com a China. Uma discussão instigante sobre as tensões entre a linha política oficial do PCB e a intervenção dos militantes na conjuntura do pós-guerra pode ser vista in: Hélio da Costa. *Em busca da memória. Comissão de fábrica, partido e sindicato no pós-guerra*. São Paulo, Scritta, 1995. Em relação a política do PCB entre o seu IV congresso de 1954 e a declaração de março em 1958, ver: Luiz Flávio de Carvalho Costa. *Nacionalismo e alianças políticas: 1954-1958*. Dissertação de mestrado, IFCH-UNICAP, Campinas, s. n., 1976.

que haviam tido uma formação nos marcos do “stalinismo”. Ainda que desconfiassem, contudo, dificilmente saberiam das dimensões dos crimes que haviam sido praticados. Entre outras coisas, o relatório denunciava que

“...Stalin deu origem ao conceito de ‘inimigo do povo’. Este termo automaticamente tornou desnecessário que os erros ideológicos de um homem ou homens empenhados em um debate fossem provados; este termo tornou possível o uso da mais cruel repressão, violando todas as normas de legalidade revolucionária, contra qualquer pessoa que de alguma forma discordasse de Stalin...”<sup>53</sup>

Logo adiante, mostraria números assustadores:

“...ficou provado que, dos 139 membros candidatos do comitê central do partido que foram eleitos no XVII Congresso, 98 pessoas, isto é, 70%, foram presas e fuziladas, principalmente entre 1937-1938(...). A maioria dos delegados ao XVII Congresso do partido tiveram a mesma sorte. De 1966 delegados(...), 1108 foram presos...”<sup>54</sup>

O impacto sobre os partidos comunistas se deu em vários níveis. Um dos aspectos, porém, que não pode ser desprezado, é o da desilusão causada em grande parte daquela geração de comunistas. Devemos considerar que a União Soviética e o PCUS serviam como modelos perfeitos, e Stalin era o grande guia da revolução mundial para homens que dedicavam a vida à causa revolucionária.<sup>55</sup> Aquele país e aquele partido haviam conseguido realizar o sonho ao qual os militantes comunistas devotavam suas vidas. De uma hora para outra, estes teriam que passar a ver o ‘grande guia’, antes justo e infalível, como o

---

53 TALBOTT, S. (org.). *Khrushchev Memórias*. Rio de Janeiro, Artenova, 1971, vol. 2, p. 249.

54 *Idem*, p.256.

55 É difícil saber o quanto os militantes realmente acreditavam naquilo que diziam em relação a Stalin e ao PCUS, mas, de qualquer forma, esta devoção dos militantes em relação ao partido não pode ser desprezada. Hobsbawm, referindo-se à relação que o militante tem com o partido comunista, diz: “Eles ( historiadores) devem recuperar a excepcional t mpora do bolchevismo(...). Não se pode compreender, sem a percep o deste sentimento de devo o total, que o partido em Auschwitz fizesse seus membros pagarem suas contribui es em cigarros(...). Sem isto, não se pode tão pouco, compreender as realiza es ou as perversões do bolchevismo, e ambos foram monumentais, e, certamente, têm também não se pode compreender o extraordinário êxito do comunismo como sistema de educa o para o trabalho político”, Eric. J.Hobsbawm. *Revolucionários*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985, p. 18. Gerard Vicent explica as atitudes dos comunistas na década de cinquenta, na França, a respeito dos crimes praticados na URSS, a partir do que ele chama de “recusa do real”, que seria uma das características que formariam a “identidade comunista”. Ver: “Ser comunista? Uma maneira de ser”, in: P. Ari s, . e G. Duby. (dir.). *História da vida privada: da primeira guerra aos nossos dias*. São Paulo, Companhia das Letras, 1992, vol. 5, pp.427-457.

vilão que assassinara os membros do grande partido de Lenin. Não deve ter sido fácil, ainda mais se levarmos em consideração a força e o fascínio que sua figura exercia sobre os militantes. Ele era o homem que esteve ao lado de Lenin durante a revolução. Como se não bastasse, tinha derrotado o perigo nazista, salvando, assim, não só a URSS como todo o mundo.<sup>56</sup>

Como exemplo da relação que os militantes haviam estabelecido com a figura de Stalin, podemos lembrar a repercussão de sua morte em 20 de março de 1953, apenas três anos antes do XX Congresso, momento de luto, mesmo de desolação, nos partidos comunistas do mundo inteiro. É interessante ressaltar este acontecimento para percebermos a força que o culto a Stalin tinha dentro dos PCs para, deste modo, entendermos a força irradiadora do relatório de Khrushchev. Vejamos, a título de exemplo, como reagiram os militantes do Partido Comunista Espanhol (PCE) e do PCB à morte do "grande" líder.

O PCE paralisou suas atividades durante semanas, nas quais foram realizadas sessões necrológicas em homenagem a Stalin. Um trecho do discurso da dirigente de honra do partido, Dolores Ibárrui, pode exemplificar o sentimento dos militantes:

“Nas trincheiras da liberdade da Espanha, o nome de Stalin inspirava a nossos combatentes o mais alto heroísmo. Nas frentes e na retaguarda, nas fábricas e no campo, nos lares e nas escolas, o nome de Stalin se gravava com amor (...); se gravava nos corações das mães, na consciência dos combatentes da República. E ali continua vivo, cálido, palpitante, fundido no sangue e no amor de nosso povo. E viverá ali eternamente, porque eterno é o povo em cujo coração está enraizado.”<sup>57</sup>

Um outro dirigente do partido, Jorge Semprun, em um poema, “juramento español en la muerte de Stalin”, também nos dá uma mostra inequívoca de devoção a Stalin:

“Nossa dor é esse juramento,  
Porque STALIN não morreu.  
Eu vos digo que não morreu,

<sup>56</sup> Os aspectos simbólicos da relação entre a militância comunista e a União Soviética em geral, e a Stalin em particular, é feito por Jorge Luiz Ferreira. *Prisioneiros do mito: cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil – 1930-1956*. Tese de doutorado, São Paulo, USP, 1996. Em relação a formação moral e intelectual desta geração de comunistas ver o trabalho pioneiro de Alfredo Wagner B. de Almeida sobre as escolas do partido e dos cursos ministrados para a militância, nos quais, certamente o autor mais lido era Stalin: “As bibliotecas marxistas e as escolas de partido”, *Religião e sociedade*, n. 9, Rio de Janeiro, junho de 1983, pp. 35-56.

<sup>57</sup> Joan Estruch Tobella. *El PCE en la clandestinidad 1939-1956*. Madrid, Siglo XXI editores, 1982, pp. 198-199. Nesta e nas citações seguintes em língua estrangeira, a tradução é nossa.

Que não, vive no povo,  
Vive no devir, vai conosco,  
Vai com a classe operária para a vitória.

Camaradas, este é o juramento:  
As bandeiras de STALIN alçaremos  
Sobre o radiante futuro da Espanha.”<sup>58</sup>

Como último exemplo da influência do stalinismo nos dirigentes do PCE, temos uma declaração de Enrique Líster, que em um livro de 1983, ainda tentando amenizar as críticas a Stalin, escreveu:

“Penso que Stalin é um dos maiores revolucionários de todos os tempos; opino que ele não é nem o Deus que temos adorado durante muitos anos, nem o monstro que descreveu Khrushhev. Stalin – além de ser um homem com virtudes e defeitos – foi o dirigente máximo do primeiro Estado socialista que teve que dirigir a construção do socialismo, a luta contra os inimigos internos e externos, a industrialização, coletivização, a revolução cultural, a segunda guerra mundial *etc*, nas terríveis condições em que aconteceram. Penso que com o tempo Stalin ocupará na história do movimento operário – e sobretudo no comunista – o lugar que realmente deve ocupar. Nem mais, nem menos.”<sup>59</sup>

O PCB não reagiu de forma diferente, e é possível acompanhar pela sua imprensa o estado dos dirigentes partidários diante da morte de Stalin. O Partido dedicou o número quarenta e cinco da revista *Problemas* ao assunto, na qual aparecem vários pronunciamentos dos dirigentes do PCB e do próprio PCUS. Deste último, chama atenção a presença de declarações de G. Malenkov, L. Béria e V. Molotovo, personagens que mais tarde seriam responsabilizados pelos crimes de Stalin. Mas, voltando ao PCB, podemos perceber uma alta carga emocional pela morte de Stalin:

“ Imensa desgraça caiu sobre toda a humanidade. Morreu o grande Stalin. Cessou de bater o coração generoso que sempre pulsou pelos explorados e

---

58 *Idem*, p. 199.

59 Enrique Líster. *Así destruyó Carrillo el PCE*. Barcelona, Editora Planeta, 1983, p. 117. Claro que, tentar justificar os crimes de Stalin, não é mérito apenas dos espanhóis. Para ficarmos em um exemplo, vejamos um trecho do trabalho de Oscar Arévalo, feito a pedido do Partido Comunista da Argentina (PCA). Referindo-se ao XX Congresso do PCUS, diz ele: “as forças reacionárias do imperialismo, carentes de objetivos capazes de atrair as massas, se mascaram cada vez mais e dedicam energias e muitos milhões de dólares à luta ideológica para impedir o crescimento das adesões a causa da paz, da democracia, da soberania e do socialismo. Tentaram semear confusão em torno do problema do ‘culto a personalidade’ de Stalin, criticado pelo PCUS, e lançaram uma feroz campanha de desprestígio ao regime socialista...”, in: Oscar Arévalo. *El Partido Comunista*. Buenos Aires, Centro editor da América Latina, 1983, pp. 55-56.

oprimidos do mundo inteiro. Deixou de trabalhar o cérebro genial que durante mais de três décadas iluminou o caminho da libertação dos povos. Nenhum homem fez tanto pela humanidade...”<sup>60</sup>

Na imprensa diária, aparece de forma ainda mais contundente o clamor pela morte do líder soviético. Os militantes tomaram conhecimento do fato através da edição do *Voz Operária* do dia 6/03/1953, em que, entretanto, não foi possível a redação elaborar as devidas homenagens pelo fato da notícia ter chegado na noite anterior nas mãos dos editores. Todas as declarações necrológicas ficaram para a edição seguinte, de 10 de março, que foi integralmente dedicada ao tema, em que as referências do tipo “memória gloriosa”, “grande Stalin”, “glória imortal”, foram fartamente utilizadas. Durante muitos números, ainda víamos referências a Stalin, inclusive através de uma edição em fascículos, que acompanhavam o jornal, de uma biografia de Stalin.

Por fim, em relação ao PCB, temos o testemunho de Osvaldo Peralva, que saíria do partido pouco depois fazendo duras críticas à organização. Quando soube da grave situação de saúde pela qual passava Stalin, sentiu-se desamparado:

“...se achava em casa de meus sogros, no Rio, e ouvi no rádio notícias que Stalin se encontrava em estado desesperador, sem possibilidades de salvação, e ali, diante de minha mulher e de uma cunhada, que se retiraram para não me constranger, as lágrimas rolaram-me dos olhos...”<sup>61</sup>

Estas declarações dos militantes, do PCE e do PCB, devem dar uma amostra das dificuldades que os partidos teriam para lidar com as graves denúncias do XX Congresso, que colocou abaixo idéias sobre a figura de Stalin e do PCUS assentadas sobre pilares que vinham sendo construídos desde a revolução de 1917 e que, para os comunistas, eram sólidos e indestrutíveis. Idéias que, três anos antes, como vimos, foram amplamente exaltadas. Vejamos como os partidos reagiram às denúncias de Khrushchev.

Mais uma vez, agora para discussão da reação ao XX Congresso, vamos utilizar também a experiência do PCE. Fazemos isto, pelo menos, como uma tentativa de utilização

<sup>60</sup> “Comunicado do Comitê Nacional do PCB sobre a morte do camarada Stalin”, *Problemas*, n. 45, março/abril de 1953, p. 17.

<sup>61</sup> Osvaldo Peralva. *O Retrato*. Belo Horizonte, Itatiaia, 1960, p.208.

de alguns métodos da História Comparada<sup>62</sup> na reflexão sobre os eventos ligados às denúncias dos crimes de Stalin. Talvez este campo de reflexão possa dar alguns frutos, na medida em que a história das esquerdas comunistas está permeada por referências internacionais. Sem entrar aqui no problema da medida "exata" de até onde as orientações políticas dos grupos comunistas nacionais estão direcionados por centros revolucionários, seja pela URSS, pela China ou por Cuba, apenas ressaltamos que tais referências constituem-se, em grande medida, em aspectos fundamentais para os grupos comunistas. Neste sentido, e especificamente sobre o XX Congresso, um acontecimento que desencadeou discussões nos partidos comunistas do mundo inteiro, possa servir, ao ser abordado comparativamente, como ponto de partida para algumas reflexões.

### 1.1 - A reação do PCE

Os partidos comunistas que estabeleceram ligações estreitas com a URSS, tinham, em grande parte, se estruturado através do modelo do PCUS, ou, o que praticamente significava a mesma coisa, pelas normas estabelecidas pela IC. Após a dissolução da IC e a criação do Centro de Informações dos Partidos Comunistas, em que pesem as diferenças entre um organismo e outro, com a anunciada autonomia para os partidos comunistas no sentido de, partindo das realidades locais, formularem suas estratégias políticas, os laços entre os PCs e o PCUS se mantiveram estreitos, onde, certamente, o partido soviético

---

<sup>62</sup> Este campo de estudos não é ainda muito utilizado pela historiografia brasileira. Isto vale também para os estudos sobre as esquerdas comunistas, que mesmo tendo que, constantemente, fazer referências à influência de modelos internacionais, não procurou medir tal influência comparativamente. Heinz-Gerhard Haupt, em um artigo sobre a História Comparada, fala de algumas de suas possibilidades para a pesquisa histórica, que poderiam se dar em pelo menos três direções: "Em primeiro lugar, pode orientar a escolha das problemáticas e das diretrizes de uma pesquisa, e permitir uma melhor definição do campo de análise. Com efeito, os exemplos estrangeiros e as historiografias dos outros países podem ampliar o horizonte das problemáticas. Em segundo lugar, monografias históricas, quer sejam regionais ou nacionais, podem confrontar, numa introdução ou num capítulo final, a evolução particular com a de outros países, servindo-se da literatura secundária. Neste caso, podem testar o valor de explicações propostas e ser obrigadas a uma escritura mais analítica. Enfim, estudos partindo de uma problemática comum podem analisar estruturas, processos e mentalidades em duas ou mais sociedades, seja para acentuar diferenças, seja para encontrar analogias, de qualquer maneira, para ampliar a base documentária e propor uma interpretação das evoluções baseada no conhecimento de realidades sociais, econômicas e políticas diferentes." "O lento surgimento de uma história

continuava servindo-se não de modelo, pelo menos de exemplo de conduta a ser seguida. O fato é que por todo o mundo era possível encontrar exemplos da proximidade em relação ao PCUS no funcionamento dos partidos. Autoritarismo, “mandonismo”, expurgos, sem chegar ao extremo do que ocorria na URSS, principalmente na época de Stalin, acontecia em praticamente todos os partidos. Desta maneira, este modelo de funcionamento assumido publicamente pelos PCs, ao ser criticado na Rússia, obrigava estes partidos a também enfrentarem os problemas lá colocados. Para Tobella,

“...Os partidos comunistas do ocidente chegaram ao XX Congresso convertidos em inertes maquinarias burocráticas cujas cúpulas dirigentes, comprometidas até o fundo com as práticas stalinistas, estavam menos predispostas a mudar seus hábitos que os próprios dirigentes do PCUS. Esta paradoxal situação pode explicar-se tendo em conta que os dirigentes soviéticos tinham o cadáver de Stalin como bode expiatório que podia acumular todos os erros e crimes agora descobertos(...). Por outro lado, os ‘pequenos Stalin’ de cada partido comunista apareciam como os principais responsáveis por erros idênticos aos que se criticavam em Stalin. E eles não estavam mortos, mas bem vivos e à frente dos partidos comunistas que até então lhes haviam obedecido fielmente...”<sup>63</sup>

O autor acima também nos lembra que, como durante todo o período stalinista, os partidos comunistas levavam para seu interior as disputas e mudanças da linha política do PCUS, caberia saber agora quem iria arcar, no PCE, com o peso que no PCUS foi imputado a Stalin, com a clara diferença que neste último os candidatos estavam vivos e à frente do partido.<sup>64</sup> Como em todos os PCs, os traumas não seriam pequenos.

As questões colocadas pelo XX Congresso incidiram sobre o PCE no momento em que no interior desse partido era travada uma disputa entre dois grupos. O primeiro, o “grupo de Praga”, composto pelos principais expoentes do núcleo dirigente, representado por Vicente Uribe, Enrique Líster e Antonio Mije. O segundo, chamado “grupo dos jovens”, ou “grupo de Paris”, composto também por dirigentes, mas que, na estrutura do partido, não tinham o mesmo poder que o primeiro, era formado por Santiago Carrilo, Fernando

---

comparada”, in: Jean Boutier e Dominique Julia (org.). *Passados recompostos. Campos e conceitos da história*. Rio de Janeiro, Ed. da UFRJ/FGV, 1998, p. 211.

<sup>63</sup> Joan E. Tobella, op. cit., p. 219

<sup>64</sup> *Idem*, p. 221.

Claudín, Ignacio Gallego e Jorge Semprun. Os reflexos de tal congresso influenciaram decisivamente no desfecho da disputa.<sup>65</sup>

A diferença entre os dois grupos, que disputavam o poder no interior do PCE, evidenciou-se em torno da questão da entrada da Espanha de Franco na Organização das Nações Unidas (ONU) em dezembro de 1955, mas que também refletia discordância em torno da linha política que o partido deveria adotar dentro do próprio país, diante da ditadura que lá instalara-se. O primeiro grupo se posicionava contra a entrada da Espanha naquele organismo, pois, para ele, esse fato fortalecia o regime franquista e representava uma traição dos imperialistas anglo-americanos ao povo espanhol, que era massacrado com o terror imposto pelo regime discricionário. Cabe observar, entretanto, que este grupo se calava em relação ao fato de a URSS ser signatária do ingresso da Espanha na ONU. Esse grupo também defendia, em relação à política interna, a derrubada, a qualquer custo e com todos os meios, do regime de Franco.

O segundo grupo via com bons olhos a entrada da Espanha na ONU. Para ele, isto favorecia a coexistência pacífica internacional e neutralizava os ataques do franquismo à URSS. Isto significava a possibilidade de alguma abertura interna, o que favoreceria uma política de conciliação nacional em favor da democratização da Espanha, já que uma tática de enfrentamento com o regime estaria desautorizada pela realidade, que a cada dia demonstrava a dificuldade de organização dentro de um regime do tipo implantado por Franco.<sup>66</sup>

Esta disputa só foi resolvida na reunião do Comitê Central do partido em Agosto de 1956, quando o PCE também divulgou nota oficial comentando os acontecimentos do XX Congresso. A resolução, segundo Tobella, foi bastante moderada, nela continha a tradicional defesa do campo socialista e dos avanços da URSS; a crítica ao culto a personalidade de Stalin se centrava em sua falta de respeito ao centralismo democrático e na legalidade socialista, porém não se mencionavam as repercussões do XX Congresso no PCE.

---

65 A respeito dos grupos no interior do PCE, ver: Gregorio Moran. *Miseria y grandeza del Partido Comunista del España 1939-1985*. Barcelona, Editora planeta, 1986, pp. 254-255.

66 Em relação às políticas defendidas pelos dois grupos, ver: Joan E. Tobella, op. cit., pp. 214-216, e Gregorio Morán, op. cit., pp. 254-255.

Quanto à intervenção na conjuntura interna, o "grupo de Paris" conseguiu a aprovação da política que pleiteavam, na medida em que "se fala já da 'reconciliação nacional de todos os espanhóis' e da 'realização de mudanças democráticas por via pacífica, sem guerra civil.'" O funcionamento partidário também deveria mudar: a resolução fala em aplicar o princípio de direção coletiva em todos níveis, de acabar com os métodos de cacique e desenvolver a democracia interna.<sup>67</sup>

Junto com as mudanças na linha política, vieram as modificações no núcleo de poder. O grupo representado por Vicente Uribe arca com a culpa dos erros do partido. O grupo representado por Santiago Carrillo sai vitorioso empunhando a bandeira das mudanças. Nas palavras de Tobella, o XX Congresso reforçou as posições dos renovadores e Uribe se converteu no Stalin do PCE.<sup>68</sup>

Para Gregorio Morán, os ventos de Moscou possibilitaram ao PCE fazer mudanças em sua linha política e em seu grupo dirigente sem, no entanto, se aprofundar demasiadamente sobre as origens dos problemas. Para o autor, o Pleno de agosto representou uma nova etapa para o PCE. Nele, foi feita um ajuste de contas interno com a mudança na cúpula partidária, o restante, entretanto, continuava intacto.<sup>69</sup>

De fato, uma vez com o poder nas mãos, o novo grupo parece não ter modificado muito sua prática em relação ao passado. Neste sentido, os acontecimentos de 1956, principalmente a chamada "Revolução Húngara de 1956" e os problemas no partido comunista polonês, viriam demonstrar os limites das mudanças implementadas tanto no PCE quanto na grande maioria dos partidos comunistas. O partido russo mandou o exército sufocar as "rebeliões", os PCs apoiaram prontamente esta decisão.<sup>70</sup>

## 1.2 - A reação do PCB

---

67 Joan E. Tobella, op. cit., p. 225.

68 *Idem*, p. 223.

69 Gregorio Morán, op. cit., p.280.

70 Sobre a reação do PCE à questão húngara, ver: Joan E. Tobella, op. cit., p. 244.

O mesmo Peralva, que chorara com a morte de Stalin, quando teve a confirmação da autenticidade do relatório, sentira-se sem rumo:

“... entrara em estado de crise: obcecado, passei a fazer-me mil e uma perguntas que não encontravam respostas, a buscar mil e uma explicações que simplesmente não existiam. Parecia que todas as luzes se haviam apagado e eu me movia como um fantasma em plena escuridão.”<sup>71</sup>

Agildo Barata, outro dirigente do PCB na época do congresso do PCUS, ao tomar contato com o relatório, fala de seus sentimentos, que vão da incredulidade ao desespero. Diz ele:

“De tal maneira eu me deixara empolgar pela propaganda stalinista; de tal maneira eu me deixara embalar pelos sonhos da existência de um verdadeiro paraíso na União Soviética; com tal intensidade eu me deixara convencer das excelências dos métodos e processos usados por Stalin e caprichosamente dourados pelos incensadores do semidivino Stalin, que eu repelia com todas as minhas forças a possibilidade da autenticidade do relatório de Krushev...”<sup>72</sup>

Quando, enfim, teve a confirmação da autenticidade do documento, continua o velho militante:

“...senti uma dor no estômago, percebi que a vista estava-me escurecendo e, com náuseas, tive uma vontade irresistível de vomitar. O choque era tremendo. Desmoronaram-se, de um golpe, velhos sonhos e ilusões que me enchiam, há mais de 20 anos, toda a minha imaginação de admirador entusiasta e incondicional de Stalin e daquilo que eu supunha ser sua grandiosa obra...”<sup>73</sup>

Antônio Carlos Felix Nunes, em seu livro de memórias, cita o desabafo de um militante, que atuava na zona leste da cidade de São Paulo, em relação aos ventos que vinham de Moscou. Gino, que atuava a muitos anos no partido, ao saber da existência de tal relatório, teria dito:

“Eu, que dei quase toda a minha vida à libertação dos trabalhadores, enfrentando a polícia assassina das ditaduras, vivendo as agruras de todas as repressões, as torturas nos cárceres do Estado Novo, os longos anos na clandestinidade, eu, que deparei com as incompreensões e combati todos os desvios, fiz inimigos e

---

71 Osvaldo Peralva, op. cit. p. 208.

72 Agildo Barata. *Vida de um revolucionário (memórias)*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1978, p. 354.

73 *Idem*, p. 355.

fui odiado dentro do próprio Partido quando me dispus a preservar-lhe a disciplina e manter o moral dos militantes, visando torná-los cada vez mais combativos, eu, companheiros, não posso admitir que todos esses sacrifícios sejam agora atirados no lixo da burguesia só porque a maldita Resolução de Moscou assim exige. Falam em liberar sua ordem, extinguir o sectarismo. Mas liberar o quê? É através do liberalismo que a burguesia violenta todos os grandes valores da revolução proletária(...).Uma vergonhosa capitulação companheiros! Eu e todos aqueles compromissados com a classe operária, fiéis aos seus princípios e que pretendemos levá-la ao poder, não permitiremos que os renegados e colaboracionistas destruam o nosso glorioso Partido Comunista do Brasil. Só ele será vanguarda avançada da classe operária, com ele faremos a revolução das massas.”<sup>74</sup>

As reações dos militantes diante do relatório servem aqui para demonstrar que foi neste clima, emocionalmente conturbado, que tiveram lugar no PCB as discussões em torno das questões expostas no XX Congresso do PCUS. Os comunistas brasileiros teriam que, de alguma forma, acertar contas com o fantasma do stalinismo que Khrushchev trouxera à luz do dia. Agora que os partidos comunistas estavam sendo obrigados a discutir seus erros, e se haviam cometido erros, quem seriam os culpados? Quem seriam os seus “stalins”? O PCB teria que enfrentar estes problemas.

Uma primeira questão que chama a atenção é a demora do partido em pronunciar-se oficialmente sobre o “relatório secreto”, - o que por si só revela os impasses em seu interior em torno do problema -, o que só o faria em outubro de 1956, oito meses depois do congresso. Apesar disso, entre março e outubro, foram publicados no seu jornal oficial, *Voz Operária*, uma série de reportagens e entrevistas de outros partidos comunistas que discutiam os problemas lançados pelo XX Congresso, o que deve ter sido suficiente para levantar dúvidas nos militantes brasileiros, que viam com desconfiança aparecer em seu jornal discussões levantadas por outros partidos, sem que, no entanto, a direção do PCB fizesse qualquer pronunciamento a respeito de problemas de tamanha gravidade.

A primeira notícia oficial que chegou aos militantes do partido foi através do “Informe público de Nikita Khrushchev ao XX Congresso do PCUS”, publicado no *Voz Operária* de 10/03/1956, no qual, apesar de nada conter sobre os crimes de Stalin, continha questões que colocavam em xeque algumas das formulações teóricas do IV Congresso do

---

74 Antônio C. Felix Nunes. *PC linha leste*. São Paulo, Livramento, 1980, p. 83.

PCB de 1954, como, por exemplo, os indícios da possibilidade de uma convivência pacífica entre os EUA e a URSS.<sup>75</sup>

Além deste artigo, vários outros foram sendo publicados, todos discutindo o problema gerado nos partidos comunistas em todo o mundo. Na edição de 21/04/56 foi publicada a resolução do Comitê Central do Partido Comunista Italiano (PCI), que discutia a questão do stalinismo, do culto à personalidade e de suas conseqüências para o movimento comunista. Em 07/07/56 foi publicado o artigo “Os EEUU e o relatório especial de Nikita Krushev”, do secretário geral do Partido Comunista dos Estados Unidos. Na edição de 14/07 foi publicado um documento assinado pelo Comitê Central do PCUS intitulado: “Como foi superado na URSS o culto à personalidade de Stalin”. Nas edições de 25/08 e 01/09 foi publicada uma entrevista de Togliatti à revista *Nuovi Argumenti* e o informe preparatório para o VIII Congresso do PCI, sugestivamente intitulado “A luta pelo caminho italiano para o socialismo.” Na entrevista, Togliatti refere-se a Stalin de uma forma que não deixa dúvida a respeito da responsabilidade deste para com os problemas enfrentados pela sociedade soviética:

“...em conseqüência dos erros de Stalin e do culto à personalidade acumularam-se elementos negativos, situações desfavoráveis e mesmo nitidamente maléficas em diferentes setores da vida e da sociedade soviéticas, em diferentes setores da atividade do Partido e do Estado.”

Como se não bastasse os tais artigos publicados, que informavam o debate que tomava conta dos vários partidos comunistas, a editora do PCB, a Vitória, lançou um livro ainda em 1966 que chama atenção pela tentativa de tornar ainda mais claro o que já vinha se delineando nas páginas do *Voz Operária*. Trata-se do livro *O que é Stalinismo*,<sup>76</sup> no qual foram publicados os vários artigos citados acima, além de outros, de dirigentes de partidos comunistas estrangeiros discutindo a problemática do XX Congresso do PCUS. Além dos artigos, foram publicados alguns trechos dos últimos escritos de Lenin referindo-se a Stalin. A inclusão destes escritos no livro não deixa dúvidas de que este estava sendo publicado deliberadamente para suscitar um debate dentro do partido em torno do problema e que, os responsáveis pela edição estariam, logo depois, entre aqueles que defenderiam as mudanças

---

75 Raimundo Santos. Op. cit., pp. 99-100.

mais profundas na estrutura partidária. Só para exemplificar com um trecho de tais escritos, que certamente não passaram despercebidos para os homens que três anos antes tinham chorado pelo morte do “infalível” Stalin, vejamos:

“Stalin é demasiadamente grosseiro e essa debilidade, de todo tolerável em nosso meio e nas relações entre nós, os comunistas, torna-se inadmissível nas funções de secretário geral. Por isso, proponho que os camaradas discutam o meio de transferir Stalin desse posto e indicar outra pessoa...”<sup>77</sup>

Diante desta situação, de omissão por parte do grupo dirigente em abrir as discussões no interior o partido, João Batista de Lima, à revelia da direção do PCB publicou, na edição de 13/10/56 do *Voz Operária*, o artigo intitulado “Não se poderia adiar uma discussão que já está em todas as cabeças”, o artigo foi precedido de uma nota da redação do jornal justificando a iniciativa da sua publicação:

“Há tempos vem a *Voz Operária* divulgando matérias ligadas à discussão que se trava em diversos países sobre o XX Congresso do P. C. U. S. e as conseqüências para o movimento socialista e de independência nacional...”

Por isso, iniciava-se o debate. A direção reage imediatamente e publica um “aviso aos leitores”, no qual dizia que, por “motivos supervenientes”, suspendia-se a publicação de cartas e artigos recebidos pela redação do jornal. Em 20/10 é publicado “O projeto de resolução do comitê central do PCB sobre os ensinamentos do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, o culto à personalidade e suas conseqüências, a atividade e as tarefas do Partido Comunista do Brasil”, abrindo oficialmente o debate no interior do partido.

No projeto de resolução,<sup>78</sup> a direção do PCB, ainda que chame atenção para os avanços no mundo socialista durante o período que Stalin esteve no poder, admite que alguns erros foram cometidos, tanto pelo PCUS como pelo próprio PCB. O primeiro e mais grave teria sido a “injustificável” demora em abrir as discussões dentro do partido sobre questão de tamanha relevância política. Quanto aos acontecimentos da União Soviética, declara que todos ficaram chocados com os erros cometidos por Stalin e pelo Comitê

---

<sup>76</sup> *O que é Stalinismo*. Rio de Janeiro, Editora Vitória, 1956.

<sup>77</sup> *Idem*, p. 166.

<sup>78</sup> O projeto de resolução está transcrito in: Moisés Vinhas, op. cit., pp. 163-172.

Central do PCUS. Tentando, porém, amenizar o tom de crítica da declaração, complementa dizendo que era necessário, porém, levar em consideração as duras condições em que se desenvolveu o socialismo na Rússia.<sup>79</sup>

Em relação aos erros que o PCB cometera, continuava:

“...infringimos os princípios do marxismo no que tange ao papel das massas e do indivíduo na história ao estimular em nosso partido e em nosso povo o culto à personalidade de Stalin, do PCUS e da União Soviética... O dogmatismo tem-nos causado grandes prejuízos mediante repetição mecânica de fórmulas teóricas dentro das quais pretendemos enquadrar a realidade brasileira, e através da cópia servil de experiências alheias nem sempre aplicáveis às condições concretas de nosso país. Abdicamos da capacidade de pensar independentemente e do necessário espírito criador. Copiamos literalmente o PCUS, em muitas formas de construção do partido, apesar da extrema diversidade de condições...”

Por fim, conclamava:

“...que todos falem, discutam e sugiram, fazendo pleno uso da liberdade de opinião e do direito de crítica e autocrítica...”<sup>80</sup>

Iniciado o debate, logo ficariam claras as posições divergentes que havia dentro do partido em relação à problemática das questões levantadas pelo XX Congresso do PCUS. Todos concordavam que deveriam haver mudanças, pelo menos de uma maneira geral; entretanto, quanto à profundidade e ao alcance de tais modificações, as divergências não eram desprezíveis. Nos debates travados no interior do PCB, havia pelo menos duas idéias que polarizavam a discussão no interior do partido. Uma, que defendia um debate restrito ao interior do partido e que, de alguma forma, entendia que feita a autocrítica e reconhecido os erros, o partido estaria preparado para seguir seu caminho. Esta idéia, de uma maneira geral, era defendida pela maior parte do núcleo dirigente do partido, que, entre outros, podemos identificar nomes como os de Luis Carlos Prestes, João Amazonas, Maurício Grabois, Pedro Pomar, Mariguella, Diógenes Arruda Câmara e Jover Telles. A outra idéia que aglutinou uma grande quantidade de militantes era a de que o debate deveria ser amplo e irrestrito. Além disso, se duvidava mesmo que o núcleo dirigente estivesse preparado para fazer as modificações necessárias na estrutura partidária. Entre os que

---

79 *Idem*, p. 169.

80 *Idem*, pp. 169-172.

defendiam estas idéias, os mais conhecidos foram Osvaldo Peralva e Agildo Barata e mais um numero razoável de intelectuais do partido.<sup>81</sup>

Logo no início dos debates, as posições renovadoras ganhavam terreno no interior do partido e cobravam mudanças profundas, não só nas formulações teóricas, como no funcionamento da estrutura partidária. Questionavam mesmo a capacidade do atual grupo dirigente, que estaria profundamente comprometido com os erros praticados, em dirigir os debates e fazer as mudanças necessárias. O debate claramente estava fugindo ao controle da direção.<sup>82</sup> Neste momento, Prestes se pronuncia em carta publicada no *Voz Operária* de 24/11/1956<sup>83</sup>, que passaria à história como “carta rolha”. O dirigente máximo do partido resolve traçar regras para que o “livre” desenvolvimento do debate continuasse. Ele justificou a necessidade de tais normas nos seguintes termos:

“...cabe ao comitê central saber criar as condições para que em todo o partido não tenha receio de discutir, mas ao mesmo tempo, assumir a direção dos debates, que dizer, não permitir que se desenvolva a influência do inimigo em nossas fileiras, nem que a título da liberdade de discussão, sejam dadas armas ao inimigo. Dirigimos, por isso, aos prezados camaradas, certo de que concordarão comigo em que as seguintes questões de princípio não podem deixar de ser respeitadas em nosso debate...”<sup>84</sup>

---

<sup>81</sup> As discussões internas do PCB sobre o XX Congresso do PCUS nem sempre aparecem de forma clara, em todas as suas nuances, em em seus documentos, o que, aliás, não é incomum tratando-se da rígida estrutura dos partidos comunistas. Esta dificuldade, junto com a necessidade de tornar inteligível estes debates, faz com que os estudiosos tentem, para efeito de análise, referir-se as diversas correntes de opinião que se formaram no interior do partido naquele momento, necessitando, portanto, nomear tais correntes. Neste momento talvez acabe-se por incorrer em um certo artificialismo nesta nomeação. Por exemplo, no debate ao qual estamos nos referindo, Chilcote refere-se a existência de três grupos: o grupo “fechadista” ou “conservador”, que defendiam um debate restrito ao interior do partido; o grupo “abridista” ou “renovador”, defensor de um debate irrestrito e o grupo do “pântano” ou “baiano”, cujos interesses ficavam no meio do caminho entre o primeiro e o segundo (Chilcote, op. cit. p. 119.). Um outro autor, José Antonio Segatto, prefere chamar as correntes em questão de “renovadora”, “conservadora” e “centro-pragmática” (Segatto, op. cit., pp. 63-64.). Uma outra interpretação sobre estas divisões, que inclusive nega a existência do tal grupo “baiano”, pode ser vista em Gorender, op. cit. pp. 32-35.

Em nosso trabalho, conforme visto acima, preferimos não nomear os grupos. Nos referiremos apenas as duas correntes principais em disputa – a que propunha um amplo debate junto com mudanças na estrutura partidária e outra que propunha um debate restrito com mudanças parciais na vida partidária. Quando este recurso não for suficiente, poderemos utilizar as divisões propostas pelos autores acima.

<sup>82</sup> Para um exame detalhado dos debates, com o posicionamento e argumentos das tendências, ver Raimundo Santos, op. cit.

<sup>83</sup> A carta está transcrita in: Edgard Carone. *Movimento Operário no Brasil, 1945-1964*. São Paulo, DIFEL, 1979, vol. 2, pp. 154-160.

<sup>84</sup> *Idem*, p.156.

São traçados, então, três princípios a serem seguidos pelos participantes dos debates. O primeiro dizia respeito ao “internacionalismo proletário”, que significava o direito à “crítica natural e fraternal”, mas que não causasse danos ao movimento operário internacional e ao fato objetivo de que a União Soviética estava à frente dos povos que lutavam pela paz, pela democracia e pelo socialismo, sendo, portanto, “inadmissível” qualquer ataque à URSS e ao PCUS<sup>85</sup>. Um segundo princípio seria o da defesa do marxismo-Leninismo, ou seja, não seriam permitidos críticas aos princípios norteadores da prática partidária, que poderiam levar à sua liquidação.<sup>86</sup> Enfim, o terceiro ponto, reforçando o segundo, e para que não restasse dúvida quanto aos rumos que o debate deveria tomar, estabelecia que as críticas não poderiam afrontar o partido e seus princípios<sup>87</sup>. Em resumo, Prestes estabelecia que o debate deveria continuar, mas sem críticas à URSS, ao PCUS e à direção do PCB.

A partir daí, a discussão tomaria rumos definitivos. Para Raimundo Santos, a “maioria das intervenções no boletim de debates espelhou o marco fixado pelos limites impostos na carta de Prestes”, e os renovadores já não conseguiam imprimir o mesmo ritmo anterior. Com o encerramento oficial dos debates, as teses renovadoras perderam, irremediavelmente, terreno para os defensores da restrição dos debates, que novamente conseguiam ditar as regras de funcionamento do partido, pois o grupo dirigente, com a máquina partidária nas mãos, não deixava espaço para os primeiros e, para isto, usavam todas as armas que fossem necessárias. Exemplo disso foi a intervenção, a mando da direção, da redação do *Voz Operária*, reduto de “renovadores”, e a destituição de todo seu corpo editorial onde, não fosse o recuo dos funcionários, seria usada a força física, para que as ordens do Comitê Central fossem cumpridas.<sup>88</sup>

Talvez possamos dizer que uma primeira consequência deste debate foi a derrota do grupo que propunha modificações mais profundas na estrutura partidária, representada pela expulsão de Agildo Barata e a saída de Osvaldo Peralva ainda em Maio de 1957, que,

---

85 *Idem*, p. 157.

86 *Idem*, p.158.

87 *Idem*.

88 Raimundo Santos, *op. cit.*, p. 135.

no interior do partido, ficaram conhecidos com os adjetivos de praxe nas disputas dentro dos PCs: “revisionistas”, “fracionistas”, “liquidacionistas”, “trotsquistas”.

### *1.2.1 - Em defesa da ordem e do partido: João Amazonas, Pedro Pomar, Carlos Danielli e Calil Chade*

Dentre os que defendiam a restrição dos debates e das mudanças, têm destaque os nomes que viriam a formar o núcleo dirigente do PC do B. Nos artigos por eles assinados, principalmente por Amazonas e Pomar, transparece de forma clara a preocupação em não se modificar profundamente os métodos até então empregados na vida partidária. Admitiam que haviam sido cometidos erros, mas que estes, a partir do momento em que eram reconhecidos publicamente, seriam contornados, e as mudanças necessárias na organização partidária seriam feitas.

O primeiro a se pronunciar foi João Amazonas, em artigo intitulado “As massas, o indivíduo e a história”,<sup>89</sup> no qual o autor defende a tese de que a história é feita pelas massas; entretanto, este fato não implicaria em contradição com o reconhecimento de que há alguns indivíduos que têm nesse processo um papel destacado. O grupo renovador não teria entendido justamente este fato, e acabaram assim, erroneamente, identificando

“...o culto à personalidade com a negação da personalidade, dos chefes, dos dirigentes.(...)Existe mesmo quem considere necessário atacar rudemente os dirigentes (digo atacá-los e não criticá-los) para mostrar que estão rompendo com o culto...”

O culto à personalidade, esclarece o autor:

“...significa atribuir a certos homens traços e qualidades sobrenaturais, acreditar na sua infalibilidade, enaltecê-los excessivamente, curvar-se humildemente ante eles...”

Não teria sido o que acontecera em relação a Stalin, contra quem ficou provado que cometera alguns graves erros. Entretanto, mesmo tendo cometido tais erros

---

<sup>89</sup> *Voz Operária*, nº 401, 26/ 01/ 57.

“...Stalin foi um dos mais eminentes marxistas de sua época e o maior revolucionário da Rússia, depois de Lenin(...).É necessário, portanto, apreciar com equilíbrio a personalidade de Stalin e o papel que jogou na história.”

E termina, de maneira que não reste dúvidas a respeito de seu posicionamento em relação ao problema do culto à personalidade e ao significado da obra de Stalin, dizendo que ninguém deveria esquecer que ele “teve muito mais lados positivos, como revolucionário e dirigente do partido, do que lados negativos.”<sup>90</sup>

Pedro Pomar, em seu artigo “O XX Congresso e os nossos debates”,<sup>91</sup> faz uma única restrição à direção do partido, a de ter “subestimado” as questões colocadas pelo XX Congresso e ter, por isso, demorado a discutir os problemas levantados em Moscou. Porém, dever-se-ia ficar atento, pois as denúncias do relatório secreto estariam sendo usadas para uma ofensiva contra o comunismo, e essa ofensiva havia chegado dentro do PCB, que enfrentava naquele momento atividades “divisionistas” dos “inimigos do povo”. Portanto, a questão mais importante seria a defesa do partido.

Os outros artigos seguem a mesma tônica dos dois citados acima. De um modo geral são responsáveis por responder às críticas dos renovadores e, ao mesmo tempo, tentar delinear os limites das questões que levantavam-se no interior do partido. Reconheciam alguns erros e falhas no funcionamento do partido; entretanto, a ênfase recaía sempre sobre a necessidade de estar atento às idéias “burguesas”, “liquidacionistas” e “revisionistas” que estariam atuando dentro do PCB. Acima de tudo estava o partido.

Entre o final de abril e início de maio, a situação com o grupo “renovador” estava resolvida. Os seus membros foram expulsos, outros saíram por conta própria e os que permaneceram acataram as resoluções do grupo dirigente.

No mês de agosto, segundo Raimundo Santos, mais uma vez o partido teria seus problemas internos resolvidos por influência dos acontecimentos soviéticos.<sup>92</sup> No mês de Julho, foi publicado na imprensa partidária um documento do PCUS intitulado “Resolução

---

<sup>90</sup> *Idem.*

<sup>91</sup> *Voz Operária*, n° 403, 09/ 02/ 57.

<sup>92</sup> Raimundo Santos, *op. cit.*, p. 211.

do Comitê Central do PCUS sobre o grupo dogmático e sectário”, onde falavam das medidas tomadas contra os dirigentes que emperravam as correções aconselhadas pelo XX Congresso. Foram afastados do núcleo dirigente do partido Molotov, Malenkov e Kaganovitch. Alguém, além do cadáver de Stalin, deveria pagar o preço pelos crimes cometidos.

Seguindo o mesmo caminho, foi publicado no *Voz Operária*, na mesma edição na qual foi publicada a declaração do PCUS,<sup>93</sup> um artigo intitulado “A lição dos acontecimentos do PCUS”, no qual o núcleo dirigente deixava claro que aqui também alguém deveria arcar com o ônus dos chamados erros dogmáticos e sectários. Os esforços para a implantação de uma nova política teriam agora, depois de depurado o partido dos “direitistas”, que se voltarem contra os membros que teimavam em não aceitar as mudanças. Desta maneira, as declarações contidas no artigo, que apontavam quais “lições” deveriam ser seguidas pelo PCB, anunciavam as mudanças que deveriam ser feitas na composição do núcleo dirigente do partido:

“Defendendo a unidade do partido e os princípios do marxismo-leninismo contra os intentos fracionistas e revisionistas, os comunistas brasileiros devem empenhar-se simultaneamente numa luta sem quartel contra os nefastos erros dogmáticos, sectários e burocráticos, e aprofundar com firmeza, sem vacilações e sem temores o processo autocrítico iniciado após o XX congresso do PCUS.”<sup>94</sup>

O Recado estava dado. Restava agora tornar público o que, provavelmente, nos bastidores todos já sabiam: quem iria arcar com os "erros dogmáticos, sectários e burocráticos"?

### 1.2.2 - Briga de titãs: a reestruturação de poder no núcleo dirigente

Em Agosto de 1957, em uma reunião do Comitê Central, através de um acordo entre a maior parte dos dirigentes, foram destituídos do Presidium quatro membros: Diógenes Arruda, João Amazonas, Sérgio Holmos e Maurício Grabois. Orlando Pioto,

<sup>93</sup> Os dois artigos foram publicados em *Voz Operária*, nº 423, de 13 de julho de 1957.

mesmo sendo suplente, foi impedido de ascender à alta direção. Em seus lugares entraram Giocondo Dias, Mário Alves, Calil Chade e Marighella, que, junto com Prestes, passaram a estar no centro de poder do PCB.<sup>95</sup>

O conjunto do partido tomou conhecimento das mudanças através da histórica edição do *Voz Operária* de 07/09/57, onde foram publicados dois artigos que, vistos em conjunto, podem representar o fechamento das discussões abertas em 1956. Neles seriam feitos, simultaneamente, um acerto de contas com o grupo “reviscionista” (“Resolução do comitê central sobre a atividade antipartidária de Agildo Barata”) e com o grupo “dogmático” (“O trabalho da direção e a composição do Presidium e do Secretariado do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil”). Ainda nesta edição, foi publicado um “Comunicado do Comitê Central”, no qual anunciavam as medidas tomadas pela reunião plenária do início do mês. Na declaração sobre o grupo de Barata, a direção sintetiza a necessidade das medidas tomadas contra os dois grupos:

“Simultaneamente com a luta contra o fracionismo é indispensável impulsionar a luta pela correção de nossos erros já criticados pelo partido. É preciso combater as manifestações de caráter dogmático que nos levam a posições sectárias no trabalho de massas e na atuação política. A luta contra o dogmatismo em nosso meio está indissolivelmente ligada ao combate ao radicalismo pequeno burguês, a fraseologia revolucionária, a tendência de querer desencadear lutas a qualquer preço e de lançar palavras de ordem de ação imediata muito acima da compreensão das massas se de sua capacidade para realizá-las.”

Na declaração sobre o grupo “dogmático”, a direção esclarecia como deveria dar-se a reorganização do partido:

“Esta reorganização, segundo pensamos, deve ser feita com o afastamento dos camaradas que, apesar de seus méritos e de suas possibilidades de autocrítica, mais estão comprometidos com os erros do passado e o do presente. Estes camaradas deverão ser substituídos por outros que sejam capazes de fazer do Presidium o que ele precisa ser: o órgão executivo do comitê central, inteiramente subordinado às suas decisões e ao seu controle. O Partido necessita com urgência de uma direção que modifique o presente estado de coisas, tirando o partido da relativa estagnação em que se encontra.”

---

<sup>94</sup> “A lição dos acontecimentos no PCUS”, in: *Idem*.

<sup>95</sup> Raimundo Santos, op. cit., p. 217.

Estas modificações significariam para o partido muito mais que uma simples mudança de nomes no Presidium. Entre o grupo que era desalojado do poder e o que a ele chegava, havia concepções sobre a linha política do partido que, se não eram radicalmente opostas, não eram tão pouco iguais. Os primeiros estavam essencialmente apegados à linha traçada no IV Congresso. Os segundos pretendiam modificar aspectos que, como veremos adiante, dariam novo rumo a política do PCB.

Uma outra consequência importante do remanejamento no interior do partido, foi a união dos que perderam o poder dentro da organização em torno da defesa da política do traçada no IV Congresso e na oposição sistemática à implantação da nova política. Esta união, aos poucos, parece tomar contornos claros de um verdadeiro grupo opositor<sup>96</sup> dentro do partido. Tal grupo é identificado com os nomes de João Amazonas, Maurício Grabois, Pedro Pomar, Calil Chade e Carlos Danielli e faria oposição sistemática à nova política até sua expulsão do partido em 1961.

O novo grupo, uma vez instalado no poder, modifica a linha política do partido. Publica uma resolução, em 1958, “Declaração sobre a política do Partido Comunista do Brasil”, sintetizando as modificações implementadas. Esta declaração também marcaria oficialmente, segundo alguns autores, o início da “desestalinização” do partido<sup>97</sup>. Ainda em

---

96 A partir de agora, chamaremos o grupo cujo núcleo é formado por João Amazonas, Maurício Grabois, Pedro Pomar, Calil Chade e Carlos Danielli, enquanto encontravam-se dentro do PCB, de opositorista, no sentido de que faziam oposição à nova política partidária. Optamos por esta designação, no lugar de “stalinista”, corrente em autores que tratam do tema, por entendermos que além da retórica, de defenderem claramente a figura de Stalin, dificilmente poderíamos demonstrar que há grande diferença entre a prática deste grupo e a do novo grupo dirigente. Se nos apegarmos a suas práticas partidárias, não poderemos dizer que os que chegam ao poder eram “menos” stalinistas do que os que saíam. Devemos ainda lembrar que nos debates travados após o XX Congresso, os membros do novo grupo dirigente não fizeram críticas maiores ou menores que os primeiros. Basta ver que na edição do jornal *Novos Rumos*, nº 46, de 8 a 14 janeiro de 1960, por ocasião do 80º aniversário de Stalin, foi publicado um artigo cujo título era no mínimo generoso com a figura de Stalin: “Um firme lutador pelo socialismo”. Um outro autor, Antonio C. Galdino, em seu estudo sobre o PC do B, também utilizou a designação de “oposicionista” para tal grupo, ver: *O PC do B e o movimento de luta armada nos anos 60*. Dissertação de mestrado, Campinas, IFCH-UNICAMP, Campinas, 1994.

97 Em relação a declaração de março e ao processo de desestalinização ver Moisés Vinhas, op. cit., p. 2 e 181.

Quanto a mudança da linha política após os debates de 1956 e 1958, coroada na declaração de março, cabe lembrar que alguns autores identificaram este processo de mudança em momentos anteriores. Como já dissemos anteriormente, para Reis Filho, o questionamento das teses do “manifesto de agosto” e sua superação prática, datam no mínimo de 1952 (Daniel A. Reis Filho, op. cit., p. 84.). Neste mesmo sentido,

1957, o partido reorganiza seus meios de divulgação. Deixam de circular os jornais *Imprensa Operária* e *Voz Operária*, sendo criados o semanário sintomaticamente chamado *Novos Rumos* e a revista de *Estudos Sociais*.

Tinha desfecho, enfim, as discussões diretamente ligadas ao congresso do partido soviético. Reestruturação de poder no núcleo e uma tendência à modificação da linha política, além da saída de muitos militantes no decorrer do processo, parecem ter sido os resultados mais visíveis do debate. Vale ressaltar que, mesmo afastando o tipo de análise que vê os partidos comunistas como satélites de centros revolucionários, se o XX Congresso não pode ser apontado como o responsável direto pelas mudanças na linha política dos partidos comunistas na década de cinquenta, ele, sem dúvida, foi responsável pela abertura de um debate que, uma vez iniciado, tomaria rumos imprevisíveis. O resultado, é claro, se daria em consonância com os problemas internos de cada partido, diante das conjunturas próprias de cada país. Apesar disso, não há como deixar de notar alguma semelhanças nos processos desencadeados pelo congresso nos partidos comunistas.

Os casos do PCB e do PCE demonstram tais semelhanças de modo bastante claro, guardadas, é claro, as diferenças das conjunturas - no Brasil, uma expressiva liberdade política, acompanhada de um grau elevado de desenvolvimento econômico. Na Espanha, vivia-se sob a ditadura de Franco -. Em ambos os partidos, entretanto, no decorrer dos debates, foi abandonada uma política, pelo menos retoricamente mais agressiva, em nome de outra caracterizada pela tática de união nacional, através de amplas frentes políticas. Do mesmo modo, e ligado a esta nova política, passaram a enfatizar o caminho pacífico para a resolução dos problemas dos respectivos países.

Além destas, há uma série de outras semelhanças nos processos vividos pelos PCs. Por exemplo, podemos lembrar, além do devastador aspecto emocional sobre os militantes, a demora na abertura dos debates, o papel destacado dos intelectuais na cobrança de modificações mais substanciais na estrutura partidária, a escolha de bodes expiatórios, e,

---

Raimundo Santos indica que desde agosto de 1954 os comunistas abandonaram a postura assumida em 1950 (op. cit.).

No que diz respeito ao processo de desestalinização, cabe lembrar a observação feita por Fernando Claudín, a qual me referi anteriormente, onde o autor questiona a validade da afirmação de que os partidos comunistas tenham se libertado das práticas stalinistas após o XX Congresso (Fernando Claudín, *A crise do movimento...*, op. cit., p.638, nota 25).

no final, uma mudança muito mais nas palavras do que propriamente na arraigada prática stalinista,<sup>98</sup> como aliás os acontecimentos da Hungria e da Polônia ainda em 1956 viriam demonstrar. De qualquer maneira, independente da dimensão que as mudanças tomaram, dificilmente se conseguiria entender a história dos partidos comunistas na década de cinquenta sem fazer menção ao XX Congresso do PCUS.

## 2 - A DECLARAÇÃO DE MARÇO DE 1958 E A NOVA POLÍTICA DO PCB

A Declaração de Março de 1958 veio expressar a linha política defendida pelo novo núcleo dirigente, que se instalara no PCB a partir de 1957, e se tornava agora hegemônico. Ela representou modificações que acompanhariam o partido até o golpe político-militar de 1964. Para Leôncio Martins Rodrigues, há neste momento uma mudança profunda na orientação e na interpretação da situação política brasileira<sup>99</sup>. Chilcote, exageradamente, vê na declaração o início oficial da desestalinização, o alinhamento ao PCUS e a URSS e a defesa aberta do caminho pacífico para a revolução brasileira.<sup>100</sup> Moisés Vinhas, ex-dirigente do PCB e, na época, defensor da nova política, vai mais longe. Para ele, trata-se de um marco na luta para libertar o pensamento político dos comunistas brasileiros das malhas do sectarismo e do dogmatismo, e pode mesmo ser considerada, apesar de guardar alguns contatos com linha anterior, uma ruptura na política partidária.<sup>101</sup>

---

<sup>98</sup> Não é nossa intenção fazer levantamento exaustivo do impacto causado pelo XX congresso nos PCs. No entanto, talvez possamos dizer que algumas das questões levantadas no PCB e no PCE podem estar presentes em outros partidos. Por exemplo, no caso do Partido Comunista Francês (PCF), é possível observar também uma certa relutância para a abertura dos debates, protesto e expulsão de intelectuais e, enfim, uma acomodação em mudanças superficiais. Até mesmo o Partido Comunista Italiano (PCI), que viria a ser exemplo na tentativa de trilhar um caminho próprio para o socialismo, também teve seus momentos de reservas quanto ao relatório e da profundidade das medidas que deveriam ser tomadas para corrigir os erros do passado. A respeito do PCF, ver: Jacques Fauvet (en collaboration avec Alain Duhamel). *Histoire du parti communiste français - 1920-1976*. Paris, Fayard, 1977, pp. 463-481. Sobre o PCI, ver: Paolo Spriano. *Le passioni di un decennio - 1946-1956*. Milano, Garzanti, 1986, pp. 195-221.

<sup>99</sup> Leôncio M. Rodrigues, op. cit., p.428.

<sup>100</sup> Ronald Chilcote, op. cit., p. 123.

<sup>101</sup> Moisés Vinhas, op. cit., p. 181.

De fato, a Declaração traria mudanças para a orientação política do PCB, ainda que possa ser discutível a profundidade das mesmas, traria também conseqüências importantes para o futuro político do partido. É contra ela que o grupo de militantes que formaria o PC do B se insurgiria e, após o golpe político-militar de 1964, seria ela responsabilizada pelo imobilismo que as forças de esquerda demonstrariam diante do golpe, passando então a ser atacada tanto dentro como fora do partido. Vejamos, então, alguns de seus aspectos.

Uma questão importante na Declaração é a análise feita sobre o desenvolvimento do capitalismo nacional. A partir desse momento, o partido verá neste desenvolvimento um caráter essencialmente progressista. Análise que o levaria a reavaliar sua intervenção política. De acordo com ela,

“...surgiu e se fortaleceu no setor da indústria pesada um capitalismo de Estado de caráter nacional e progressista, que abrange empresas poderosas como a PETROBRÁS e a Companhia Siderúrgica Nacional(...), surgiu e se fortaleceu cada vez mais uma burguesia interessada no desenvolvimento independente e progressista da economia do país.”<sup>102</sup>

A caracterização do regime, acompanhando o otimismo da análise sobre o desenvolvimento econômico, faz elogios ao momento de democratização pelo qual passava o Brasil. As perspectivas eram as melhores possíveis:

“A democratização do regime político do país, que tomou impulso com os acontecimentos de 1930, não segue o seu curso em linha reta, mas, enfrentando a oposição das forças reacionárias e pró-imperialistas, sofre, em certos momentos, retrocessos ou brutais interrupções, como sucedeu com o Estado novo, com a ofensiva reacionária de 1947 ou por ocasião do golpe de 1954, mas o processo de democratização é uma tendência permanente. Por isto pode superar quaisquer retrocessos e seguir incoercivelmente para diante. Vem-se firmando, assim, em nosso país, a legalidade democrática, que é defendida por amplas e poderosas forças sociais.”<sup>103</sup>

Na análise da situação política do país, é apontada a existência de duas contradições fundamentais. A primeira seria entre a nação e o imperialismo norte-americano

---

102 *PCB: vinte anos de luta política 1958-1979 (documentos)*. São Paulo, Livraria Ed. Ciências Humanas, 1980, pp. 4-5.

103 *Idem*, p. 8.

e seus agentes internos. A segunda, seria entre as forças produtivas em desenvolvimento e as relações de produção semi-feudais na agricultura. A primeira contradição, naquela etapa, seria a principal, e deveria subordinar todas as outras. Diante dessa análise, a revolução brasileira não seria socialista e sim antiimperialista e antifeudal, nacional e democrática.<sup>104</sup>

O instrumento de luta, nesta primeira fase da revolução, deveria ser uma frente única que agregaria os setores progressistas da sociedade e que, naquele momento, estariam próximos do movimento nacionalista:

“...tendem a unir-se e podem efetivamente unir-se no movimento nacionalista a classe operária, os camponeses, a pequena burguesia urbana, a burguesia e os setores de latifundiários que possuem contradições com o imperialismo norte-americano.”<sup>105</sup>

Quanto à questão da direção do movimento revolucionário, os comunistas inovavam ao não se colocarem como sendo os únicos e necessários dirigentes do movimento, ao contrário, para o PCB:

“...os participantes da frente única poderão aceitar essas opiniões somente como resultado de sua justeza, de sua força persuasiva e, acima de tudo, da sua comprovação pela experiência política concreta.”<sup>106</sup>

Por fim, levantado o problema dos caminhos para a revolução, optam pelo caminho pacífico como o mais adequado naquele momento que o país atravessava, o que se tornara

“...possível em virtude de fatores como a democratização crescente da vida política, o assenso do movimento operário e o desenvolvimento da frente única nacionalista e democrática em nosso país. Sua possibilidade se tornou real em virtude das mudanças qualitativas da situação internacional, que resultaram numa correlação de forças decididamente favorável à classe operária e ao movimento de libertação dos povos...”<sup>107</sup>

A violência revolucionária aparece na Declaração como resposta, caso fosse necessária, às forças reacionárias. Ainda assim, seria usado o eufemismo "solução não

---

104 *Idem*, p. 13.

105 *Idem*, p. 15.

106 *Idem*, p. 16.

107 *Idem*, p. 22.

pacífica" para evitar ao máximo qualquer possibilidade de interpretação quanto aos objetivos pacíficos do partido:

“ No caso em que os inimigos do povo venham a empregar a violência contra as forças progressistas da nação, é indispensável ter em vista outra possibilidade - a solução não pacífica. Os sofrimentos que recaírem sobre as massas, em tal caso, serão de inteira responsabilidade dos inimigos do povo brasileiro...”<sup>108</sup>

A linha política delineada pela Declaração de Março, como dissemos acima, acompanharia o PCB pelo menos até o golpe de 1964. Ela seria ratificada no V Congresso do partido, realizado em 1960. Todavia, esta ratificação não se daria de forma pacífica. No decorrer dos debates preparatórios para o congresso, um grupo de militantes e dirigentes faria oposição tenaz à linha oficial do partido e acabaria, algum tempo depois, sendo expulsos do PCB e criando, em 1962, o PC do B.

---

108 *Idem*, p.23.

### 3 - O V CONGRESSO DO PCB E OS OPOSICIONISTAS

Em Abril de 1960, o partido publicou, no seu jornal *Novos Rumos*,<sup>109</sup> as teses e os estatutos que deveriam servir como base na discussão para o V Congresso, que seria realizado em setembro, na cidade do Rio de Janeiro. Fundamentalmente, quanto a análise da situação política, a estratégia e a tática para o período, as teses não chegam a trazer grandes inovações em relação à “Declaração de Março de 1958”, ao contrário, esmiuça e explicita questões que estavam nela presentes.

Segundo as teses, haveria uma situação internacional favorável ao avanço das forças democráticas que, juntamente com o desenvolvimento progressista do capitalismo e da democracia no país, tornaria possível e viável, através do caminho pacífico, fazer no Brasil uma revolução antiimperialista e antifeudal, nacional e democrática.

Da mesma maneira, mantinha a questão que causaria polêmica nos debates da existência de duas contradições principais na sociedade brasileira: a primeira seria da nação contra o imperialismo em geral, e ao norte-americano em particular, e a segunda, entre as forças produtivas em desenvolvimento e os entraves das relações semi-feudais ainda vigentes no campo. Das duas contradições, entretanto, a primeira deveria subordinar a segunda, na primeira fase da revolução.

Uma sutil diferença das teses em relação à declaração é que nelas evitou-se atribuir ao capitalismo e à burguesia nacional um caráter “progressista por excelência”, situando-as dentro do processo mais amplo do desenvolvimento brasileiro. Uma outra sutileza diz respeito ao uso da violência revolucionária. Ainda que nas teses se tenha mantido a ênfase no caminho pacífico da revolução, estava presente a possibilidade, remota, mas clara, do uso da violência, já que, como vimos, na declaração, o pudor em se falar de violência era tamanho que no lugar de luta armada havia sido usado o eufemismo “solução não pacífica”.

Em relação ao que nos interessa aqui, a posição do grupo opositor nos debates, uma questão importante presente nas teses está no item VIII, “Análise crítica da

---

atuação do partido no pós-guerra”, onde o núcleo dirigente faz um balanço das atividades partidárias desde o fim da guerra até as vésperas do V Congresso. Neste balanço, a direção fez uma crítica contundente à linha anterior, do “Manifesto de Agosto” e do IV Congresso e, ao mesmo tempo, uma crítica ao grupo que estaria a ela ligado.

Quanto à atuação do partido no imediato pós-guerra, em seu curto período de atuação legal, a linha teria sido fundamentalmente acertada, apesar de uma orientação direitista, onde

“...o caminho pacífico era visto como um curso sem choques e conflitos, o que conduzia à desmobilização do partido e das massas diante da reação que se reagrupava.”<sup>110</sup>

A resposta do partido a tal política teria sido errada, e estaria representada nos manifestos de janeiro de 1948 e de agosto de 1950 e

“Em conseqüência da execução dessa política, os comunistas perdiam o contato com as massas, abandonavam as posições conquistadas no período da legalidade e se transformavam num agrupamento de agitadores(...)dia a dia mais afastados da vida política do país...”<sup>111</sup>

Exemplo de tal distanciamento da realidade, segundo as teses, seria a atuação do partido durante o governo de Getúlio Vargas:

“...diante do governo Vargas nosso erro consistia em caracterizá-lo, no seu conjunto, como um governo de traição nacional a serviço dos imperialistas norte-americanos, sem distinguir a presença, em seu seio, das forças nacionalistas. Não contribuimos desta maneira, para a formação de uma frente única que abrangesse as forças antiimperialistas de dentro e de fora do governo(...). A crise de agosto de 1954 revelou, com máxima clareza, o erro essencial da orientação que vinha seguindo o partido.”<sup>112</sup>

O IV Congresso não teria representado um avanço em relação à política anterior, já que, apesar de ter feito algumas críticas ao “Manifesto de Agosto”, não

“...atingia a essência de nossa linha política, nem a apreciação errônea e subjetivista da situação do país em que ele se baseava(...).O programa era

---

109 As teses foram publicadas em um suplemento no jornal *Novos Rumos*, nº 59, de 15 a 21/04/1960.

110 *Idem*, p. 14.

111 *Idem*.

112 *Idem*, p. 15.

fundamentalmente errôneo e representava uma consolidação das idéias dogmáticas e sectárias que preponderavam na direção do partido.”<sup>113</sup>

O XX Congresso foi o grande acontecimento que levou o partido a reexaminar suas concepções políticas e teóricas de cunho dogmáticas. Ainda que, neste processo, tenha havido alguns erros da direção na condução do debate sobre os problemas levantados em tal congresso e que acabaram por abrir caminho dentro do partido para concepções revisionistas e atividades antipartidárias.<sup>114</sup>

A crítica mais clara e contundente ao grupo oposicionista estava na apreciação feita sobre o significado das mudanças ocorridas no interior do partido a partir das resoluções da reunião do pleno de Agosto de 1957, quando o grupo que fazia oposição à nova política foi afastado do centro do poder partidário, deixando o caminho livre para serem feitas as mudanças que os novos tempos exigiam. Este momento foi apontado como sendo o início do acerto na orientação política, quando o grupo "sectário", afastado do poder, tornara possível uma justa orientação:

“...foram necessárias e oportunas as medidas adotadas no pleno do comitê central de Agosto de 1957, que recompôs o Presidium e o secretariado. O afastamento de alguns camaradas do Presidium objetivou facilitar o avanço no caminho de uma nova orientação política e empreender a correção dos erros já condenados pelo partido(...). O debate teve o mérito de mostrar a inconveniência de permanecer no Presidium quem quer que mais se tivesse apegado ao dogmatismo e ao sectarismo.”<sup>115</sup>

Por fim, e como coroamento da virada iniciada a partir do pleno de agosto de 1957, é defendida a orientação traçada pela “Declaração de Março”, que teria sido referendada em sua aplicação, onde teria sido demonstrado a eficácia de suas linhas essenciais. Neste momento, em mais uma alfinetada no grupo oposicionista, é dito que a declaração teria um mérito ainda maior, que seria o de demonstrar eficácia, apesar de continuar a agir dentro do partido tendências direitistas e esquerdistas que dificultavam sua aplicação. Exemplos destas atitudes, teriam os que mostravam reservas quanto ao movimento nacionalista, não entendiam a necessidade da aliança com a burguesia e negavam

---

113 *Idem.*

114 *Idem*, p.16.

115 *Idem*, p. 17.

o caráter heterogêneo do governo, ao considerá-lo, em conjunto, de entreguista e reacionário.<sup>116</sup>

Esse balanço crítico, feito pela direção do PCB, demarca o sentido que o novo grupo dirigente estava imprimindo à política do partido e, ao mesmo tempo, parece demonstrar uma preocupação em convencer os seus membros discordantes com tal linha e, assim, abrandar as divergências internas.

Em relação ao grupo que viria a formar o PC do B pouco tempo depois, podemos perceber nos debates que existe uma disputa pela definitiva hegemonia no interior do PCB. O grupo desalojado do poder em Agosto de 1957 sabia que a chance de retomar os seu opositos e seu espaço político seria no V Congresso e, neste sentido, jogaram todas as suas fichas nos debates preparatórios na tentativa de ganhar um número maior de adeptos para suas idéias.

Carlos Danielli, em seu artigo intitulado “sobre as teses”, aponta uma questão interessante quanto ao significado do “Balanço crítico” nesta disputa. Para o autor, nele estaria claro uma tentativa em utilizar a história do partido para justificar a nova linha política, sendo enfatizado, deste modo, apenas o que estaria próximo da nova orientação, deixando-se de lado questões que poderiam incomodar os novos dirigentes. Nas palavras do autor:

“As teses fazem uma crítica severa dos erros esquerdistas e sectários, mas muitas vezes chegam a cair nas posições negativistas quanto aos êxitos inegáveis do partido a partir de 1948, mesmo com a linha geral errada. No entanto são indulgentes, tolerantes, explicativos quanto a orientação oportunista de direita do período da legalidade, visando dar mais uma justificativa para a linha política atual da declaração.”<sup>117</sup>

O grupo oposicionista, que viria a se tornar o núcleo dirigente do PC do B, Mauricio Grabois, João Amazonas, Pedro Pomar, Calil Chade e Carlos Danielli, teve uma participação coesa e importante nos debates; juntos, publicaram cerca de 30 artigos na tribuna de debates. Em seus artigos há uma crítica constante à nova linha, ditada pela “Declaração de Março de 1958”; segundo eles, era a Declaração que daria a tônica à política

---

116 *Idem.*

117 Carlos Danielli, “Sobre as teses para discussão”, *Novos Rumos*, nº 61, 29/ 04 a 05/ 05/1960.

do partido, as teses apenas reafirmavam o que já estava nela presente. Dentre os artigos publicados, poderíamos destacar dois deles que sintetizam as posições do grupo: o artigo de Mauricio Grabois “Duas concepções, duas orientações políticas”, onde o autor rebate quase que item por item as teses da direção, e o artigo de Pedro Pomar “Análise marxista ou apologia do capitalismo”, no qual ele discute mais especificamente questões relativas à interpretação do desenvolvimento do capitalismo nacional.

Grabois, cujo artigo<sup>118</sup> abre o boletim de debates do V Congresso do PCB, dedica a primeira parte de seu texto a fazer uma crítica à política traçada na Declaração de Março. Diferente do núcleo dirigente, ele vê a linha traçada no IV Congresso como essencialmente justa, ainda que tenha alguns erros. A declaração, ao contrário, apesar de alguns méritos,

“...Exagera a importância do desenvolvimento do capitalismo, toda a sua orientação decorre desse desenvolvimento, está inteiramente a ele subordinada(...). A declaração embeleza o capitalismo. Procura mostrar que a indústria brasileira atingiu elevado nível de crescimento e atribui este crescimento ao capital nacional. Esta análise leva a declaração a idealizar a burguesia, que é tratada como se fosse força conseqüente, capaz de defender até

desta política, a atividade dos comunistas estaria sofrendo sérios danos, como a renúncia de uma posição independente, tanto no terreno político como no terreno ideológico. O partido estaria diluído na Frente Única e no movimento nacionalista. Em resumo:

“A declaração de março de 1958 é assim, um documento que encara os problemas da revolução brasileira do ponto de vista da burguesia, conduz à negação da luta revolucionária, à adaptação ao capitalismo e ao evolucionismo sob o disfarce de caminho pacífico. Isto favorece a penetração da ideologia burguesa entre as massas, o que dificulta ganhá-las para as posições do proletariado.”

Na continuação de seu artigo,<sup>121</sup> Grabois, referindo-se à questão do desenvolvimento do capitalismo nacional, que na declaração estaria sendo superestimado, chama atenção para a necessidade de se levar em consideração que o desenvolvimento que o Brasil experimentava não conseguira modificar o caráter atrasado do país, que continuava sendo subdesenvolvido e dependente, e no interior do qual haveria uma base essencialmente agrária, marcada por relações pré-capitalista de trabalho.

Quanto ao caráter da revolução, o autor concorda que, naquela etapa, o processo revolucionário não poderia ter um caráter socialista. Ela seria uma revolução antiimperialista e antifeudal, nacional e democrática. No entanto, criticava o fato de, em sua interpretação, o grupo dirigente dividir a primeira fase da revolução, priorizando apenas o aspecto antiimperialista, deixando de lado as tarefas ligadas à reforma agrária - o aspecto antifeudal - para um momento posterior. Neste sentido, o movimento deveria criar um novo regime que, no terreno político, deveria dar início a

“...um Estado democrático e antiimperialista, diferente, por sua composição de classe e por seus objetivos, de todos os governos que o Brasil já teve(...). O novo governo deve ser um poder da frente única(...), dirigido pela classe operária...”<sup>122</sup>

O caminho que tal revolução deveria trilhar seria o que fosse necessário nas condições da luta revolucionária, comportando tanto a possibilidade de um caminho pacífico quanto o da guerra civil. Cabe destacar que, neste momento, o autor não defende como sendo o único caminho possível, o do uso da violência, apenas deixa claro seu

121 “Duas conc...( II)”, *Novos Rumos*, nº 61, 29/ 04 a 05/ 05/ 1960.

122 *Idem*, p. 3.

posicionamento de que os comunistas não deveriam omitir a possibilidade do uso da violência revolucionária.

Na última parte do seu artigo,<sup>123</sup> Grabois destaca duas questões: a da composição e a da hegemonia na Frente Única. Em relação à primeira, não contempla nenhum setor ligado aos latifundiários ou a grupos imperialistas. A segunda questão seria, para o autor, fundamental. Para ele, o partido não poderia abrir mão da liderança da Frente Única – o que, a seu ver o núcleo dirigente fizera, pois

“...no processo de formação da Frente Única, a questão da hegemonia do proletariado é essencial. Dela dependem não só o total cumprimento das tarefas da revolução na atual etapa, como o curso de sua transformação em revolução socialista. A classe operária só pode alcançar a hegemonia se a sua frente se encontrar o partido comunista.”<sup>124</sup>

Pedro Pomar, em seu artigo “Análise marxista ou apologia do capitalismo”,<sup>125</sup> além de criticar de maneira geral a linha da “Declaração de Março”, procura centrar suas atenções nos aspectos econômicos das teses. Em relação ao desenvolvimento do capitalismo, que seria um fato objetivo e ainda, nas condições brasileiras, seria progressista, insiste que, apesar disso, o papel do partido seria o de encarar este desenvolvimento de acordo com as tarefas revolucionárias e não postar-se diante dele. Além disso, dentro desse desenvolvimento progressista do capitalismo nacional, o partido fez cair todo o mérito nas mãos da burguesia, enquanto esqueceu do papel progressista representado pelo crescimento numérico da classe operária.<sup>126</sup>

Resumindo suas divergências com as teses, arremata o autor:

“...discordamos das teses na fundamentação objetivista e apologética do desenvolvimento capitalista, pois isto leva a exagerar o papel da burguesia e, ao mesmo tempo, menosprezar o papel das classes revolucionárias da sociedade brasileira e abdicar, em princípio (já não me refiro à prática), do papel dirigente do proletariado na etapa atual da revolução.”<sup>127</sup>

---

123 “Duas concep...(III)”, *Novos Rumos*, nº 62, 6 a 12/05/1960.

124 *Idem*.

125 *Novos Rumos*, nº 62, 6 a 12/05/1960.

126 *Idem*, p.4.

127 “Ainda sobre a apologia do capitalismo”, *Novos Rumos*, nº 68, 17 a 23/ 06/1960.

A tentativa dos opositoristas de modificar a linha política adotada na “Declaração de Março” não teve ressonância suficiente dentro do partido para que, durante o Congresso, conseguissem retomar o poder perdido em 1957. Em seu resultado político geral, a nova linha gestada durante a segunda metade da década de cinquenta foi aceita pela maioria esmagadora dos participantes do congresso. Os opositoristas, por outro lado, mesmo após intensa campanha empreendida contra a nova linha, veriam a sua proposta de dar continuidade a linha política anterior, embasada pelas formulações do IV Congresso, ser definitivamente rejeitada, não apenas pelos dirigentes mas pela maioria do conjunto partidário.

O V Congresso do PCB foi realizado em agosto de 1960 no Rio de Janeiro. Nele, foram reafirmados os aspectos fundamentais da Declaração. As oito teses aprovadas no Congresso continham o essencial da linha política que vinha sendo delineada durante a segunda metade da década de cinquenta. Nelas, figuravam a necessidade da formação de uma Frente Única nacionalista e democrática, o caminho pacífico da revolução, com a implementação de reformas através da via eleitoral e da pressão das massas. Ao mesmo tempo, criticava-se a política adotada anteriormente com o “Manifesto de Agosto” e como o IV Congresso, momentos que teriam marcado uma política esquerdista, sectária e inconsistente.<sup>128</sup>

Vitoriosa a nova política, com ela instala-se definitivamente no poder o novo núcleo dirigente. Neste congresso, o partido passa a ter em seu centro de poder o grupo que se ligara a Luiz Carlos Prestes durante os debates de 1957 e que já vinham desde então direcionando a linha política do PCB. A Comissão Executiva, expressando a nova configuração de poder, passa a ser composta por Prestes, Giocondo Dias, Mário Alves, Orlando Bonfim, Ramiro Luchesi, Carlos Marighella e Geraldo Rodrigues dos Santos. Este grupo, de maneira geral, ficaria unido em torno da nova linha política até o golpe político-militar de 1964, quando o partido e sua orientação política vieram a sofrer dura oposição, tanto interna quanto externamente.

O grupo opositorista sai definitivamente enfraquecido da disputa. Não são reeleitos para o Comitê Central Diógenes Arruda, João Amazonas, Maurício Grabois e

---

Orlando Pioto. O grupo continuava representado no CC por Angelo Arroyo, Sérgio Holmos, Pedro Pomar e Carlos Danielli.

#### 4 - O ROMPIMENTO DO GRUPO OPOSICIONISTA E A FUNDAÇÃO DO PC DO B

Em agosto de 1961, o Comitê Central eleito durante o V Congresso modifica os estatutos partidários para facilitar o registro no TSE; o nome do partido passa de Partido Comunista do Brasil para Partido Comunista Brasileiro; também são retiradas do programa as referências ao marxismo-leninismo. O motivo para tais modificações seria, segundo o grupo dirigente, responder às acusações de que o partido seria um agente externo, subordinado a ordens de Moscou. Neste momento, o grupo oposicionista organiza um protesto escrito que ficaria conhecida como a “carta dos cem”, onde declara que

“...o documento dado a publicidade em “Novos Rumos” como sendo o programa dos comunistas é a negação do Partido revolucionário do proletariado em troca de uma hipotética legalidade. O programa em apreço é uma renúncia completa aos princípios, inadmissível sob qualquer alegação...”<sup>129</sup>

Os dirigentes do PCB acusaram os principais responsáveis pela carta de estarem fazendo “fracionismo” e os expulsaram do partido. A decisão veio a público na edição do jornal *Novos Rumos*, nº 151, de 29 de Dezembro de 1961. Os expulsos foram os seguintes: do Rio Grande do Sul, João Amazonas e Guido Enders; do Rio de Janeiro, Maurício Grabois e Manoel Ferreira; de Niterói, Lincoln Cordeiro Oest e Alzira Reis Grabois; de São Gonçalo, Ary Gonçalves e de São Paulo, Calil Chade, Valter Martins, Pedro Pomar, Ângelo Arroio e José Duarte. Na edição nº 153, de 12 a 18 de Janeiro, seria acrescentado o nome de Carlos Danielli entre os “fracionistas” expulsos.

Em fevereiro de 1962, o grupo que foi expulso do partido convoca uma conferência nacional extraordinária, elege um novo Comitê Central, aprova novos estatutos e declara a reorganização do partido que, segundo eles, o grupo de Prestes tentara liquidar.

---

128 Sobre o V congresso ver R. Chilcote, op. cit., pp.430-431.

129 “Carta dos cem”, in: *Inquérito policial militar 709. O Comunismo no Brasil*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1967, 3<sup>o</sup> vol., pp. 414-415.

A partir desse momento, o Brasil passou a conviver com a existência de dois partidos comunistas.

Como vimos, pelo menos desde o pleno de agosto de 1957, é possível perceber a existência de um grupo que, com o passar do tempo, vai se tornando cada vez mais coeso. Nesta reunião, há uma preocupação do núcleo dirigente em, além de destituir de postos importantes os nomes relacionados a tal grupo, afastá-los geograficamente dos centros decisórios. Neste sentido, João Amazonas foi enviado para Porto Alegre; Maurício Grabois, foi mandado exercer o cargo de secretário político do Comitê Estadual do Rio de Janeiro. Pedro Pomar, por sua vez, já havia sido afastado por outros motivos para o distrito de Tatuapé, na cidade de São Paulo.

Logo em seguida, viriam as discussões em torno da Declaração de Março de 1958, quando aparece, de forma mais clara, um grupo que se opunha à nova política. Este grupo tomaria corpo definitivo nos debates preparatórios para o V Congresso do PCB, realizado em 1960, e seria expulso do partido em 1961, formando, no ano seguinte, o PC do B.

Este é, sumariamente, o processo que levou à cisão que deu origem ao PC do B. Mais difícil é, porém, tentar discutir, explicar, ou levantar hipóteses sobre os motivos que levaram este grupo de militantes a optarem pela cisão e pela sua saída do PCB. A dificuldade reside no fato de tais motivos fazerem parte de meandros da vida partidária que, na maioria das vezes, não estão explicitados em documentos. Mesmo após a cisão, e depois de passados muitos anos, são problemas que os comunistas preferem deixar esquecidos. São questões que envolvem práticas instituídas durante muitos anos, apoiadas em uma longa tradição de funcionamento dos partidos comunistas. Desta forma, temos que nos apoiar em pistas deixadas nos documentos partidários e nas memórias e depoimentos de alguns militantes para tentarmos levantar algumas hipóteses a respeito desta cisão.

O que podemos afirmar com certeza é que, se havia dúvidas a respeito da existência de um grupo homogêneo atuando dentro do partido, que surgira após o pleno de agosto de 1957, os debates que antecederam o V Congresso do partido parecem as ter dissipado. Prova disso é que Prestes, pessoalmente, sentiu a necessidade de intervir nas conferências, nas quais eram tirados os delegados que participariam do congresso, em que

havia lideranças oposicionistas destacadas. Por exemplo, para garantir que as teses e os delegados apoiados pelo núcleo dirigente saíssem vitoriosas, Prestes participou das conferências do Rio Grande Sul, onde João Amazonas estava desenvolvendo suas atividades partidárias, e na conferência distrital do Tatuapé, onde se encontrava Pedro Pomar.<sup>130</sup>

Além deste deslocamento do secretário geral, e grande líder do partido, para algumas conferências regionais, a participação coesa do grupo durante os debates das teses para o congresso, por si só pode demonstrar a existência do grupo oposicionista. Fragmon Carlos Borges parece ter percebido com clareza esta composição. No boletim de debates ele publicou um artigo em que denunciava a presença do grupo. Diz ele:

“...o debate começa a mostrar claramente que eles fazem parte de um grupo anti-partido, tal a coordenação de suas atividades, a clara divisão de tarefas nos assuntos a abordar. Desse grupo fazem parte os camaradas Maurício Grabois, Carlos Danielli, Pedro Pomar, Orlando Pioto e Calil Chade. Estes os que se manifestaram. Outros, poucos é verdade, aguardam sua vez.”

E termina o artigo com tom premonitório:

“...estão superados pelos acontecimentos, mas resistem desesperadamente. Não os subestimemos. São velhas raposas.”<sup>131</sup>

Em depoimento prestado a Dênis de Moraes e Francisco Viana, Luís Carlos Prestes declara que Grabois e Amazonas começaram o trabalho de “fracionismo” junto às bases onde trabalhavam antes do V Congresso.<sup>132</sup> No mesmo caminho, Antonio Carlos Felix Nunes, militante da região do Tatuapé, que convivia com Pedro Pomar naquele momento, em seu livro de memórias relata que quando Pomar, rebaixado dos postos de poder, foi enviado ao Tatuapé, agia com discrição, em relação às suas discordâncias com a linha oficial do partido, mas que aos poucos não conseguia mais escondê-las.<sup>133</sup>

Se parece claro, a partir desses testemunhos, o surgimento do grupo fracionista antes de 1961, momento em que se consumara a cisão, há outros registros que desautorizam

130 Ver artigo de Elvira Oliveira e Marco Aurélio Garcia, “O nascimento do PC do B”, *Em tempo*, nº 86, 18 a 24/10/1979.

131 “Maurício Grabois e CIA, um grupo anti-partido”, *Voz Operária*, n. 66, 3 a 9/1960.

132 Dênis Moraes e Francisco Viana. *Prestes. Lutas e autocríticas*. Petropolis, Vozes, 1982, p. 153.

133 Antônio C. Felix Nunes, op. cit., pp. 87-88.

esta interpretação. O depoimento de dois militantes que conviveram com João Amazonas, figura de destaque do grupo oposicionista, negam tal versão. Eloy Martins, na época dirigente regional, atuava no Rio grande do Sul, Estado para o qual havia sido enviado Amazonas após o pleno de agosto de 1957, comentando a atuação deste, disse:

"...João Amazonas veio para o rio Grande do Sul. Foi o dirigente nacional que melhor se comportou, do ponto-de-vista partidário, durante o tempo que permaneceu no Estado, constituindo-se numa exceção, pois dificilmente permaneceram aqui companheiros que não fossem arbitrários e autosuficientes."<sup>134</sup>

Em relação ao surgimento do PC do B, o militante faz apenas uma crítica. Ele não achou correto a atitude do PC do B de se proclamar a continuidade do velho partido fundado em 1922:

"...Em 1962, o grupo expulso cria outra entidade, usando o velho nome. Até aí tudo bem, não há nada a contestar, no entanto a nova organização comunista nega a existência do velho partido, adonando-se, indebitamente, de todo o passado, como seja a data da fundação. Penso que não foi uma postura séria. É óbvio que a mudança da sigla não podia, de forma alguma, tirar do PCB sua existência, seu passado e presente, seus erros e acertos, seus êxitos e derrotas. Ele, ao mudar de nome, não abdicou sua continuidade como partido e sim continuou atuando. Para mim, o PC do B não teve uma posição correta com os comunistas que continuaram no PCB."<sup>135</sup>

No mesmo sentido, João Aveline, também dirigente partidário em Porto Alegre, que conviveu com Amazonas quando este foi para o Rio Grande do Sul, não percebeu atividade divisionista antes da cisão propriamente formalizada em 1962. Aveline aponta claramente a situação da ida do dirigente para o Sul:

"...Do ponto de vista da transferência em si, da chegada de um dirigente nacional para atuar aqui, não tinha maior problema. O que se constituía numa excepcionalidade, em algo que fazia notar que havia alguma coisa a mais do que uma simples transferência, era o fato de que ele vinha fazer autocrítica pelas posições que adotara não aceitando as proposições do XX congresso do PCUS..."<sup>136</sup>

<sup>134</sup> Eloy Martins. *Um depoimento político*. Porto Alegre/RS, Edição do autor, 1989, p. 124.

<sup>135</sup> *Idem*, p. 125.

<sup>136</sup> Entrevista ao autor, op. cit.

Mesmo nesta situação, o militante teria agido segundo a orientação partidária. Se havia algum tipo de trabalho fracionista, era de tal modo sutil, que Aveline, mesmo convivendo com Amazonas, não percebeu.

Comentamos estes vários posicionamentos a respeito das raízes da cisão que viria se consumir em 1962, para ressaltar o que dissemos acima, em relação a dificuldade em trabalhar com questões deste tipo, em se tratando da fechada estrutura dos partidos comunistas. As referências a respeito da problemática das cisões vêm na maioria das vezes permeada pelas disputas ideológicas do passado e do presente. De qualquer forma, e a par desta dificuldade, tentaremos levantar algumas hipóteses para discussão.

Em primeiro lugar, não podemos descartar os interesses pelo próprio poder na máquina partidária, que certamente influencia nas disputas internas, onde envolve alianças e grupos de interesse. Em documento de 1971, um funcionário do DOPS de São Paulo, referindo-se à cisão, a explicou nos seguintes termos:

“Verdadeiramente estas discussões e divergências (políticas) sobre problemas secundários encobrem fortes disputas no bojo do partido. Principalmente no CC, o personalismo carismático, a sede de mando unida à psicose de liderança – característica notória das lideranças comunistas – foram os principais motivos que alimentaram esta cisão.”<sup>137</sup>

Certamente, esta afirmação do agente do DOPS não foi o principal motivo, no entanto, não pode ser desprezada, pois ela é um ingrediente importante nas alianças e formações de grupos no interior dos partidos comunistas. Apesar disso, dificilmente pode ser tomada como o centro do problema.

Talvez um dos principais aspectos, que estaria na origem das cisões dos partidos comunistas, esteja no próprio modelo organizacional herdado do partido bolchevique e da III Internacional Comunista. Além do fato dos PCs terem surgido, em grande parte, na esteira da vitoriosa revolução de outubro e, desta forma, sob a sua influência e exemplo, estes partidos passariam a adotar o modelo do partido russo, de forma cada vez mais ortodoxa, a partir do chamado "processo de bolchevização". Tal processo, seria sentido por estes partidos tanto no campo ideológico quanto no campo organizativo.

---

<sup>137</sup> Dossiê do DOPS de São Paulo nº 30-2-160-10559, documento 10.509, folha 6. À disposição no APESP.

Um trecho da tese sobre a bolchevização dos partidos comunistas, apresentada no V Pleno do Comintern, pode nos dar uma idéia de seu significado no campo ideológico:

"Qualquer desvio do leninismo eqüivale a um desvio do marxismo. Não menos decididamente devem ser combatidos todos os desvios do leninismo no campo da chamada 'teoria pura', da filosofia, da teoria da economia política, *etc.* A valorização insuficiente da teoria, que se pode apontar em muitos partidos, constitui o maior obstáculo a uma bolchevização dos partidos da Internacional Comunista. Se permanecer uma postura 'tolerante' para com os desvios teóricos, *etc.*, certamente não se poderá falar de uma bolchevização efetiva. A assimilação do leninismo enquanto teoria é a *premissa* para uma positiva bolchevização dos partidos..."<sup>138</sup>

Junto à obrigatoriedade da assimilação do "leninismo", vinham também as orientações para a bolchevização no terreno organizacional. Neste sentido, a grande ênfase recaiu sobre a necessidade da utilização do "centralismo democrático". Aqui, mais uma vez

"...se tomava o partido bolchevique como modelo, mas não o de antes de 1921, em ainda era possível dar vida a frações, nem o dos anos 1921-23, em que ainda se admitia a elaboração de plataformas e a oposição podia apresentar suas opiniões na imprensa. O modelo apresentado era o partido que surgira no curso das lutas entre Trótski e o triunvirato, no final de 1923: época em que, embora os opositores não tivessem sido expulsos do partido, estavam reduzidos ao silêncio, e já se falava de monolitismo, a despeito de ainda estar distante a elaboração staliniana deste termo. Além disto, nas discussões sobre a bolchevização havia referências à necessidade de democracia interna, se bem que - deve-se dizer - aquela referências fossem genéricas e se usassem, às vezes, contra os grupos que o Executivo da internacional pretendia afastar da direção das diferente seções (Fischer-Maslow em 1925, Treint-Girault em 1926)."<sup>139</sup>

Este processo se operou no decorrer da década de vinte, e na década seguinte seria levado ao extremo sob o poder estabelecido por Stalin. De maneira que, aos poucos, foi se formando um modelo de partido que não admitia divergência em seu interior, e quando surgia, passou a ser resolvida através de expulsões. As observações de Milos Hájek, ainda que se dirijam mais especificamente aos partidos comunistas europeus, podem ser adequadas para o caso do PCB. Para Hájek,

<sup>138</sup> Citado por Milos Hájek, "A bolchevização dos partidos comunistas", in: Eric J. Hobsbawm (org.). *História do marxismo no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985, vol 6, p. 212.

<sup>139</sup> *Idem*, p. 208.

"foi no decorrer dos anos 20 que, em circunstâncias complexas e contraditórias, afirmou-se o método de resolver as divergências políticas interna com as expulsões. Deve-se observar, contudo, que o processo teve início antes que se lançasse a palavra de ordem de bolchevização e não pode ser reduzido a intervenções de Moscou ou a imitação do modelo russo. Todos os partidos comunistas nasceram de uma cisão dos partidos social-democratas preexistentes e, desde o início, uma parte dos dirigentes julgava que a fratura se havia dado 'pouco à esquerda' e defendia uma 'depuração'. Podia acontecer, entretanto, que esses dirigentes se vissem em minoria e se apoiassem, em consequência, nas autoridades do Comintern..."<sup>140</sup>

É claro que a trajetória do PCB se deu de maneira diferente dos PCs europeus, basta lembrar que ele não nasceu de uma cisão de um partido social-democrata. Vale lembrar ainda que mesmo o processo de Bolchevização no Brasil deve ser apreendido em suas especificidades e que, por si só, não explica a cisão. Apesar disso, é possível observar na experiência histórica do PCB que se cristalizou nele uma prática em que tornava-se impossível a existências de idéias divergentes em seu interior, e quando estas surgiram foram resolvidas através das expulsões. Exemplos disso não faltam na história do partido. Guardadas as particularidades de cada cisão, pode-se dizer que tiveram em comum a impossibilidade da convivência de divergências na estrutura partidária: já em 1928, eram expulsos Joaquim Barbosa e João Costa Pimenta, que se opuseram a linha sindical adotada pelo VI Congresso do Comintern.<sup>141</sup> Em 1929, seria a vez da saída de um grupo, composto, entre outros, por Mário Pedrosa, Lívio Xavier, Rodolfo Coutinho, Aristides Lobo e Hílcar Leite, acusados de serem trostquistas.<sup>142</sup> Durante a campanha presidencial de 1937, o partido sofre outra cisão. Desta vez por divergências quanto ao apoio à campanha de José Américo. Neste momento, uma "facção" encabeçada por Lauro Reginaldo da Rocha teria saído do partido.<sup>143</sup> Em 1957, como já vimos acima, um grupo ligado a Agildo Barata e Osvaldo Peralva são expulsos ou saem do partido, por divergências em relação às discussões suscitadas pelo XX Congresso do PCUS.

Como podemos observar, há uma longa tradição de cisões e expulsões na história do PCB. E todas elas têm uma importante característica em comum: a

---

<sup>140</sup> *Idem*, p. 209.

<sup>141</sup> Ronald Chilcote, op. cit., p.65.

<sup>142</sup> *Idem*, p. 66.

<sup>143</sup> *Idem*, p. 87.

impossibilidade da convivência na estrutura do partido comunistas de idéias contrárias à orientação do grupo dirigente, estrutura esta que foi se formando em um longo e complexo processo. Neste sentido, a cisão que deu origem ao PC do B, para além do discurso dos próprios atores, que apontam motivos de vários matizes para explicação das divergências, não se diferencia substancialmente desta tradição.

Desta maneira, a nossa hipótese a respeito da cisão de 1962 é que, a partir de divergências que surgiram no interior do PCB na segunda metade da década de cinquenta, sobre problemas candentes da conjuntura - como o posicionamento a respeito da profundidade das mudanças necessárias após as denúncias de Khrushchev; a análise da conjuntura política, e, a partir disso, a formulação da estratégia e da tática do partido na época dos governos JK e Jango -, formaram-se grupos com opiniões diferentes no interior do partido sobre os rumos que deveriam ser tomados naquela conjuntura. Esta situação, agravada pela luta pelos postos-chaves do partido e pela longa tradição de resolução de divergências através de expulsões, levou a saída do grupo de militantes em 1961, que viriam a formar, no ano seguinte, o PC do B.

Por fim, ainda em relação à questão da tradição da resolução das divergências através de cisões nos partidos comunistas, cabe lembrar que o próprio PC do B iria segui-la. Poucos anos após seu surgimento, iria resolver também os seus problemas internos, em relação à orientação política, através da expulsão de dois grupos de militantes. Estas cisões dariam origem a dois grupos, o Partido Comunista do Brasil – Ala Vermelha (PC do B-AV) e ao Partido Comunista Revolucionário PCR.

## 5 - PCB E PC DO B: A DISPUTA DE UM PASSADO

"...A recuperação, no TSE, do registro legal do Partido, encerrou uma longa batalha(...). Agora, essa batalha chega ao seu final com a confirmação do que já havia garantido de

fato: a continuidade da trajetória histórica do **PCB**, iniciada em março de 1922."<sup>144</sup>

"O **PC do B** tem atrás de si 77 anos de história, mais de três quartos deles passados na clandestinidade, sempre perto do povo trabalhador e longe das benesses do poder, sempre suportando e enfrentando os não poucos golpes de força que os poderosos de turno impuseram ao país."<sup>145</sup>

A epígrafe acima mostra um aspecto interessante da história do **PC do B**: a disputa pelo patrimônio simbólico do Partido Comunista do Brasil (**PCB**) fundado em 1922 e que, em 1961, adotaria o nome de Partido Comunista Brasileiro, mantendo, porém, a mesma sigla. Como já vimos, o **PC do B** surge em 1962 e reivindica para si a antiga nomenclatura e, junto com ela, toda a história do partido. Os dois partidos, então separados a partir daí, irão, cada um a seu modo, contar sua própria história. Como veremos, esta forma de contar e tentar se apropriar do passado tem alguns elementos que acompanha tal disputa até os nossos dias.<sup>146</sup>

O **PC do B** aparece e coloca no debate político uma questão que até mesmo alguns estudiosos das esquerdas no Brasil tentaria responder: qual seria o "verdadeiro" partido comunista - **PCB** ou **PC do B** -, já que, como sabemos, a tradição do movimento comunista internacional, guiado pelos ditames da III Internacional Comunista (III IC), não aceitava a existência de dois partidos comunistas em um mesmo país. Na bibliografia citada anteriormente, que trata da história do **PCB**, o surgimento do **PC do B** como um "novo" partido é dado como resolvido. O fato que se consuma é que continua a existir o **PCB**,

<sup>144</sup> Trecho retirado da home page do Partido Comunista Brasileiro - **PCB** - no dia 28/05/1999 ([www.pcb.org.br](http://www.pcb.org.br)).

<sup>145</sup> Bernardo Joffily, "O melhor aniversário para o **PC do B**", *Questão de ordem*, informativo do **PC do B/SP**, nº 114, 15/03/1999, p. 6.

<sup>146</sup> Quando falarmos aqui em **PCB**, estamos nos referindo ao partido que surgiu em 1922 e existiu até o início da década de noventa. Não vamos falar aqui das discussões que se deram após o seu X Congresso - realizado em janeiro de 1992 - quando foi decidido a "transformação" do partido, que passou a se chamar Partido Popular Socialista (**PPS**). Após o Congresso, um grupo de militantes, que não aceitaram esta "transformação", mantiveram-se organizados sob o nome antigo - **PCB** -. Desta forma, hoje, existe pelo menos três grupos que reivindicam a sua origem na longínqua fundação de 1922: O **PC do B**, o **PCB** e o **PPS**.

fundado em 1922, e que em 1962 surgiria um novo partido político, o PC do B.<sup>147</sup> Para nós, não importa aqui discutir qual seria o partido que mereceria, ou teria o direito de ganhar o título do “verdadeiro” partido de 1922. Talvez este problema possa ser enfrentado com outras questões. Ao invés de perguntar qual seria o verdadeiro partido, devêssemos questionar os motivos que levam os dois grupos a reivindicarem a origem em 1922? Que importância teria esta origem em sua atuação prática? Por que dedicaram tantas energias a este debate? A essas questões, não pretendemos de forma alguma dar uma resposta definitiva, apenas levantar algumas hipóteses que possam servir para discussão.

Neste caminho, Dulce Pandolfi aponta pistas interessantes. A autora chama atenção para a importância que o passado assume nos partidos comunistas, exercendo forte papel em suas intervenções políticas. A busca deste passado seria um elemento fundamental na construção da identidade de um partido comunista e na manutenção de sua coesão interna. Neste processo, a memória coletiva teria um papel destacado. Nas palavras da autora:

“Em qualquer processo de busca de identidade, a memória exerce um papel fundamental. Isso porque, além de fortalecer o sentimento de pertencimento e a continuidade temporal, uma das suas funções essenciais é manter a coesão interna e defender as fronteiras daquilo que um determinado grupo tem em comum...”<sup>148</sup>

Uma outra questão que estaria imbricada nesta busca do passado seria o “projeto” do partido, que teria no passado sua fonte legitimadora. Neste sentido, nos diz a autora:

“...todos os partidos comunistas possuem um projeto bastante definido e consistente. Em função de um objetivo maior e de longo alcance, que é a construção de uma nova sociedade, projetos menores são elaborados. Servindo a uma concepção teleológica da história, comum a todas as organizações

---

<sup>147</sup> Um exemplo, ao contrário destes, que vê o PC do B como o verdadeiro partido fundado em 1922, pode ser visto in: Romualdo Pessoa Campos Filho. *Guerrilha do Araguaia. A esquerda em armas*. Goiânia/GO, Edit. Da UFG, 1997. Nas palavras do autor: "...apesar de toda a complexidade do processo, o fato é que foi criado em 1961º Partido Comunista Brasileiro, embora tivesse como secretário-geral Luís Carlos Prestes, cuja dimensão enquanto figura histórica não pode ser negada e que foi, por muito tempo, dirigente maior do Partido Comunista do Brasil.", p. 59.

<sup>148</sup> Dulce Pandolfi. *Camaradas e companheiros. Memória e história do PCB*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1995, p. 15.

comunistas, o presente existe em função do futuro, e é o futuro que dá forma ao passado...”<sup>149</sup>

Michael Pollak também chama a atenção para o quanto é importante para a coerência dos discursos das instituições políticas, a forma pelas quais elas lidam com o seu passado:

“...toda organização política, por exemplo – sindicato, partido *etc.* -, veicula seu próprio passado e a imagem que ela forjou para si mesma. Ela não pode mudar de direção e de imagem brutalmente a não ser sob o risco de tensões difíceis de dominar, de cisões e mesmo de seu desaparecimento, se os aderentes não puderem mais se reconhecer na nova imagem, nas novas interpretações de seu passado individual e no de sua organização. O que está em jogo na memória é também o sentido da identidade individual e do grupo. Temos exemplos disso por ocasião de congressos de partidos em que ocorrem reorientações que produzem rachas...”<sup>150</sup>

Acreditamos que seja possível tratar desta disputa à luz dos problemas colocados por Pollak e Pandolfi. Neste sentido, poderíamos dizer, os dois partidos tomam para si a tradição e os símbolos representados na trajetória do partido desde 1922, para dar coesão ao grupo e, ao mesmo tempo, justificar e legitimar suas atuações políticas no presente. No caso do PC do B, isto é ainda mais evidente, pois sendo o grupo que rompe e que, a princípio, não demonstra grandes diferenças em relação ao PCB - nem de caráter teórico, nem em sua atuação política- acabou por utilizar o argumento da autoridade que advinha de "seu" passado para justificar sua existência. Em resumo, o PC do B seria o “verdadeiro partido do proletariado” porque que tinha se mantido dentro da tradição política de 1922, enquanto o outro grupo teria rompido com tal tradição. Vejamos como se deu este debate, e a forma utilizada pelos partidos na apropriação de seu passado.<sup>151</sup>

<sup>149</sup> *Idem*, p.18.

<sup>150</sup> Michael Pollak, “Memória, esquecimento e silêncio”, *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, 3 (2), 1989, p. 10.

<sup>151</sup> Uma observação interessante na “disputa” pelo “seu” passado é que, apesar dos esforços e energias gastos das discussões sobre o passado, nem o PCB, nem o PC do B, até o momento, conseguiram escrever uma história que fosse assumida como uma história oficial pelo partido. Para o caso do PCB, ver o artigo de Dario Canale “Problemas da construção da história do Partido Comunista Brasileiro”, publicado na revista *Novos Rumos* 1 (1), janeiro-março de 1986, pp. 77-92.

No jornal *Novos Rumos* de Janeiro de 1962,<sup>152</sup> foi publicado um editorial que seria o marco inicial e daria os contornos à problemática da história do partido. Nele, o PCB tornaria público a expulsão do grupo “oposicionista” e faria uma retrospectiva da atuação desse grupo em seu interior. Segundo o documento, ele teria surgido nos debates travados dentro do PCB após o XX Congresso, quando, ao mesmo tempo que o partido teria se depurado de tendências “liquidacionistas”, havia permanecido nele um grupo que resistia à modificação, e apegava-se “à orientação errônea do passado e resistia à modificação dos métodos já condenados”. Assim, em Agosto de 1957, teria se tornado impossível a permanência de tais dirigentes nas funções de maior responsabilidade, de maneira que alguns deles perderam seus postos na Comissão Executiva.<sup>153</sup>

Este grupo, “dogmático e sectário”, teria feito oposição cerrada à nova política adotada pelo partido a partir de 1958, até que, depois do V Congresso, onde a nova política fora referendada pela maioria, este grupo começou a praticar atividades “grupistas”. E, para isso, “os seus componentes adotaram o recurso de utilizar as frentes de trabalho em que atuavam para combater as decisões da convenção nacional e sabotar o cumprimento das tarefas traçadas pela direção eleita”. Por fim, o grupo teria, com a “carta dos cem”, agido como uma fração, ao tornar pública uma declaração criticando a direção do partido, sendo por isso expulso das fileiras do PCB. Tal grupo teria cometido um crime imperdoável para os comunistas, teria agido contra a unidade do movimento comunista.<sup>154</sup>

O PC do B, por outro lado, na sua conferência extraordinária, realizada em Fevereiro de 1962, quando declararam a “reorganização” do partido, já em seu primeiro documento,<sup>155</sup> demarcaram território na disputa pelo passado. Os momentos importantes, que teriam levado o grupo a se formar e a se “reorganizar” seriam praticamente os mesmos apontados pelo PCB, mas, é claro, a interpretação a respeito de tais momentos seria oposta.

O processo teria tido início nos debates para o XX Congresso. Nesse momento, um grupo revisionista teria sido expulso, tendo porém suas idéias permanecido e chegado mesmo a receber a adesão de Prestes em 1957. A partir de então, teriam sido colocadas em

<sup>152</sup> “Em defesa da Unidade do movimento comunista”, op. cit.

<sup>153</sup> *Idem*, p. 401.

<sup>154</sup> *Idem*, pp. 405-409.

<sup>155</sup> “Em defesa do partido”, in: Partido Comunista do Brasil. *A linha política revolucionária do Partido Comunista do Brasil*. Lisboa, Maria da Fonte, 1974, pp. 25-30.

prática medidas claramente liquidacionista. Diante dessa situação, em 1961, um grupo de militantes, com espírito partidário, tentou fazer ver a direção

“...que alterar o nome do Partido, retirar dos Estatutos a afirmação de que os comunistas se orientam pelos princípios marxistas-leninista e abandonar o objetivo último do comunismo, a fim de tentar conseguir o registro eleitoral, constituía grave transgressão de resoluções do V congresso, que só um novo congresso poderia modificar...”<sup>156</sup>

A resposta do partido, ao invés de abrir uma discussão a respeito do assunto, teria sido o

“...caminho das medidas punitivas, da acusação de fracionismo e, inclusive, da expulsão de velhos e respeitadores lutadores comunistas, cujo crime consiste em não admitir a liquidação de nosso glorioso partido. A conduta intolerante da direção nacional representou na realidade a abolição do direito de divergir, a fuga do dever de discutir sua posição capituladora e a consumação do divisionismo no movimento comunista, provocada pela criação do Partido Comunista Brasileiro.”<sup>157</sup>

Diante dessa tentativa de “liquidação” do partido, prosseguia o documento:

“...centenas de militantes comunistas de todo o país concordaram com a convocação e a realização da presente Conferência Nacional Extraordinária para tratar da reorganização do Partido Comunista do Brasil, discutir um Manifesto-Programa, deliberar sobre os Estatutos apresentados no V congresso e eleger um novo Comitê Central para dirigir o Partido até o próximo Congresso.”<sup>158</sup>

Os elementos presentes nestas retomadas do passado passarão a constituir-se em pontos fundamentais do discurso dos dois partidos, sendo, em alguns momentos - como na data de aniversário - retomadas com maior ênfase. No caso do PC do B, a referência ao passado constitui, sem dúvida, um elemento fundamental que o acompanha até os nossos dias, e a ela o partido dispensa uma atenção constante. Exemplo disso é que em 1972, dez anos após a “reorganização” do partido, foram escritos uma série de documentos<sup>159</sup> onde transparece o esforço do partido em manter a sua história nas suas próprias mãos. Ainda

---

<sup>156</sup> *Idem*, p. 28.

<sup>157</sup> *Idem*.

<sup>158</sup> *Idem*.

<sup>159</sup> Os documentos escritos para aquela ocasião foram publicados in: Partido Comunista do Brasil. *Cinquenta anos de luta*. Lisboa, Maria da Fonte, 1972.

nesta década, são publicados pelo menos mais dois livros onde o partido “conta” sua história.<sup>160</sup>

De lá até aqui, são inúmeros os exemplos dos esforços do partido na “escrita” de sua história, mas não vem ao caso aqui fazer nenhum levantamento exaustivo. A título de exemplo, podemos citar, além de artigos publicados na imprensa do partido por ocasião de seu aniversário, dois trabalhos, que mesmo não sendo uma “história oficial do partido”, foram feitos por militantes e, portanto, com o aval da direção. O primeiro é de Haroldo Lima, escrito em 1981, no qual é feito um “itinerário” da história do PC do B, em que o autor faz um balanço dos principais acontecimentos da história partidária, de 1922 até o início da década de oitenta. Segundo Lima, a justificativa para tal trabalho estaria no fato de tal história ser constantemente adulterada:

“...A burguesia tudo tem feito para escondê-la, truncá-la, subestimá-la. Oportunistas de todos matizes, especialmente os que fundaram em 1961 o Partido Comunista Brasileiro, interessados na liquidação do partido, fazem frente com a burguesia para desvirtuar aquela história...”<sup>161</sup>

Temos um outro trabalho, mais recente, onde o autor, Marcos Cassin, também faz um balanço de momentos importantes da história do partido. A justificativa para seu trabalho seria a seguinte:

“Faz-se necessário, mesmo que seja breve e pontuada, registrar a história do Partido Comunista do Brasil, desde sua fundação, até seu último congresso, o oitavo, realizado em 1992, na cidade de Brasília. Necessidade que se impõe para podermos compreender o PC do B de hoje como síntese de sua própria história.”<sup>162</sup>

Como podemos ver, a história tem um papel destacado para o PC do B. A busca dessa memória se faz presente pela necessidade de justificar e legitimar a atuação do partido.

<sup>160</sup> Partido Comunista do Brasil. *Guerra Popular: caminho da luta armada no Brasil*. Lisboa, Maria da Fonte, 1974 e *A linha política revolucionária do Partido Comunista do Brasil*. Lisboa, Maria da Fonte, 1974.

<sup>161</sup> Haroldo Lima. *Itinerário de lutas do Partido Comunista do Brasil (PC do B) de 1922 a 1984*. Salvador, Editora Maria Quitéria, 1984, p. 7.

<sup>162</sup> Marcos Cassin. *Partido Comunista do Brasil (PC do B): Fundação e trajetória*. Piracicaba/SP, Junho/1996, mimeo, p. 2. Mais um exemplo, pode ser visto in: Partido Comunista do Brasil. *Dois caminhos opostos – PC do B e PCB*. São Paulo, Anita Garibaldi, s/d.

Mas que partido é este que surgiu ou reorganizou-se em 1962? Como poder-se-ia caracterizá-lo ? Quais são suas definições teóricas? Seria ele apenas uma cara-metade do PCB? Em que as opções de alinhamento internacional lhes deu uma fisionomia singular? A estas questões, tentaremos responder nos próximos capítulos desta dissertação.

### III - O PC DO B E O MOVIMENTO COMUNISTA INTERNACIONAL

Daniel Aarão Reis Filho, em trabalho sobre as esquerdas comunistas na década de sessenta,<sup>163</sup> propôs uma abordagem sobre a problemática das relações entre as organizações comunistas brasileiras e o movimento comunista internacional, ou, mais precisamente, entre as esquerdas e os países onde ocorreram revoluções vitoriosas e que se tornaram, cada um por processo distinto, centros e modelos revolucionários que disputaram com a URSS e entre si a hegemonia política dentro do comunismo internacional.

De fato, se o movimento comunista, até a segunda metade da década cinquentista, era praticamente monolítico, com a liderança praticamente incontestável da URSS, representada pelo PCUS, no início da década de sessenta, a China, que fizera sua revolução em 1949, rompe e entra em choque com a política traçada em Moscou. Quase ao mesmo tempo, acontece em Cuba, em 1959, uma revolução que viria a ter, nos anos sessenta, grande influência sobre as esquerdas latino-americanas.

Cada uma dessas revoluções traziam consigo elementos que as diferenciavam entre si, ainda que tivessem, é claro, um substrato comum. Elas indicavam mesmo rumos diversos quanto à estratégia revolucionária. Os soviéticos advogavam as revoluções nacional-democratas, as alianças com as burguesias nacionais, a coexistência pacífica, no nível internacional e, internamente, o caminho pacífico para a revolução. Os chineses, apesar da proximidade dos objetivos estratégicos, tinham também diferenças em relação a URSS, principalmente quanto à análise da situação internacional – o mundo dividido e tencionado entre os dois sistemas inconciliáveis – e quanto ao caminho para fazer as transformações revolucionárias – guerra popular prolongada. Já os cubanos, em vários aspectos se distinguiam tanto dos russos quanto dos chineses. Entre outras coisas, negavam qualquer papel revolucionário as burguesias nacionais, questionavam a liderança tradicional

---

<sup>163</sup> Daniel Aarão Reis Filho. *A revolução faltou ao encontro. Os comunistas no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1990.

do partido comunista e, logo, questionariam a teoria da revolução em etapas ao anunciarem o caráter socialista da revolução cubana.<sup>164</sup>

Para o autor, seria corrente a interpretação de que a relação das organizações comunistas brasileiras com estes países seria de submissão às políticas neles traçadas, onde residiriam as causas das várias derrotas sofridas pelas esquerdas, pois, ao traçar suas políticas através de "ecos de diretrizes internacionais", não conseguiam entender e atuar na sua própria realidade, levando-as assim a cometerem erros na aplicação de seus programas.

Para Reis Filho, as organizações comunistas, na verdade, não aderiam a um modelo, exemplo disso seria o fato de invocarem, ao mesmo tempo, as três experiências e, também, o fato de tratarem com extrema prudência as cisões dentro do comunismo internacional. Exemplar neste sentido, seria o caso do PC do B, que ao surgir em 1962, em seu Manifesto-Programa, referia-se a URSS como uma sociedade em marcha para o socialismo, da China como baluarte na luta contra o imperialismo e de Cuba como exemplo de luta revolucionária.<sup>165</sup>

Este ecletismo em relação aos modelos internacionais, segundo Daniel Aarão, poderia se verificar também nas outras organizações comunistas atuantes na década de sessenta. Organizações distintas como PCB, POLOP, AP, VPR *etc.*, liam, cada uma a seu modo, as experiências revolucionárias internacionais. Tinham em comum, entretanto, a prática de invocar os três modelos ao mesmo tempo, ressaltando em cada um os aspectos que melhor servissem para justificar sua ação política.

Chegamos, enfim, a hipótese de Reis Filho, segundo a qual

"...no discurso (das organizações) os modelos internacionais aparecem como fatores decisivos das mudanças. Além das aparências, porém, seriam apenas fontes de argumentos de autoridade, assegurando legitimação, coesão."<sup>166</sup>

Coesão, segurança e legitimidade constituem, para o autor, o cerne das relações entre as organizações comunistas e os centros revolucionários. Parece-nos que a tese do autor se justifica frente a análises que subordinam a dinâmica das esquerdas às "ordens"

---

<sup>164</sup> *Idem*, pp. 85-86.

<sup>165</sup> *Idem*, p. 92.

<sup>166</sup> *Idem*. p. 17.

vindas de fora, deixando de lado, ou inferiorizando, os aspectos nacionais e as contradições internas de tais organizações nas suas formulações teóricas e em sua prática política. Como exemplo deste tipo de análise, podemos citar o trabalho de Ronald Chilcote, para quem a relação de subordinação do PCB à URSS chegava a tal ponto que o partido

"...nunca se tornou uma organização capaz de elaborar uma visão marxista da realidade brasileira, ao invés disso, ele confiou totalmente em documentos soviéticos."<sup>167</sup>

Outro exemplo é a análise de Moisés Vinhas que, ao comentar as mudanças na orientação política do PCB na segunda metade da década de cinquenta, conclui que elas não teriam sido possíveis sem a "...explosão libertadora do XX Congresso...".<sup>168</sup>

Para além deste de tipo de análise, que reduz a história das esquerdas comunistas a suas relações com os centros revolucionários, nos parece que a hipótese de Aarão, ao colocar esta relação estritamente nos termos de coesão, segurança e legitimação, pode levar talvez, em sentido oposto, a desconsiderarmos todas as dimensões e implicações que podem assumir as relações dos agrupamentos comunistas entre si e com os centros revolucionários, uma vez que lidar com tais relações implica trabalharmos com uma tradição que talvez possamos chamar, na falta de um termo que dê conta do problema em toda sua temporalidade e intensidade, de "internacionalismo proletário", e que ultrapassa os limites da própria III IC, remetendo-nos a discussões do movimento operário, da I e II IC desde o século XIX.

Como exemplo de análise que ultrapassa as relações de coesão, legitimação e segurança de um partido com um centro revolucionário, podemos citar o trabalho de Jorge Luiz Ferreira, no qual o autor destaca, entre outras coisas, aspectos míticos e simbólicos na relação dos comunistas com a URSS, a qual apareceria para estes como uma espécie de "espaço sagrado".<sup>169</sup>

---

<sup>167</sup> Ronald Chilcote. *O partido Comunista Brasileiro: conflito e integração. 1922-1972*. Rio de Janeiro, Graal, 1982, p. 279.

<sup>168</sup> Moisés Vinhas. *O Partidão: a luta por um partido de massas - 1922-1964*. Rio de Janeiro, Graal, 1982.

<sup>169</sup> Jorge Luiz Ferreira. *Prisioneiros do mito: cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil (1930-1956)*. Tese de doutorado, São Paulo, USP, 1996. Ver especialmente o capítulo 7, "URSS: mito, utopia e história", pp. 260-293.

Um outro autor, Eric J. Hobsbawm, fez comentários interessantes a respeito das dificuldades na apreensão das relações estabelecidas entre os partidos comunistas e o Comitern. Para ele, o que o historiador deve fazer é

"...distinguir entre os elementos nacionais dos partidos comunistas e os internacionais, inclusive aquelas correntes dos movimentos nacionais que puseram em prática a linha internacional, não porque tivessem que fazê-lo, mas porque estavam realmente de acordo com ela. Devem distinguir entre os elementos genuinamente internacionais da política do Comitern e aqueles que refletiam apenas os interesses de Estado da URSS e as preocupações táticas ou de outra natureza da política interna soviética. Tanto no âmbito nacional quanto no internacional, devem distinguir entre as decisões políticas fundadas em conhecimento, ignorância ou intuição na análise marxista (correta ou não), tradição local, imitação de exemplos estrangeiros adequados ou não, ou pura tentativa e erro, percepção tática ou fórmulas ideológicas. Devem, acima de tudo, distinguir as políticas que alcançaram êxito e foram sensatas das que não foram, resistindo à tentação de condenar o Comitern *en bloc* como um fracasso ou um fantoche da Rússia."<sup>170</sup>

Esta tarefa proposta por Hobsbawm, de distinguir os elementos nacionais dos internacionais na política dos partidos comunistas, não é tarefa fácil. Aldo Agosti teve que enfrentá-la ao discutir a relação dos grupos dirigentes nacionais com o Comitern. Para o autor, esta relação seria marcada por uma "soberania limitada". A existência de tal limitação, porém, não deve nos levar, segundo Agosti,

"...a conceber as relações entre o centro e as seções como um processo de mão única, ou os grupos dirigentes dos partidos nacionais como simples emanções do Comintern e meros executores de suas ordens. Mesmo nos anos em que a intervenção do Executivo em sua formação foi mais direta, a alternância de diferentes grupos dirigentes na liderança dos partidos nacionais foi sempre o resultado não apenas de pressões externas, mas também de impulsos endógenos, o efeito da articulação entre alinhamentos de conveniência e amadurecimentos autônomos de posições políticas..."<sup>171</sup>

Desta maneira, levando em consideração a dimensão que assume dentro dos partidos comunistas a problemática de suas relações com as correntes do comunismo internacional sem, entretanto, entendê-los como marionetes de forças internacionais, vamos

<sup>170</sup> Eric J. Hobsbawm, "Problemas da história do comunismo", in: *Idem. Revolucionários. Ensaio contemporâneos*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982, p. 18.

<sup>171</sup> Aldo Agosti, "O mundo da terceira internacional: os estados maiores", in: Eric J. Hobsbawm (org.). *História do marxismo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985, vol. 6, p. 166.

tentar discutir algumas das relações estabelecidas pelo PC do B com os centros revolucionários, uma vez que, como dissemos acima, esta relação é um elemento importante na formação e no funcionamento de um partido comunista. Talvez possamos mesmo dizer que tal relação seja parte constitutiva das esquerdas comunistas, dada a dimensão que assume em seu seio. Dimensão esta que é possível perceber com mais clareza em momentos de crise no mundo comunista, como, por exemplo, o caso do XX Congresso do PCUS que discutimos acima, em que, ainda que não possa ser apontado como o único responsável pelas mudanças na linha política dos PCs na segunda metade da década de cinquenta, não se pode, contudo, referir-se a tais mudanças sem fazer menção as discussões levantadas por tal Congresso.

Mais um exemplo que vale lembrar aqui e que mereceria um aprofundamento, é o da própria formulação da política de revolução em duas etapas. Pensamos que dificilmente poderíamos entender tal formulação como fruto exclusivo do desenvolvimento e das discussões dos grupos nacionais a partir de suas análises das realidades locais sem considerar suas relações com as formulações teóricas da IC.<sup>172</sup>

Enfim, como último exemplo, talvez possamos lembrar um evento que, pela sua força irradiadora, pode ser facilmente comparado ao XX Congresso. Trata-se da derrubada do muro de Berlim em 1989. Neste momento, final da década de oitenta, a maior parte das esquerdas de tradição comunista não alimentavam mais ilusões quanto ao regime soviético e a crise pela qual passava o chamado socialismo real, entretanto, foi necessária a simbólica derrubada do muro para que estas esquerdas assumissem e enfrentassem esta crise e passassem a procurar novos caminhos para suas lutas políticas.

Fazendo um paralelo, para efeito de análise, talvez possamos dizer que com ou sem XX Congresso a linha política do PCB se modificaria, como já vinha ocorrendo pelo menos desde 1952. Com ou sem a derrubada do muro de Berlim, o socialismo real entraria em colapso, como já vinha ocorrendo, de forma acelerada, durante a década de oitenta. Apesar disso, dificilmente poderíamos dizer que algum dos dois eventos acima não desempenharam um papel importante nas respectivas mudanças no mundo comunista.

---

<sup>172</sup> Uma discussão sobre o conceito de revolução das esquerdas brasileiras pode ser vista em Marco Aurélio Garcia, "As esquerdas no Brasil e o conceito de revolução: trajetórias", in: Angela M. C. Araújo (org.), *Trabalho, cultura e cidadania*. São Paulo, Scritta, 1997, pp. 37-47.

No caso do PC do B, tentaremos demonstrar que suas relações com o mundo comunista foram bem mais complexas do que as usualmente apontadas pelos trabalhos a seu respeito. A nossa hipótese é que o fato do partido se filiar oficialmente a determinado centro revolucionário não significa que as outras experiências revolucionárias deixem de interferir em sua trajetória e que esta interferência, que não se dá de forma linear ou através de ordens segamente seguidas, pode acontecer através de vários caminhos como, por exemplo, diretamente em sua linha política – através dos conceitos amplos da tática e da estratégia revolucionária - ou através da pressão causada sobre sua militância, - na medida em que determinadas idéias influenciam a maior parte das esquerdas que atuam no país, obrigando a direção do partido a se pronunciar frente aos seus militantes e a outros agrupamentos políticos.

Neste caminho, além da China, a quem o partido, no período que analisamos, defendia publicamente como "exemplo" de caminho revolucionário a ser seguido, vamos buscar também compreender o seu relacionamento com a URSS e Cuba, pois entendemos que, para além do alinhamento oficial com o PC chinês, o PC do B teve que manter um diálogo permanente com estes dois últimos países, mesmo que tenha sido um diálogo de crítica e recusa, mas que obrigava o partido a se pronunciar a respeito dos "vários" caminhos que se abriam diante da militância partidária naquela conturbada conjuntura da década de sessenta. Vale lembrar, por outro lado, que a escolha de um modelo traria, de algum modo, implicações na formulação da estratégia política do partido e, ao mesmo tempo, tornaria necessária a defesa de tal modelo frente aos caminhos apontados por outros centros revolucionários.<sup>173</sup>

## 1 - URSS

---

<sup>173</sup> Nas relações internacionais do PC do B, cabe lembrar ainda o caso da Albânia, que, principalmente a partir da segunda metade da década de setenta, iria assumir um lugar privilegiado de referência para o partido. Não vem ao caso aqui discutirmos a este respeito, pois, no período que estamos aqui analisando, esta relação não exerce papel ainda significativo.

Como dissemos anteriormente, o PC do B assumiu oficialmente, pouco depois de seu surgimento, um alinhamento com a política externa do Partido Comunista Chinês (PCC). Ainda assim, manteve relações com outras correntes do mundo comunista, e, entre elas, as relações com a URSS ganham relevo, uma vez que, tanto o PC do B quanto às esquerdas que reivindicavam para si o status de comunistas, no mundo inteiro, não podiam deixar de se pronunciar a respeito do país onde havia sido edificada a primeira sociedade fruto de uma revolução "proletária" vitoriosa e que havia gozado, pelo menos até 1956, de um prestígio praticamente inatacável entre os comunistas. No período que aqui estudamos, podia-se questionar e discordar dos rumos que tomava a "pátria comunista", mas, ainda assim, dificilmente algum estrato das esquerdas se furtaram a se pronunciar a seu respeito.

Antes de falarmos estritamente das relações que o PC do B estabeleceu com a URSS, vale a pena fazer algumas considerações a respeito da dimensão que assumia este país dentro do mundo comunista.

Primeiramente gostaríamos de lembrar que o núcleo dirigente do PC do B teve uma formação marcada por uma visão que enxergava na URSS e no PCUS exemplos incontestes a serem seguidos,<sup>174</sup> o que não pode ser desprezado na questão que estamos discutindo. Em relação ao significado da Revolução Russa, vale as palavras de Hobsbawm, segundo as quais:

"Para aqueles cujas memórias políticas não vão além da denúncia de Stalin por Khrushchev ou do rompimento sino-soviético, é praticamente impossível imaginar o que a Revolução de Outubro significou para os que são agora<sup>175</sup> homens maduros. Foi a primeira revolução proletária, o primeiro regime na história a empreender a construção da ordem socialista, prova não só da profundidade das contradições do capitalismo, que provocaram guerras e crises, mas também da possibilidade - da *certeza* - de que a revolução socialista triunfaria. Foi o começo da revolução mundial, o começo de um mundo novo. Somente os ingênuos acreditavam que a Rússia era paraíso dos trabalhadores, mas mesmo entre os mais avisados, ela gozava de tolerância geral, que a esquerda de 1960 só concede agora a regimes revolucionários de alguns pequenos países, como Cuba e Vietnã..."<sup>176</sup>

<sup>174</sup> Ver, por exemplo, a discussão que fizemos anteriormente a respeito do impacto da morte de Stalin dentro do PCB. A respeito dos aspectos simbólicos na formação dos comunistas, ver: Jorge L. Ferreira, op. cit. e Alfredo Wagner Berno de Almeida, "As bibliotecas marxistas e as escolas do partido", *Religião e sociedade*, Rio de Janeiro, n° 9, junho de 1983, pp. 35-46.

<sup>175</sup> O artigo foi escrito em 1969.

<sup>176</sup> "Problemas da história do comunismo", op. cit., p. 15.

Um outro ponto levantado pelo autor e que está intimamente ligado ao primeiro, é a questão da importância exercida pelo "internacionalismo" na unidade e na atuação dos Pcs:

"...Hoje, quando o movimento comunista internacional deixou de existir em grande parte como tal, é difícil imaginar a força imensa que seus membros obtinham da consciência de serem soldados de um único exército internacional que, por mais variado e flexível que fosse em sua tática, executava uma única e ampla estratégia de revolução mundial. Daí a impossibilidade de qualquer conflito fundamental ou duradouro entre o interesse de um movimento nacional e a Internacional, que era o *verdadeiro* partido e da qual as unidades nacionais não eram mais que seções disciplinadas. Esta força baseava-se tanto em argumentos realistas quanto na convicção moral..."<sup>177</sup>

Além deste ponto, do significado da Revolução Russa para toda uma geração de comunistas, uma outra questão que traria implicações para as relações entre PC do B e URSS e que diz respeito ao próprio pragmatismo da política, é o fato deste grupo reivindicar para si o status de verdadeiro partido comunista que então atuava no Brasil, já que o outro, o PCB, ao modificar os seus estatutos, havia renegado o marxismo-leninismo. Ora, devemos considerar que, para agir com coerência em relação ao seu discurso, o partido deveria, após sua "reorganização" em 1962, se portar como a continuidade do velho partido comunista fundado em 1922. Na tradição comunista, como sabemos, pelo menos naquela representada pela URSS, era possível apenas a existência de um partido em cada país. E é nesta condição que o PC do B tentaria estabelecer as primeiras relações com o PCUS, tentativa por sinal infrutífera, pois, como veremos, os soviéticos não aceitaram a versão do partido e mantiveram suas relações privilegiadas com o PCB, representado então pelo nome de Luís Carlos Prestes.

De fato, houve uma tentativa de aproximação e reconhecimento de legitimidade por parte do PC do B em relação ao PCUS, assim como, simultaneamente, conversações

---

<sup>177</sup> *Idem*, p. 16. Em relação à força do *internacionalismo*, vale lembrar o contingente de comunistas do mundo inteiro, que foram para a Espanha lutar contra o exército de Franco na chamada Guerra Civil Espanhola.

no mesmo sentido com Cuba e China.<sup>178</sup> Em entrevista a Marcelo Ridenti, Vicente Roig<sup>179</sup> relata como teria se dado estas tentativas de aproximação. Segundo o ex-militante, Pedro Pomar teria ido para Moscou pedir o reconhecimento do PCUS; Lincoln West teria ido à Cuba e João Amazonas teria sido o responsável pelas conversações com o Partido Comunista Chinês. Nas suas palavras:

"...a partir daí é que o PC do B se torna, como eles passaram a dizer depois, o primeiro partido no ocidente a romper com o revisionismo e *etc.*, e se torna pró-chinês, e é aí que ele começa a ficar mais claro, percebe? Que até esse contato com a China o perfil ainda era muito dúbio, tanto é que eles procuraram a União Soviética, procuraram Cuba, para depois procurar a China..."<sup>180</sup>

Não nos interessa aqui os detalhes ou as polêmicas em torno de qual partido o PC do B primeiramente se aproximou, apenas queremos assinalar que, nos seus primeiros anos de vida, havia uma certa indefinição por parte do partido a respeito dos caminhos a seguir no conturbado debate no interior do comunismo internacional e, da mesma forma, do caminho que tomariam suas relação com a URSS. Exemplar neste sentido é o seu Manifesto-Programa,<sup>181</sup> no qual o PC do B, na condição de "verdadeiro" partido comunista, trata com cautela as questões do comunismo internacional, não faz qualquer menção às divergências no seio do MCI e faz referências elogiosas aos regimes russo, chinês e cubano sem, entretanto, optar por qualquer um deles. A esse respeito, vale darmos uma olhada em uma observação feita pelo próprio partido em 1974, quando da publicação de uma coletânea de documentos sob o título de *A linha política revolucionária do partido comunista do Brasil*, tentando explicar o fato de em 1962 ter elogiado o regime que então passara a ser combatido como um dos grandes inimigos da revolução:

"O Manifesto-Programa foi elaborado quando não estava ainda suficientemente clara a traição dos revisionistas soviéticos ao socialismo. Por isso, o Manifesto-Programa considera que a União Soviética marcha para o comunismo. Mas em

<sup>178</sup> Ver, por exemplo: Jacob Gorender. *Combate nas trevas*. São Paulo, Ática, 1998 p. 38 e Daniel A. Reis Filho, *A revolução faltou ao encontro...*, op. cit. p. 81.

<sup>179</sup> Vicente Roig ingressou no PC do B em 1963, saindo do partido no momento da cisão que deu origem ao PC do B Ala Vermelha, no qual então ingressou.

<sup>180</sup> Entrevista realizada por Marcelo Ridenti em 30/07/85. Está à disposição no Arquivo Edgard Leuenroth, na UNICAMP.

<sup>181</sup> In: Partido Comunista do Brasil. *A linha política revolucionária do Partido Comunista do Brasil*. Lisboa, Maria da Fonte, 1974, pp. 11-24.

1963, o Partido Comunista do Brasil, em sua RESPOSTA A KRUSCHOV, denunciava o caráter antisocialista da política seguida pelos dirigentes da URSS.<sup>182</sup>

As relações do PC do B com o PCUS tomam contornos mais definidos a partir de fevereiro de 1963, quando o partido rompe publicamente com a URSS através da publicação em seu jornal de um artigo intitulado "Resposta a Kruschov".<sup>183</sup> Nele, o PC do B responde a um artigo publicado no *Pravda*, jornal do PC soviético, no qual os chineses eram acusados de apoiarem grupos antipartidários em vários países, inclusive no Brasil. O PC do B teria sido, neste artigo, acusado pelo PCUS de ser um destes grupos antipartidários, divisionistas, que estariam agindo contra os interesses da revolução. O partido rebate as acusações e diz que não aceita

"...a conduta daqueles que, na direção do maior país socialista, renegam as gloriosas tradições do bolchevismo e apoiam abertamente os revisionistas em todas as partes do mundo..."<sup>184</sup>

O PC do B inicia com este artigo um tema que passaria a marcar definitivamente sua relação com a Rússia comunista: o combate ao que ele chama de *revisionismo* soviético. É possível acompanhar em seus documentos, a partir deste momento, uma preocupação em se posicionar contra os rumos que o PCUS estaria dando à sociedade soviética, que teria se afastado dos princípios marxistas-leninistas.

Do mesmo modo, este artigo também pode exemplificar os parâmetros segundo os quais as críticas passariam a ser feitas. A crítica seria sempre contra a "atual" direção do PCUS, que desviava o partido do rumo traçado por "Lenin e Stalin"; porém, ao mesmo tempo, afirmava-se a possibilidade e a esperança de que aquele partido retornasse a sua verdadeira tradição revolucionária, que a situação era passageira e que não se podia esquecer que fora ele o partido que fizera a primeira revolução socialista vitoriosa. Vejamos um trecho que exemplifica bem este posicionamento:

---

<sup>182</sup> *Idem*, p. 24. Grifo no original.

<sup>183</sup> "Resposta a Khrushchev", *Classe Operário*, nº 448, edição de 1 a 15/08/1963. O artigo foi publicado posteriormente in: Partido Comunista do Brasil. *A linha pol...*, op. cit. pp. 31-44.

<sup>184</sup> *Idem*, p. 35.

"Confiamos que o heróico e experimentado Partido do grande Lenin saberá encontrar o melhor caminho para liquidar as posições errôneas de sua direção, que tantos danos vêm causando à luta revolucionária, estabelecer relações justas com os partidos irmãos e repudiar o revisionismo, desvio mais perigoso no movimento comunista mundial."<sup>185</sup>

Um outro exemplo, no mesmo sentido, podemos encontrar em artigo de uma edição da *Classe Operária*, órgão oficial do partido, de dezembro de 1967, em homenagem ao aniversário da Revolução Russa:

"Ao comemorar o 50º aniversário do grande Outubro, o Comitê Central do Partido Comunista do Brasil vê na grande Revolução de 1917 o mais destacado e glorioso marco da história da humanidade, o caminho a ser trilhado pelos trabalhadores de todas as raças e todos os continentes. Em que pesem a traição dos revisionistas contemporâneos e os revezes temporários da luta revolucionária, O PC do Brasil encara o futuro com plena confiança..."<sup>186</sup>

Enfim, como já ressaltamos, o PC do B, ao surgir em 1962, passa por uma fase de indefinição quanto aos aliados internacionais, chegando a ter conversações com pelo menos três centros revolucionários, só posteriormente dando destaque preferencial aos contatos com a China. Já nas conversações com a URSS houve uma tentativa de ver legitimada sua condição de "verdadeiro" partido comunista no Brasil. Como não se concretizaram suas expectativas, estabeleceu com este país uma relação, ao mesmo tempo, de crítica ao que eles chamavam de revisionismo, que teria tomado conta do PCUS, e de respeito pelo partido que afinal teria sido fundado pelo próprio Lenin, partido que, acreditava, deveria retomar seu rumo revolucionário.

Antes de falarmos sobre as relações com a China, que tiveram um papel preponderante no PC do B na década de sessenta, vejamos como o partido reagiu à vitória da revolução e posterior implantação do socialismo em Cuba.

## 2 - CUBA

---

<sup>185</sup> *Idem*, p.44.

<sup>186</sup> "O cinquentenário da Revolução de Outubro", *Classe Operária*, nº 19, edição de Dezembro de 1967.

A revolução cubana de 1959 teve grande influência sobre as esquerdas latino-americanas na década de sessenta e parece ter representado mesmo um marco nas lutas políticas do continente americano, em um momento de grande agitação política e social na região. Uma vez vitoriosa a revolução, seu "modelo" passa a ser discutido no seio das esquerdas e seus protagonistas, por algum momento, proclamam esse "modelo" como sendo válido, pelo menos, para o conjunto da América Latina. Nas palavras de Juan Carlos Potantiero

"Não há dúvida de que, com os anos 60, inicia-se uma nova etapa na história do marxismo latino-americano. O principal ponto de ruptura é assinalado, obviamente, pela vitória da Revolução Cubana e pela proclamação por Fidel Castro, em abril de 1961, do "caráter socialista" do novo regime. Esse fato abria novos caminhos e, ao mesmo tempo, marcava a culminação de uma longa história que, de modo intermitente, se iniciara em alguns países do Continente no final do século XIX: a da penetração das idéias socialistas e da difusão do marxismo."<sup>187</sup>

Vale ressaltar que, segundo Emir Sader, um dos motivos que levava esta revolução a ter seu prestígio irradiado nas esquerdas latino-americanas seria o seu caráter relativamente empírico, o que possibilitava que sua influência pudesse ultrapassar os marcos da "esquerda tradicional", particularmente dos PCs. Desta forma, seus efeitos teriam sido múltiplos, a ponto de dificultar a delimitação de sua extensão e profundidade. Mesmo assim, para o autor, todos os países do continente tiveram a trajetória de suas esquerdas marcadas pela irradiação da revolução cubana.<sup>188</sup>

No Brasil, a vitória de uma revolução neste pequeno país da América Central causou grandes debates em suas esquerdas. Para alguns autores, este impacto pode ser visto, em certo sentido, como um divisor de águas na trajetória das esquerdas brasileiras. Marco Aurélio Garcia, por exemplo, ao comentar a trajetória do conceito de Revolução no seio das esquerdas brasileiras, vê no reflexo da revolução cubana na década de sessenta o

---

<sup>187</sup> Citado por Emir Sader, "Cuba no Brasil: influências da Revolução Cubana na esquerda brasileira", in: Daniel Aarão Reis Filho et. al. *História do Marxismo no Brasil: O impacto das revoluções*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991, vol. 1. Sobre as relações das esquerdas latino-americanas com a Revolução Cubana, ver: Luís Alberto Moniz Bandeira. *De Martí a Fidel. A Revolução Cubana e a América Latina*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1998.

<sup>188</sup> *Idem*. P.161.

marco que delimitaria a passagem de um primeiro momento, marcado pelo impacto da revolução russa e se estenderia até fins dos anos cinquenta, para um segundo momento, identificado pelo surgimento de novas organizações de esquerda influenciadas em grande medida pelos valores e pela “teoria” revolução Cubana.<sup>189</sup>

O processo revolucionário cubano acontece em um momento em que a temática da revolução está em voga no debate político brasileiro, o que deve ter potencializado as discussões em torno da questão cubana. Para o autor acima:

“...o Brasil, como a América Latina, revela naquele momento claras manifestações de esgotamento de um modelo de desenvolvimento. Essa crise punha na ordem do dia a necessidade de mudanças de caráter sócio-econômico - e daí a emergência da problemática das Reformas de Base - como também de caráter político, o que (re)introduzia a idéia de revolução como horizonte estratégico (socialista) e/ou como processo 'etapa' ('nacional e democrática', 'antiimperialista e antifeudal', para reter duas das fórmulas mais em evidência). Essa problemática havia sido revalorizada pela revolução cubana, de 1959, que aparecia, já em seu curso inicial, como resposta aos problemas do subdesenvolvimento do continente.”<sup>190</sup>

Neste ambiente de impasse econômico e de rearticulação política, a revolução cubana colocava alguns problemas que, de alguma forma, as esquerdas brasileiras precisavam responder naquele momento. Ainda segundo Garcia, seriam pelo menos três as questões colocadas pela experiência cubana: uma, a da atualidade do socialismo; outra, a da necessidade da via armada e da destruição do aparelho de Estado para que fossem asseguradas as conquistas; e, enfim, o fato de o processo revolucionário não ter sido conduzido pelo PC cubano e sim, por um grupo de homens liderados por Fidel Castro, que, até pouco tempo antes da vitória da revolução, haviam sido criticados pelos comunistas. Resumindo, na linguagem utilizada pelas esquerdas no período, colocava-se as seguintes questões: 1. O caráter da revolução; 2. As possibilidades do caminho pacífico; 3. O tipo de

---

<sup>189</sup> Marco Aurélio Garcia, “As esquerdas no Brasil e o conceito de Revolução: trajetórias”, in: Angela M. C. Araújo (org.). *Trabalho, cultura e cidadania*. São Paulo, Scritta, 1997, pp. 40-41. O terceiro momento apontado pelo autor, na trajetória do conceito de revolução, se daria a partir do final dos anos sessenta com o declínio da esquerda revolucionária e o surgimento da chamada esquerda social.

<sup>190</sup> *Idem*, pp. 38-39.

vanguarda necessária para se fazer uma revolução. Para o autor, estas três questões seriam os grandes temas debatidos pelas esquerdas brasileiras naquele período.<sup>191</sup>

As respostas a estas questões eram de fundamental importância, uma vez que delas seriam tirados elementos que configurariam a linha política das organizações de esquerda, o que as levavam, de alguma forma, a ver com muito cuidado os problemas colocados pela revolução cubana. Para Emir Sader, no período que vai de 1959 até início dos anos setenta, pode-se dizer que havia, de uma maneira geral, duas leituras sobre o triunfo revolucionário cubano. Uma, “suave”, feita pelo PCB e pelos nacionalistas em geral, em que eram ressaltados as rupturas com imperialismo e sua plataforma nacional, democrática e popular. Outra leitura, feita pela esquerda revolucionária, enfatizava o caráter socialista assumido pelos cubanos e a utilização da violência revolucionária para tomada do poder.<sup>192</sup>

As idéias dos revolucionários cubanos chegavam para as esquerdas brasileiras, entre outros caminhos, pela divulgação de escritos dos próprios protagonistas ou de simpatizantes da revolução. Escritos como a I e a II Declaração de Havana, o livro de Fidel, *De Moncada a ONU*, e as próprias visitas ao Brasil de Castro e Guevara no início da década de 60 são exemplos de canais de divulgação. Vale lembrar aqui a viagem que o filósofo francês Jean-Paul Sartre fez ao Brasil em sua campanha em favor do regime cubano, momento em que foi lançado no Brasil seu livro *Furacão sobre Cuba*.<sup>193</sup> Porém, parece ter sido através do livro de Che Guevara, *Guerra de Guerrilhas*, de 1960, e o de Régis Debray, *Revolução na Revolução?*, de 1967, que as esquerdas encontrariam sintetizadas as idéias que lhes causariam grande atração, idéias que, de uma forma geral, poderiam ser sintetizadas na teoria do foco.<sup>194</sup>

Para Gorender, a teoria do foco guerrilheiro partia do pressuposto de que as condições objetivas estavam dadas para o desencadeamento do processo revolucionário nos países da América Latina, e que, portanto, se tais condições estavam prontas, conforme os

---

<sup>191</sup> Ver Marco Aurélio Garcia, "Surge a nova esquerda", *Em Tempo*, n° 79, edição de 30/08 a 5/09 de 1979 e "Como surge a esquerda armada brasileira", *Idem*, n° 81, edição de 13 a 19/09/1979.

<sup>192</sup> Emir Sader, op. cit. p. 176.

<sup>193</sup> Jean-Paul Sartre. *Furacão sobre Cuba*. Rio de Janeiro, Edição do Autor, 1960.

<sup>194</sup> Jacob Gorender, op. cit., p. 88.

ensinamentos marxistas, faltava apenas as condições subjetivas. Estas últimas, por sua vez, podiam ser criadas pela ação do foco guerrilheiro.<sup>195</sup>

Outra novidade apresentada pelo foquismo, e que o singularizava, era o fato de subordinar o fator político ao fator militar. Neste caminho, os cubanos faziam uma crítica ácida ao burocratismo e à corrupção que tomara conta de muitos partidos comunista latino-americanos. Assim, não devia-se esperar pelos PCs, o foco guerrilheiro se responsabilizaria pelo início da luta e a partir dele, surgiria o embrião do partido revolucionário.<sup>196</sup>

Por fim, em relação à importância do impacto da Revolução Cubana nas esquerdas brasileiras na década de sessenta, vale lembrar que, no meio estudantil de uma forma geral, e particularmente em suas lideranças, o exemplo cubano, com sua teoria do foco, juntamente, é claro, com outros fatores sem dúvida também importantes, demonstrava o horizonte da luta armada para aqueles jovens que viriam a se debater com armas em punho contra a ditadura, os quais não queriam cometer o mesmo erro que, segundo eles, o PCB, com sua prática reformista, teria cometido em 1964. Esta questão é importante pelo fato de o movimento estudantil ter sido, na segunda metade da década de sessenta, o grande "fornecedor" de militantes para as organizações da chamada esquerda revolucionária, inclusive em grande medida para o PC do B, daí a importância de se levar em consideração que a revolução cubana, ao mesmo tempo que causava discussões no interior da organização, também influenciava em seu campo de interlocução,<sup>197</sup> ou seja, entre os seus possíveis militantes.<sup>198</sup>

As relações do PC do B com a revolução cubana, assim como ocorreu com o restante das esquerdas no período, foram bastante complexas. Sobre elas incidiam fatores internos do próprio processo revolucionário em Cuba, na medida em que estes refletiam na política externa daquele país, como fatores da conjuntura nacional brasileira. Além, é claro,

---

<sup>195</sup> *Idem.*

<sup>196</sup> *Idem*, p. 89.

<sup>197</sup> Antonio Carlos Galdino em sua dissertação de mestrado utilizou este conceito - campo de interlocução - para designar os setores com os quais o PC do B dialogava, e, através dele, poderia conseguir militantes para suas fileiras (*O PC do B e o movimento de luta armada nos anos 60*. Dissertação de emstrado, Campinas, UNICAMP, 1994.).

<sup>198</sup> A respeito da influência da Revolução Cubana no Movimento Estudantil, ver: João Roberto Martins Filho. *Movimento estudantil e ditadura militar*. Campinas/SP, Papirus, 1987. Particularmente o capítulo V: "A trajetória da esquerda", pp. 171-201. Quanto às relações entre o movimento estudantil e o

dos debates envolvendo a China e a URSS, que então passavam a ser travados publicamente, polarizando discussões em torno da problemática do alinhamento internacional por parte das esquerdas comunistas. Neste sentido, para Emir Sader, por exemplo, este seria um ponto fundamental na definição das relações que o PC do B estabeleceria com Cuba naquela ocasião. Para o autor, o partido, assumindo a via chinesa, apenas apontava o regime cubano como um reforço aos revisionistas russos.<sup>199</sup>

Acreditamos que ainda que este aspecto seja, sem dúvida, uma das marcas distintivas do relacionamento do partido com Cuba, há outros elementos em jogo que merecem ser considerados. Sem querer resumir aqui a essência destas relações, nem todos os elementos nela envolvidos, vale lembrar que, mesmo na curta conjuntura daquela década, estas relações não se deram de maneira linear; havia nuances que merecem ser percebidas e que estão ligadas aos fatores que mencionamos acima - a questões do próprio regime cubano, como também da conjuntura brasileira.

Para efeito de análise, podemos dizer que dois momentos se apresentam de forma mais clara neste relacionamento. Um que se inicia em 1962, momento da fundação do PC do B, em que a revolução era tida, de forma geral, como um exemplo para o continente latino-americano, e para o Brasil particularmente; e um outro a partir de 1966, quando o partido assumiu publicamente uma postura crítica em relação às aspirações cubanas de se tornar catalisadora de uma possível revolução continental.

Esta questão, da possibilidade de se fazer no continente uma revolução armada e socialista, é importante, entre outras coisas, por ter sido um ponto essencial nos debates da esquerda revolucionária, o que obrigava o partido a responder, pelo menos a seus militantes e simpatizantes, por que a estratégia utilizada em Cuba não se adequaria ao Brasil. Ou seja, a força do exemplo cubano no seio da esquerda revolucionária brasileira levava o partido ao diálogo com Cuba, sob o risco de ver seus militantes arrastados pela onda militarista que tomava conta dos agrupamentos comunistas, o que, como veremos adiante, parece ter sido um dos elementos que influenciaram nas duas cisões sofridas pelo partido

---

"fornecimento" de quadros militantes para as organizações de esquerda, ver Marcelo Ridenti. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo, Editora da UNESP, 1993.

<sup>199</sup> Emir Sader, op. cit., p. 176.

em 1966, que deram origem ao Partido Comunista Revolucionário (PCR) e ao PC do B-AV.

Vejamos então alguns aspectos da relação do PC do B com Cuba através das páginas do jornal oficial do partido, *Classe Operária*, para que possamos entendê-la melhor. Ao observarmos este jornal, chama-nos atenção a ampla cobertura dada ao processo revolucionário cubano. Em praticamente todos os números do jornal no período de 1962-1964 há referência aos acontecimentos em Cuba, seja através de artigos dos dirigentes do partido, seja por publicações assinadas pelo próprio Fidel Castro e Che Guevara. Havia ainda a transcrição de documentos oriundos de Cuba e anúncios de obras de Fidel e Guevara.

Todas estas referências fazem parte do primeiro momento das relações do partido com o regime cubano. Além das publicações de artigos elogiosos e em defesa da revolução cubana, podemos lembrar outros elementos que demonstram a atenção dispensada à questão cubana. Maurício Grabois parece ter sido o responsável pela tradução do livro de Guevara, que viria a ter grande repercussão no Brasil e mesmo a ser utilizado pela esquerda revolucionária como elemento de crítica a política dos PCs, *Guerra de Guerrilhas*.<sup>200</sup> Temos notícias também da visita a Cuba de dirigentes do partido, Maurício Grabois e João Amazonas, por ocasião das comemorações do 1º de Maio de 1962.<sup>201</sup> João Amazonas também chegou a fazer conferências para divulgar no país as conquistas da revolução cubana.<sup>202</sup>

Um outro ponto importante é a relação que o partido procura estabelecer entre o exemplo da revolução cubana e as guerrilhas que então surgiam na América Latina. Referindo-se à Guatemala, Venezuela, Colômbia, Equador, Peru e Paraguai, afirmava-se no *Classe Operária* que

"...o exemplo vitorioso da Revolução Cubana é contagiante. Por isso, centenas e mesmo milhares de camponeses, de operários, de estudantes, de patriotas de outras camadas, em cada um dos cinco países citados tomam armas e procuram fortalecer e ampliar seus núcleos guerrilheiros a fim de impulsionar o

<sup>200</sup> Ver Péricles de Carvalho e Francisco de Almeida. *PC do B - 1962-1984 - . Sobrevivência de um erro*. São Paulo, Novos Rumos, 1985, p. 19.

<sup>201</sup> *Idem* e *Classe Operária*, nº 420, edição de maio de 1962.

<sup>202</sup> *Classe Operária*, nº 424, edição de 1 a 15/08/62.

movimento libertador e democrático de milhões de explorados e oprimidos pelo jugo que secularmente os mantém atados à miséria e ignorância..."<sup>203</sup>

O tom do trecho acima acompanha todos os artigos escritos pelos dirigentes do partido e publicados no *Classe Operária*. Mesmo quando se faz ressalvas a tal influência, ao se colocar, por exemplo, a questão da relevância das peculiaridades de cada país para a deflagração de uma revolução, a ênfase sempre recai sobre a importância dos chamados fatores subjetivos, ou seja, da ação da vanguarda no processo revolucionário, que tão bem havia demonstrado os revolucionários cubanos. Neste sentido, Lincoln Oest dizia em um artigo que,

"...em certo sentido, as condições em cuba eram menos favoráveis objetivamente, do que as que temos no Brasil. No entanto, Fidel Castro lançou-se, com seus companheiros, à luta pela libertação de seu povo."<sup>204</sup>

Em relação à importância da especificidade de cada país no processo revolucionário, continua o autor:

"...efetivamente seria funesto que não levássemos em conta as particularidades nacionais ao abordarmos o problema da Revolução. Mas creio que não é simplesmente constatando as peculiaridades do processo revolucionário cubano que fugiremos de modo oportunista à realidade objetiva que reclama imperiosamente nossa ação. É uma das leis gerais mais importantes da Revolução é que ela não se desencadeia lá onde no movimento operário e camponês dominam os oportunistas..."<sup>205</sup>

Para finalizarmos os comentários a respeito desta primeira fase das relações entre o partido e a revolução cubana, marcada pela defesa, pelos elogios e pela aceitação de Cuba como exemplo para os revolucionários da América Latina, vale a pena dar uma olhada em um artigo de João Amazonas, que curiosamente, ao analisar a importância da revolução em Cuba para o movimento revolucionário brasileiro, faz uma crítica que, mesmo sendo claramente dirigida ao PCB, acaba, sem querer, criticando a própria direção do PC do B, uma vez que esta era tributária e reivindicava mesmo uma tradição que remontava às diretrizes da III IC.

<sup>203</sup> *Classe Operária*, nº 420, op. cit.

<sup>204</sup> Lincoln Oest, "A II Declaração de Havana e a nossa responsabilidade", in: *Idem*.

<sup>205</sup> *Idem*.

A pergunta que o autor pretende responder no artigo é a de como foi possível que a revolução tivesse acontecido em Cuba, já que as análises dos comunistas, tanto cubanos quanto brasileiros, eram de que se não era impossível, era pelo menos longínqua tal possibilidade nos países "dependentes". A revolução teria, segundo Amazonas, negado frontalmente tais concepções, e seria necessário

"...rever muitas opiniões que ainda hoje (1962) têm curso no movimento comunista da América Latina(...). Os que realizaram a revolução em Cuba não se consideravam, ainda, marxistas, mas atuaram, praticamente, como se fossem. Houve, assim, no movimento comunista latino-americano, evidente contradição entre teoria e a prática. E, sendo axioma para o marxismo, que a prática, em última instância, é o supremo critério da verdade, não se pode deixar de admitir que as nossas concepções eram errôneas."<sup>206</sup>

Mas por que o movimento comunista do continente não conseguiu enxergar a realidade que agora parecia tão clara? Segundo o autor, pelo menos três fatores teriam afastado os comunistas do entendimento "correto" da realidade. Em primeiro lugar, a análise da crise do capitalismo não era feita corretamente no sentido de que dela poderia surgir uma situação revolucionária imediata. Segundo, a perspectiva corrente sobre o curso da revolução seria de que esta só viria de uma crise política profunda. Por fim, e ligado ao segundo ponto, não se pensava na luta armada como parte inseparável de um processo revolucionário, isso por se partir de uma premissa falsa de que a revolução aconteceria inevitavelmente nas cidades e que seria gerada por uma insurreição no meio de uma crise política.<sup>207</sup>

Diante dos erros do passado, conclui o autor que

"o exemplo de cuba e de alguns países da Ásia enriquece o arsenal do movimento revolucionário mundial. Revela a possibilidade real de tornar vitoriosa a revolução em nosso país. Sem essa perspectiva, sem que os trabalhadores das cidades e do campo, os intelectuais progressistas e outras camadas da população, saibam como se desenvolverá a luta revolucionária, esta tende a cair na rotina, encerrada em horizontes estreitos, não passando de manifestações parciais que não abalam o poder dos grandes capitalistas e dos latifundiários."<sup>208</sup>

<sup>206</sup> João Amazonas, "Uma perspectiva nova", *Classe Operária*, n° 428, edição de 1 a 15/10/62.

<sup>207</sup> *Idem*.

<sup>208</sup> *Idem*.

O apoio praticamente irrestrito à revolução cubana não duraria muito. Em março de 1966, através de um documento intitulado "O marxismo-leninismo triunfará na América Latina (carta aberta a Fidel Castro)",<sup>209</sup> a direção do PC do B criticou publicamente os rumos que Cuba tomava. Neste momento, seria inaugurado um segundo momento das relações do partido com o regime cubano.

Duas questões incomodam o partido e transparecem claramente no documento. A primeira seria a tentativa cubana de irradiar seu modelo revolucionário para a América Latina, no momento em que, no Brasil, surgiam diversos agrupamentos de esquerda os quais, após o golpe militar de 1964, procuravam uma alternativa em relação à política até então adotada pelas esquerdas, em especial pelo PCB, de acreditar em um possível aspecto revolucionário da burguesia nacional e no caminho pacífico para a revolução democrático-burguesa. Para estes grupos, a experiência cubana era um exemplo que poderia ser seguido, uma vez que teria mostrado a possibilidade de se fazer uma revolução socialista através da luta armada. Agora já não eram os partidos comunistas que utilizavam o exemplo da revolução cubana para ressaltar aspectos que achavam importantes; ao contrário, os cubanos passavam a criticar a estratégia dos PCs na América Latina e propunham e estimulavam, inclusive materialmente, o caminho do foco que, se seguido, levaria à implosão do próprio modelo de partido comunista. A divergência com o foquismo parece ter causado problemas com todos os partidos comunistas da América Latina. Referindo-se a esta questão, Moniz Bandeira diz que

"...os partidos comunistas, ainda que apoiassem a revolução cubana, não esconderam frustração e desagrado diante da política de Castro e Guevara, a fomentar cisões, insuflando a luta armada, através de atos e palavras, em oposição às suas diretrizes mais moderadas, que não aspiravam ao socialismo e somente visavam a uma ampla aliança com todas as forças consideradas progressistas, para resistir aos EUA..."<sup>210</sup>

Ainda neste sentido, cabe assinalar que mesmo o partido comunista em Cuba acompanhava com desconfiança o grupo de Fidel, e demorou para aderir à luta dos guerrilheiros. Pelo menos até meados de 1958 os comunistas cubanos insistiam que Batista só seria derrubado por um levante popular que fosse por ele liderado e, de fato, não se

<sup>209</sup> In: Partido Comunista do Brasil. *A linha pol.*, op. cit., pp. 85-100.

integraria ao grupo guerrilheiro antes a vitória se descortinasse depois do fracasso da ofensiva do exército cubano entre maio e julho de 1958.<sup>211</sup>

Esta questão, da tentativa de expansão do modelo revolucionário cubano, se afigurava como a maior divergência em relação ao país de Fidel. Ao PC do B não bastava sua escolha pelo maoísmo, tornara-se necessário esclarecer aos seus militantes os "perigos" e os "erros" que envolveriam o foquismo ou fidelismo. Neste sentido, advertia o documento:

"...toda tentativa de aplicar, dogmaticamente em outro países, o que há de específico naquela revolução só poderá redundar em fracasso. Ainda que o exemplo de Cuba, em especial no que se refere ao princípio geral da luta armada, continue a inspirar os que lutam pela liberdade e contra o imperialismo norte-americano, o fidelismo não vem dando frutos neste continente, não foi comprovado em nenhum outro país..."<sup>212</sup>

A partir de então, nos documentos do partido, haveria sempre um espaço para críticas ao modelo cubano, que parecem aumentar em quantidade e intensidade na medida em que aumenta a pressão no interior do partido por uma adesão efetiva à luta armada.<sup>213</sup> Neste sentido, por exemplo, em documento de novembro de 1967,<sup>214</sup> o partido dedicaria 9 páginas às críticas ao "fidelismo", que se caracterizaria naquele momento pela

"...luta contra o imperialismo e apontar o caminho à luta armada. Apregoa que a revolução nos países latino-americanos é socialista e que se travará, como processo único, em todo o continente. Considera que é desnecessária a existência do partido revolucionário para desencadear a luta armada e que o partido se formará com os que empunharem as armas. Do ponto-de-vista militar, defende a teoria do 'foco', expressa na idéia de que um núcleo armado é bastante para cumprir todas as tarefas relacionadas com a revolução. Trata-se de uma teoria falsa sobre a revolução nos países da América Latina."<sup>215</sup>

A segunda questão que parecia incomodar o partido era a aproximação de Fidel Castro com a política externa soviética. Este problema deve ser entendido dentro das

<sup>210</sup>Luiz A. M. Bandeira, op. cit., p. 305.

<sup>211</sup> *Idem*, pp.171-172.

<sup>212</sup> "O marxismo-leninismo triunfará...", op. cit., pp. 91-92.

<sup>213</sup> Esta questão, da tensão no interior do partido, entre linha de "massas" e outra de luta armada, é trabalhada por Wladimir Pomar. *Araguaia. O partido e a guerrilha*. São Paulo, Brasil Debates, 1980.

<sup>214</sup> "O Partido Comunista do Brasil na luta contra a ditadura militar", in: Partido Comunista do Brasil. *Guerra Popular. Caminho da luta armada no Brasil*. Lisboa, Maria da Fonte, 1974, pp. 23-70.

<sup>215</sup> *Idem*, p. 50.

disputas travadas entre o PCUS e PCC pela hegemonia dentro movimento comunista internacional, sendo que, no caso cubano, a opção se deu pelo caminho soviético, levando o PC do B, então aliado da China, à criticar os cubanos e a colocar Fidel no campo do "revisonismo contemporâneo". Neste sentido, dizia o documento que Castro adotara

"...a política capitulacionista e de traição dos dirigentes do PCUS, com os quais se mostra cada vez mais afinado. Embora você (Fidel Castro) procure aparentar independência, fica evidente para os trabalhadores e os revolucionários da América Latina que você atua como peça do mecanismo montado por Krushov e aperfeiçoado pelos seus sucessores..."<sup>216</sup>

Estas críticas dirigidas à Cuba não impediam que o documento fosse finalizado com um "apelo fraternal", como ocorreu nas críticas ao PCUS, e com a esperança de que Fidel voltasse às fileiras revolucionárias. No entanto, o PC do B não poderia esperar tranqüilamente esta volta, pois a questão da luta armada tornara-se, na segunda metade da década de sessenta, um divisor de águas, que indicava quem estava no campo do *revisonismo* ou da *revolução*. O partido não poderia se esquivar diante de tal problema e a experiência chinesa aparecia naquele momento como uma saída que, por um lado, propunha a luta armada, por outro, diferente do *foquismo* cubano, não abria mão da organização partidária como elemento fundamental na condução do processo revolucionário.

### 3 - CHINA

Ao lado da experiência cubana, as idéias vindas da China, sintetizadas nas formulações de Mao Tse-tung, que ficaram conhecidas como maoísmo, tiveram relativa influência sobre a esquerda revolucionária de uma forma geral. No caso do PC do B, sua importância era pública e notória, basta ler as edições do jornal oficial do partido, *Classe Operária*, para vermos as referências elogiosas às idéias de Mao.<sup>217</sup>

<sup>216</sup> "O marxismo-leninismo triunf...", in: *A linha política revolucion...*, op. cit., p. 98.

<sup>217</sup> A relação das esquerdas brasileiras com o *maoísmo* pode ser visto in: Daniel A. R. Filho. "O Maoísmo e a trajetória dos marxistas brasileiros", in: *Idem et al. História do Marxismo no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991, vol 1, pp. 105-132.

Como se deu esta influência? Como foi possível que um grande número de organizações, em muitos aspectos distintas, nutrissem simpatias pelo maoísmo? E, enfim, no caso do PC do B, o que levou este partido a adotar oficialmente um alinhamento pró-chinês no cenário internacional? Não pretendemos dar respostas definitivas a questões de tamanha complexidade, vamos apenas levantar alguns problemas a este respeito.

Inicialmente, vale lembrar que, assim como no que diz respeito à Cuba e à URSS, as relações das esquerdas brasileiras com o maoísmo não foram uniformes, na medida em que influíram neste processo acontecimentos ligados às conjunturas internas da China e do Brasil, além dos debates no mundo comunista. Neste sentido, para Reis Filho, o próprio *maoísmo*, a partir de uma série de fatores, só se configura como tal, como um conjunto de idéias com pretensões a modelo universal, com o passar do tempo, não se dando imediatamente após a revolução de 1949. Seria assim possível acompanhar um movimento no pensamento de Mao que vai de seu surgimento como estratégia revolucionária na tomada do poder político na China, passando em seguida, e quase simultaneamente, a exemplo para sociedades asiáticas e povos explorados pelo imperialismo, até tornar-se, ou apresentar-se como modelo revolucionário para a emancipação de povos dependentes e/ou colonizados.<sup>218</sup>

Para o autor, citado acima, o universo maoísta tinha como eixo o mundo rural e o movimento social dos camponeses. Desta forma

"...tanto a estratégia revolucionária da guerra camponesa prolongada (acúmulo de força a partir de bases rurais libertadas, cerco das cidade pelo campo, força armada autônoma, adoção de metodologia da guerrilha popular), quanto o projeto de construção do socialismo (revolução ideológica, reeducação do povo pela pedagogia revolucionária, noção da atividade transformadora como um 'serviço', construção do homem novo),(...), são regidos por referências camponesas..."<sup>219</sup>

Vale notar, em relação ao maoísmo, um ponto que seria importante na opção do PC do B em seu alinhamento ao PCC: as suas diferenças em relação ao foquismo cubano. Se os dois tinham pontos em comum, como o privilégio dado ao campesinato e à guerrilha rural, a ênfase nos povos do Terceiro Mundo e o teor militarista de sua estratégia

---

<sup>218</sup> *Idem*, p. 107.

<sup>219</sup> *Idem*, p. 111.

revolucionária, o primeiro tinha, por outro lado, aspectos próprios que o tornava muito mais atraente para um partido como o PC do B. Como assinala Gorender, havia aí duas divergências fundamentais:

"...Em primeiro lugar, (o maoísmo) subordinou o fator militar ao fator político. O exército guerrilheiro devia estar sob *direção absoluta* do partido comunista. O partido precede a guerrilha e esta não surge e se desenvolve senão mediante o trabalho político entre os camponeses. A perspectiva devia ser, por isso, a da *guerra popular prolongada*. Em segundo lugar, a liderança chinesa não endossou o objetivo socialista imediato, salientado nos escritos de Guevara, porém continuou a defender a concepção da revolução em duas etapas. Bem como a tese da aliança com a burguesia nacional na etapa da revolução antiimperialista e antifeudal."<sup>220</sup>

Cabe lembrar, entretanto, que a via chinesa vem se apresentar de forma clara, como modelo e como alternativa em relação a outras estratégias revolucionárias, somente por volta de 1963, quando ocorreu o rompimento público entre o partido comunista chinês e o soviético.<sup>221</sup> Neste sentido, segundo Reis Filho,

"...é exatamente a partir desse conflito, e das dimensões que adquire, que o maoísmo surge na cena internacional com um perfil nítido enquanto alternativa para o conjunto do movimento comunista. Em outras palavras: o maoísmo não se gesta a partir do ou concomitante ao cisma sino-soviético, mas é inegável que o cisma contribui decisivamente para *descobri-lo* ou *revelá-lo*, atuando como um catalisador, precipitando contradições latentes e acelerando sua dramática eclosão."<sup>222</sup>

É preciso, pois, entender o relacionamento do PCC com o PC do B, ao mesmo tempo, dentro desta situação de cisão no mundo comunista e, internamente, na situação e inserção do partido naquela conjuntura da década de sessenta, percebendo, assim, que entre os comunistas brasileiros e os chineses havia interesses comuns que os impeliam a se tornarem aliados políticos. Enquanto o primeiro disputava com o PCUS a hegemonia no movimento comunista internacional, o que tornava interessante uma aliança com um partido

<sup>220</sup> Jacob Gorender, op. cit., p. 91.

<sup>221</sup> Acreditamos que não cabe aqui fazer uma análise das relações entre o PCC e o PCUS. Esta questão nos interessa somente na medida em que se relaciona com a problemática das relações entre o PC do B com a China comunista. De qualquer forma, esta questão pode ser vista, por exemplo, no trabalho de Daniel Aarão Reis Filho, *A construção do socialismo na china*. São Paulo, Brasiliense, 1982, e François Fejtö, *O conflito China-URSS*. Mira Sintra - Mem Martins, Europa-America, 1976.

<sup>222</sup> Daniel A. R. Filho. "O maoísmo e a trajetória...", op. cit. p. 118.

comunista no Brasil o qual, ainda por cima, disputava espaço político com um grupo pró-Moscou; já o PC do B encontrava no maoísmo embasamento para dar respostas, principalmente quanto à questão da luta armada, àquela conturbada conjuntura que se abriu após o golpe político-militar de 1964.

Antes de discutir a relação propriamente do PC do B com o maoísmo, vale a pena falarmos um pouco do restante das esquerdas, principalmente da chamada esquerda revolucionária, na medida em que, longe de aparecer para elas como uma doutrina exótica, aplicada em um país tão diferente do nosso, suas idéias vinham ao encontro, na década de sessenta, de muitas de suas aspirações, e, se o PC do B aderiu oficialmente à China, isto não impedira que outros grupos se apropriassem de muitos aspectos do maoísmo, ainda que lhe fazendo restrições. Além disso, vale dizer, estes grupos faziam parte do campo de interlocução do PC do B.

O PCB, isolado e em processo de sangria no pós-64, segundo Reis Filho, via o maoísmo como uma "febre infantil" no movimento comunista internacional e previa que, desta forma, a revolução chinesa voltaria logo aos eixos verdadeiramente revolucionários, e a harmonia voltaria a reinar no campo socialista.<sup>223</sup>

O restante das esquerdas se dividiam na apreciação do maoísmo. Haveria, segundo o autor acima, um grupo, formado pelos partidários da estratégia "socialista/insurrecional/operária", cujo núcleo seria a ORM-POLOP, que via no maoísmo uma referência na luta contra o "revisionismo soviético" e também o apreciava

"...pelas propostas a respeito da revolução violenta, pelas críticas ao processo de burocratização na construção do socialismo, pela atitude agressiva diante do imperialismo norte-americano e pela atitude geral favorável à ação revolucionária."<sup>224</sup>

É claro que, como já apontamos, também haviam críticas ao maoísmo. À ORM-POLOP, por exemplo, incomodava, no maoísmo, o "culto à personalidade" de Mao e a defesa da figura de Stalin patrocinada pelos chineses.

---

<sup>223</sup> *Idem*, p. 127.

<sup>224</sup> *Idem*, p.128.

Um outro grupo reunia as dissidências do PCB, as cisões da ORM-POLOP e mais a ALN e o PCBR. Estes grupos, que valorizavam suas afinidades com a experiência cubana de uma forma mais clara, apreciavam no maoísmo

"...a revolução violenta, a perspectiva de organização de uma força armada própria, a ênfase na aliança operário-camponesa em detrimento de compromissos com as burguesias locais. Por outro lado, certas organizações, como a Ação Libertadora Nacional (ALN), e o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) e os Comandos de Libertação Nacional (COLINA), que mantinham definições a longo prazo favoráveis à formação de amplas frentes populares, incluindo até mesmo estratos das burguesias locais, encontravam conforto nas teses maoístas que, sem abdicar da luta armada, conservaram esse tipo de perspectiva de revolução até a vitória da revolução em 1949. Estas mesmas definições, inversamente, eram rejeitadas pelas dissidências do PCB, que se inclinariam pela estratégia socialista."<sup>225</sup>

Outro tema caro a este grupo seria o da crítica ao "burocratismo partidário", que eles viam no maoísmo, principalmente com a eclosão da chamada Revolução Cultural, em 1966, que, de alguma forma, dava legitimidade a suas críticas ao "burocratismo" do PCB.

Ainda devemos lembrar o caso da Ação Popular (AP), que surge em 1962, a qual, em sua trajetória, vai de um "catolicismo social revolucionário" ao maoísmo. Os argumentos para a sua adesão às idéias de Mao, além das questões levantadas acima, diziam respeito ao que Reis Filho chamou de "ética maoísta", que via a ação revolucionária como um "serviço" ao povo,

"...valorizando qualidades como a humildade, o trabalho paciente e anônimo, a austeridade, o igualitarismo, *etc.*, propunham uma concepção comportamental que recuperava ressonâncias do cristianismo primitivo igualitarista, reinterpretado e reintroduzido, sobretudo na América Latina, pela chamada Teologia da Libertação, muito em voga em meados dos anos 60, e que contava como inúmeros adeptos entre os militantes da AP."<sup>226</sup>

---

<sup>225</sup> *Idem*, pp. 128-129.

<sup>226</sup> *Idem*, p.130. As relações da AP com o maoísmo veremos de forma mais detida quando discutirmos a "incorporação" deste grupo ao PC do B no início da década de setenta.

Por fim, temos o grupo formado pelo PC do B e suas cisões (Partido Comunista do Brasil- Ala Vermelha - PC do B-AV - e Partido Comunista Revolucionário - PCR.), que reivindicariam, oficialmente, o maoísmo como exemplo revolucionário.<sup>227</sup>

Como podemos ver, o maoísmo, em grau diferenciado, exerceu certa atração no conjunto das esquerdas brasileiras na década de sessenta. Vale notar, e caberia um estudo mais aprofundado sobre a questão, que esta doutrina conseguiu adeptos em muitos países da América Latina, e, em muitos casos, o processo ocorreu de uma forma parecida com o caso do PC do B. Isto é, a partir de problemas dentro de um partido comunista tradicional, pró-Moscou, há um racha que origina outro partido que adota oficialmente as idéias chinesas. Em um dos casos, inclusive, chama a atenção a convivência, durante algum tempo, de idéias castristas e guevaristas com o ideário maoísta. Convivência esta que também caracterizou o partido brasileiro. Trata-se do caso do Partido Comunista (Marxista-Leninista) da Colômbia,<sup>228</sup> que em um documento de 1965 nos dá um exemplo lapidar neste sentido:

"...a guerra popular não pode progredir sem ofensiva tática, ou, como diz Che Guevara, *sem defesa com ataque*."<sup>229</sup>

Além da Colômbia, surgiram grupos pró-chineses em vários países. Os mais importantes nasceram no Peru em 1964 e na Bolívia em 1965. Apareceram também no Equador, no Chile, na República Dominicana, Argentina e México.<sup>230</sup>

No caso do PC do B, as idéias chinesas foram tomadas como forma exemplar de estratégia revolucionária. Como se deram as relações do partido com o maoísmo? Por que ele elegeu a experiência chinesa como exemplo? Em que o maoísmo ia ao encontro da estratégia política do partido? Vamos tentar discutir um pouco estas questões.

<sup>227</sup> As relações deste grupos com maoísmo veremos adiante quando tratarmos das cisões sofridas pelo PC do B entre 1966 e 1967.

<sup>228</sup> Este partido surgiu como cisão do partido comunista da Colômbia em 1963. Na década de sessenta, empreenderam a luta armada através da criação, em 1967, do Exército de Libertação do Povo. Nos anos setenta viria se enfraquecer por causa de sucessivas cisões. Ver: Michael Löwy. *O marxismo na América Latina. Uma antologia de 1909 aos dias atuais*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 1999, p. 437.

<sup>229</sup> *Idem*.

<sup>230</sup> A este respeito, ver: Cecil Johnson. *Communist China and Latin America*. New York/London, Columbia University Press, 1970.

Em primeiro lugar, vale ressaltar o que já falamos acima, que o maoísmo não foi um corpo de idéias imutável, ao contrário, é possível perceber claras mudanças em suas formulações entre o seu surgimento até a década de sessenta. Talvez possamos enxergar pelo menos três momentos importantes neste período. Um primeiro momento, com a vitória da revolução chinesa, marcado pela contribuição de Mao Tse-tung ao corpo doutrinário do marxismo-leninismo com a sua idéia de *bloco de quatro classes*, que, como sugere um autor, ao mesmo tempo em que despertaria interesse na América Latina, já que tal revolução tinha sido feita em um país “periférico”, em condições muito mais próximas do continente americano, este corpo se adequaria perfeitamente à ortodoxia stalinista da revolução em etapas e, do mesmo modo, à política de *frente popular*.<sup>231</sup>

Um segundo momento do maoísmo poderia ser apontado a partir do conflito sino-soviético, passando pelos ataques a Khrushchev e o rompimento público com os russos, que se caracterizaria por uma defesa da ortodoxia stalinista frente às mudanças implementadas pelos dirigentes soviéticos após o XX Congresso.

Um terceiro momento do pensamento de Mao Tse-tung poderia ser apontado a partir da *revolução cultural proletária*, que seria caracterizado pelos próprios elementos da revolução cultural, ou seja, um rompimento com muitos dogmas da organização nos moldes dos partidos comunistas, um rompimento com as estruturas de funcionamento da sociedade chinesa, se afigurando, em certos aspectos, em um movimento de cunho libertário.

É importante ressaltar as mudanças que o maoísmo sofreu no decorrer do tempo, pois, provavelmente, durante este longo período, em cada uma das fases de suas fases, ele apareceu como um caminho revolucionário viável para grupos cujas aspirações revolucionárias iam ao encontro das formulações maoístas.

Neste caminho, acreditamos que o PC do B adere ao maoísmo pelas suas orientações de sua primeira e segunda fase, de defesa da ortodoxia marxista, principalmente se lembrarmos que, como discutimos no capítulo anterior, o grupo que fundou o PC do B foi crítico ferrenho das mudanças implementadas após o XX Congresso e que, ainda por cima, veria suas pretensões de estabelecerem relações privilegiadas com os russos serem recusadas pelo PCUS, que continuou se relacionando com o grupo de Prestes, o que, no

---

<sup>231</sup> Marco Aurélio Garcia, “Le parti communiste chilien et les alliances de classes”, *Critiques de l'économie*

final das contas, fez o partido se tornar um crítico ferrenho dos soviéticos, ao mesmo tempo em que estreitavam seu laços com os chineses. Como podemos observar, longe de ser casual, a opção pelo regime chinês e a aproximação do maoísmo está fundamentada, ao mesmo tempo, em opções teóricas – defesa da ortodoxia stalinista - e na prática política – recusa do PCUS em lhe oferecer relações políticas privilegiadas.

Esta idéia de que o PC do B aproxima-se do maoísmo via defesa da ortodoxia stalinista, pode também ser percebida, por contraste, ao observarmos que as grupos da chamada esquerda revolucionária – críticos de muitos aspectos desta ortodoxia, se aproximaram dos chineses muito mais pelas idéias da *revolução cultural* e não nutriam qualquer simpatia pelo PC do B, o que pode demonstrar o quanto maoísmo, através de suas modificações, pôde despertar interesse de grupos dos mais variados matizes e até mesmo adversários em suas atuações na política local. Exemplar neste sentido, seriam as próprias cisões sofridas pelo PC do B que, como veremos, apesar de grande influência do foquismo, tiveram na *revolução cultural* um importante referencial político. Do mesmo modo, mesmo a AP, que se aproximou dos chineses e viria a se incorporar ao PC do B, chegou ao maoísmo por um caminho distinto do seguido por este último. Para Marcelo Ridenti,

“...a aproximação do PC do B com o maoísmo veio de uma identidade histórica comum, ancorada no marxismo-leninismo-stalinismo, que pouco tem de romântico. Ao passo que a prevalência do maoísmo na AP ligou-se essencialmente à afinidade romântica dessa organização com a revolução cultural proletária. De resto, AP e PC do B, durante os anos 60, sempre se antagonizaram na disputa pela vanguarda da revolução brasileira...”<sup>232</sup>

Uma outra interpretação importante, apoia-se na tese de Daniel Aarão. Por exemplo, em dissertação recente sobre o PC do B,<sup>233</sup> o autor aponta como característica fundamental na ligação do PC do B com o com o maoísmo, a relação de "legitimação", em que as idéias chinesas possibilitaram ao partido responder à pressão exercida pela idéia de adesão à luta armada como saída para a situação do país, idéia esta que polarizava o debate

---

*politique*, n. 27, abril-junho de 1977, pp. 41-61.

<sup>232</sup> Marcelo Siqueira Ridenti, *Em busca do povo brasileiro: romantismo revolucionário de artistas e intelectuais (pós-60)*. Tese de livre-docência, Campinas, UNICAMP, 1999, p. 155.

<sup>233</sup> Antônio Carlos Galdino. *O Partido Comunista do Brasil e o movimento de luta armada nos anos 60*. Dissertação de mestrado, Campinas, UNICAMP, 1994.

no seio das esquerdas da década de sessenta e alimentava tensões dentro do próprio PC do B.

De fato, maoísmo dava suporte para que o partido estabelecesse uma estratégia revolucionária em que, necessariamente, deveria estar presente o horizonte da luta armada, pois, se em 1962 o partido pôde surgir levantando retoricamente a bandeira da luta armada, na conjuntura do pós-64, a prática, entendida como ações efetivas e armadas, tornara-se o divisor de águas do verdadeiro revolucionário em relação ao "pacifismo" e "reformismo" do PCB. Não aderir à luta armada poderia significar, naquela conjuntura, perda de militantes para outras organizações que tinham saído na frente e empreendido as primeiras ações armadas.

O PC do B, entretanto, precisava enfrentar esta questão sem abrir mão da estrutura partidária, uma vez que, naquele momento, como vimos acima, as idéias cubanas, que abriam mão desta estrutura, gozavam de grande respaldo no seio das esquerdas, e muitos grupos já surgiam mesmo em oposição à estrutura tradicional identificada com a imagem do partido comunista de inspiração leninista. O maoísmo possibilitava colocar-se no campo dos que defendiam a luta armada sem, entretanto, como fez parte da esquerda revolucionária, abrir mão de sua estrutura organizativa de moldes leninistas. Entre outras coisas, isto significou para o partido, ao mesmo tempo em que dava resposta a seus militantes em relação ao problema da luta armada, poder fazer os preparativos para sua guerra popular prolongada sem ter que partir para ações armadas nas cidades, já que o maoísmo privilegiava o campo como cenário da luta revolucionária. Desta forma, o PC do B pôde preservar sua estrutura organizacional, enquanto o restante das esquerdas se debatiam e eram destruídas, nas cidades, por uma repressão cada vez mais fortalecida e organizada.<sup>234</sup>

Vejam a leitura que o partido fez do maoísmo e quais aspectos dele foram ressaltados pelo PC do B. Começando pela leitura do jornal do partido, *Classe Operária*, há claramente um grande espaço reservado para noticiar acontecimentos relacionados à China. Sejam artigos elogiosos, publicações de documentos, notícias sobre a polêmica com

---

<sup>234</sup> Como veremos adiante, a questão da luta armada se colocava de tal forma na década de sessenta entre os militantes das esquerdas, que as duas cisões que o partido sofreu em 1967 acusaram-no de inação diante da ditadura militar, e iniciaram imediatamente ações armadas.

o PCUS, entre outros, a questão chinesa sempre é tratada em relevo pelo jornal. Só para se ter uma idéia do espaço reservado para notícias relacionadas à China, em uma edição de 1969, das 10 páginas do jornal, 5 foram usadas para divulgação do IX Congresso do PCC.<sup>235</sup>

Entretanto, são nos documentos produzidos pela direção do partido que podemos ver melhor a presença do maoísmo nas formulações do PC do B. No documento aprovado na sua VI Conferência, em 1966, podemos perceber a opção pela fórmula maoísta da *guerra popular prolongada* como estratégia revolucionária,<sup>236</sup> já que, como vimos, em seu Manifesto-programa ainda não tinha se definido sobre suas relações com o mundo comunista. Cabe lembrar, no entanto, que ela não aparece ainda de forma acabada, uma vez que vem junto com uma proposta de união nacional, em torno de uma frente ampla, buscando a redemocratização do país. Para Gorender, essas táticas seriam diametralmente opostas e estariam justapostas no documento.<sup>237</sup> Para Wladimir Pomar, a dualidade do documento não era casual, e sim fruto das dúvidas e divergências dentro do partido em relação à questão da luta armada no período.<sup>238</sup> Aqui basta ver que as fórmulas maoístas estão presentes no documento, ainda que, como indica Gorender, não de forma acabada e, como indica Pomar, não tivessem em torno de si a unanimidade dos membros partidários. De qualquer forma, a guerra popular aparece no documento como o melhor caminho para se enfrentar a ditadura então instaurada no país. Ela seria

"...a maneira atual de enfrentar e derrotar os opressores. Não é o caminho clássico de greve geral política e de insurreição nas cidades, tal como ocorreu na antiga Rússia, mas o da luta armada que, paulatinamente, vai-se estendendo até abarcar a esmagadora maioria do povo. No curso da guerra popular, as greves gerais e os levantes nos grandes centros poderão surgir. Não constituirão, no entanto, a sua característica dominante. As forças populares, inicialmente débeis, crescem e tornam-se fortes e superiores às do adversário. Por mais dificuldades que defrontem, por mais derrotas parciais que sofram, sua tendência será a de se ampliar, fortalecer e vencer o inimigo. Sendo parte integrante do povo, têm nele a fonte de sua invencibilidade."<sup>239</sup>

<sup>235</sup> *Classe Operária*, nº 31, edição de junho de 1969.

<sup>236</sup> "União dos brasileiros para livrar o país da crise, da ditadura e da ameaça neocolonialista", in: Partido Comunista do Brasil. *A linha pol...*, op. cit. pp. 101-175.

<sup>237</sup> Jacob Gorender, op. cit., pp. 117-118.

<sup>238</sup> Wladimir Pomar, *op. cit.*

<sup>239</sup> "União dos brasileiros...", op. cit., p. 137.

É interessante notar que, junto com a opção pelo maoísmo, há uma crítica ao modelo cubano no que tange a questão da necessidade do partido na condução do processo revolucionário. Como dissemos acima, não bastava ao partido a opção pelo modelo maoísta, era necessário indicar os problemas do foquismo. Para o PC do B, as condições em Cuba, que permitiram uma revolução sem partido, não se repetiriam facilmente em outras partes do mundo. Para o PC do B,

"...a experiência tem mostrado que não se pode prescindir de um partido revolucionário e que seja marxista-leninista. Toda tentativa de se levar adiante a revolução sem um partido desse tipo fracassou. Os defensores daquela idéia apoiam-se no que ocorreu em Cuba, onde à frente da revolução não se encontrava uma vanguarda marxista-leninista. Mas o que sucedeu naquele país não se repetirá facilmente. Os imperialistas e a reação tomam medidas objetivando a impedir que surja na América Latina processo semelhante ao de Cuba."<sup>240</sup>

O modelo de *guerra popular prolongada* se cristaliza de forma definitiva nas formulações do PC do B a partir, principalmente, da publicação, em 1969, do documento intitulado "Guerra popular - caminho da luta armada no Brasil",<sup>241</sup> no qual o partido tenta discutir os elementos que configurariam uma guerra popular dentro da conjuntura brasileira e, desta forma, traçar o caminho que deveria ser seguido até sua efetivação. Para Gorender, esta resolução rompe com o "dualismo estratégico" presente no documento anterior, na medida em que deixa de lado as preocupações com a redemocratização do país através da tática de frente popular e se dedica exclusivamente à luta armada.<sup>242</sup>

Para o partido, a Guerra Popular teria no Brasil os seguintes aspectos básicos:

"...será uma guerra de cunho popular, travar-se-á fundamentalmente no interior e mobilizará as grandes massas camponesas, será prolongada, deverá apoiar-se em recursos do próprio país, empregará o método da guerrilha em grande escala, forjará o exército popular, estabelecerá bases de apoio no campo. Terá que se orientar, durante muito tempo, pelos princípios da defensiva estratégica e deverá guiar-se por uma política correta."<sup>243</sup>

<sup>240</sup> *Idem*, p. 148.

<sup>241</sup> In: Partido Comunista do Brasil. *Guerra Popular - Caminho da luta armada no Brasil*. Lisboa, Maria da Fonte, 1974, pp. 115-160.

<sup>242</sup> Jacob Gorender. op. cit., p. 118.

<sup>243</sup> "Guerra Popular - Caminho da...", op. cit. p. 132.

Talvez, levando em consideração a dificuldade de se colocar em prática uma tática dessa grandeza em uma situação de fechamento do regime militar - um mês antes havia sido publicado o Ato Institucional nº 5, que dava plenos poderes ao regime instituído em 1964 - o partido encerra a parte do documento dedicada ao caminho da luta armada com uma otimista citação de Mao Tse-tung:

"A revolução e as guerra revolucionárias vão do nascimento ao desenvolvimento, do pequeno ao grande, da ausência de poder à tomada do poder, da ausência de Exército vermelho à criação do Exército vermelho, da ausência de bases revolucionárias à criação das bases revolucionárias."<sup>244</sup>

O relacionamento do PC do B com o maoísmo foi intenso até a segunda metade da década de setenta, quando há um rompimento público do partido com o PCC, e é feito então, à moda comunista, uma crítica retrospectiva ao modelo chinês, na qual se procura mostrar que o partido já demonstrava discordância com este modelo pelo menos desde 1963. De qualquer forma, esta crítica retrospectiva não pode apagar o fato de que, naquela década, o maoísmo exerceu considerável influência no PC do B e foi baseando-se nele que o partido orientou grande parte de sua tática política naquele período.<sup>245</sup>

Quanto ao resultado desta relação para o PC do B, no que diz respeito à estratégia de guerra popular, é possível dizer que ela marcou profundamente, e em vários sentidos, a experiência partidária. Podemos ressaltar a eficácia do maoísmo junto a sua militância enquanto teoria embasadora de sua estratégia revolucionária no período. Em que pesem as cisões sofridas pela partido – em grande parte influenciadas pelo foquismo –, a preparação da chamada guerra popular prolongada conseguiu agregar em torno de si a maioria dos seus militantes que conseguiram, assim, ficar imunes a sanha militarista que tomara conta da esquerda revolucionária no período enquanto faziam os preparativos para sua guerra popular, embora, como veremos adiante, o projeto de luta armada do PC do B,

---

<sup>244</sup> *Idem*, p. 133.

<sup>245</sup> Sobre a divergência com o PCC, ver um resumo feito pelo partido intitulado "Breve histórico da divergências com o PC da China", publicado no *Classe Operária*, nº 132, em 1978, e republicado em folheto no mesmo ano. O folheto pode ser visto no Arquivo Edgard Leuenroth: F/1391.

como de resto de toda a esquerda revolucionário, mostrou-se incapaz de se contrapor ao projeto de modernização conservadora que iniciara-se em 1964.<sup>246</sup>

---

<sup>246</sup> Todos os militantes que entrevistamos, que atuavam no partido na década de sessenta, ressaltaram a importância que o maoísmo exerceu como força aglutinadora e de formação teórica para os militantes no período. Ver as entrevista com Sérgio Miranda, Oséas Duarte, José Renato Rabelo e Celso Néspoli Antunes.

#### IV - O PC DO B E O GOVERNO GOULART

Quando o PC do B nasce, em fevereiro de 1962, o Brasil enfrenta uma situação explosiva, havendo, no campo da política, da cultura, da economia e dos movimentos sociais, uma grande efervescência. Vamos neste capítulo procurar entender a atuação do partido nesta conturbada conjuntura, que vai de seu surgimento ao golpe político-militar<sup>247</sup> de 1964, coincidindo, praticamente, com a administração de João Goulart.

Quanto ao quadro geral desta conjuntura, não pretendemos aqui fazer discussões exaustivas ou aprofundadas em torno de todas as problemáticas nela presentes, o que aliás já foi feito de forma competente por vários autores.<sup>248</sup> A nossa intenção é apenas fazer um esboço geral dos problemas colocados naquele momento, preferencialmente quando nos possibilite o entendimento do posicionamento do PC do B no período, sem com isto, é claro, tentar entender a sua trajetória como algo externo à própria história mais ampla da sociedade; isso, sem dúvida, empobreceria a análise. Apenas queremos esclarecer que não é nossa intenção aqui nos determos em questões específicas ou nos debates teóricos sobre o tema.<sup>249</sup>

Dividimos este capítulo em duas partes. Na primeira, vamos esboçar este quadro mais amplo da conjuntura, destacando os impasses do populismo, a politização da sociedade, as organizações de esquerda em geral e as com influência socialista em particular e, por fim, o desfecho do golpe político-militar.

---

<sup>247</sup> Utilizamos a designação "político-militar" usada por Caio Navarro de Toledo, pois, a nosso ver, falar simplesmente em golpe militar pode levar a certa redução do significado daquele episódio e a ver nos militares os únicos responsáveis pelo seu desfecho. Caio Navarro de Toledo. *O governo Goulart e o golpe de 64*. São Paulo, Brasiliense, 1983.

<sup>248</sup> Os trabalhos sobre o período são vastos. Para evitar uma longa citação sobre tais trabalhos indicamos, para se ter uma idéia da sua quantidade e variedade, um levantamento bibliográfico feito por uma autora sobre o tema: Patrícia Trópia (org.), "Bibliografia sobre o golpe de 64", in: Caio N. de Toledo (org.). *1964: visões críticas do golpe. Democracia e reformas no populismo*. Campinas/SP, Editora da Unicamp, 1997, pp. 161-166.

<sup>249</sup> A respeito do debate teórico sobre o golpe político-militar de 1964, entre uma corrente "estrutural" e outra "intencional", bem como uma apreciação de trabalhos importantes sobre o tema, como os de Fernando Henrique Cardoso, Wanderley Guilherme dos Santos, entre outros, ver: Argelina Figueiredo Cheibub, *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1993, especialmente pp. 21-34.

Na segunda parte, trataremos propriamente da atuação do partido no período. Para isso, inicialmente procuramos definir sua ideologia política, ou suas concepções teóricas, a partir do entendimento de três questões básicas: a sua definição do caráter da revolução, a sua idéia do novo regime que deveria ser implantado, e os meios a serem utilizados para a efetivação desta revolução. Feito isso, procuramos discutir um pouco sobre a estrutura partidária, a relação com as outras esquerdas e, enfim, a tentativa do partido em aplicar sua linha política.

## 1 - O GOVERNO GOULART E OS IMPASSES DO POPULISMO

O Partido entra em cena em fevereiro de 1962, quando o país atravessa aguda crise política. Poucos meses antes, entre agosto e setembro de 1961, acontecera uma série de episódios que deixara o país em estado de alerta. O futuro parecia indefinido. O Presidente recém eleito, Jânio Quadros, renunciava em 25 de agosto de 1961, apenas sete meses após tomar posse com expressiva votação popular. Segundo as opiniões correntes dos autores que analisaram o episódio, seu intuito era o de forçar o congresso a lhe conceder poderes extraordinários, o que para seu desagrado não ocorreu e a renúncia se consumou com a aceitação de seu pedido de afastamento. Para piorar a situação, seu vice, João Goulart, tido por uma parte das classes dominantes como "comunista", ou, pelo menos, "getulista", o que naquela ocasião alarmava amplos setores da sociedade, estava em viagem oficial na China comunista para discussão de possibilidades de estabelecimento de acordos comerciais. Tudo isto dentro do espírito da chamada política externa independente, implementada por Jânio. Esta situação levou uma parte do exército a "vetar" a ascensão do vice-presidente ao posto máximo da administração federal e, dessa forma, tentar impedir sua posse, o que se configuraria em golpe de Estado. Fato este que não se consumou, em grande parte, pela campanha da legalidade dirigida pelo governador do Rio Grande Sul, Leonel Brizola, apoiado por setores do exército, além de grande mobilização popular, que estabelecera em Porto Alegre seu foco de resistência e de onde, através da chamada

"Cadeia da Legalidade", transmitiam pelo rádio para todo o Brasil a campanha pela resistência democrática.<sup>250</sup>

A campanha pela legalidade conseguiu barrar o golpe, mas não conseguiu fazer com que a constituição de 1946 fosse respeitada, dando posse ao vice-presidente João Goulart. Ao invés disso, foi conseguido o que ficou conhecido como uma "solução de compromisso". Por 236 votos a favor e 55 contra, o Congresso Nacional aprovou uma emenda constitucional implantando no Brasil o regime parlamentarista. No dia 7 de setembro de 1961, Goulart recebia a faixa presidencial que, sob o regime que se implantara, tinha mais um significado simbólico do que um poder de fato. As classes conservadoras aceitavam que ele reinasse, mas quem de fato governaria o país seria o Congresso Nacional, dominado pelos seus confiáveis representantes da União Democrática Nacional (UDN) e do Partido Social Democrata (PSD).

Para Caio Navarro de Toledo, seria,

"... portanto, no entreato de alguns ensaios golpistas e de um novo golpe político-militar, plenamente vitorioso, que existiu o governo João Goulart. Nos seus dois anos e meio de vigência (setembro de 1961 a março de 1964), um novo contexto político-social emergiu no país. Este novo quadro caracterizou-se por uma intensa crise econômico-financeira, freqüentes crises político-institucionais, extensa mobilização política das classes populares, ampliação e fortalecimento do movimento operário e dos trabalhadores do campo, crise do sistema partidário e acirramento da luta ideológica e de classes."<sup>251</sup>

Esta caracterização do governo Goulart, marcado por constantes crises políticas, econômicas e sociais, parece indicar, como se convencionou chamar, os momentos finais da crise do populismo no Brasil. Nas palavras de uma autora, no início da década de 60, o populismo, caracterizado pela ação em duas linhas complementares – cooptação e coerção-, já não apresentava a mesma eficácia de momentos anteriores. Isso porque os mecanismos de cooptação estavam prejudicados pelos problemas da economia,

<sup>250</sup> Ver, entre outros, Maria Victoria Benevides. *O governo Jânio Quadros*. São Paulo, Brasiliense, 1983; Luíz Alberto Moniz Bandeira. *O governo João Goulart. As lutas sociais no Brasil 1961-1964*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1983; Leôncio Basbaum. *História sincera da república - 1961-1967* - São Paulo, Alfa-Ômega, 1975-1976 e Norberto da Silveira. *Reportagem da legalidade - 1961-1991*. Porto Alegre/RS, NS Assessoria em Comunicação Ltda, 1991.

<sup>251</sup> Caio N. de Toledo. *O governo Goulart e o golpe de 64*. Op. cit., pp. 9-10.

enquanto os de coerção perderão a legitimidade aos olhos dos principais atores envolvidos.<sup>252</sup>

Naquele momento, as forças em ação na sociedade passavam a extrapolar os limites colocados - e necessários - para o funcionamento dos mecanismos da política populista e pressionavam cada vez mais para a ampliação das reformas que então o sistema tentava colocar em prática. Reformas estas que conformavam o que uma autora chamou de "utopia reformista", que imperava na sociedade brasileira naquele início de década de sessenta, e que seria marcada pelas propostas de reforma agrária, controle da remessa de lucros, extensão do direito de voto, restrição aos investimentos estrangeiros etc.<sup>253</sup>

Para um outro autor, a crise estava na própria sociedade para a qual eram colocados problemas ligados a impasses do próprio desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Para ele, os problemas que este desenvolvimento colocava era de como harmonizar os interesses das indústrias modernas e dos setores agrários; como conciliar o crescimento do capitalismo brasileiro com os interesses internacionais; o que fazer diante do crescente desequilíbrio social. Todos esses problemas estavam colocados e havia mesmo um consenso quanto a necessidade de o país passar por uma série de reformas para tentar resolvê-los. Mas tal consenso era apenas genérico, na hora de definir os meios e os objetivos para resolução dos problemas, os divergências apareciam.<sup>254</sup>

Diante de questões de tamanha envergadura, Goulart inicia o seu governo parlamentarista, que duraria de setembro de 1961 a janeiro de 1963, e no qual as disputas político-sociais em jogo, como a aspiração e as ações do presidente em ver restabelecidos seus poderes através da volta ao regime presidencialista, atuaram tornando esta fase extremamente tensa, o que pode ser medido pela passagem de três conselhos de ministros em um espaço tão curto de tempo.

O primeiro gabinete assumiu em 8 de setembro, o primeiro ministro era Tancredo Neves, do PSD. Este gabinete recebeu o sugestivo nome de "união nacional". As forças populares, no entanto, viam no conselho de ministros mais um "gabinete de

---

<sup>252</sup> Lucília de Almeida Alves, "Trabalhadores na crise do populismo: utopia e reformismo", in: Caio N. de Toledo (org.). *1964: visões críticas...*, op. cit., p. 62.

<sup>253</sup> *Idem*, p. 63.

<sup>254</sup> Daniel A. Reis Filho. *A revolução faltou ao encontro*. São Paulo, Brasiliense, 1990, p. 22.

conciliação" do que de "união nacional". Havia 4 ministros representando o PSD, 2 a UDN e 1 representava o partido do presidente, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

Ainda que seguisse uma política econômica que não se diferenciava muito da anterior e fosse majoritariamente conservador, o gabinete tomou pelo menos duas medidas que parecem ter agradado aos setores progressistas da sociedade. Uma, o cancelamento das autorizações para exploração de jazidas em Minas Gerais, feitas ao grupo norte-americano Hanna Corporation. Outra, o restabelecimento das relações diplomáticas com a URSS, que haviam sido rompidas durante o governo Dutra. Ainda em relação à política externa, em novembro, o Brasil teria uma atuação destacada na reunião da Organização do Estados Americanos (OEA), realizada no Uruguai, onde a pauta principal era a situação de Cuba no continente. O Brasil, representado pelo ministro das relações exteriores, San Tiago Dantas, se colocou contra as propostas dos EUA de expulsão de Cuba daquela organização e de implementar sanções contra o governo cubano, e se absteve, em protesto, da votação final.<sup>255</sup>

Se tais medidas foram aplaudidas pelos setores progressistas e nacionalistas, outras que Goulart viria a tomar receberiam duras críticas. Uma delas foi a viagem feita pelo presidente aos EUA, para melhorar a imagem do Brasil frente ao FMI, onde discursou no congresso americano, fazendo elogios à administração Kennedy.

Por outro lado, nem todos estavam preocupados em agradar os EUA, e um deles, o governador do Rio Grande do Sul, viria a tomar uma atitude que desagradaria profundamente aos norte-americanos. O governador gaúcho desapropriou, com indenização que os proprietários não acharam justa, a Companhia Telefônica Nacional, subsidiária da International Telephone & Telegraph (ITT), que então era responsável pelo serviço telefônico naquele estado.<sup>256</sup>

Enquanto isso, o gabinete de Tancredo Neves não conseguia implementar as "reformas de base" de que, segundo Goulart, o país necessitava para que pudesse se desenvolver. Entre estas, figurava a conflituosa Reforma Agrária, que era exigida por alguns setores sociais e execrada por outros, o que a tornava ponto central nas discussões políticas deste governo. Em comício em Volta Redonda, em 1º de maio de 1962, o

---

<sup>255</sup> Ver Luiz A. M. Bandeira, *O governo João Goulart...*, op. cit., pp. 45-49.

presidente criticou o conselho de ministros pela demora na implementação das reformas e, quanto à questão agrária, alertava que só seria possível resolver este problema com a alteração da constituição de 1946, que previa indenização à vista e em dinheiro, o que tornava a reforma agrária economicamente impraticável, devido à caótica situação financeira do Estado. Com o conselho de ministros sem força - ou sem vontade - de levar a cabo estas propostas, e agora sem o apoio do presidente, em junho, todos os seus membros pedem demissão, em junho daquele ano de 1962.<sup>257</sup>

O segundo gabinete, mais ainda que o primeiro, seria marcado por profunda crise política. As discussões para sua formação já demonstravam a incompatibilidade entre o projeto de Goulart e o Congresso Nacional, sob o comando do PSD e da UDN, que rejeitaram o nome indicado pelo presidente, San Tiago Dantas. A segunda indicação, por outro lado, foi rejeitada por forças populares. De fato, a indicação de Mauro Soares de Moura Andrade, considerado conservador por alguns setores da sociedade, foi motivo para que o Comando Geral de Greve (CGG) decretasse greve geral para o dia 5 de Julho. Um dia antes, no entanto, o senhor Moura Andrade renunciara a sua indicação. Apesar disso a greve foi mantida, uma vez que havia outras reivindicações em jogo e, no final, para o alarme das classes dominantes, teve uma importante vitória para as classes trabalhadoras, ao conseguir a implementação do 13º salário no Brasil.<sup>258</sup>

Enfim, foi escolhido um nome do PSD, Brochado da Rocha, que assumiu com um gabinete "de centro com orientação reformista"<sup>259</sup> no dia 13 de julho. Segundo um analista, este gabinete ficaria marcado, basicamente, por duas iniciativas. A primeira seria o envio ao Congresso Nacional de projeto de lei visando a antecipação do plebiscito sobre a forma de governo, que foi derrotado no Congresso. Porém, sob ameaça de nova greve geral, foi aprovado um projeto que conciliava a questão e marcava o plebiscito para 6 de janeiro de 1963. Outra iniciativa foi o envio de outro projeto, que pretendia dar poderes ao gabinete para legislar sobre as Reformas de Base através de decretos. O Gabinete não esperou a derrota no plenário e pediu demissão.<sup>260</sup>

---

<sup>256</sup> *Idem*, p. 49.

<sup>257</sup> *Idem*, pp. 54-55.

<sup>258</sup> *Idem*, p. 58.

<sup>259</sup> Caio N. de Toledo. *O governo Goul..., op. cit.*, p. 34.

<sup>260</sup> *Idem*, pp. 34-36.

O terceiro conselho de ministros, chefiado por Hermes Lima, teve a duração de quatro meses e ficou marcado pelo apoio dado ao regime presidencialista na campanha do plebiscito.<sup>261</sup> Os últimos quatro meses do regime parlamentarista foi, portanto, dedicado à campanha plebiscitária, a qual Goulart se engajou com todas as forças. Muitos poucos se levantaram para defender o parlamentarismo. Em relação ao presidencialismo, ao contrário, o apoio abrangia um grande leque de forças políticas, desde associações de trabalhadores, como a CNTI (Confederação Nacional dos Trabalhadores Brasileiros na Indústria), as quais esperavam que, com os poderes restabelecidos, o presidente pudesse implementar as reformas que prometera, a políticos que estavam de olho na sucessão presidencial, como Juscelino Kubitschek, Leonel Brizola, Cid Sampaio, Magalhães Pinto, Juraci Magalhães e Carlos Lacerda.<sup>262</sup>

No dia 6 de janeiro de 1963, foram às ruas milhões de brasileiros e, por maioria esmagadora, rejeitaram o regime parlamentarista engendrado em agosto de 1961. No dia 23 de janeiro, João Goulart reassumiu os poderes sob o regime presidencialista. A retomada dos poderes por parte de Goulart não significou, entretanto, a resolução das crises e conflitos pelos quais passavam o país. Novas dúvidas apareciam diante da situação que se abria e, nas palavras de um autor, algumas questões se colocavam:

"...conseguiria o governo presidencialista de Goulart superar a crise econômico-financeira, atenuar as graves tensões sociais e afastar as crises políticas que havia dois anos desgastavam a administração pública? As propostas que as diversas classes sociais e setores políticos ofereciam para resolver os problemas da inflação, do endividamento externo, do déficit do balanço de pagamentos e da recessão econômica não deixavam de ter orientações conflitantes e antagônicas..."<sup>263</sup>

Desta forma, pode-se perceber, o governo presidencialista de João Goulart nasceu e conviveu com grandes problemas até seu final, quando foi deposto pelo golpe político-militar em 1964. Se os problemas eram muitos, as propostas para as resoluções eram ainda maiores e, ao mesmo tempo, conflitantes entre si. Mas vejamos alguns episódios

---

<sup>261</sup> *Idem*, p. 36.

<sup>262</sup> Para a campanha plebiscitária, ver: Thomas Skidmore. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976, pp. 269-273.

desta fase do governo Goulart que pode ajudar na compreensão de seus conflitos. A primeira medida tomada e que pretendia resolver os problemas do país, foi o lançamento do "Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico-Social: 1963-1965"; tendo sido elaborado por Celso Furtado e San Tiago Dantas, o plano inovava em pelo menos um aspecto: a tentativa de compatibilizar o combate ao surto inflacionário sem abrir mão de altas taxas de crescimento econômico. O governo não conseguiu, entretanto, os resultados esperados, e, como disse um autor, antes de completar 6 meses de duração, o plano "inviabilizava-se política e economicamente", e não conseguiu o apoio nem de empresários nem de trabalhadores.<sup>264</sup> O resultado se revelava longe dos seus objetivos. O balanço econômico no final de 1963 demonstrava claramente a falência do plano: não houve nem desaceleração da inflação, nem crescimento econômico. Ao contrário disso, o que aconteceu foi um forte aumento inflacionário.<sup>265</sup>

Fora o Plano Trienal, um dos fatores que indispueram imediatamente alguns setores progressistas com o presidente da república, um outro acontecimento viria a aumentar ainda mais as desconfianças desses setores face ao governo. Trata-se do que ficou conhecido como "Escândalo AMFORP", que foi a intenção do governo brasileiro de comprar a American Foreign Power (AMFORP), grupo de empresas norte-americanas que prestavam serviço público, pelo valor de 188 milhões de dólares, quando técnicos do próprio governo haviam avaliado o seu patrimônio em torno de 57 milhões. Diante de críticas tanto da direita conservadora como dos grupos de esquerda, Goulart voltou atrás na decisão de comprar as empresas, não sem ter sua imagem maculada pelo episódio.<sup>266</sup>

Um outro tema que merece ser destacado e que acompanhou o governo até o seu fim, foi o das chamadas "Reformas de Base", bandeira empunhada pelo governo para tentar resolver problemas no desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Entre todas as propostas, havia pelo menos uma que polarizava as discussões: a da Reforma Agrária. Esta proposta levantava-se em oposição ao forte setor agrário brasileiro. Mais uma vez, como já

---

<sup>263</sup> Caio Navarro de Toledo, "A democracia populista golpeada", in: *Idem* (org.). 1964: vis..., op. cit., pp. 31-32.

<sup>264</sup> Caio N. de Toledo. *O governo João Goul...*, op. cit., p.52.

<sup>265</sup> *Idem*.

<sup>266</sup> Thomas Skidmore, op. cit., pp. 298-299.

fizera no período parlamentarista, o Congresso vetaria a tentativa do governo de modificar os mecanismos constitucionais para que se tornasse financeiramente viável.<sup>267</sup>

O governo, enfim, vivia uma situação difícil. Era criticado ao mesmo tempo por setores conservadores, que o acusavam de "subversivo", "comunista", de querer implantar no país uma "república sindicalista" e pelos setores nacionalista de esquerda, por não tomar medidas concretas para a realização das reformas, mesmo que tivesse, para isso, que passar por cima da Constituição, como queriam alguns. Como bem disse um autor, Goulart vivia em "um governo no trapézio", que tentava se equilibrar entre forças cujos interesses eram, no mínimo, distintos.<sup>268</sup>

Ainda em outubro de 1963, no dia 4, o governo enviou ao Congresso solicitação de decretação de Estado de Sítio em todo o território nacional por 30 dias. Neste episódio, o governo viria a demonstrar definitivamente seu isolamento político. Por razões distintas, os vários grupos sociais reagiram contra esta proposta.

No decorrer do ano de 1964, a idéia de um golpe pairava no ar. Todos o esperavam. Para uns, seria Goulart e as forças de esquerda quem o dariam, para outros, seriam as classes conservadoras os responsáveis pelo fechamento do Congresso e implantação de uma ditadura militar. De fato, as forças estavam organizadas, mas, diferentemente do que se pensava, os primeiros não preparavam um golpe e nem estavam preparadas para resistir a um, caso ocorresse. De qualquer forma, o que se pode perceber com clareza é que a sociedade, através de seus vários grupos, se organizava, e o debate em torno dos rumos que o país deveria tomar se polarizava cada vez mais, enquanto o país, como veremos abaixo, cindia-se de alto a baixo.

Dentro do parlamento, e ultrapassando os limites dos partidos políticos, surgiam a Frente Parlamentar Nacionalista (FPN) e a Ação Democrática Parlamentar (ADP), com o propósito de articular, respectivamente, "progressistas" e "conservadores", que estavam dentro dos diversos partidos. Os projetos mais importantes eram decididos pelas duas entidades.

---

<sup>267</sup> Sobre a questão agrária no governo Goulart ver: Luiz A. Moniz Bandeira. *O governo João...*, op. cit., pp. 54-55.

<sup>268</sup> Caio N. de Toledo. *O governo João Goul...*, op. cit., p. 41.

Era, entretanto, fora do parlamento que apareciam, em toda sua dimensão, através das várias organizações sociais, os impasses dos "tempos de Goulart." Duas importantes organizações foram criadas fora do parlamento e, na prática, serviam como verdadeiros partidos das classes dominantes. O Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), criado no final da década de cinquenta, em "defesa" da democracia, atuava em sintonia com grupos anticomunistas, como o Movimento Anticomunista (MAC), a Organização Paranaense Anticomunista (OPAC), a Cruzada Libertadora Militar Democrática (CLMD), entre outros. O Instituto agia ainda associado à ADP, doando dinheiro para as campanhas de seus parlamentares. Outro grupo importante, o IPES, surgiu em fins de 1961, criado por empresários e, segundo consta, com ajuda da CIA. Nas palavras de Moniz Bandeira:

"Esses empresários articularam o radicalismo de direita e patrocinaram a criação e o funcionamento de entidades como o (...)IPES e o (...) IBAD, em estreito contato com a Cia, que lhes forneceu orientação, experiência e mesmo recursos financeiros, abundantemente, no esforço de corrupção e de intrigas, para influir nas eleições, impor diretrizes ao Congresso, carcomer os alicerces do Governo e derrocar o regime democrático..."<sup>269</sup>

### 1.1 - As esquerdas se organizam

Mas não eram somente as classes dominantes que se mobilizavam. Os "tempos de Goulart" ficaram a história política brasileira pelo alto grau de organização de amplos setores da sociedade que entraram em cena e, em muitos momentos, em choque as políticas traçadas pelas classes dominantes. De fato, no início dos anos 60, surgiram no Brasil importantes organizações sindicais que chegaram a ter um certo grau de influência naquele momento. Entre elas, destaca-se o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), cuja origem está ligada à greve geral de 5 de julho de 1962, quando foi criado, por comunistas e trabalhistas, um Comando Geral de Greve (CGG) a fim de coordenar a greve. No mês seguinte, durante IV Encontro Sindical Nacional, decidiu-se transformar o CGG em CGT,

<sup>269</sup> Luiz A. M. Bandeira. *O governo João Goulart...*, op. cit., p. 65. A respeito da criação e funcionamento do IPES e do IBAD, ver trabalho, amplamente documentado, de René Armand Dreifuss, *1964: a conquista do Estado*. Petrópolis, Vozes, 1981.

que mesmo ferindo a legislação sindical brasileira, que não permitia a organização de centrais sindicais, funcionou até abril de 1964.

Os trabalhadores do campo também organizavam-se. Entre os movimentos dos camponeses ganhava destaque a atuação das Ligas Camponesas, surgidas no final dos anos cinquenta em Pernambuco, sob a liderança de Francisco Julião, e que logo se espalharam por grande parte do país e chegaram ao início dos anos sessenta, apesar de certo declínio político, ainda fazendo sentir sua força. Paralelamente, os trabalhadores rurais também organizaram-se em sindicatos, apoiados pelo governo federal que, embora tivesse diferenças em relação às ligas, mantinham com estas muitas convergências na atuação prática. Em oposição a estes movimentos, que tinham programas mais combativos, surgiram os sindicatos rurais "democráticos", criados por setores da igreja católica, que pretendiam barrar a radicalização política dos movimentos anteriormente citados.

Exemplo da força que ganhavam as organizações de trabalhadores rurais foi que, em dezembro de 1963, em Minas Gerais, se reuniram vários sindicatos e federações de todo o país e fundaram a Confederação Nacional dos trabalhadores na Agricultura (CONTAG). Esta Confederação tinha na sua direção 4 representantes do PCB, 3 da AP e 2 "independentes".<sup>270</sup>

Ainda cabe assinalar as movimentações de dois setores que tiveram intensa participação naquele período: os setores subalternos das forças armadas e a União Nacional dos Estudantes (UNE). Por fim, vale lembrar a existência da Frente de Mobilização Popular (FMP), que, segundo Gorender, se tornou o centro aglutinador de partidos e frações partidárias, sindicatos, entidades estudantis *etc* e que, fundamentalmente, tinha uma plataforma antiimperialista e de proposta de expansão do setor estatal da economia.<sup>271</sup>

Uma força que se destacava no início dos anos sessenta era o chamado movimento nacionalista, "cuja ala mais radical era dirigida por Brizola" e que era, depois do PCB, uma das forças de maior importância no cenário político das esquerdas.<sup>272</sup> O prestígio de Brizola não se dava ao acaso. Para além de sua retórica radical, o governador gaúcho foi responsável, ou participou, de vários episódios que lhe deram prestígio entre as forças de

---

<sup>270</sup> Luiz Alberto Moniz Bandeira. *O governo João Goulart...*, op. cit., p. 79.

<sup>271</sup> Jacob Gorender. *Combate nas trevas*. São Paulo, Ática, 1998, p. 55.

<sup>272</sup> Daniel A. Reis Filho. *A revolução...*, op. cit., p. 23.

esquerda. Em 1961, liderou a campanha da legalidade, fotografado na época com metralhadora em punho no Palácio Piratini, sede do governo gaúcho.<sup>273</sup> Além disso, seu governo promoveu a criação do Movimento dos Agricultores Sem-Terra (MASTER), organizando acampamentos e fazendo desapropriações de terra improdutivas. Foi responsável também pela desapropriação, no Rio Grande do Sul, das subsidiárias da ITT e ANFORP, empresas norte-americanas prestadoras de serviço público.<sup>274</sup>

Nas correntes de inspiração marxista, ou comunista, se destaca, em primeiro lugar, o PCB. Para Ridenti, mesmo ilegal, este partido

"...viveu seu apogeu naquele período, quando contou com muitas adesões e suas idéias influenciaram a luta política e sindical, e até mesmo as diretrizes do próprio governo federal. As propostas do PCB, que poderiam ser chamadas de nacional-reformistas, influenciaram vários setores sociais, mesmo os que não militavam no partido..."<sup>275</sup>

A atuação do PCB no período Goulart foi, de maneira geral, de apoio ao governo, uma vez que a política do partido (a busca de uma revolução democrático-burguesa que libertasse o país dos entraves feudais e do imperialismo, e possibilitasse o pleno desenvolvimento do capitalismo nacional), ia ao encontro, em vários pontos, das diretrizes do governo Goulart. Para o autor acima, com a posse de Goulart a política do PCB parecia ter uma base de sustentação, já que o populismo de Goulart e política traçada pelo partido tinham muitos pontos em comum, como a proposta de independência frente ao imperialismo e a superação dos entraves feudais no campo brasileiro.<sup>276</sup>

A orientação política do PCB passa, nesse momento, a ser questionada a partir do surgimento, ou fortalecimento, de outras organizações de inspiração socialista. Este questionamento, além das influências internacionais, sobre as quais falamos acima - Cuba e China principalmente<sup>277</sup> - , está ligado, segundo Marco Aurélio Garcia, à própria dinâmica social no pré-64, na qual a linha do PCB passa a ser criticada como uma "resposta equivocada aos problemas colocados pela conjuntura". Para o autor, mesmo que as críticas fossem desiguais e não ameaçassem a hegemonia ideológica do partido no campo da

<sup>273</sup> Norberto da Silveira, op. cit., p. 63.

<sup>274</sup> Jacob Gorender, op. cit., p. 43.

<sup>275</sup> Marcelo Ridenti. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo, Editora da UNESP, 1993, p. 25.

<sup>276</sup> *Idem*, p. 26.

esquerda, pelo menos até o golpe, era possível, porém, perceber que no aumento das críticas à orientação do PCB, se insinuava já as mudanças que a esquerda brasileira sofreria após 1964. Neste caminho, à esquerda do PCB começam a aparecer grupos e tendências, ainda que sem uma consistência orgânica definida, mas que estavam buscando novas proposta de ação que se afastassem da orientação pecebista.<sup>278</sup>

De fato, já no pré-64 é possível perceber aspectos que diferenciavam os grupos que surgiam em relação ao PCB, tanto em termos teóricos quanto organizacionais, e que traziam em si muitos dos aspectos que marcariam, de uma forma geral, a chamada "Nova Esquerda". Modelo este que caracterizaria a cena do campo das esquerdas de forma mais ampla após o golpe. Segundo Reis Filho, esta Nova Esquerda se diferenciava basicamente pelo rompimento com "aspectos essenciais da política até então observada pelo PCB", como, por exemplo, a desconfiança quanto à vocação revolucionária da chamada burguesia nacional, considerada por muitos "como um mito inventado pelos partidário das reformas de base"; a descrença no caminho pacífico para a revolução brasileira; a reivindicação de novos modelos revolucionários internacionais; mudanças na forma organizacional, abrindo mão do modelo leninista, como o igualitarismo entre dirigentes e dirigidos e a atenuação das hierarquias.<sup>279</sup>

De qualquer forma, nem tudo era diferente. Havia muitas convergências entre estes grupos e o PCB; entre elas, há uma que parece fundamental e está, segundo o autor acima, na base teórica de ambas, que diz respeito a uma visão teleológica da história, em que diante da crise do capitalismo, a humanidade caminharia inexoravelmente para o socialismo.<sup>280</sup>

Dentre os grupos de inspiração socialista, havia a Organização Revolucionária Marxista Política Operária (ORM-POLOP), que nascera em 1961, sob inspiração, segundo Gorender, de um trotskismo "não ortodoxo", chegando a influenciar figuras que se destacariam na área intelectual, como Theotônio dos Santos, Vânia Bambirra, Moniz

---

<sup>277</sup> Ver esta discussão no capítulo 2 desta dissertação.

<sup>278</sup> Marco Aurélio Garcia, "Tempos de antes do golpe", *Em Tempo*, n. 79, 30/08 a 5/9 de 1979.

<sup>279</sup> Daniel A. R. Filho e Jair Ferreira de Sá. *Imagens da revolução. Documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971*. Rio de Janeiro, Marco Zero, 1985, pp. 16-18.

<sup>280</sup> *Idem*, pp. 19-20.

Bandeira, Juarez Guimarães de Brito, Ruy Mauro Marini, Eder Sader e Emir Sader, Eric Sachs (sob o pseudônimo de Ernesto Martins), entre outros.<sup>281</sup> Esta corrente surgiu agrupando muitos elementos de variados grupos que tinham em comum uma política alternativa ao PCB, onde ganhava relevo a proposta de luta revolucionária pelo socialismo.<sup>282</sup>

Para além das formulações teóricas, no entanto, a POLOP parece não ter conseguido grande respaldo social, ficando restrita aos meios universitários e, após o golpe, veria muitos dos seus membros serem arrastados pelo militarismo que então tomaria conta das esquerdas brasileiras.

Vale citar ainda o pequeno Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT), que se confunde com as Ligas Camponesas, pois foi criado em seu interior, quando alguns de seus líderes, influenciados pelo exemplo da Revolução Cubana, adotam a perspectiva da luta imediata pelo socialismo, abandonando a orientação anterior de luta pela Reforma Agrária dentro dos marcos legais. Esta mudança se dá por volta de 1961, quando o líder das ligas, Francisco Julião, faz um viagem à Cuba e volta disposto, com a ajuda dos cubanos, a utilizar as armas para modificar o sistema político-social do país.

Havia ainda o minúsculo Partido Operário Revolucionário Trotskista (PORT), agrupamento, grupo posadista, que teve alguma penetração no meio estudantil, entre militares de baixa patente e trabalhadores rurais e urbanos antes de 1964.<sup>283</sup> Vale assinalar ainda a existência do Partido Socialista Brasileiro (PSB), com uma pequena bancada de deputados, “reformista e moderado”, o partido tinha ativa participação na FPN.<sup>284</sup>

Por fim, cabe lembrar a existência da Ação Popular (AP), corrente surgida em 1962, a partir da Juventude Universitária Católica (JUC). Esta corrente, que nasce com uma inspiração socialista independente, vai, no decorrer da década de sessenta, seguir um caminho que a aproximaria do marxismo ortodoxo, via maoísmo, até se incorporar ao PC do B, no início da década de setenta.<sup>285</sup>

<sup>281</sup> Jacob Gorender, op. cit., p. 40.

<sup>282</sup> Marcelo Ridenti, op. cit., p. 26.

<sup>283</sup> Idem, p. 27.

<sup>284</sup> Jacob Gorender, op. cit., p. 43.

<sup>285</sup> Adiante nos deteremos na trajetória desta corrente ao tratarmos de sua incorporação ao PC do B.

Estas eram, em linhas gerais, as forças de esquerda que atuavam no período entre 1962 e 1964. Como se pode perceber, eram extremamente diversificadas e atuavam em diversos setores da sociedade. Resta-nos ver como foi a atuação do PC do B neste período e como ele se relacionou com estas forças sociais, o que faremos adiante.

## 1.2 - O golpe político-militar

O governo Goulart entra no ano de 1964 pressionado pelos setores conservadores, que cada vez mais lhe negam qualquer contribuição e, por outro lado, sem conseguir convencer as esquerdas a lhe dar tal apoio. Ao que parece, tentando acenar para estes últimos, realizou um comício na Central do Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, sexta-feira, 13 de março, onde cerca de 200 mil pessoas ouviram o discurso do presidente, no qual prometia tomar medidas para que as Reformas de Base fossem, enfim, colocadas em prática. Anunciou um decreto nacionalizando as refinarias particulares de petróleo e outro desapropriando terras que tivessem mais de 100 hectares e que ladeassem rodovias, ferrovias e açudes públicos. Ainda que, na prática, os decretos não tivessem grande alcance prático nas soluções dos problemas nacionais, as esquerdas os aplaudiram como a prova de que o presidente estava realmente disposto a implementar as reformas.<sup>286</sup>

Enquanto os setores nacionalistas aplaudiam as medidas anunciadas por Goulart, os setores conservadores, levantando a bandeira do anticomunismo, da defesa da propriedade, da religião *etc*, reuniram, 6 dias depois, em 19 de março, na cidade de São Paulo, cerca de 500 mil pessoas na "Marcha da Família com Deus pela Liberdade", na qual pediam o impeachment do governo federal.<sup>287</sup>

Se o exército, junto com as classes dominantes, ainda tinham dúvidas quanto à necessidade de um golpe militar, em 26 de março, viria a acontecer um episódio que é apontado como o estopim para que fosse dado andamento ao processo golpista: a chamada "Revolta dos Marinheiros". O caso aconteceu na Guanabara, quando mais de 1000 marinheiros e fuzileiros navais estavam reunidos para comemorar o segundo aniversário de

---

<sup>286</sup> Thomas Skidmore, op. cit., pp. 344-353.

sua associação de classe, que, por sinal, era proibida pelo regimento militar. Um contingente de fuzileiros navais foi mandado para prendê-los e, ao invés disso, insubordinaram-se e uniram-se aos seus colegas. Todos foram, após se entregarem, anistiados pelo ministro da marinha. Este episódio parece ter convencido os militares que ainda resistiam ao golpe a aderir, ou calar, diante do golpe político-militar que então se consumou entre os dias 31 de março e 1º de abril de 1964.<sup>288</sup>

Se o golpe era ou não inevitável, ou se as esquerdas poderiam ou não ter resistido a ele, não vamos aqui discutir. O fato que nos interessa é que, com a efetivação do golpe civil-militar, veríamos surgir uma nova conjuntura político-social no país, levando a um inflexão nas forças de esquerda. Quanto ao desfecho da conjuntura daquele início dos anos 60 e à nova que se descortinava, nos diz um autor:

"A crescente radicalização política do movimento popular e dos trabalhadores, pressionando o Executivo a romper os limites do "pacto populista", levou o conjunto das classes dominantes e setores das classes médias - apoiados e estimulados por agências governamentais norte-americanas e empresas multinacionais - a condenar o governo Goulart. A derrubada do governo contou com a participação decisiva das forças armadas, as quais - a partir de meados de abril de 1964 - impuseram ao país uma nova ordem político-institucional com características crescentemente militarizadas. As reformas exigidas pelo capitalismo brasileiro seriam agora implementadas. Repudiando o nacional-reformismo, as classes dominantes, através do Estado burguês militarizado, optariam pela chamada "modernização-conservadora", excluindo, assim, as classes trabalhadoras e populares da cena política pondo fim à democracia populista."<sup>289</sup>

## 2 - O PC DO B NOS TEMPOS DE GOULART

De uma maneira geral, a atuação do partido neste período é apontada, por alguns autores, como sendo marcada pela retomada das idéias centrais do chamado Manifesto de Agosto de 1950 e do IV Congresso do PCB, e, também, por uma preocupação em afirmar suas diferenças em relação ao partido liderado por Prestes, o que

---

<sup>287</sup> Luiz A. M. Bandeira. *O governo João Goulart...*, p. 166.

<sup>288</sup> Caio N. de Toledo. *O governo Goulart...*, op. cit., p. 102.

<sup>289</sup> *Idem*, p. 120.

não era simples, já que os seus programas tinham muito mais semelhanças, nas questões fundamentais, do que diferenças, o que dificultava aos que não os conheciam de perto identificá-las com clareza. O que basicamente parece diferenciá-los são duas questões táticas: a questão da liderança da revolução democrático-burguesa e a problemática do uso da violência nesta revolução. Para o PC do B, a liderança na frente única era questão fundamental para o desenvolvimento da revolução e acusavam o PCB abrir mão desta liderança, deixando-a para a "burguesia nacional". Na verdade, como vimos anteriormente, não é que PCB abria mão desta liderança, ele apenas não condicionava, como em momentos anteriores, a sua participação a necessidade de dirigir a frente revolucionária. A outra crítica feita ao PCB era a de que este defendia o caminho pacífico como sendo o melhor para sua efetivação. Para o PC do B, somente a classe operária estaria preparada para liderar a revolução e o uso da violência seria certamente necessário neste processo.<sup>290</sup>

Vamos tentar entender o posicionamento do PC do B nesta conjuntura de crise institucional, de polarização ideológica e diferenciação no campo das esquerdas. E é neste momento, mais especificamente durante o governo parlamentarista de Goulart, em fevereiro de 1962, que o partido torna público o seu programa que, pelo menos teoricamente, lhe daria feição e pautaria sua atuação política pelo menos até 1964. Vejamos, então, como foi formulada neste programa a estratégia política do partido. Para efeito de análise, discutiremos pelo menos três questões que podem nos ajudar no entendimento da ideologia política do partido, ou, em outras palavras, suas concepções teóricas. As questões são as seguintes: a caracterização da revolução; o tipo de regime a ser implantado; e os meios que deveriam ser utilizados para sua efetivação.

## 2.1 - O caráter da revolução

A problemática da caracterização do tipo de revolução está fortemente marcada, entre outras coisas, por uma tradição que remonta às formulações teóricas da III

---

<sup>290</sup> A respeito destas questões ver: Marcelo Ridenti, op. cit., p. 27; Jacob Gorender, op. cit., p. 38; Daniel A. R. Filho. *A revolução faltou ao encontr....* op. cit., p. 38 e Marco Aurélio Garcia e Elvira Oliveira, " O nascimento do PC do B", *Em Tempo*, nº 86, 18 a 24/10/1979.

IC sobre a Revolução Democrático-Burguesa.<sup>291</sup> Isto não deve, porém, nos levar a ver a caracterização que o partido faz da revolução no Brasil como um simples reflexo de tais orientações. Estas idéias faziam parte do arsenal teórico dos comunistas, que o utilizava na análise da que o partido fazia da estrutura sócio-política e econômica do país, para, a partir de tal análise, caracterizarem o estágio da revolução no país. Esta análise da conjuntura nacional não deve ser desprezada no estudo das formulações teóricas dos comunistas, conforme discutimos anteriormente ao tratarmos das relações do PC do B com o movimento comunista internacional.

Desta forma, o Manifesto Programa inicia com a descrição, catastrófica, das dificuldades que afligiriam o povo brasileiro, para depois apontar "onde residem as dificuldades":

"Por que tudo isto ocorre num país tão imenso e rico, habitado por um povo laborioso? Isto se verifica devido à exploração do país pelo imperialismo, em particular o norte-americano, ao monopólio da terra e à crescente concentração de riquezas nas mãos de uma minoria."<sup>292</sup>

O partido vê, deste modo, no imperialismo norte-americano, no latifúndio e em parte da burguesia os responsáveis pelo entrave em que se encontrava o desenvolvimento do país, e, por conseguinte, pela situação de penúria dos trabalhadores. O PC do B, contudo, não podia fechar os olhos para o relativo desenvolvimento que o país experimentara nos tempos de Juscelino Kubitschek, o que, aliás, como vimos anteriormente, levava o PCB a encarar este desenvolvimento, na visão de Pedro Pomar, de forma demasiadamente otimista.<sup>293</sup> Desta maneira, é apontado no documento que o país, de fato, teria se desenvolvido; no entanto, esta constatação não viria sem ressalvas:

---

<sup>291</sup> A questão da caracterização da revolução na América Latina como democrática-burguesa pode ser vista em Michel Zaidán "O grande *tournat*: o VI Congresso da Internacional Comunista (1928-1929)", in: Daniel A. R. Filho et all. *História do marxismo no Brasil. O impacto das revoluções*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991, vol. 1, pp. 89-104. Sobre algumas relações entre a estratégia política do VI Congresso da IC com o comunismo brasileiro, ver Paulo Sérgio Pinheiro. *Estratégias da Ilusão. A revolução mundial e o Brasil: 1922-1935*. São Paulo. Companhia das Letras, 1992 e Marcos Del Roio. *A classe operária na revolução burguesa; a política de alianças do PCB: 1928-1935*. Belo Horizonte, Oficina de Livros, 1990.

<sup>292</sup> Manifesto Programa, in: Partido Comunista do Brasil. *A linha política revolucionária*. Lisboa, Maria da Fonte, 1974, p. 13.

<sup>293</sup> Ver, no capítulo 1 desta dissertação, as discussões que antecederam o V Congresso do PCB.

"Houve, sem dúvida, nas últimas décadas, um relativo desenvolvimento econômico do país. Elevou-se a produção dos meios de produção e de matérias-primas básicas. Os bens de consumo produzidos no país já abastecem quase todo o mercado interno. Mas este desenvolvimento econômico, feito através de uma inflação desenfreada, da maior penetração do capital imperialista em setores fundamentais da indústria e com a manutenção da estrutura agrária, acentuou as desigualdades entre as diferentes regiões e agravou ainda mais a situação econômica, política e social do país."<sup>294</sup>

Esta situação de domínio do imperialismo e do latifúndio, gerando um desenvolvimento calcado no capital estrangeiro e mantendo uma estrutura agrária perversa, daria origem a um regime "reacionário e antinacional", no qual

"...a Constituição de 1945 é apresentada pelas classes dominantes como a expressão jurídica da igualdade de todos os cidadãos. No entanto, ela consagra, antes de tudo, os privilégios dos exploradores. Nenhuma desapropriação, mesmo quando se trata de interesse social, pode ser feita sem o pagamento prévio em dinheiro na base da valorização indevida. As franquias democráticas que a Constituição proclama são sistematicamente negadas, sempre que as massas procuram defender seus direitos, contrariando os interesses das classes dirigentes. A legalidade é ou não respeitada de acordo com as conveniências daquelas classes, como demonstra a aprovação da emenda parlamentarista no curso da última crise político-militar. Desta forma, a Constituição serve, fundamentalmente, aos que dominam o país."<sup>295</sup>

Dentro deste regime, "antipopular e reacionário", não seria possível fazer as reformas necessárias para o pleno desenvolvimento nacional, pois

"...seria ingenuidade pensar que os latifundiários e os grandes capitalistas, ligados, de uma ou de outra forma, ao monopólio da terra e ao imperialismo, pudessem levar a cabo uma orientação desta natureza, que iria contrariar seus próprios interesses..."<sup>296</sup>

Desta forma, o regime não poderia ser modificado a partir das teses que então estavam em voga, como, por exemplo, através da mudança dos governantes, pois não existiriam homens providenciais. Muito menos, fazendo-se referência ao parlamentarismo, poder-se-ia modificar os ministros ou gabinetes, pois estes deveriam seguir a política das classes dominantes e, se não o fizessem, seriam depostos de seus cargos. Por fim, também

<sup>294</sup> "Manifesto Programa", op. cit., p. 15.

<sup>295</sup> *Idem*, p. 17.

não seria através de implantação de ditaduras que se resolveriam os problemas do Brasil. A única forma de modificar esta situação seria a implantação de um "governo popular revolucionário", dentro de um novo regime, "antiimperialista, antilatifundiário e antimonopolista", o que define, afinal, o caráter de sua revolução, dentro dos marcos democrático-burgueses, em duas etapas, tributária das análises da III IC. Nas palavras do partido:

"...impõe-se a instauração de um novo regime, regime antiimperialista, antilatifundiário e antimonopolista, regime que expresse as forças sociais em ascensão no país, os anseios dos operários e camponeses, da intelectualidade, da pequena burguesia urbana, dos pequenos e médios industriais e comerciantes e de outros elementos progressistas. Este regime, porém, somente será criado se essas forças afastarem do poder as atuais classes dominantes e instalarem um governo popular revolucionário."<sup>297</sup>

## 2.2 - O novo regime

Como vimos acima, a revolução proposta pelo PC do B era de caráter democrático-burguês, e, assim sendo, as tarefas do governo "popular revolucionário" ficariam dentro deste marco; deveriam ser cumpridos todos os requisitos desta etapa da revolução, para somente depois se passar para a segunda etapa - socialista - da revolução.

As primeiras tarefas deveriam, dentro desta lógica, dar passagem ao pleno desenvolvimento do capitalismo no país. Assim, era necessário, antes de mais nada, libertar o país da espoliação que sofria dos capitais norte-americanos. Junto com isso, libertar o campo dos entraves feudais e do latifúndio, através de um "reforma agrária radical."

Um outro ponto importante a ser trabalhado, e talvez seja a tarefa que melhor representa o caráter democrático-burguês da proposta do partido, é a defesa da indústria nacional. O governo, diz o PC do B,

"...facilitará a aquisição de equipamentos e matérias-primas. Estimulará a criação de novas indústrias nas áreas mais atrasadas, objetivando reduzir e depois extinguir as desigualdades no desenvolvimento econômico das diferentes regiões do país. Ampliará os meios de transportes e comunicações. Confiscará

---

<sup>296</sup> *Idem*, p. 18.

<sup>297</sup> *Idem*, p. 19.

os capitais e as empresas dos grandes capitalistas brasileiros que estiverem aliados aos imperialistas norte-americanos."<sup>298</sup>

O governo deveria ainda tomar uma série de medidas no sentido de melhorar as condições de vida da população mais pobre, como por exemplo, diminuir a "carestia de vida", reorganizar a previdência social, fazer uma reforma urbana, extinguir o analfabetismo, cuidar da saúde pública, defender os bens públicos, outorgar o direito de voto aos analfabetos, acabar com a repressão contra o povo *etc.*<sup>299</sup>

Para a efetivação de um governo e de um regime deste tipo, o partido deveria esclarecer quais vias deveriam ser percorridas para se chegar até ele, já que o caminho traçado por outros grupos estaria equivocado. Neste ponto, como poderemos perceber, o partido teria dificuldade em apresentar uma estratégia que se diferenciasse, em sua essência, por exemplo, da estratégia do PCB ou dos chamados grupos nacionalistas, empurrando-o, talvez, para o perigoso terreno do radicalismo retórico.

### 2.3 - O caminho da revolução

O caminho apontado pelo partido, como dissemos acima, é o do uso da violência revolucionária, ainda que, diferente do que correntemente é salientado, este uso, no Manifesto Programa, não apareça nem como o único caminho a ser seguido, nem com toda a clareza que se costuma apontar. O que transparece no documento é uma certa hesitação em optar, com todas as palavras, pelo uso da violência revolucionária. Talvez esta indecisão em aderir completamente ao uso da violência seja um dos motivos que dificultava ao partido aparecer como essencialmente diferente do PCB, na medida em que seria justamente neste ponto que ele propagandeava residir suas diferenças mais fundamentais. Esta hesitação aparece, por exemplo, no fato do partido não dizer claramente que assume o uso da violência revolucionária, e sim que as classe dominantes tornavam "inviável" o

---

<sup>298</sup> *Idem*, p. 20.

<sup>299</sup> *Idem*, p. 21.

caminho pacífico. O partido se abstém de pronunciar com todas as letras o tema da violência . Nas palavras do partido:

"Nessa circunstâncias (de sempre as classes dominantes utilizarem o poder do Estado contra os movimentos populares), as classe dominantes tornam inviável o caminho pacífico da revolução. Por este motivo, as massas populares terão de recorrer a todas as *formas de luta que se fizerem necessárias* para conseguir seus propósitos..."<sup>300</sup>

Continuando, a respeito do que chama "todas as formas de luta":

"...as ações por conquistas parciais contribuem para reforçar a organização e a unidade do povo. As campanhas eleitorais são importante forma de atividade política e uma acertada participação nas eleições permite esclarecer as massas, divulgar o programa revolucionário e eleger candidatos que defendam as causas populares. Todos os movimentos democráticos e patrióticos devem ajudar a alcançar a grande meta - a conquista de um novo poder político, principal objetivo do povo. Mas só a *luta decidida e enérgica, as ações revolucionárias de envergadura*, darão o poder ao povo."<sup>301</sup>

Como se pode observar, o partido propõe o uso de "todas as formas de luta" que se fizerem necessárias para efetivar o seu projeto revolucionário, e não exatamente a violência como única saída, e que só a faria com o passar do tempo, na medida em que a conjuntura política e a tivesse tornado mais tensa, seja em relação à possibilidade de um golpe, seja em relação à disputa com outros agrupamentos de esquerda.

Outro elemento importante na problemática da caracterização da revolução brasileira é o instrumento que deveria ser utilizado para sua efetivação. A proposta do partido é de uma frente ampla sob a direção da classe operária. Aqui, mais uma vez, devemos fazer menção à influência internacional na adoção desta tática. Ela é tributária de pelo menos dois eventos. O primeiro, da política de frente popular adotada pelo VII Congresso da IC. O segundo, da influência da tese propagandeada pela China da chamada política do "bloco de quatro classes", a qual nos referimos no capítulo anterior. Como disse um analista, não importa aqui discutir se de fato a revolução chinesa correspondeu, na prática, a seu discurso oficial. O fato é que sua teoria surge de um revolução vitoriosa, em

---

<sup>300</sup> *Idem*, p. 22. Grifo nosso.

<sup>301</sup> *Idem*, p. 23. Grifo nosso.

um país "periférico", como os da América Latina. Além disso, a estratégia revolucionária chinesa, para além de suas especificidades, não feria a ortodoxia stalinista a respeito da revolução por etapas.<sup>302</sup>

No caso do PC do B, o partido adota a política de frente popular e do "bloco das quatro classes", sendo que se diferenciava da política do PCB, segundo seus dirigentes, por não abrir mão da direção da frente, que deveria ficar nas mãos da classe operária e, em última instância, nas mãos do partido, já que este seria, na tradição comunista, sua vanguarda política:

"...os operários e os camponeses, núcleo fundamental da unidade do povo, junto com os estudantes, os intelectuais progressistas, os soldados e marinheiros, sargentos e oficiais democratas, os artesãos, os pequenos e médios industriais e comerciantes, os sacerdotes ligados às massas e com outros patriotas constituirão o elemento indispensável para conseguir um governo popular que realize um programa revolucionário. A unidade da esmagadora maioria da Nação é necessária e possível e, sob a direção da classe operária, será força capaz de varrer todas as barreiras que se ergam no caminho da emancipação nacional e social do povo brasileiro."<sup>303</sup>

Resumindo, o partido fazia uma análise político-econômica e social que ressaltava a espoliação do país pelo imperialismo, particularmente o norte-americano, juntamente com o latifúndio, que daria aspectos feudais ao cenário rural brasileiro, configurando uma situação de atraso no desenvolvimento nacional, tornando necessário, desta forma, uma revolução antiimperialista e antifeudal que seria feita com o uso de "todas as formas de luta" que se fizessem necessárias, através de uma Frente Única sob a direção da classe operária. Esta era a estratégia política do PC do B neste período do governo Goulart, e foi com ela que o partido procurou enfrentar uma série de questões que a ele estavam colocadas naquele momento: articulação orgânica, uma vez que tinha acabado de nascer com pequeno número de militantes; atuação política em uma conjuntura conturbada; diferenciação frente a outras forças políticas, principalmente ao PCB; atrair, com sua proposta política, um número maior de militantes *etc.*

<sup>302</sup> Ver: Marco Aurélio Garcia, "Le parti communiste chilien et les alliances de classes", *Critique de l'économie politique*. Nº 27, avril-juin, 1977, pp. 41-61. Ver também: Marta Dassú, "Frente única e frente popular: o VII Congresso da internacional comunista", in: Eric J. Hobsbawm. *História do marxismo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985, vol. 6, pp. 293-336.

<sup>303</sup> *Idem*, p. 23.

### 3 - A ESTRUTURAÇÃO PARTIDÁRIA

O partido enfrentava, neste período, uma série de dificuldades ligadas tanto a problemas orgânicos quanto a problemas de definições nas orientações políticas, fruto do próprio processo de surgimento do partido, que se deu através de discussões dentro do PCB, até a cisão em 1962 e que, como pudemos observar acima, em termos ideológicos, em que pesem uma certa radicalidade retórica, não se diferenciava substancialmente do PCB.

Um primeiro problema que cabe ressaltar é o pequeno número de militantes que o PC do B possuía, já que a maioria dos membros permaneceram no PCB, tornando a base partidária muito estreita. As principais bases do partido surgiram onde os seus dirigentes se encontravam antes da cisão. Desta forma, segundo Garcia, as mais significativas

"...estavam no Rio Grande do Sul, onde se encontrava João Amazonas, no Estado do Rio, onde se fazia sentir a influência de Maurício Grabois, Lincoln Oeste e Danielli e, em menor medida, em São Paulo, a partir da presença de Pedro Pomar."

Em outros Estados, o novo partido demorou para se organizar. Um exemplo interessante das dificuldades encontradas pelo novo grupo em se enraizar pelo país, é o do Ceará, onde o partido viria a ter um núcleo importante, com nomes como Oséas Duarte, Sérgio Miranda, José Genoíno etc. Mesmo aí a cisão só se consumaria após o golpe de 1964, quando os militantes, acusando o PCB pela responsabilidade da derrota de abril, passam a procurar novos caminhos, já que, para eles, o partidão dera prova de não ser capaz de representar a vanguarda revolucionária. Ainda assim, o PC do B se estruturaria no Estado por volta de 1965, sendo que, no período anterior ao golpe, ele praticamente não tinha atuação no Ceará.<sup>304</sup>

A esta situação de restrição do número de militantes somavam-se problemas políticos que levavam o partido a certo isolamento. Um deles, segundo o autor acima, seria

---

<sup>304</sup> Ver a respeito da organização do PC do B no Ceará as entrevistas de Sérgio Miranda e de Oséas Duarte concedidas ao autor.

o fato deste partido não conseguir estabelecer, para o período, uma tática que parecesse viável para a sociedade, uma vez que as teses do PCB pareciam concretizar-se nas "reformas de base" propostas por Goulart. O que o PC do B, bem como os grupos que queriam aparecer à esquerda do PCB, faziam eram formulações extremamente gerais, nas quais a luta armada aparecia, enquanto aspecto de diferenciação, apenas ao nível de princípios. O autor cita, como exemplo de falta de uma tática mais precisa para aquela conjuntura, um editorial do *Classe Operária* intitulado "preparar-se para a luta em todos os terrenos", de agosto de 1962, em que as propostas vagas lhe dariam o tom:

"As forças revolucionárias, ao mesmo tempo que lutam por um governo popular revolucionário, têm o dever de organizar a luta do povo, as ações de massa contra a carestia de vida, pela reforma agrária radical, pela solução dos problemas de abastecimento, pelas liberdades. (...) No caso em que a crise política assuma um caráter mais profundo, com atritos de maior amplitude entre os grupos das classes dominantes, é preciso estar em condições de enfrentar o imperialismo, o latifúndio e seus agentes em todos os terrenos".<sup>305</sup>

Mais um elemento que ajudaria a levar o partido a uma situação de isolamento político, era o fato de ele reivindicar oficialmente as idéias de Stalin. Segundo Garcia,

"...o PC do B reivindicava histórica e politicamente a herança do ditador, justamente quando as novas gerações que despertavam para as idéias de esquerda, o faziam marcadas pelas denúncias do terror que se abatera durante décadas sobre o partido e sociedade soviéticas, com tantas repercussões sobre o conjunto do movimento comunista internacional e que apareciam indissociavelmente ligadas ao nome de Stalin."<sup>306</sup>

Estas condições de isolamento parecem ter contribuído para um certo sectarismo na atuação do partido.<sup>307</sup> O próprio PC do B reconheceu, em documento de agosto de 1964, os problemas que enfrentara no período pré-64, ainda que, é claro, tenha concluído que as suas teses teriam sido ratificadas pela prática. Vejamos, então, como o partido avaliou os problemas que enfrentava no período anterior ao golpe. Quanto às suas bases partidárias, dizia:

<sup>305</sup> Marco Aurélio Garcia, "PC do B: do golpe de 64 ao início da guerrilha do Araguaia", *Em Tempo*, nº 87, 25 a 31/10/1979.

<sup>306</sup> *Idem*.

<sup>307</sup> Para Garcia, este sectarismo do PC do B é explicável "em pequenas organizações que tem necessidade de afirmar-se frente a um partido mais poderoso do qual se desprenderam. In: *Idem*.

"Infelizmente, o PC do Brasil não dispunha de suficiente influência entre as massas para levá-las a interferir de maneira adequada nos acontecimentos. Ainda que tenha conseguido notável crescimento, tanto numérico como na ligação com as massas, o Partido era uma organização pequena para a envergadura das tarefas que tinha a realizar. Isto resultou de uma série de dificuldades inerentes ao próprio processo de sua reorganização..."<sup>308</sup>

Quanto ao sectarismo na aplicação de sua política, continuava:

"...nele também se manifestaram tendências sectárias. Estas consistiram em certa fuga ao trabalho nas organizações de massas, particularmente no movimento sindical, em não dar a atenção necessária ao contato mais estreito com as correntes políticas democráticas e em alguns exageros no combate ao que havia de errôneo na política do senhor João Goulart..."<sup>309</sup>

Em relação ao resultado, conclui:

"...estas tendências, sem dúvida, obstaculizaram a maior participação do Partido no movimento democrático e antiimperialista e não permitiram que exercesse uma influência mais positiva nesse movimento."<sup>310</sup>

Tentamos aqui mostrar os problemas políticos e orgânicos que o PC do B enfrentou nessa conjuntura. Isto não significa, entretanto, que o partido tenha ficado completamente paralisado naquele momento, e é possível mesmo que tenha tido algum êxito por conta das bandeiras que agitava. Exemplo disso é que, embora não tenha sido numericamente importante, a política do partido conseguiu agregar alguns militantes. Em uma entrevista, o ex-militante Vicente Roig, que ingressou no partido em 1963 e sairia em 1966 na cisão que deu origem à Ala Vermelha, disse que o elemento que o levava a se decidir pela entrada no partido fora a bandeira da luta armada que este empunhava.<sup>311</sup> No mesmo caminho, o ex-militante Joaquim Celso de Lima, que atuava em Porto Alegre por ocasião da cisão que daria origem ao PC do B, disse, em suas memórias, que se aproximou do partido quando, em uma greve de que participara, no "Moinho Riograndense", recebera

<sup>308</sup> "O golpe de 1964 e seus ensinamentos", in: Partido Comunista do Brasil. *A linha pol...*, op. cit. p. 75.

<sup>309</sup> *Idem*, p.76.

<sup>310</sup> *Idem*.

<sup>311</sup> Entrevista de Vicente Roig a Marcelo Ridenti, em 30/07/85; está à disposição no arquivo Edgard Leuenroth.

apoio somente do PC do B, enquanto o partido ao qual então pertencia, o PCB, não lhe dera o apoio que esperava.<sup>312</sup>

Do mesmo modo, o partido não pode ser acusado de não ter se preocupado em ir além da retórica na questão da luta armada. Neste período, o PC do B chegou a fazer preparativos com este intuito, ainda que de forma bastante embrionária e politicamente impotente para qualquer confronto naquele momento.<sup>313</sup> A respeito destes preparativos, diz um ex-militante em suas memórias:

"...os membros do PC do B, empenhados com ardor em seus projetos revolucionários, viraram alvo de comentários jocosos feito por ex-companheiros do PCB. Publicamente eram gozados e tachados de sonhadores toda vez que um magote deles era visto de mochilas às costas, rumo à Serra da Mantiqueira ou à Serra do Mar. Não havia segredo do que iam fazer naquelas excursões de fim de semana, aos olhos de conhecidos e amigos. Todavia o cidadão comum, e mesmo a polícia jamais suspeitaram de sua condição de turista em busca de sol e mar. Poucas pessoas imaginariam que nas mochilas fossem levados instrumentos usuais nas guerrilhas, a começar pelas armas de cano longo desmontável."<sup>314</sup>

Apesar destas tentativas, seja de preparação da luta armada seja de aumentar o número de seus militantes, a atuação do partido no pré-64 não parece ter dado muitos frutos. No final das contas, o partido não pôde, ou não conseguiu, agregar em torno de si forças suficientes para uma atuação efetiva no período. Ele não conseguiu aparecer como uma alternativa viável no seio daquele largo espectro das esquerdas que então existiam, e principalmente, nos parece, de duas forças, ainda que, obviamente, suas relações não se restringissem a elas, que eram as que mais incomodavam o partido naquela conjuntura: "os nacionalistas" e o PCB.

#### 4 - O PC DO B E AS OUTRAS ESQUERDAS

---

<sup>312</sup> Joaquim Celso de Lima. *Navegar é preciso. Memórias de um operário comunista*. São Paulo, Diniz, 1984, p. 169.

<sup>313</sup> Ver, por exemplo, sobre estes preparativos: Marco Aurélio Garcia, "PC do B: do golpe...", op. cit.

<sup>314</sup> Antonio Carlos Felix Nunes. *PC linha leste*. São Paulo, Editora Livramento, 1980, p. 100.

Neste período que estamos analisando, o PC do B estava muito preocupado em sua "reorganização" e afirmação frente a outros grupos, principalmente ao PCB. De fato, é possível observarmos que, quando o partido dirige sua crítica ao campo das esquerdas, e entendemos aqui que o peso desta crítica valha enquanto demonstrativo da importância dada a determinados grupos em relação a outros, está voltada em primeiro lugar para o PCB e depois para o que ele chama de "nacionalistas". Fora estes dois grupos, que veremos adiante, aparecem referências basicamente às Ligas Camponesas de Francisco Julião, diferente dos anteriores, são referências positivas. É possível acompanhar por todo o período, no jornal do partido, referências elogiosas a este grupo. A análise que o partido faz de sua atuação é de que elas viriam, na verdade, a demonstrar a tese do partido de que a força da revolução brasileira estaria no campo e de que seus agentes principais seriam, junto com o proletariado, os camponeses. Neste caminho, em um artigo de abril de 1962<sup>315</sup>, o PC do B chama todos a darem total apoio às ligas e, no mês seguinte, em outro artigo, chamaria a atenção para a dimensão que, segundo o partido, a questão agrária assumia no país:

"Agora, já ninguém mais se sente capaz de contestar que a questão agrária e o problema camponês formam um só corpo e constituem o centro da luta democrática do país. Só os cabeças-duras e os desonestos ainda se atrevem a negar que o latifúndio existe. E o que é mais importante: que os camponeses são a força fundamental para decidir os destinos de nossa pátria."<sup>316</sup>

Ao mesmo tempo, talvez seja possível dizer, o partido apoiava as ligas por não ver nelas um concorrente na "direção" do processo revolucionário, que estaria nas mãos da classe operária. Ao contrário disso, as ligas apareçam como um futuro aliado neste processo, mas que não poderia jamais almejar o posto que o partido, segundo suas concepções teóricas, teria na frente única. Neste caminho, por ocasião de um encontro das Ligas Camponesas realizado em Minas Gerais, o partido divulga em seu jornal o documento aprovado no final deste congresso, a "Carta de Ouro Preto", que, em sua apresentação, dizia:

<sup>315</sup> "Julião instala a liga camponesa de São Paulo", *Classe Operária*, nº 419, abril de 1962.

<sup>316</sup> "A questão agrária e o movimento camponês - centro da luta do país", *Classe Operária*, nº 420, maio de 1962.

"A Classe Operária, como órgão do proletariado revolucionário, tem a satisfação de divulgar os trechos essenciais do documento, que reflete muito dos pontos de vista aqui defendidos."<sup>317</sup>

É interessante, por fim, notar esta que, aparentemente, pode ser apontada como uma contradição: a relação entre os camponeses como "força fundamental" do processo revolucionário, mas sob a direção do "proletariado revolucionário". Para Reis Filho, este seria um dos legados do maoísmo, que, mesmo ressaltando a autonomia do movimento social camponês na revolução chinesa, continuava, "por sincera convicção ou por interesse de ordem tática", a render tributos à ortodoxia marxista através da fórmula da direção da classe operária.<sup>318</sup>

Como dissemos acima, os "nacionalistas" seriam seriamente criticados. O PC do B inclui nesta definição um amplo leque, deixando de lado o fato de que se tais forças tinham afinidades entre si, tinham também diferenças consideráveis. Todos eram apontados como nacionalistas, desde Miguel Arraes até a Frente Parlamentar Nacionalista, passando por todos que buscavam reformas dentro do regime. Desta forma, em um artigo do *Classe Operária*, o partido critica o ecletismo dos que se diziam nacionalistas. Para o PC do B,

"...desde os elementos mais radicais até os ultra-conservadores, todos se confessam nacionalistas. Em realidade, desapareceram as fronteiras ideológicas neste festival verde-amarelo. No nacionalismo está a salvação, proclamam líderes de diferentes forças políticas..."<sup>319</sup>

Quanto à Frente Parlamentar Nacionalista, arremata:

"...em mais de cinco anos de existência este bloco parlamentar quase nada fez de positivo. Embora existam honrosas exceções, quando se trata de problemas decisivos, a maioria de seus membros vota com os partidos a que pertencem, agrupamentos comprometidos com o imperialismo e com o latifúndio."<sup>320</sup>

Seriam correntes as críticas a este grupo. No entanto, nenhum agrupamento recebia tanta atenção do PC do B quanto o PCB. Tivemos oportunidade de discutir que, já na Conferência Nacional Extraordinária, realizada em fevereiro de 1962, quando surgiu o

<sup>317</sup> "Carta de Ouro Preto", in: *Idem*.

<sup>318</sup> Daniel A. Reis Filho. "O Maoísmo e a trajetória dos marxistas brasileiros", *Idem et al. História do marxismo no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991, Vol. 1, p. 112.

<sup>319</sup> "A verdadeira face de certos nacionalistas", *Classe Operária*, nº 418, março de 1962.

PC do B, foi dedicado um documento<sup>321</sup> para apontar os motivos da cisão e, junto com isto, mostrar o caminho desviante, em relação ao marxismo-leninismo, pelo qual o então PCB enveredava. A partir deste momento, a preocupação em mostrar os erros do inimigo e em afirmar sua "justa" política contra a do grupo de Prestes foi uma constante na trajetória do PC do B. Em 1963, o partido publica um documento contendo os parâmetros através dos quais, de uma maneira geral, estas críticas seguiriam. O centro de suas críticas seria a afirmação de que, enquanto ele permanecia sendo o "partido da revolução", o outro se tornara o "partido das reformas".<sup>322</sup>

Ao se tornar um "partido das reformas", o PCB deixara de lado todos os princípios do marxismo-leninismo; desta forma, comparando os princípios revolucionários dos dois grupos, dizia:

"O PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL luta pela derrubada do atual regime de latifundiários e grandes capitalistas e pela instauração de um regime efetivamente popular(...). O Partido Comunista Brasileiro não combate o regime vigente mas apenas propugna por transformações parciais na estrutura do país nos marcos deste mesmo regime..."

"O PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL luta por um governo popular revolucionário(...). O Partido Comunista Brasileiro tem como objetivo a conquista de um chamado governo nacionalista e democrático..."

"O PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL luta irreconciliavelmente contra o governo de latifundiários e grandes capitalistas, desmascara suas manobras e não inculca ilusões nas massas a respeito do caráter do governo de Goulart(...). O Partido Comunista Brasileiro estabelece que é tarefa do povo lutar simplesmente contra a política de conciliação com o imperialismo e o latifúndio realizada pelo atual governo, a fim de conseguir que este se torne um governo nacionalista e democrático."

"O PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL, com o propósito de realizar a revolução nacional-libertadora, democrática e popular(...). O Partido Comunista Brasileiro(...) esforça-se para formar a denominada frente única nacionalista e democrática que inclui toda a burguesia e mesmo setores de latifundiários."

"O PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL julga que na atual situação, as classes dominantes tornam inviável o caminho pacífico da revolução(...). O Partido Comunista Brasileiro(...) engana o povo, afirmando que a revolução

---

<sup>320</sup> *Idem.*

<sup>321</sup> O documento em questão é "Em defesa do partido", in: A linha política revolucionário do..., op. cit., pp. 25-30.

<sup>322</sup> "Resposta a Kruschov", in: *Idem*, p. 37.

antiimperialista e antifeudal pode ser conduzida a seus objetivos por um caminho pacífico."

"O PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL apresenta um programa revolucionário, proclama seus fins socialistas(...). O Partido Comunista Brasileiro renega o velho Partido, renuncia ao programa revolucionário e oculta seu nome, deixando, na realidade, de ser o partido do proletariado."

"Enfim, o PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL é o partido da revolução. O partido Comunista do Brasil é o partido das reformas. O PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL luta para assegurar a hegemonia do proletariado na revolução. O PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO marcha a reboque das classes dominantes e ajuda a burguesia a enganar as massas trabalhadoras."<sup>323</sup>

Se, ao nível dos princípios, o partido procurava, em seus documentos, demarcar território em relação ao PCB, no dia a dia acompanhava passo a passo as movimentações deste partido, tentava rebater as suas formulações políticas e, ao mesmo tempo, desmoralizá-las. Assim, no jornal do PC do B, há artigos dos mais variados tipos a respeito do PCB. Há desde discussões em torno do uso do nome do jornal *Classe Operária*, pois o PCB publicara um artigo no *Novos Rumos* dizendo que o partido não tinha direito de utilizá-lo<sup>324</sup>, até questões de mudanças na linha política do PCB, passando por acusações, de cunho quase pessoal, como a que dizia que Luís Carlos Prestes teria usado sua influência para impedir que João Amazonas fizesse uma palestra sobre Cuba na sede do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo.<sup>325</sup>

Dos vários pontos levantados, a questão dos "problemas" e "desvios" da linha política do PCB era o mais criticado. Neste sentido, em janeiro de 1963, foi publicado um artigo de Calil Chade no *Classe Operária*, apontando os "erros" existentes em um documento do PCB, "Resolução política dos comunistas"<sup>326</sup> de dezembro de 1962, em que este partido, apesar de anunciar mudanças na sua linha política, em sentido mais crítico em relação ao governo Goulart, manteria, na verdade, segundo o PC do B, a essência das linhas traçadas na Declaração de Março e no V Congresso, com algumas modificações apenas no que diz respeito à composição da frente única, como a exclusão dos latifundiários; à

<sup>323</sup> *Idem*, pp. 37-38. Grifos no original.

<sup>324</sup> A esse respeito ver o artigo "Uma resposta necessária", *Classe Operária*, nº 419, abril de 1962.

<sup>325</sup> "Discriminação odiosa", *Classe Operária*, nº 424, 1 a 15 de agosto de 1962.

<sup>326</sup> Esta resolução foi publicada no jornal do PCB *Novos Rumos* de 14 de dezembro de 1962. Ela está parcialmente transcrita in: Edgard Carone. *O PCB - 1943 a 1964*. São Paulo, DIFEL, 1982, pp. 250-256.

natureza do governo nacionalista e democrático, que deveria agora ser essencialmente diferente do atual e, por fim, quanto ao papel dos camponeses no processo revolucionário, que eram tidos agora, junto com a classe operária, como a base do movimento antiimperialista. Apesar desta mudança, no essencial, o partido continuaria o mesmo, pois

"...no movimento sindical, nas disputas eleitorais, na atividade parlamentar, no movimento estudantil, nos períodos normais ou nas crises políticas, a corrente reformista integrante do PC Brasileiro atua, invariavelmente, como apêndice do PTB e como instrumento mobilizador dos operários e das massas populares em favor do jogo político pessoal do presidente Goulart, jogo que tem terminado, também invariavelmente, nas conciliações com o imperialismo e as forças internas mais reacionárias..."<sup>327</sup>

Estas eram, de maneira geral, as preocupações do PC do B em relação aos grupos que se apresentavam, naquele momento, com propostas nacionalistas e/ou de esquerda. No entanto, além de criticar ou apontar erros dos outros agrupamentos, o partido deveria afirmar-se frente ao seu campo de interlocução enquanto opção política, o que não poderia ser feito apenas através de apresentação de princípios - a proposta do uso da violência e da direção da frente única, ou críticas ao PCB, por exemplo. Tornava-se imperativo a apresentação de propostas de intervenção naquela conjuntura. Dadas as difíceis condições do partido, que o impossibilitavam de ter uma intervenção efetiva nos acontecimentos, o PC do B procurava, através das páginas de seu jornal, apresentar tais propostas e analisar os acontecimentos de acordo com sua estratégia política. Vejamos um pouco do posicionamento do partido frente a alguns episódios, para, com isso, tentarmos perceber como ele procurava aplicar sua linha política.

## 5 - A APLICAÇÃO DA LINHA POLÍTICA

A tática adotada pelo PC do B na conjuntura anterior ao golpe parece ter sido, em sua tentativa de afirmação política, a de negar ou opor-se a todas as propostas que se

---

<sup>327</sup> "Mais uma Resolução oportunista", *Classe Operária*, nº 434 de 1 a 15 de janeiro de 1963.

afigurassem como, em seu modo de ver, simples reformas do regime vigente, já que o partido propugnava a necessidade de um governo "popular revolucionário" em um regime "antiimperialista, antilatifundiário e antimonopolista", ainda que, em momento algum, tenha discutido mais aprofundadamente a essência desse governo popular revolucionário, se afigurando como uma proposta radical, porém, retórica. Como disse Reis Filho, os documentos do partido "pintavam com cores sombrias o momento que se vivia", os problemas tinham origem na crise geral do capitalismo. As classes dominantes não tinham capacidade de realizar as reformas necessárias, só restando o caminho da violência revolucionária.<sup>328</sup>

De fato, tudo que estivesse fora da estratégia do partido era relegado ao campo das reformas. Entretanto, cabe dizer que, mesmo nesta curta conjuntura, de fevereiro de 1962 a março de 1964, há modificações nas formulações do partido, no sentido de se afastar cada vez mais, e com mais vigor, de qualquer proposta de cunho, a seu ver, reformista. E, em algumas questões, mantém-se mesmo uma certa tensão que não se resolve completamente.

Uma questão que exemplifica este problema, entre o campo da reforma e da revolução, é a de como deveria se dar a participação nas eleições, uma vez que esta faria parte de jogo das instituições burguesas e do regime "reacionário e antinacional". Neste sentido, em abril de 1962, saía um artigo no *Classe Operária* com o seguinte título: "Que pode o povo esperar das eleições?". A resposta era de que se devia esperar fraudes, manipulações do poder econômico, a ausência de voto para analfabetos, militares *etc.* Isto não deveria impedir, contudo, a participação nos pleitos eleitorais, uma vez que a luta por um novo poder exigia uma "justa combinação" da ação de massas fora do parlamento com a ação dentro dele, e ainda a existência de uma pequena bancada, mesmo que fosse apenas para a defesa de um programa avançado. Esta apreciação, concluía o partido, tornava "indispensável aos comunistas tomar parte na campanha eleitoral."<sup>329</sup>

---

<sup>328</sup> Daniel A. R. Filho. *A revolução faltou ao encontro*, op. cit., p. 38.

<sup>329</sup> In: *Classe Operária*, nº 419, abril de 1962. Esta visão do partido sobre as eleições é praticamente a mesma que está formulada no programa do IV Congresso do PCB.

Neste sentido, para o pleito de 2 de outubro, o partido, em alguns Estados, apoiou candidatos, como, por exemplo, a candidatura de Cid Franco para governo do Estado de São Paulo; em outros, fez campanha pelo voto em branco, como no Rio Grande do Sul.<sup>330</sup> Com a apuração dos votos, o partido faz a análise dos resultados e conclui dizendo que

"...comprova-se, assim, que a razão está do lado dos que indicam ser necessário e inadiável mobilizar grandes massas para substituir o atual regime e conquistar um poder efetivamente do povo, que assegure não só o bem-estar da população como também lhe propicie uma autêntica democracia."<sup>331</sup>

Outro episódio em que o partido tem uma atitude eqüidistante da realidade - na medida em que se apegava a sua proposta de um "governo popular revolucionário", deixando de lado tudo que identificasse como "reformista" -, foi o da campanha pelo plebiscito sobre a forma de governo - parlamentarismo ou presidencialismo -, na qual o partido vê apenas mais uma proposta que não levaria à resolução dos problemas do país: não importaria a forma de governo, era necessária a mudança do regime que imperava no país, estava-se em um beco com uma única saída, que era a proposta do partido da mudança de regime e de instauração de um governo popular. Exemplar neste sentido é um artigo em que dizia com todas as letras: "Nem Parlamentarismo, nem Presidencialismo! Por um Regime Popular Revolucionário." A justificativa para esta posição era a de que

"...o Brasil viveu 71 anos sob o sistema presidencialista e nenhum dos problemas fundamentais do país foi resolvido: o latifúndio permanece incólume, o imperialismo penetrou fundo e domina a vida econômica da nação. Quanto ao parlamentarismo, um pouco mais que um ano foi o suficiente para comprovar a falência deste sistema para resolver as questões cruciais que afligem os brasileiros.

O mal não reside, pois, no sistema de governo. A causa da crise crônica que avassala o país, da fome e da exploração a que estão submetidos extensos setores da população está no regime imperante, que beneficia unicamente os grandes capitalistas, os latifundiários e o imperialismo..."<sup>332</sup>

<sup>330</sup> Ver *Classe Operária*, nº 425 a 427, agosto/setembro de 1962

<sup>331</sup> "Banqueiros, Industriais e Fazendeiros dominam o parlamento", *Classe Operária*, nº 429, 16 a 31 de outubro de 1962.

<sup>332</sup> "Nem Parlamentarismo, Nem Presidencialismo! Por um Regime Popular Revolucionário", *Classe Operária*, nº 431, 16 a 30/11/62.

Na penúltima edição de seu jornal, antes do plebiscito, que se realizou em 6 de janeiro de 1963, o partido conclamava seus leitores: "Não Vote".<sup>333</sup> Na última edição, exclamava: "Presidencialismo? Parlamentarismo? Não!"<sup>334</sup>. Terminada a votação, com vitória ampla do presidencialismo - dos 13 milhões de eleitores que foram as urnas, na proporção de 5 votos para 1, foi rejeitado o parlamentarismo<sup>335</sup> -, o partido avaliava o resultado final como prova de descrédito, por parte de amplos setores da população, em relação às instituições vigentes no país:

"...cerca de um terço do eleitorado decidiu abster-se, numa demonstração de quem não quer ser cúmplice da farsa que constituiu o plebiscito. Entre os que se abstiveram, encontram-se milhares de pessoas que não mais acreditam nas instituições vigentes."<sup>336</sup>

Esta atitude do partido frente às propostas "reformistas", que não ultrapassavam os limites impostos pelo regime, não impediu, no entanto, que ele aceitasse e se engajasse na constituição da Frente de Mobilização Popular, que não tinha propostas que ultrapassassem os limites das reformas dentro do regime, o que sua própria constituição demonstra, na medida em que o amplo leque de forças que atuavam em seu interior - setores sindicais, estudantis, profissionais liberais, movimentos dos sargentos *etc.*<sup>337</sup> - dificilmente, tornariam possíveis as propostas mais radicais feitas pelo partido. Como exemplo de proposta radical, que dificilmente agregaria em torno de si os membros da FMP, podemos citar a proposta do PC do B para o problema agrário no país. Para ele, somente uma "reforma agrária radical" resolveria o problema da terra no Brasil. Para exemplificar o que queria dizer com esta designação, aponta como exemplo a reforma realizada em Cuba, considerando-a uma verdadeira "reforma agrária radical".<sup>338</sup> Ora, Cuba, naquele momento, estava em processo rápido de socialização - ou estatização - não só da terra mas também de

<sup>333</sup> "Não Vote", *Classe Operária*, nº 432, 1 a 15/12/1962.

<sup>334</sup> "Presidencialismo? Parlamentarismo? Não!", *Classe Operária*, nº 433, 16 a 31/12/1962.

<sup>335</sup> Caio N. de Toledo. *O Governo João Goulart...*, op. cit., p.39.

<sup>336</sup> "Soluções radicais para os problemas do Brasil", *Classe Operária*, nº 435, 16 a 31/01/1963.

<sup>337</sup> Sobre a FMP, ver: Caio N. de Toledo. *O Governo João Goulart...*, op. cit., p. 82 e Jacob Gorender, op. cit., pp. 54-55.

<sup>338</sup> A questão da reforma agrária está na base da própria proposta de revolução do partido - revolução antiimperialista, antilatifundiária e antimonopolista - e está presente em seu manifesto programa ("Manifesto Programa", op. cit., p. 19.); no entanto, em relação aos moldes de como deveria se dar esta reforma, vale a pena dar uma olhada no artigo intitulado "O que é reforma agrária radical", publicado no primeiro número do *Classe Operária*, sob a direção do PC do B (nº 418, março de 1962).

empresas estrangeiras e de grandes grupos nacionais, isto é, estava em pleno processo revolucionário, o que tornava possível a solução lá adotada. Para o problema da terra no Brasil, nem todos estavam de acordo com uma solução deste tipo.

Não nos importa discutir aqui se este tipo de proposta era apenas retórica do PC do B; no momento, nos interessa apenas atentar para o comportamento do partido naquela conjuntura, quando apresenta algumas contradições, como o de suas relações com as instituições – Estado, eleição, partidos etc -, em que ora são rejeitadas pelo partido, pois são apontadas como impotentes para resolver os problemas do país, ora o partido propõe a sua participação nestas instituições para acelerar o processo revolucionário.

Somente aos poucos o partido vai se definindo claramente em torno dos pontos que o diferenciariam frente às outras esquerdas, e principalmente em relação ao PCB, como, por exemplo, a opção sem ressalvas pela luta armada, já que até este momento ele fala basicamente do uso de "todos os meios", ou de "meios não pacíficos" em sua estratégia revolucionária. De qualquer forma, o fato é que ele saúda a FMP como um agrupamento que clama por transformações sociais:

"A Frente de Mobilização Popular, pelo seu programa e pelas forças que a apoiam constitui uma importante iniciativa para a estruturação e fortalecimento da unidade de todas as correntes que pugnam por transformações sociais reclamadas pela maioria esmagadora da nação."<sup>339</sup>

Fora este engajamento na FMP, as propostas do partido no período, de acordo com a sua leitura catastrófica da realidade, eram basicamente de radicalização em torno de qualquer situação que se afigurasse como passível de ampliação do embate político, às vezes deixando de lado as reivindicações próprias de determinada mobilização. A esse respeito ver, por exemplo, a idéia que o partido tinha de mobilizações grevistas, nas quais deveria assumir uma amplitude muito maior do que as reivindicações próprias da categoria. Para o PC do B:

"As greves, mesmo de caráter econômico, no quadro da situação atual, assumem um sentido político de defesa das liberdades e de luta contra os espoliadores do país. É necessário, portanto, apoiá-las e contribuir para

---

<sup>339</sup> "A Tarefa da Mobilização Popular", *Classe Operária*, nº 447, 16 a 31/07/1963.

desenvolver a solidariedade aos grevistas, desmascarando os que procuram amainar, sob os mais variados pretextos, a luta de classes."<sup>340</sup>

Outro exemplo que demonstra certo isolamento das propostas do partido é a sua relação com o governador de Pernambuco, Miguel Arraes, cujo governo tomou algumas atitudes que beneficiaram os trabalhadores do campo, e que, naquele momento, gozava de certo prestígio entre os setores progressistas da sociedade. O partido, que havia apoiado a campanha de Arraes, diz que o governo não cumpria as promessas e esclarece que, a partir daquele momento,

"...face ao governo do senhor Miguel Arraes mantemos uma posição de completa independência, de crítica e combate às atitudes que prejudicam o povo ao mesmo tempo que desmascaramos o atual regime e lutamos por um governo popular revolucionário. Assim, mobilizamos os trabalhadores em defesa de suas reivindicações econômicas, políticas e sociais, estando ou não de acordo com elas o governo..."<sup>341</sup>

Se, em relação ao governo de Arraes, o PC do B tinha esta posição de crítica e de combate, no que diz a respeito a João Goulart, sua posição era muito mais dura. Na verdade, o partido não tirava qualquer responsabilidade de Goulart sobre a situação do país; ao contrário, imputava-lhe a culpa e pregava a sua destituição para a implantação de um governo popular revolucionário<sup>342</sup>. A esse respeito, Jacob Gorender comentou com ironia:

"...tivesse poderio efetivo naquela fase do seu surgimento, o PC do B se veria, a 31 de março de 1964, ao lado dos generais e empresários que comandaram o golpe, apoiados pelo imperialismo norte-americano. Seria uma repetição mais desastrosa do descompasso tático do PCB no momento da deposição de Vargas."<sup>343</sup>

Se estariam ao lado dos golpistas não podemos afirmar, mas o fato é que o partido se posicionava, dentro de sua estratégia política, em favor da substituição forçada do governo e da implantação de um novo regime no país. Como vimos acima, o partido fez

<sup>340</sup> "Intensificar a luta pelas reivindicações econômicas", *Classe Operária*, nº 462, 1 a 15/03/1964.

<sup>341</sup> "Os comunistas e o governo do Sr. Arraes", *Classe Operária*, nº 455, 16 a 30/11/1963.

<sup>342</sup> No artigo intitulado "Poder para o povo", o partido propunha a derrubada do "poder dos latifundiários e grandes capitalistas(...). A grande tarefa que compete aos operários, aos camponeses e aos intelectuais progressistas é a de instituir um novo poder, um governo popular revolucionário...", in: *Classe Operária*, nº 427, 16 a 30/09/1962.

<sup>343</sup> Jacob Gorender. *Combate nas...*, op. cit., p. 54.

campanha pelo voto em branco no plebiscito sobre a forma de governo. No entanto suas críticas a Goulart não nasceram ali, elas percorreram todo o período do parlamentarismo. No final de 1962, pouco mais de um ano da presidência de Goulart, o partido dizia que o presidente da república, que sempre se dissera nacionalista, mostrava sua cara em solenidade em uma montadora multinacional no interior do estado de São Paulo, onde

"...declarou ser favorável à vinda desses capitais 'com o propósito de, irmanados conosco, construir o progresso que tanto desejamos'. Assim, o chefe trabalhista pouco se diferencia do Sr. Juscelino Kubitschek, o grande paladino da penetração imperialista no Brasil.

(...)

As declarações presidenciais servem também para mostrar que o Sr. João Goulart, que representa setores da grande burguesia e dos latifundiários, não defende nenhum interesse nacional - como propalam os porta-vozes do reformismo no movimento comunista - mas sim interesses mesquinhos e egoístas de grupo e está disposto a associar-se com os imperialistas na exploração comum dos trabalhadores. E, para isso, dispõe-se a reprimir os autênticos movimentos populares contra o latifúndio."<sup>344</sup>

Com a vitória do presidencialismo e o conseqüente retorno dos poderes às mãos de Goulart, as críticas ao governo aumentam em quantidade e intensidade. Em relação à composição do governo então empossado, alertava o partido:

"Pela sua composição, pelas medidas que tomou e por suas manifestações públicas, o ministério presidencialista do Sr. João Goulart nada augura de bom. Os próximos meses serão de imensas dificuldades para as massas populares. O governo não dará solução para os seus problemas. Sua política de contenção de salários, de carestia de vida e de capitulação diante do imperialismo norte-americano mostra que o ministério da Sexta República é um ministério contra o povo."<sup>345</sup>

Quanto ao Plano Trienal, sentenciava:

"O plano para o próximo triênio, centro da propaganda oficial, é, assim, uma burla. Não se volta contra o latifúndio nem contra o imperialismo. Ao contrário, serve aos interesses dos monopólios estrangeiros e por isso mesmo conta com o apoio das autoridades e da imprensa norte-americana..."<sup>346</sup>

---

<sup>344</sup> "Discurso Reacionário", *Classe Operária*, nº 433, 16 a 31/12/1962.

<sup>345</sup> "Ministério contra o povo", *Classe Operária*, nº 436, 1 a 15/02/1963.

<sup>346</sup> "Plano Trienal contra o povo", *Classe Operária*, nº 435, 16 a 31/01/1963.

O PC do B parecia se achar respaldado pelos acontecimentos, pois, seja por incapacidade ou por impossibilidade, o governo Goulart não conseguia resolver os graves problemas do país, e, em alguns casos, como no aumento dos preços dos produtos alimentícios básicos, a situação até piorara. E era justamente em relação às chamadas "reformas de base", grande bandeira do governo, que o PC do B procurava mostrar a incapacidade da administração federal:

"Como fazendeiro que é, o Sr. João Goulart não deseja transformações radicais. Não quer acabar com a classe, historicamente superada, dos latifundiários nem com a espoliação imperialista. O que deseja são simples paliativos que nada resolvem e objetivam enganar as massas. Sua reforma agrária, como ele mesmo declarou, visa apenas a 'divisão de terras improdutivas'. Sua ação 'contra' o imperialismo se orienta no sentido da encampação de empresas de serviço público, como as subsidiárias da Bond and Share, por exemplo, pagando vultosas quantias a título de indenização, que serão investidas em outros ramos mais lucrativos da economia brasileira. A isto o Sr. Goulart tem a desfaçatez de chamar reformas de base."<sup>347</sup>

De maneira geral, este foi o posicionamento que o partido adotou frente ao governo até a consumação do golpe político-militar. Mesmo quando Goulart parecia estar disposto a, com a ajuda das forças progressistas, levar a cabo as reformas de base, como parece ter mostrado o famoso discurso de sexta feira, 13 de março de 1964, o PC do B não viu nele mais que um discurso demagógico:

"A realidade é que, apesar de toda verborragia 'radical' do orador mais importante do comício da Central do Brasil, os imperialistas norte-americanos não se opõem à orientação expressa pelo Sr. Goulart em seu discurso porque este não toca em seus interesses. No que se refere à reforma agrária, nos termos em que é colocada pelo chefe populista, nem mesmo a administração Johnson faz restrições. (...). Assim, o Sr. João Goulart, objetivamente, não fala somente em nome dos grandes capitalistas nacionais, mas também de certos setores mais 'esclarecidos' do imperialismo."<sup>348</sup>

---

<sup>347</sup> "Engodo ou reforma de Base", *Classe Operária*, nº 444, 1 a 15/06/1963. Na questão das reformas de base sobressaía-se a questão da reforma agrária; ver, por exemplo, os artigos "Arremedo de Reforma Agrária", *Idem*, nº 447, 16 a 31/07/1963 e "O decreto do SUPRA e a Reforma Agrária", nº 459, 16 a 31/01/1964. A questão da Bond and Share também serviu para o partido acusar o governo, "com provas", de "entreguista"; ver: "Encampações ajudam os trustes", nº 436, 1 a 15/02/1963.

<sup>348</sup> "Goulart, o discurso e a Revolução", *Classe Operária*, nº 463, 16 a 31/03/1964.

Uma parte da população, setores militares e grupos norte-americanos, não via a situação deste modo e o golpe que seria desfechado em 31 de março já estava, neste momento, em andamento. Não que o PC do B não soubesse que havia a possibilidade de um golpe militar; ao contrário, denunciou sua preparação de forma ampla em seu jornal. Desde 1962, já denunciara as atividades do IPES e do IBAD<sup>349</sup>; em maio de 1963 alertava mais uma vez que havia uma ameaça de golpe,<sup>350</sup> e, em março de 1964, conclamava a todos a se unirem contra a reação:

"É inadmissível presenciar passivamente a conspiração dos Bilac Pinto, dos Lacerda e Ademar de Barros, dos Abel Rafael e Último de Carvalho. As massas populares, os operários, os camponeses, os estudantes devem se preparar em todos os terrenos para fazer frente aos piores inimigos do Brasil. À violência da reação, o povo saberá responder, como se torna necessário, pela violência. Se o presidente da UDN concita seus correligionários a se armar, o povo não tem outro caminho senão o de também se armar."<sup>351</sup>

O fato é que o partido identificava todos os golpistas, inclusive Goulart, como fazendo parte de um mesmo grupo. Vale lembrar que, quando João Goulart pediu ao Congresso Nacional poderes especiais para governar, o partido, como de resto, amplos setores progressistas, respondeu veementemente contra sua proposta:

"Detrás da pantomima do sítio escondiam-se interesses antidemocráticos, diretamente voltados contra o povo. Trata-se de uma conjura visando a atingir o movimento popular, antiimperialista e pela reforma agrária radical. Alguns altos chefes militares, liderados pelo ministro da Guerra e contando com a cumplicidade do Presidente da República, procurando dar impressão que tinham como alvo principal o combate a descarados entreguistas, objetivavam, de fato, estabelecer uma ditadura."<sup>352</sup>

Desta forma, no episódio do golpe civil-militar, o partido, de acordo com sua proposta política de um governo popular revolucionário e de um regime antiimperialista, antilatifundiário e antimonopolista - o que estava longe de ser representado por Goulart-, optou por uma genérica "independência dos trabalhadores". Em suas palavras, a alternativa

<sup>349</sup> "IPES: terrorismo e provocação", *Classe Operária*, nº 426, 1 a 15/09/1962.

<sup>350</sup> "Ameaça de golpe", *Classe Operária*, nº 442, 1 a 15/05/1963.

<sup>351</sup> "Unir as massas para deter a reação", *Classe Operária*, nº 444, 1 a 15/06/1963.

<sup>352</sup> "Conspiração contra o movimento democrático", *Classe Operária*, 453, nº 16 a 30/10/1963.

não era "nem Gorilas nem Goulart"; mais uma vez, como dissemos acima, o PC do B via aquela conjuntura como um beco de uma única saída:

"Se é indispensável desmascarar e combater energicamente os Carlos Lacerda, os Ademar de Barros, os Cordeiro de Farias e toda a fauna de inveterados golpistas, isto não significa, de nenhum modo, que se deva, sob a alegação de evitar o mal maior, apoiar um governo como o do Sr. João Goulart, que realiza uma política de capitulação ao imperialismo norte-americano e de esfomeamento do povo(...).

(...)

O caminho dos trabalhadores e do povo é o da independência em relação às classes dominantes. Devem trilhar seu próprio caminho, em busca de um governo popular revolucionário, para solucionar os problemas fundamentais da nação. Não há outra saída senão a luta decidida e enérgica que substitua o atual regime. Qualquer ilusão nas promessas do atual governo ou toda a condescendência para com os Lacerda serve unicamente para entravar as ações do povo brasileiro por sua emancipação e facilitar as conspirações urdidas contra os interesses nacionais."

Quanto à saída para este problema, concluía:

"Nem com 'Gorilas', nem com Goulart. Por um governo popular revolucionário."<sup>353</sup>

Apesar de tamanha confiança na possibilidade da mobilização social frente a um provável, ou quase certo, golpe militar, o fato é que em 31 de março de 1964 os militares, apoiados por setores civis, desfecharam o esperado golpe, e o PC do B, bem como todos grupos de esquerda, não estava preparado para tal acontecimento, pelo menos no que diz respeito a uma resistência efetiva. De qualquer forma, o partido conseguiu resguardar-se da repressão ao conseguir, rapidamente, mandar os seus dirigentes mais conhecidos para "aparelhos" previamente preparados.<sup>354</sup> Isto não significa, no entanto, que o partido não tenha sofrido o impacto do golpe. Passado o susto, tornava-se necessário avaliar os erros e traçar novas diretrizes para aquela conjuntura que se abria.

Como pudemos observar, os primeiros dois anos de existência do PC do B, que coincidem os "tempos de Goulart", foram marcados por uma série de dificuldades por ele

<sup>353</sup> "Nem 'Gorilas' nem Goulart", *Classe Operária*, nº 447, 16 a 31/07/1963.

<sup>354</sup> Ver: Marco Aurélio Garcia, "PC do B: do golpe de 64 ao início da guerrilha do Araguaia", op. cit.

enfrentadas. Consumada a cisão que lhe deu origem, ele se vê em uma árdua tarefa de organizar um partido comunista em um momento em que o seu rival, o PCB, viveu um de seus momentos de maior importância política e ideológica. Por outro lado, e agravando ainda mais a sua situação, as forças progressistas de esquerda estavam em ascensão política e não viam respaldo na realidade para as sombrias análises feitas pelo PC do B, que ainda por cima, não conseguia mostrar-se substancialmente diferente de sua matriz.

Nesta situação – reduzido número de militantes; problemas organizativos; indefinição ideológica e isolamento social -, restou ao PC do B fazer proselitismo de suas propostas políticas, fundamentalmente, através do seu jornal *Classe Operária*, cujas características consistiam em críticas aos nacionalistas e ao PCB, uma análise catastrofista da realidade e, na tentativa de ganhar espaço político, levantava propostas políticas, muitas vezes, retoricamente radicais.

Foi nesta situação que o partido viu os militares apossarem-se do poder em abril de 1964. Da reação do partido ao golpe, formulação e implementação de sua política na nova conjuntura que abria-se, trataremos no próximo capítulo.

## V - DO GOLPE À GUERRILHA

O golpe político-militar de 1964, se não pegou as esquerdas de surpresa, já que fora amplamente denunciada a sua preparação, deixou-as pelo menos perplexas. Esperava-se que um golpe poderia acontecer, esperava-se, porém, do mesmo modo, que haveria reação a ele. Seja através do famoso "dispositivo militar" de Goulart, seja pela força atribuída aos movimentos sociais, todos achavam que haveria resistência. Não houve, e nisso enganaram-se tanto os grupos progressistas da sociedade, que superestimaram suas forças, quanto as classes dominantes e o próprio exército, que não descartavam a hipótese da necessidade de uma guerra civil para chegar ao poder.

Consumado o movimento golpista no dia dois de abril, e empossado o novo presidente no dia onze, tomou força a série de expurgos feitos pelo governo militar. As perseguições políticas, sob o manto protetor do primeiro dos Atos Institucionais que seriam outorgados pelo governo, se abateram sobre aqueles mais claramente identificados com as movimentações políticas dos "tempos de Goulart". Entre os mais visados, neste princípio de ditadura, estavam os sindicatos e outras associações de classe ligadas aos trabalhadores.

Para as esquerdas de um modo geral, além da perseguição política, colocava-se o problema da avaliação dos "erros" cometidos. Nas palavras de Reis Filho, a nova situação colocava para as esquerdas uma avaliação das fórmulas teóricas, dos programas, das estratégias etc. O que veríamos seria um amplo acerto de contas sobre os métodos e concepções sobre a revolução brasileira.<sup>355</sup>

O PC do B recebeu o golpe também com perplexidade, ainda que, no discurso oficial, diga que estava preparado para tal situação e que, se não reagiu, foi por causa de seu reduzido tamanho, o que o impossibilitava de tomar medidas contra os golpistas. Alegava, por outro lado, como exemplo de seu "preparo" para enfrentar a nova situação, o fato de terem previamente preparado "aparelhos" para resguardar imediatamente os militantes que poderiam estar na mira da repressão. Para além de seu discurso, porém, não podemos deixar

de apontar as dificuldades que o partido enfrentou diante do regime discricionário que se implantara no país. Exemplo disso foi a demora do partido para reorganizar-se efetivamente. O seu jornal, *Classe Operária*, cuja sede foi fechada nos primeiros dias após o golpe, só reaparece praticamente um mês depois, em 12 de maio, e uma avaliação oficial da nova situação veio a público somente no mês de agosto. Devemos considerar que, comparativamente, o PCB sofreu golpes mais duros e, ainda assim, em maio, já havia um comunicado de Prestes e, em julho, estava pronto o conhecido "Esquema para discussão", nos quais iniciava-se a discussão em torno do significado do golpe.<sup>356</sup>

Neste capítulo, discutiremos a atuação do PC do B desde o golpe de abril até o final da "guerrilha do Araguaia", oito anos depois, em abril de 1974. Para isso, escolhemos os seguintes temas: a avaliação que ele faz do golpe de 1964; a sua política frente à nova situação; os problemas que o partido enfrentou na implementação da política traçada em sua VI Conferência; as cisões que ele sofre em 1966; a estruturação de seu projeto de luta armada no decorrer da década de sessenta; a eclosão da guerrilha e o debate no interior do partido sobre o seu significado e, por fim, a incorporação da AP em janeiro de 1973.

## 1 - A AVALIAÇÃO DO GOLPE

Como vimos no capítulo anterior, o PC do B foi implacável adversário do governo Goulart. Imputava-lhe a culpa pela calamitosa situação em que o país se encontrava naquela conturbada conjuntura. Como dizia em um dos editoriais de seu jornal: "nem gorilas, nem Goulart". Em sua política por um novo regime e por um governo popular e revolucionário, o partido não se preocupou seriamente em diferenciar o governo ao qual fazia oposição dos generais que planejavam o golpe. Desta forma, mesmo denunciando os preparos golpistas, jamais gastariam suas forças na defesa daquele regime. Após os acontecimentos de abril, porém, a situação era outra. Os generais, que eram apenas uma

---

<sup>355</sup> Daniel Aarão Reis Filho. *A revolução faltou ao encontro. Os comunistas no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1990, p. 45.

<sup>356</sup> Um pouco do impacto do golpe no partido pode ser visto em Marco Aurélio Garcia, "PC do B: do golpe de 64 ao início da guerrilha do Araguaia", *Em Tempo*, nº 87, 25 a 30 de outubro de 1979.

hipótese há pouco, estavam agora de fato no poder, e era possível comparar sua política com a do governo anterior. E esta comparação não poderia deixar dúvida em pelo menos um aspecto: que havia, no mínimo, um pequeno espaço para que forças de oposição atuassem livremente durante o governo de Goulart, e este espaço agora não existia mais. O regime havia se endurecido.

O partido não chega a formular claramente esta conclusão. Afinal, não seria fácil para quem havia combatido tanto o governo Goulart, e ao PCB por compactuar com ele, passar a elogiá-lo quando não mais existia. Entretanto era necessário, antes de analisar o governo ditatorial que se implantara, esclarecer os motivos que levaram aquele governo a ser deposto. O PC do B faz tal análise em um documento assinado pela Comissão Executiva do partido intitulado "O golpe de 1964 e seus ensinamentos".<sup>357</sup> Em sua introdução há uma descrição do clima que reinava durante o governo de João Goulart:

"Ainda há poucos meses, o povo usufruía de *relativa liberdade*. Os trabalhadores das cidades e do campo podiam legalmente organizar-se e levantar suas reivindicações. As massas populares, os estudantes e a intelectualidade travavam intensos debates em torno dos problemas nacionais e apresentavam suas soluções. Sargentos e marinheiros reclamavam que se pusesse fim às discriminações de que eram alvo. Jornais de todas as tendências circulavam livremente. Espraiva-se um movimento em favor de mudanças radicais na sociedade brasileira. Erguiam-se protestos contra a desenfreada espoliação imperialista."<sup>358</sup>

Contra este clima de liberdade, organizavam-se setores "reacionários" da sociedade. A Escola Superior de Guerra, o clero, os latifundiários, a embaixada dos EUA *etc*, todos pregavam abertamente a necessidade de um golpe militar para evitar transformações revolucionárias na sociedade. E a tudo isso - mais uma vez o partido culpava Goulart - o governo assistia passivamente. Desta forma, diz o documento:

"...ainda que Goulart tivesse defendido algumas posições progressistas e que, em certa medida, marchasse com as massas populares, por sua condição de classe, não poderia dirigir com êxito aquele movimento. O PC do Brasil combateu intransigentemente o oportunismo e sempre persistiu nas posições revolucionárias."<sup>359</sup>

<sup>357</sup> In: Partido Comunista do Brasil. *A linha política revolucionária do Partido Comunista do Brasil*. Lisboa, Maria da Fonte, 1974, pp. 45-84.

<sup>358</sup> *Idem*, p. 45. Grifo nosso.

<sup>359</sup> *Idem*, p. 75.

O único erro que o partido cometera neste processo fora, por causa de tendências sectárias em seu interior, o de ter agido com "alguns exageros no combate ao que havia de errôneo na política do senhor João Goulart". E se o partido nada fez na defesa do regime deposto, foi porque,

"...infelizmente, o PC do Brasil não dispunha de suficiente influência entre as massas para levá-las a interferir de maneira adequada nos acontecimentos..."<sup>360</sup>

É interessante notar que esta tímida autocrítica a respeito do significado do governo Goulart fica aquém da análise feita pelo Partido Comunista Chinês - PCC -, tido, já neste momento, como grande exemplo pelo PC do B e que avaliou a experiência brasileira anterior ao golpe como um capítulo importante na luta dos povos oprimidos pelo imperialismo norte-americano:

"o governo de Goulart foi uma espinha cravada para o governo norte-americano, porque, apoiado pelo povo brasileiro, seguia uma política que refletia em certo grau suas aspirações democráticas e nacionalistas. Na política exterior, se ateve aos princípios de não intervenção e autodeterminação, e manteve relações diplomáticas com Cuba. Internamente, adotou uma série de medidas para restringir o capital estrangeiro e defender os interesses da nação. Por exemplo, revogou os direitos de minas concedidas a Hanna Corporation; restringiu as remessas de lucros para o exterior;(...). Além disso, adotou uma posição favorável à reforma agrária..."<sup>361</sup>

De qualquer maneira, o PC do B viu no golpe uma comprovação de suas análises políticas e iria se esforçar em tentar demonstrar isso para o seu campo de interlocução na tentativa de tirar vantagem política diante do amplo descontentamento que abatera-se sobre a militância do PCB, para com isso tentar aumentar as suas fileiras. Entre as lições dadas pelo golpe, que referendaria sua política, estaria a comprovação da inviabilidade do caminho pacífico. Outra, a de que o principal inimigo do nosso povo era o imperialismo norte-americano. A terceira lição era a de que a direção do movimento democrático e antiimperialista não deveria ficar nas mão da burguesia e sim nas mãos do

<sup>360</sup> *Idem.*

<sup>361</sup> "Lecciones del golpe militar del Brasil", editorial publicado no *Renmin Ribae*, em 30/4/1964. Citamos a transcrição feita pelo DOPS do Rio de Janeiro. Anexo 303 do Projeto Brasil: Nunca Mais - BNM -, à disposição no Arquivo Edgard Leuenroth, na UNICAMP. A tradução é nossa.

proletariado. A quarta lição era a de que os camponeses deviam ser a principal base das forças revolucionárias. A última seria a viabilidade de uma "ampla frente única democrática e antiimperialista" como instrumento de luta.

Quanto à análise da natureza da ditadura que se implantara, as observações do partido não se diferenciariam muitas das de outros grupos de esquerda no período. Para o PC do B, a ditadura fora implantada internamente pelas forças reacionárias, e externamente era apoiada pelo imperialismo norte-americano. Neste sentido, a política colocada em prática visava atender aos interesses de tais grupos. Exemplo disso seria a política econômica, que estaria inteiramente subordinada às diretrizes do Fundo Monetário Internacional - FMI -, levando ao desemprego, à carestia e ao arrocho salarial. Além da subordinação ao FMI, havia ainda os acordos militares e o alinhamento internacional com os EUA, exemplificado pelo rompimento das relações diplomáticas com Cuba e China, que denunciavam o caráter entreguista do novo regime.

Falamos até aqui das lições e da leitura que o partido fez da implantação da ditadura no Brasil. Agora devemos ver a política traçada pelo partido diante desta nova situação. A estratégia e a tática do partido sofreriam modificações? Afinal, como o partido mesmo concordou, da situação de "relativa liberdade" do governo Goulart para a atual, sob a ditadura militar, havia mudanças. Por incrível que possa parecer, pelo documento que ora analisamos, não haveria modificações em relação à política adotada antes do golpe. Os acontecimentos teriam simplesmente comprovado que a linha traçada pelo partido estava correta, deste modo,

"...os comunistas revolucionários sentem-se estimulados a prosseguir com mais decisão no caminho pelo qual enveredaram. A análise e as soluções apresentadas em seu Programa são, hoje, inteiramente válidas."<sup>362</sup>

Desta forma, pelo documento, o Manifesto-Programa de 1962 não precisava de modificações nem em sua estratégia, nem em sua tática. Se observarmos atentamente, porém, perceberemos que há uma contradição na afirmação feita pelo partido. Esta contradição aparece pelo fato de que, ainda que a estratégia - revolução antiimperialista e antilatifundiária - e a tática - de frente única por um governo popular revolucionário - sejam

---

<sup>362</sup> "O golpe de 64 e seus ensinamentos", op. cit., p. 75.

nomeadas da mesma forma tanto no Manifesto quanto no documento que analisamos, elas não são iguais, há diferenças importantes que estão implícitas em suas formulações.

No documento "O golpe de 64 e seus ensinamentos", a Frente Única aparece substancialmente alargada em relação ao manifesto. Nela, passam a ser admitidos até mesmo membros da UDN. Ao mesmo tempo, a luta pelas liberdades democráticas e da questão nacional ganham destaque em relação a outras questões - como, por exemplo, a do latifúndio. De fato, neste documento já aparece uma contradição que iria acompanhar o partido por toda a década de sessenta. A luta pelas liberdades democráticas passa a ser, na prática, a própria estratégia política do partido, enquanto que nos documentos aparecerá como uma tática da revolução democrático-burguesa, que seria a estratégia oficial do PC do B.

Um outro problema que o partido enfrentaria por toda a década de sessenta, e que também já aparece aqui, seria a difícil definição de sua tática política. Conviverão em seu seio pelo menos duas propostas. Uma que enfatizará a ação política ligada às massas e outra inclinada para uma política de enfrentamento armado com a ditadura. O PC do B fará verdadeiro malabarismo teórico para demonstrar a viabilidade de uma tática que, na situação concreta que o país atravessava, abarque estas duas formas de atuação:

"Múltiplas são as atividades de preparação revolucionária que se desenvolvem nas frentes mais diversas. Seria incorreto pensar que somente a luta armada é trabalho revolucionário. Essa luta é, sem dúvida, a forma mais alta de atividade revolucionária. Mas não é possível prescindir, ao lado do esforço ininterrupto para fortalecer a vanguarda, da ação política de massas. A oposição à ditadura e o combate aos ultra-direitistas, importante aspecto da luta democrática, contribuem enormemente para acumular forças.

As massas populares, guiando-se por uma orientação revolucionária, forjando ao mesmo tempo os instrumentos para enfrentar a violência da reação e do imperialismo, estarão em condições de melhor lutar por um programa radical e por um poder popular revolucionário."<sup>363</sup>

Por fim, vale destacar que é neste documento, e não antes, como geralmente é apontado, que o partido fala explicitamente da utilização da luta armada enquanto uma possibilidade de fato em sua tática política. Como dissemos anteriormente, no seu Manifesto-Programa, havia certa hesitação na opção por este caminho - o que transparecia

---

<sup>363</sup> *Idem*, p. 83.

no uso de eufemismo para designar tal forma de luta. Agora, após o golpe, o partido assume o caminho das armas, ainda que não como o único possível:

"A idéia de que o povo brasileiro necessita responder à repressão armada dos reacionários internos e dos imperialistas ianques com a luta armada, de que precisa estar preparado para isto, é hoje a questão básica que deve nortear o pensamento e a ação de todos os verdadeiros revolucionários."<sup>364</sup>

## 2 - A VI CONFERÊNCIA NACIONAL

Como podemos perceber, o documento "O golpe de 64 e seus ensinamentos" insinua questões que acompanhariam o partido por toda a década de sessenta. Apesar disso, pode-se dizer, ele não chega a elaborar uma tática para o período, na medida em que se preocupa muito mais em tirar os devidos "ensinamentos" do golpe de abril. Seria na sua VI Conferência, realizada em junho de 1966, mais de dois anos após o golpe, que o partido tentaria definir os princípios de sua atuação, no documento intitulado: "União dos brasileiros para livrar o país da crise, da ditadura e da ameaça neocolonialista".<sup>365</sup>

A abordagem sobre a natureza da ditadura não receberá aqui grandes acréscimos. Continuava a análise de que o país vivia sob um regime reacionário subordinado aos interesses dos EUA. Esta situação do Brasil refletiria, por sua vez, a principal contradição do mundo contemporâneo:

"Na Ásia, África e América Latina têm lugar os grandes choques que debilitam seriamente o imperialismo norte-americano e acabarão por levá-lo à derrota. A contradição predominante no mundo contemporâneo é a que se verifica entre os imperialistas, tendo à frente os Estados Unidos, e os povos oprimidos daqueles três continentes."<sup>366</sup>

Desta forma,

"A situação brasileira apresenta, assim, uma perspectiva de agravamento das principais contradições internas e externas. Em especial, as contradições entre o

<sup>364</sup> *Idem*, p.60.

<sup>365</sup> In: Partido Comunista do Brasil. *A linha política revolucionária do Partido Comunista do Brasil*, op. cit., pp. 101-175.

<sup>366</sup> *Idem*, p. 110.

povo e o Governo e entre a esmagadora maioria da nação e o imperialismo norte-americano tendem a adquirir caráter mais agudo..."<sup>367</sup>

Uma questão que chama atenção, e que já apontamos acima, é que cada vez mais a tática do partido se volta para a defesa da "democracia e pela independência nacional", deixando de lado as tarefas sociais da primeira fase da revolução democrático-burguesa:

"...na hora presente, o povo brasileiro tem diante de si importante e urgente tarefa: unir-se e lutar para livrar o país da ameaça de recolonização, da grave crise em que se debate e do sistema político ultra-reacionário imposto pela ditadura. Perigo sem precedente para sobre o Brasil, sujeito a viver longo tempo sob o regime ditatorial, e ter seu desenvolvimento interrompido e a perder suas características de nação independente. *Em tal circunstância, nenhum problema pode sobrepor-se ao objetivo de salvar o país deste perigo.*"<sup>368</sup>

A tática adotada pelo partido diante desta situação é a de uma ampla "frente única", que deveria lutar sob o lema da "independência, progresso e liberdade". Este movimento, para ser eficaz, deveria tomar amplitude social, aglutinando grande quantidade de forças políticas:

"Desenvolver o movimento político de massas tem que ser a preocupação dos verdadeiros patriotas. Sem a participação ativa do povo não se conseguirá modificar a atual situação, o país permanecerá sob a ditadura e continuará a sofrer as conseqüências de uma política de traição nacional. Por maior que seja o descontentamento, se as massas não forem mobilizadas para a luta, não se derrotará o grupo que se apoderou do poder."<sup>369</sup>

Ao mesmo tempo, porém, que o partido falava da importância do trabalho de massas, afirmava que a derrubada da ditadura só seria possível através da luta armada. E esta luta, no Brasil, tomaria a forma de guerra popular:

"A experiência política do povo brasileiro mostra que, para alcançar a independência, o progresso e a liberdade, é necessário esmagar os reacionários mancomunados com os monopolistas ianques. Isto só é possível por meio da revolução. Eis porque, simultaneamente com a ação política e a atividade para

<sup>367</sup> *Idem*, p. 123.

<sup>368</sup> *Idem*, p. 128. Grifo nosso.

<sup>369</sup> *Idem*, p. 132.

organizar a união dos patriotas, é imprescindível preparar-se para a luta armada, forma mais alta de luta de massas."<sup>370</sup>

Como podemos perceber, esta tática política comporta de forma clara uma contradição entre o trabalho de massas e preparação da luta armada. Como unir estes dois pólos em plena ditadura? Seria possível desenvolver amplo trabalho de massas e ao mesmo tempo preparar a luta armada? O partido estava realmente preparado para levar a cabo esta orientação? Como os militantes deveriam executá-la? O partido não responde a estas questões. Para Jacob Gorender, o que teríamos neste documento seria uma "justaposição de táticas diametralmente opostas", onde, de uma tática cuja essência era a luta pelas liberdades democráticas, através das eleições, o partido passa, sem mediações, para uma proposta revolucionária de guerra popular prolongada.<sup>371</sup>

Para Wladimir Pomar, esta contradição refletia divergências mais profundas que existiam no interior do partido a respeito da tática para o período. De um lado, haveriam os que criticavam a morosidade do partido em implementar rapidamente a luta armada; de outro lado, haviam os que, influenciados pelas idéias chinesas, preocupavam-se em primeiro criar bases de massas como alicerces para o trabalho militar. A estratégia de luta armada do PC do B teria se definido a partir da "simbiose" entre estas duas teses, ainda que nem sempre fossem explicitadas claramente.<sup>372</sup>

O problema da definição tática, como podemos ver, não se resolveu na VI Conferência. Antes do partido conseguir defini-la, passaria ainda por muitos problemas. Em relação à luta armada propriamente, pelo menos teoricamente, o PC do B tentaria resolvê-la com o documento "guerra popular - caminho da luta armada no Brasil", de janeiro de 1969, que discutiremos adiante.

Um último ponto a ser discutido aqui diz respeito ao tipo de poder que deveria surgir do movimento de frente única proposto pelo partido. Questão importante, pois nela está colocada a problemática da estratégia política partidária. Apesar disso, o documento da VI Conferência não deixa claro qual tipo de governo deveria surgir com a derrubada da ditadura. Tal problema aparece apenas implicitamente. Podemos vislumbrá-lo a partir de

---

<sup>370</sup> *Idem*, p. 136.

<sup>371</sup> Jacob Gorender. *Combate nas trevas*. São Paulo, Ática, 1998, p. 118.

dois aspectos do documento: o primeiro, é a amplitude da Frente Única, que comportaria até elementos da UDN; outro, é o tipo de plataforma proposta para a Frente, que enfatiza principalmente questões ligadas à independência nacional e às liberdades democráticas. Pela sua importância, vale a pena vermos tal plataforma: "oposição decidida à recolonização do Brasil pelo Estados Unidos"; "desenvolvimento independente da economia nacional"; "defesa da cultura nacional"; "governo democrático, representativo de todas as forças patrióticas" e "convocação de uma Assembléia Constituinte livremente eleita."<sup>373</sup>

Em relação ao último item, a afirmação da necessidade de um "governo democrático, representativo de todas as forças patrióticas" descarta a possibilidade da aceitação da tese defendida pelo partido de que tal governo seria o mesmo "governo popular revolucionário" do Manifesto de 1962. Aquele estava imbuído de uma radicalidade que não aparece neste. Um outro exemplo que poderíamos utilizar para dizer que os dois "governos" não são iguais, é que pela plataforma da Frente Única, e pela sua composição, podemos dizer que ele é praticamente igual ao proposto pelo PCB naquela conjuntura. Sem entrarmos em detalhes, nas palavras de Moisés Vinhas, os membros do PCB adotaram, após o golpe de 64,

"um programa-mínimo de luta, centrado na defesa das liberdades democráticas e reivindicam eleições livres, propõem uma assembléia nacional constituinte e defendem uma política externa de paz, de afirmação da soberania nacional e de defesa da autodeterminação dos povos."<sup>374</sup>

Ainda em relação à proximidade das propostas do PC do B em relação às do PCB, podemos lembrar que, no documento analisado anteriormente, "O golpe de 64 e seus ensinamentos", o partido não deixa de ver com algum mérito a criação da Frente Ampla, que, como sabemos, era apoiada entusiasticamente pelo PCB.<sup>375</sup>

Esta formulação um tanto dúbia do tipo de governo que o PC do B procurava atingir coloca-nos problemas para o entendimento da atuação do partido neste período, uma vez que esta questão envolve sua formulação estratégica. Desta forma, devemos esclarecer

<sup>372</sup> Wladimir Pomar. *O Partido e a guerrilha*. São Paulo, Brasil Debates, 1980, p. 13.

<sup>373</sup> "União dos brasileiros para livrar o país da crise da ditadura e da ameaça neocolonialista", op. cit., p. 101.

<sup>374</sup> Moisés Vinhas. *O Partidão. A luta por um partido de massas - 1922-1974*. São Paulo, HUCITEC, 1982, pp. 245-246.

que, se estiver correto que o tipo de poder proposto na União dos Patriotas é diferente do proposto no Manifesto de 1962, concordamos com interpretação feita por um outro autor a respeito da estratégia traçada na união dos patriotas:

"...na medida em que ela - a união dos patriotas - estabelece um *novo objetivo de poder*, substancialmente diferente do objetivo inscrito no *Manifesto-Programa*, corresponde ao traçado de uma *nova estratégia*. No seu programa, o PC do B estabelece como objetivo de poder o governo popular revolucionário, a ser alcançado através da guerra civil revolucionária. Dentro desse esquema estratégico, a 'burguesia nacional' teria um papel secundário, de força de apoio do núcleo revolucionário baseado na aliança operário-camponesa. A política da união patriótica, ao contrário, define como *objetivo* a formação de um governo burguês nacionalista que poderá ser *apoiado* pelo partido, ou mesmo, contará com a *participação* do partido."<sup>376</sup>

Um ex-dirigente do partido fez uma análise interessante da questão que estamos discutindo. Para ele, a VI Conferência, além de elevar a luta pelas liberdades democráticas ao nível da estratégia, se caracterizaria pela proposta de um "gradualismo radical", na medida em que dividiria a primeira etapa da revolução democrático-burguesa em duas fases, em que a plataforma da VI Conferência seria uma fase preliminar da etapa nacional e democrática. Nas palavras do autor,

"...prova contundente disso é dada pelo fato de que a luta pelo 'governo popular revolucionário' deveria agora ser antecedida pela luta por um 'governo democrático, representativo de todas as forças patrióticas'. *Estava, assim, instituída a crença de que a luta contra a ditadura deveria desembocar, necessariamente, em um governo intermediário. E de que a chamada etapa nacional-democrática desdobrar-se-ia por duas fases distintas: da ditadura militar ao 'governo democrático representativo de todas as forças patrióticas' e deste ao 'governo popular revolucionário'...*"<sup>377</sup>

Insistimos na problemática da formulação da estratégia política do partido por ela revelar, no interior do PC do B, além das óbvias implicações de sua atuação, dúvidas e impasses a respeito dos caminhos a serem trilhados naquela conjuntura. Tais impasses, juntamente com outras causas, foram, em grande parte, responsáveis pelas cisões que o

<sup>375</sup> Ver, "O golpe de 64 e seus ensinamentos", op. cit., pp. 33-34.

<sup>376</sup> Antonio Carlos Galdino. *O partido comunista do Brasil e o movimento de luta armada nos anos 60*. Dissertação de mestrado, Campinas, UNICAMP, 1994, p. 155. Grifos no original.

<sup>377</sup> Nelson Levy, "O PC do B, continuidade e ruptura", *Teoria e Política*, 1 (1), São Paulo, Brasil Debates, 1980, pp.29-30. Grifo no original.

partido sofreria após a VI Conferência, e que dariam origem à Ala Vermelha e ao PCR. As divergências que estavam latentes na tentativa de formulação de uma política para enfrentar a ditadura, explodiram logo depois da aprovação de seu documento final. Antes, porém, de discutirmos os problemas que causaram estas cisões, devemos esboçar um quadro da conjuntura político-social desde o golpe de 64 até a edição do Ato Institucional nº 5, buscando o entendimento da diversificação das esquerdas e o surgimento dos grupos que fariam oposição armada ao regime militar. Isto se faz necessário, pois estas questões influenciaram não só as cisões sofridas pelo partido como as modificações que sofreria a política partidária no período, empurrada, cada vez mais, para o enfrentamento armado contra a ditadura.

### 3 - O FORTALECIMENTO DA DITADURA E O SURGIMENTO DA LUTA ARMADA

Como apontamos anteriormente, tanto os militares quanto os grupos progressistas e de esquerda se surpreenderam com o fato de não ter havido resistência efetiva ao golpe de abril de 1964. Em poucos dias, os militares se apossaram do poder e apagaram qualquer foco de resistência que ameaçasse surgir. Passando por cima dos dispositivos constitucionais que regiam as questões relativas à ocupação do cargo "abandonado" por Goulart, no dia 11 de abril, Castelo Branco foi eleito presidente da república. A partir de então, e já com os poderes conferidos pelo primeiro Ato Institucional, outorgado no dia 9, o governo então empossado acelera o processo de cassações e expurgos em vários níveis da vida nacional.

De uma maneira genérica, pode-se dizer que os mais perseguidos neste momento foram vários dos que estavam mais diretamente identificados com o governo anterior. Foram muitos os setores atingidos. Os camponeses da região nordeste, que estiveram organizados através das Ligas Camponesas em luta pela reforma agrária, foram particularmente brutalizados pela polícia e pelos fazendeiros, que, aproveitando-se do momento, vingaram-se daqueles trabalhadores que haviam ousado insurgirem-se contra a secular exploração na qual viviam. O PCB também sofreu intensa perseguição. Foi tomado,

em certa medida, como bode expiatório, e identificado como o exemplo real da infiltração comunista contra a qual os militares tomaram o poder.

Entre todos os que sofreram com a repressão nos primeiros dias do golpe, destacamos os sindicatos e associações de classe - como o CGT -, que, durante o governo de Goulart, como vimos no capítulo anterior, estiveram em vários momentos no centro do debate político e escandalizaram muitos setores conservadores ao desfecharem greves nacionais em apoio à política do governo. Certamente, nos grandes centros urbanos, o governo militar resolveu acabar com as pretensões dos trabalhadores constituírem-se em atores políticos, seja para discutir os problemas de suas categoria profissionais, seja para debater problemas nacionais. Exemplar neste sentido é que até o final de 1965, 358 sindicatos haviam sofrido intervenção, 6 outros haviam tido seus líderes afastados e outros 7 haviam sido simplesmente dissolvidos.<sup>378</sup>

Em outubro de 1965, os militares passariam pela primeira prova de aceitação do regime por parte da população. Com efeito, as eleições do dia 3 investiram-se de caráter plebiscitário. Estava em jogo o respaldo político do governo e de sua política econômica. Preocupado com isso, o presidente fez uma série de modificações nas regras eleitorais, no sentido de lhe dar garantias de vitória. Apesar disso, o partido do governo foi derrotado nos quatro Estados mais importantes e mais industrializados em que se realizaram eleições. Foi derrotado na Guanabara, em Minas Gerais, Santa Catarina e Mato Grosso. Em Alagoas, nenhum candidato conseguiu maioria absoluta, o que levou o governo federal a utilizar a lei eleitoral que previa, neste caso, a indicação de um interventor.<sup>379</sup>

O resultado desta eleição, embora os candidatos eleitos não representassem sérios riscos para a ditadura, levou o governo a reduzir ainda mais os aspectos democráticos presentes na constituição de 1946, que oficialmente ainda não fora revogada, e, em 27 de outubro, já sob o governo de Arthur da Costa e Silva<sup>380</sup>, foi outorgado o Ato Institucional

---

<sup>378</sup> Maria Helena Moreira Alves. *Estado e oposição no Brasil. 1964-1984*. Petrópolis, Vozes, 1984, p.83.

<sup>379</sup> *Idem*, p. 88.

<sup>380</sup> Estamos fazendo apenas uma apresentação sumária do processo político do período, deixando de lado algumas questões importantes, como, por exemplo, as divergências e disputas no interior das forças armadas, que apareciam de forma mais clara nos momentos de sucessão presidencial. A este respeito, ver: Sebastião C. Velasco e Cruz e Carlos Estevam Martins, "De castelo a Figueiredo: uma incursão na pré-história da 'abertura' ", in: Bernardo Sorj e Maria Hermínia Tavares de Almeida (org.). *Sociedade e política no Brasil pós-64*. São Paulo, Brasiliense, 1984, pp. 13-61.

nº 2. Em 1966 teríamos ainda o terceiro e quarto Atos. No ano seguinte, surgiria uma nova constituição, que incorporaria os Atos anteriores e uma série de complementares. Desta forma, os controles perderiam seu caráter excepcional e passariam a ter um respaldo “constitucional”, institucionalizando assim a doutrina de segurança nacional.<sup>381</sup>

O regime militar, ao mesmo tempo que se institucionalizava, procurava colocar em prática seu plano econômico para resolver a caótica situação da economia brasileira. Em relação à inflação, um dos grandes problemas do momento, os resultados foram rápidos. Em 1964 a inflação foi de 91,9%, em 1966 caíra para 38,2% e continuaria caindo no ano seguinte e nos posteriores.<sup>382</sup> Este índice, contudo, não se traduzia, neste momento, em uma melhor qualidade de vida para a população. Ao contrário disso, a queda da inflação foi conseguida, em grande parte, através de um severo arrocho salarial, o que parece ter contribuído para um descontentamento generalizado contra a ditadura militar. Nas palavras de uma autora:

"A política de controle salarial do Estado resultou em considerável aviltamento da renda da população assalariada. Este fato, somado à generalizada insegurança causada pela aplicação do programa do FGTS, e à repressão de manifestações e protestos de rua, estimulou uma onda oposicionista. Ocorreram em 1967 e 1968 importantes manifestações contra a política econômica e social do Estado, e uma rápida reorganização de setores de oposição na sociedade civil."<sup>383</sup>

A oposição, que aos poucos ressurgia, não era homogênea, mas era formada por amplos setores da sociedade, os quais tinham interesses e motivações específicas para fazerem oposição ao regime militar. De qualquer forma, talvez possamos dizer, havia um ponto que passara a unir boa parte de seus componentes: o anseio de que os generais voltassem aos quartéis. Exemplo da heterogeneidade e também de união em torno de objetivos comuns foi a formação da chamada Frente Ampla. Este movimento agregava personalidades, cuja união, até pouco tempo atrás, era inimaginável em qualquer tipo de movimento político. Fazia parte dela, entre outros, o presidente deposto, João Goulart, dois dos principais ativistas civis que apoiaram os militares na tomada do poder, Carlos Lacerda

---

<sup>381</sup> Maria Helena Moreira Alves, op. cit., p. 111.

<sup>382</sup> Rubens Penha Cysne, "A economia brasileira no período militar", in: Gláucio Ary D. Soares e Maria Celina D'Araújo (org.). *21 anos de regime militar: balanços e perspectivas*. Rio de Janeiro, FGV, 1994, p. 236.

<sup>383</sup> Maria H. Moreira Alves, op. cit., p.115.

e Magalhães Pinto, e, junto com estes, um forte candidato à presidência, caso houvesse eleição, Juscelino Kubitschek. Apoiavam a Frente muitos setores progressistas e também o PCB. Em relação às propostas do movimento, seu programa propugnava basicamente pela redemocratização do país.

O governo não viu com bons olhos tantos e tão diferentes adversários juntos e, no início de abril de 1968, proibiu as atividades da Frente, bem como, que os jornais publicassem qualquer matéria a seu respeito. Mas este não era o único movimento oposicionista em ação. Logo, o governo se defrontou com movimentos reivindicatórios justamente no setor que havia sofrido uma dura intervenção após o golpe, e que se pensava controlado: o setor sindical. Como sabemos, o governo, além dos expurgos e intervenções nos sindicatos, fez algumas modificações no sistema corporativo já existente, no sentido de aumentar o controle sobre as agremiações sindicais, o que foi chamado de uma política de "renovação sindical". Pensavam os militares que tinham, com isso, conseguido um total controle sobre os trabalhadores. Diferente do que pensavam, entretanto, já em 1967, militantes de várias tendências organizaram as chamadas oposições sindicais, na tentativa de ocupar os espaços políticos deixados pela legislação. Logo, várias chapas de oposição conseguiram chegar às diretorias dos sindicatos.

O resultado do trabalho das oposições sindicais não tardou a aparecer. Em Contagem, Estado de Minas Gerais, após um longo trabalho no decorrer de 1967, com a participação de grupos de esquerda clandestinos - como a AP, os COLINA e a Corrente Revolucionária -, a oposição conseguiu controle sobre o sindicato dos metalúrgicos, ainda que não oficialmente, pois, nas eleições de abril de 1968, o Ministério do Trabalho vetou o nome do presidente eleito, Ênio Seabra. Neste mesmo ano, a 16 de abril, cerca de 1200 empregados da siderúrgica Belgo Mineira entraram em greve, em poucos dias, outras empresas paralisaram e o número de grevistas chegou em torno de 16 mil. A principal reivindicação do movimento era o reajuste salarial acima do teto estabelecido pelo governo, que era de 17%. A greve tomou tal vulto que o próprio Ministro do Trabalho se deslocou para o local, a fim de negociar com os grevistas. No dia dois de maio terminava a greve. O governo de Costa e Silva cedeu 10% de abono.<sup>384</sup>

---

<sup>384</sup> Jacob Gorender. *Combate nas trevas*, op. cit., p. 155.

Outro movimento grevista importante em 1968 se deu em Osasco. Assim como em Contagem, a oposição sindical conseguiu o controle do sindicato dos metalúrgicos e pôde colocar na presidência um dos seus líderes, José Ibrahim, jovem então com ligações com a VPR. A greve teve início na maior empresa metalúrgica da região - a COBRASMA - em 16 de julho, se estendendo depois para outras empresas. Desta vez o governo não abriu negociações e, no mesmo dia, agentes policiais foram enviados ao local e conseguiram acabar com o movimento.<sup>385</sup>

Um outro acontecimento que merece destaque, em relação à oposição dos trabalhadores ao regime, são as manifestações do 1º de maio de 1968. Na Praça da Sé, em São Paulo, reuniram-se entre 6 e 15 mil pessoas em comemoração ao dia do trabalhador, muitas das quais ligadas às oposições sindicais e a grupos de esquerda. Quando o governador do Estado, Abreu Sodré, subiu ao palanque para discursar, foi recebido por vaias e pedradas. Os trabalhadores partiram então em passeata até a Praça da República, onde foram feitos discursos à revelia da estrutura sindical oficial.<sup>386</sup>

Um setor de oposição ao governo militar que merece destaque é o estudantil.<sup>387</sup> Aos poucos, os estudantes vão se constituindo no principal grupo de oposição ao governo. Para uma autora,

"O movimento estudantil ganhou impulso na resistência às demissões arbitrárias de professores e às restrições impostas à autonomia universitária e sua própria organização. Estas eram particularmente simbolizadas na extinção da União Nacional do Estudantes (UNE). Em 1967-1968, os estudantes universitários protestavam contra a ampla reforma universitária promovida segundo o acordo entre o Ministério da Educação e a United States Agency for National Development (USAID)..."<sup>388</sup>

Apesar de estar na ilegalidade, a UNE não deixou de funcionar. Ao contrário, aos poucos, sob a influência das chamadas Dissidências e de outros grupos de esquerda, ela consegue grande inserção e respaldo no meio estudantil através de sua política voltada para lutas específicas da classe estudantil. Esta política ganharia força a partir de alguns

<sup>385</sup> *Idem*, pp. 156-157.

<sup>386</sup> *Idem*, p. 156.

<sup>387</sup> Para uma discussão geral sobre a questão, ver: João Roberto Martins Filho. *Movimento estudantil e ditadura militar 1964-1968*. Campinas/SP, Papirus, 1987.

<sup>388</sup> Maria H. Moreira Alves, op. cit., pp. 115-116.

acontecimento, como o que teve lugar na cidade do Rio de Janeiro. O governo retirou os subsídios para o restaurante "calabouço", que servia comida barata para estudantes pobres da cidade. Estes organizaram protestos contra tal medida. No dia 28 de março, em um destes protestos, um batalhão da polícia militar atirou nos estudantes e atingiu um deles. O estudante secundarista Edson Luís morreu instantaneamente. O seu corpo foi levado pelos colegas para um protesto na Assembléia Legislativa.

No enterro de Edson Luís, compareceram cerca de 50 mil pessoas e, na missa em sua homenagem realizada na candelária, por volta de 30 mil.<sup>389</sup> Este acontecimento parece ter catalisado descontentamentos populares, e, a partir dele, o país veria surgir manifestações de massa contra a ditadura militar. Uma destas, que talvez tenha tomado um vulto maior do que seus organizadores esperavam, aconteceu na cidade do Rio de Janeiro em 25 de junho. Compareceram cerca de 100 mil pessoas ao evento. Em São Paulo, a Faculdade de Filosofia da USP, na rua Maria Antônia, também foi palco de grandes manifestações e de verdadeiras batalhas campais, envolvendo seus alunos e os da vizinha e conservadora Faculdade Mackenzie.

Como podemos ver, o ano de 1967, e principalmente o de 1968, foram marcados por uma grande ascensão de movimentos de oposição ao governo militar. A amplitude de tal oposição pode ser medido pelos diferentes protagonistas que dela participavam. De setores da elite política, que haviam apoiado o golpe, aos trabalhadores e estudantes, todos, por motivos distintos, queriam o fim do regime militar. Os detentores do poder, contudo, não estavam dispostos a abandoná-lo naquele momento e não tardaram a responder aos oposicionistas. No dia 13 de dezembro de 1968, foi outorgado o Ato Institucional nº 5 (AI-5), que, por seu conteúdo, diferenciava-se dos Atos anteriores. Sem entrarmos nos pormenores, podemos dizer que o que o singulariza era o fato de tornar permanentes os controles e a supressão das garantias constitucionais do cidadão. Diferentemente dos outros, este não previa a data para deixar de vigorar. A partir deste momento, os espaços legais de atuação que ainda existiam foram suprimidos, e o país experimentaria uma onda de terror patrocinada pelo Estado que ainda não tinha sido vista sob o regime instalado em 1964. Nas palavras de uma autora,

---

<sup>389</sup> *Idem*, p118.

"...o período subsequente à promulgação do Ato Institucional nº 5 veio caracterizar-se, assim, por uma dinâmica de violência. Alguns setores da oposição empunharam armas, julgando não haver outra maneira de combater o *leviatã*. A luta armada, por sua vez, fortaleceu no Estado de Segurança Nacional o setor mais ligado à defesa da Segurança Interna. Eles efetivamente se valeram do espaço de que dispunham para implantar um formidável aparato de repressão e institucionalizar a estratégia de controle pelo terror. Neste confronto, os demais setores da oposição e grande parte da população não envolvida foram esmagadas por uma brutal ofensiva das forças de segurança. Segue-se um período de silêncio, medo, confusão e desânimo..."<sup>390</sup>

#### 4 - DIFICULDADES E CISÕES

Já vimos que o golpe militar marcou profundamente as esquerdas brasileiras, levando-as a refletir sobre os erros que haviam cometido e sobre as novas táticas e estratégias que deveriam ser adotadas diante da nova situação aberta em 1964. Este processo de reflexão, contudo, não ocorreu de forma homogênea. As análises e as propostas, se não eram absolutamente diferentes, também não eram iguais. Tal situação levou ao surgimento de muitos grupos, que por sua vez cindiram-se continuamente no decorrer do desenvolvimento do processo político. Com o PC do B não foi diferente. Vimos acima que o partido, em sua análise do golpe militar, de agosto de 1964, e na sua VI Conferência, de junho de 1966, não conseguira definir seguramente os rumos que deveria seguir. Convivia em suas formulações um certo dualismo estratégico, o que, segundo um autor, refletiria dúvidas, divisões e diferentes posicionamentos no interior do partido.<sup>391</sup> Esta situação não persistiu por muito tempo e, ainda em 1966, o partido sofreria duas cisões que dariam origem ao Partido Comunista do Brasil - Ala Vermelha (PC do B -AV) e ao Partido Comunista Revolucionário (PCR).

A causa destas cisões, segundo Gorender, teria sido a "aparente inação" do partido em relação aos preparativos da luta armada,<sup>392</sup> já que este trabalho era feito pela Comissão Militar em total sigilo, sendo que nem mesmo todo o Comitê Central tinha

<sup>390</sup> *Idem*, pp. 136/137.

<sup>391</sup> Wladimir Pomar, op. cit., pp.10-11.

<sup>392</sup> Jacob Gorender, op. cit., p. 119.

conhecimento do mesmo. De fato, logo após o golpe, a luta armada se tornara divisor de águas entre "revolucionários" e "reformistas", de maneira que grande parte da chamada Nova Esquerda encaminhava-se rapidamente para o enfrentamento armado contra a ditadura. Enquanto isso, o PC do B apenas timidamente trilhava este caminho e apegava-se a uma longínqua preparação de uma guerra popular. Apesar de o partido tentar manter-se afastado de um enfrentamento imediato com a ditadura, em seu interior ressonavam as pressões para a luta armada, o que o levou a sofrer as tais cisões.

Não foi somente, é claro, a questão da luta armada a responsável pelas cisões. Havia outros problemas na vida partidária que contribuíram para isso e que antecederam mesmo a VI Conferência. Um que vale a pena destacar é que o PC do B, para muitos setores das esquerdas, era como se fosse um irmão gêmeo do PCB. Não se diferenciavam nem nas formulações políticas - neste momento o partido pautava-se pela linha da União dos Patriotas -, nem pelas normas de funcionamento, já que ambos seguiam a tradição do modelo bolchevique. Neste sentido, o depoimento de um ex-militante do PC do B - Vicente Roig - e que atuaria também na Ala Vermelha é esclarecedor. Ele cita, como exemplo de métodos arraigados no PCB e que continuariam no PC do B, o fato de que os estatutos do partido teriam sido modificados para que Diógenes Arruda Câmara<sup>393</sup> pudesse ingressar no partido diretamente no Comitê Central, sem passar por organizações de base nem cumprir o tempo de militância anteriormente necessário:

"...aí isso foi a gota d'água, foi profundamente decepcionante, e alguns deles (militantes que romperam com o partido e fundaram a ALA), que tinham um histórico de partidão antes, que tinham rompido com o partidão, ido para as ligas (camponesas), rompem com as ligas e vêm para o PC do B e eles vão reencontrar dentro do PC do B o mesmo estilo, as mesmas características, vamos chamar de um ranço, e a partir daí as coisas se deterioram e se inicia um movimento que foi durante o ano de 66..."<sup>394</sup>

Em relação à aparência do PC do B e do PCB e às dificuldades daí decorridas para a militância, principalmente no movimento estudantil, diz o ex-militante:

<sup>393</sup> Diógenes Arruda Câmara, depois que foi expulso do PCB em 1961, se afastou temporariamente da política. Entrou oficialmente no PC do B somente após o golpe de 1964: Antonio Carlos Galdino, op. cit., p. 45.

<sup>394</sup> Entrevista de Vicente Roig a Marcelo Ridenti, realizada em 30/07/85. Está à disposição no arquivo Edgard Leuenroth, na UNICAMP.

"...a gente chamava o partido anticoncepcional, porque ele não conseguiu fazer nenhuma formulação que não fossem as velhas formulações do Partidão, e contra as quais estava todo o movimento, e aí você tem que somar nesse contexto, precisa imaginar esse grupo dentro de uma efervescente discussão na Faculdade de Filosofia, em todo o Movimento Estudantil, conferência da OLAS, já o Debray apontando no horizonte, que vai ser um pouco mais para a frente, esse clima de efervescência que já existe fora. Ele é extremamente contagiante, contra as velhas estruturas, era o novo, o que a gente chamava de novo, a palavra mais usada era o novo, e romper, dinamitar, derrubar as velhas estruturas..."<sup>395</sup>

Vale a pena ainda vermos o depoimento de um outro militante - Renato Tapajós,<sup>396</sup> que sairia do PC do B e ingressaria na ALA -, a respeito da necessidade que os militantes sentiam de partirem imediatamente para a ação e de como isso influenciou na cisão:

"...a Ala Vermelha começa a se estruturar porque a gente entrou no PC do B muito em função da luta armada que era o que o PC do B defendia; mas o que a gente encontrava dentro do PC do B era uma orientação para uma militância semelhante a de todas as outras organizações, a de atuar nos movimentos de massa, essa coisa toda, enquanto as direções diziam que a luta armada era uma tarefa a nível de direção, que ia pensar os elementos para colocar as tarefas, como de fato fez. Quer dizer, o que o PC do B fez foi exatamente isso. O Araguaia foi construído assim, a partir das direções, eles fixaram elementos e colocaram no Araguaia para desencadear as guerrilhas. Agora a gente tinha uma visão na época, vindo do movimento, daquela agitação toda, que a luta armada tinha que ser não uma atividade secreta, a nível de direção, mas uma atividade de massa, ou seja, todo mundo tinha que fazer isso aí(...). Sem dúvida nenhuma, livros como o livro de Debray, "A revolução na revolução", eles vinham exatamente reforçar isso daí..."<sup>397</sup>

Como podemos perceber nos depoimentos dos ex-militantes, as questões que estavam colocadas para as esquerdas naquele momento, principalmente a opção pela luta armada, influenciada por idéias cubanas, pressionavam o partido para uma resolução a este respeito. A direção partidária sabia deste problema e, de fato, tentou combatê-lo. Exemplo

<sup>395</sup> *Idem.*

<sup>396</sup> Renato Tapajós ligou-se ao PC do B em 1965 através do Movimento Estudantil e, em 1966, saiu na cisão que deu origem à Ala Vermelha. Escreveu uma versão romaneada sobre a sua experiência na Ala : *Em câmara lenta*. São Paulo, Alfa-Omega, 1977.

<sup>397</sup> Entrevista de Renato Tapajós a Marcelo Ridenti, realizada em 30/08/85. À disposição no Arquivo Edgard Leuenroth, na UNICAMP.

disso é que já em março de 1966 ela fez duras crítica à Cuba, particularmente à sua pretensão de irradiar o seu modelo revolucionário para toda a América Latina. Nesta crítica, o PC do B ressaltava que, apesar da importância da experiência cubana na luta contra o imperialismo, o "fidelismo" não era uma teoria válida para o Brasil.<sup>398</sup> Um momento em que podemos perceber facilmente os dilemas que o partido enfrentava em relação às questões acima, é justamente o da VI Conferência<sup>399</sup>, onde, no seu documento final, é possível perceber a preocupação do PC do B em defender-se de tais críticas. Em sua resolução, mais uma vez a direção responde aos que defendem a adoção da mesma tática adotada em Cuba:

"...toda tentativa de levar adiante a revolução sem partido fracassou. Os defensores daquela idéia apoiam-se no que ocorreu em Cuba, onde à frente da revolução não se encontrava uma vanguarda marxista-leninista. Mas o que sucedeu naquele país não se repetirá facilmente. Os imperialistas e a reação tomam medidas objetivando a impedir que surja, na América Latina, processo semelhante ao de Cuba.

(...)Ao basear-se, exclusivamente, no exemplo cubano, os partidários da tese de que o partido marxista-leninista é desnecessário para o êxito da revolução não levam em conta os ensinamentos da quase totalidade dos países que se libertaram da opressão e constróem o socialismo. É uma lição que emana da luta de mais de um bilhão de pessoas. Daí sua validade universal."<sup>400</sup>

Defesa mais séria ainda faz o partido em relação à necessidade do trabalho de massas. Como podemos ver, no depoimento de Tapajós, os militantes estavam preocupados em voltar-se exclusivamente para a preparação imediata da luta armada. O trabalho com as massas, naquele momento, aparecia como uma continuidade da velha política "reformista" do PCB, que teria levado à derrota das forças populares em abril de 1964. O PC do B, na medida em que não partia imediatamente para ações armadas, tinha que responder aos seus militantes, que também estavam inclinados para tal caminho:

"Manifestações sectárias têm constituído obstáculo à atividade do Partido. Expressam-se na resistência em lutar pelas reivindicações elementares das massas, sob a alegação de que se trata de reformismo; no desinteresse pelas questões políticas do momento, pretextando que elas não têm importância para a

<sup>398</sup> Estamos nos referindo ao documento "o marxismo-leninismo triunfará na América Latina - carta aberta a Fidel Castro", de março de 1966, que discutimos no segundo capítulo dessa dissertação.

<sup>399</sup> Para Wladimir Pomar (op. cit., p. 16), já durante a realização da conferência suas resoluções foram criticadas de "reformistas e direitistas".

<sup>400</sup> "União dos brasileiros para livrar o país da crise, da ditadura e da ameaça neocolonialista", op. cit., p. 148.

revolução; em não aproveitar as contradições entre as classes dominantes, argüindo que isto conduz à perda da independência da classe operária; a recusa em atuar nas organizações de massa(...). No que se refere à Frente Única, persiste a incompreensão sobre a necessidade do trabalho junto às correntes populares e democráticas e a personalidades políticas...<sup>401</sup>

As preocupações não paravam por aí. Além de afirmar a necessidade do trabalho de massas e da não adequação do modelo cubano às condições brasileiras, o documento trata também de dar uma resposta àqueles militantes que questionavam a própria estrutura de funcionamento partidário:

"Critérios incorretos sobre o centralismo democrático estorvam o funcionamento e o trabalho de construção do Partido(...), em nome do princípio de direção coletiva e do combate ao mandonismo, existem opiniões de que tudo deve ser discutido por todos e conhecido por todos. Teses errôneas do XX Congresso do PCUS, no terreno de organização, também penetraram no Partido. Negam, na prática, o papel dos dirigentes e estabelecem uma contradição artificial entre as direções e as bases, opõem quadros novos aos velhos. Essas teses deformam o centralismo democrático, minam a férrea disciplina partidária e levam a um liberalismo inadmissível...<sup>402</sup>

Toda esta preocupação do partido em responder às inquietações internas em torno de tais problemas não foi suficiente para aplacar as divergências que conviviam no seu interior. Ainda em 1966, o partido sofreria duas cisões. Uma daria origem ao PCR, outra, ao PC do B-AV. Os dois grupos surgem fazendo duras críticas a sua matriz que girariam em torno justamente dos problemas colocados acima: necessidade de preparação imediata da luta armada e crítica ao modelo tradicional do partido comunista.

Vejam os quais eram as propostas destes grupos, para entendermos quais suas diferenças em relação ao PC do B e, deste modo, tentarmos entender melhor os conflitos latentes no interior do partido, que, pela sua rígida estrutura, quase sempre impossibilita que tais conflitos venham à tona com nitidez, uma vez que seus militantes, ao se pronunciarem, estão sob um código, em grande parte não escrito, que rege a conduta dos comunistas dentro do partido. Uma vez consumada a cisão, vieram à tona aquelas críticas que não puderam ser feitas enquanto ocupavam a mesma sigla.

---

<sup>401</sup> *Idem*, pp. 165-166.

<sup>402</sup> *Idem*, p. 166.

Terminada a Conferência, em junho de 1966, e aprovada a resolução "União dos brasileiros para livrar o país da crise, da ditadura e da ameaça neocolonialista", um grupo de militantes, em oposição a este documento, juntaram-se dando origem à Ala Vermelha. O núcleo de tal grupo parece ter sido uma turma de militantes que haviam retornado de treinamento político-militar na China. A Ala articulou-se com mais força nos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Espírito Santo, Minas Gerais, Ceará, Bahia, Espírito Santo.<sup>403</sup> O documento, no qual farão uma crítica mais acabada em relação à tática e a estratégia do PC do B, é de dezembro de 1967; antes disso, porém, é possível perceber uma certa gestação de seu posicionamento em documentos anteriores. Dois meses após a conferência, o grupo escreveria um documento intitulado "A luta contra o oportunismo: a origem da luta interna", no qual faz uma crítica tanto à política quanto ao funcionamento do PC do B:

"...em todo o Partido o murmúrio da direção dizia que se preparava efetivamente a luta armada, sem que, no entanto, houvesse qualquer estudo ou discussão do problema militar. Diante de tais circunstância, não se poderia esperar sequer substituir a reação contra-revolucionária."<sup>404</sup>

Em relação aos métodos utilizados pelo partido durante o encontro, continua:

"A VI Conferência Nacional, cujo objetivo deveria ter sido o de ativar as discussões de todas as questões fundamentais da revolução e do Partido (sua ligação com as massas revolucionárias, a retificação de métodos de trabalho, estudo e de direção, a análise de erros do passado), muito pelo contrário, foi o de consolidar as posições do grupo que ocupa cargos de direção. Por outro lado, a VI Conferência, em alguns aspectos, exorbitou de suas atribuições, tendo assumido características de congresso, ao aprovar novos estatutos e substituir mais de 1/5 dos membros do CC..."<sup>405</sup>

Diante desta situação,

---

<sup>403</sup> Jacob Gorender, op. cit., p.120; entrevista de Vicente Roig, op. cit. e Daniel Aarão Reis Filho e Jair Ferreira de Sá. *Imagens da revolução. Documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda nos anos 1961-1971*. Rio de Janeiro, Marco Zero, 1985, p. 117.

<sup>404</sup> "A luta contra o oportunismo: a origem da luta interna", agosto/setembro de 1967, in: Coleção particular "Daniel Aarão Reis Filho", sub-série "documentos de discussão interna", Cx. 5, doc. 4, no Arquivo Público do Rio de Janeiro (APERJ).

<sup>405</sup> *Idem*.

"...a sua resolução (dos problemas do partido) só pode se dar através de uma luta interna ativa, que vá de baixo para cima, atingindo todos os escalões do partido, sob a forma de *revolução cultural*.<sup>406</sup>

Em novembro, em outro documento, o grupo aprofunda as suas críticas. Agora já aponta problemas ligados ao cerne da política traçada na união dos brasileiros:

"...a linha da 'União dos Brasileiros para livrar o país da crise, da ditadura e da ameaça neocolonialista' não define com clareza o caráter da revolução brasileira, não defende um governo popular revolucionário nem a destruição do aparelho de estado burguês e sua substituição por um novo estado dirigido pelo proletariado. Tampouco a luta armada como único meio de derrubar a contrarrevolução armada instalada no poder. Defende simplesmente a luta para livrar o país de uma chamada 'ameaça de recolonização' como se o país estivesse simplesmente 'ameaçado' e não em pleno processo de neocolonização. Advoga a conquista de um governo democrático, contentando-se em postular 'transformações progressistas' e a 'convocação de uma constituinte'. Esquecem que é necessário combinar a construção do partido com o desencadeamento da luta armada(...). Renegam do princípio de que *'todo o poder nasce do fuzil'* e que só uma revolução armada pode se opor a uma contrarrevolução armada."<sup>407</sup>

Finalmente, em dezembro, o grupo publicaria um documento intitulado "Crítica ao oportunismo e subjetivismo do documento 'união dos brasileiros para livrar o país da crise, da ditadura e da ameaça neocolonialista'<sup>408</sup>, no qual, além de reafirmar e esmiuçar as críticas acima, iria propor seus próprios caminhos para atuar naquela conturbada conjuntura. O seu ponto de partida não se diferencia do proposto pelo PC do B. A sociedade brasileira aparece marcada por uma contradição principal - entre o neocolonialismo e seu suporte interno, de um lado, e a grande maioria da nação, de outro. Contra tal situação deviam-se concentrar todas as forças das classes que sofriam com a opressão neocolonialista - o

<sup>406</sup> *Idem*, grifo nosso. Esta menção à revolução cultural não é feita ao acaso. Os militantes que formariam o núcleo da Ala estiveram na china no momento que se iniciava lá a Revolução Cultural, o que deve tê-los influenciado.

<sup>407</sup> "Reformemos nossos métodos de trabalho e nossas concepções de mundo", 20/11/1967, grifo nosso, in: Coleção particular, op. cit., doc. 6. Vale apontar mais esta clara menção ao maoísmo - "todo o poder nasce do fuzil" -, que certamente seria um dos traços característicos da Ala Vermelha.

<sup>408</sup> O documento completo pode ser visto na Coleção particular, op. cit., doc. 7. Utilizaremos aqui apenas sua parte final - "algumas considerações sobre o programa, a estratégia e a tática da revolução brasileira" -, na qual estão presentes as propostas da Ala Vermelha. Está também publicado in: Daniel Aarão R. Filho e Jair F. de Sá. *Imagens da revolução...*, op. cit., pp. 118-133.

proletariado, o campesinato (principalmente o campesinato pobre), a pequena burguesia, o semi-proletariado e a burguesia não integrada.<sup>409</sup>

A grande tarefa desta frente seria a de implementar a primeira fase da revolução brasileira - aqui já temos uma primeira diferença em relação à sua matriz -, que não se resumiria a uma simples volta das liberdades democráticas nos moldes que existiam no pré-64. O seu objetivo seria o de

"...instituir um regime democrático, sob a hegemonia do proletariado, e realizar transformações na estrutura da sociedade, correspondentes às necessidades da grande maioria da nação, ou seja, do povo brasileiro, o que a caracteriza como uma etapa de democracia popular."<sup>410</sup>

Vale apontar, em relação ao caráter da revolução proposto pelo agrupamento, que, ainda que ele mantenha o padrão da IC das duas etapas da revolução, o espaço entre uma e outra fica extremamente diminuído, chegando, em certas partes do documento, a deixar dúvida se não estão, na verdade, propondo uma revolução socialista. Exemplo disso é a definição desta primeira etapa, que seria uma "revolução anteneocolonialista, democrática, agrária e de transformações socialistas". No mesmo sentido, a definição da forma de governo proposta também serve de exemplo. Este seria um "Governo Popular Revolucionário", que nesta etapa assumiria a forma de uma "ditadura do proletariado". Nas tarefas deste governo, podemos perceber claramente que esta primeira fase da revolução não se enquadraria exatamente nos moldes da "revolução democrático-burguesa":

"Na expropriação e estatização dos capitais e bens do neocolonialismo, da burguesia financeira, da burguesia importadora-exportadora e da burguesia integrada e na instituição de cooperativas de tipo superior no campo, consiste o caráter de acentuadas transformações socialistas da revolução brasileira."<sup>411</sup>

Será, entretanto, na tática proposta para atingir o "Governo Popular Revolucionário" que encontraremos uma característica que singularizaria a Ala em relação a sua matriz: a predominância da luta armada em relação a outras formas de luta e, ao mesmo tempo, a mistura entre as formas de Guerra Popular e do Foquismo. A Guerra Popular seria, segundo a Ala Vermelha, a forma que a luta armada assume quando "se desenvolve

<sup>409</sup> *Idem*, p. 120.

<sup>410</sup> *Idem*, p. 121.

paulatinamente até envolver a participação de todo o povo". O desencadeamento da luta armada, por sua vez, poderia ocorrer das seguintes formas:

"no auge do movimento de massas, como resultado de um levante armado camponês, através de uma cisão no exército inimigo ou através da formação de um foco revolucionário."<sup>412</sup>

No Brasil, dada as circunstâncias, as três primeiras possibilidades estavam descartadas, restando apenas a última, o foco revolucionário, que consistiria

"...na existência de uma região estrategicamente favorável ao desencadeamento da luta armada, onde um contingente guerrilheiro realiza as primeiras ações armadas do processo revolucionário. A partir das ações do contingente guerrilheiro e do apoio das massas camponesas entre as quais se realiza a propaganda armada, criam-se as condições necessárias para a transformação da região numa zona de guerrilhas, permitindo o surgimento de novas guerrilhas e ampliando sua zona de ação, dando-se assim os primeiros passos para a construção do Exército Popular Revolucionário e da primeira base de apoio revolucionário..."<sup>413</sup>

Como é possível depreender desta tática, as outras tarefas estariam subordinadas à eclosão da luta armada:

"...tanto o Partido de vanguarda do proletariado, como as forças sob sua direção, só se forjarão com a existência concreta da luta armada. Consequentemente, a Frente Única Revolucionária só será formada no processo de desenvolvimento da luta armada.

(...)

Paralelamente a esta tarefa, e sempre subordinada a ela, é necessário desenvolver o trabalho de massas, propondo as condições para que, no momento da eclosão da luta armada, as grandes massas do povo possam apoiá-las..."<sup>414</sup>

Como vimos, a Ala Vermelha surge da inquietação de um grupo de militantes em relação à aparente inação do PC do B na implementação da luta armada. Esta inquietação não se dava ao acaso e nem no vazio. Após o golpe de 1964, tudo o que lembrasse a velha política do PCB passou a ser atacado como "reformismo", ou, pela menos, falta de firmeza revolucionária. Firmeza esta que neste momento passa a significar

---

<sup>411</sup> *Idem*, p. 122.

<sup>412</sup> *Idem*, p. 128.

<sup>413</sup> *Idem*, p. 129.

principalmente a adesão à luta armada. O PC do B, apesar de ter tentado se resguardar dessa febre militarista que começava a tomar conta das esquerdas brasileiras, não conseguiu impedir que suas bases fossem influenciadas por toda aquela necessidade do "novo" da qual falou Vicente Roig. Não é por acaso que o programa da Ala terá muitos elementos que marcarão a chamada nova esquerda: influência da Revolução Cultural, que aparece na crítica à rígida estrutura do partido comunista; influência do foquismo cubano; e um militarismo exacerbado, que colocaria em segundo plano tudo o que se afastasse das ações armadas imediatas. A permeabilidade da base do PC do B a estas questões o levariam ainda a sofrer uma outra cisão.

De fato, talvez possamos dizer que as mesmas questões gerais que deram origem a Ala, também foram responsáveis pelo surgimento do PCR, em 1966. Este defenderia também a Guerra Popular - através da guerra de guerrilhas - como tática para a efetivação da primeira fase da revolução, que libertaria o país da principal contradição daquele momento: a do imperialismo norte-americano com o povo brasileiro. Do mesmo modo, também fazia a defesa da luta armada imediata. A grande novidade trazida pelo partido em seu primeiro documento importante - "Carta dos 12 pontos aos comunistas universitários (maio, 1966)"<sup>415</sup> - foi a caracterização do nordeste brasileiro como a região prioritária para o desencadeamento da revolução, pois, para o PCR, lá seria o local onde se sentiria de forma mais aguda a contradição entre o imperialismo e o povo brasileiro. Além da problemática da questão da área prioritária, em seu programa, de maio de 1968, definiria melhor sua tática que, como veremos, se diferencia da do PC do B principalmente pela defesa da prioridade em relação à luta armada:

"...somente através de uma guerra popular e prolongada se solucionará a contradição principal da sociedade brasileira. Isto quer dizer que somente adotando a luta como forma principal de luta é que a ditadura será derrubada. Isto não quer dizer que o proletariado e sua vanguarda desprezem outras formas não-principais de luta. Ao contrário, o proletariado e sua vanguarda desenvolvem sua política de massa a partir das formas secundárias de luta, esgotam-se pela sua utilização ao máximo, para depois encaminhar os elementos

---

<sup>414</sup> *Idem*, p. 129.

<sup>415</sup> In: Daniel Aarão R. Filho. *Imagens da revolução...*, op. cit., pp. 48-53.

mais conseqüentes das lutas de massa para sua forma principal de luta: *a guerra popular*.<sup>416</sup>

O PCR também não perdeu a oportunidade de criticar os métodos e a direção do PC do B. Para o partido, a história de sua matriz podia ser dividida em dois períodos. O primeiro - de 1962 a 1964 - se caracterizaria por usar um palavreado marxista para encobrir sua verdadeira face de contra-revolucionários. O segundo - do golpe em diante - seria marcado pela mentira e pela covardia em relação a certa direção militar e à existência de grupos armados do PC do B, cuja localização seria "segredo militar", mas que na verdade "nunca existiram".<sup>417</sup> Por tudo isso, e com

"...os métodos tradicionais e burocráticos de trabalho desses dirigentes, em combinação com a política de 'segurança absoluta', levava-os (os dirigentes) a uma total separação das massas e principalmente dos elementos de vanguarda..."<sup>418</sup>

O PC do B tratou de responder o quanto antes aos ataques dos grupos dissidentes, particularmente da Ala Vermelha. Em artigo do *Classe Operária* de abril de 1968, declarava:

"...o Partido Comunista do Brasil é um organização cujos princípios são incompatíveis com a existência de alas ou de correntes. Os que se denominam como tal são provocadores. Estão direta ou indiretamente a serviço dos inimigos da classe operária..."<sup>419</sup>

O Partido percebeu que os problemas que levaram às cisões continuavam a existir em seu interior e, desta forma, o Comitê Central elaborou um documento para tentar aprofundar a discussão em torno da questão.<sup>420</sup> O que chama atenção no documento é que ele, em vez de atacar nominalmente os grupos - cita apenas um grupo do Rio Grande do Sul e os eternos trotsquistas -, vai procurar levantar a raiz deste problema, que estaria, segundo o partido, na circulação de certas idéias que deveriam ser, portanto, combatidas. Uma

<sup>416</sup> "Programa do Partido Comunista Revolucionário", (fevereiro de 1968), grifo no original, in: Coleção particular, op. cit., cx. 23, doc. 1.

<sup>417</sup> "P. C. do Brasil: grupelho contra-revolucionário que vive da revolução", in: *Idem*.

<sup>418</sup> *Idem*.

<sup>419</sup> "Embuste", *Classe Operária*, 21 de abril de 1968.

<sup>420</sup> "Desenvolver a luta ideológica e fortalecer a unidade do partido", in: Partido Comunista do Brasil. *Guerra Popular - Caminho da luta armada no Brasil*. Lisboa, Maria da Fonte, 1974, p. 11.

primeira idéia, vista como nociva naquele momento era a de que a revolução, naquela etapa, seria socialista. Para exemplificar a inviabilidade deste caminho no continente, o partido utiliza exatamente o mesmo exemplo utilizado pelos grupos que propugnavam pela passagem direta ao socialismo. Cada um a seu modo - PC do B e grupos que pregavam a revolução socialista - utilizava a revolução cubana como exemplo do acerto de suas teorias:

"A experiência histórica indica que todas as revoluções socialistas vitoriosas já realizadas passaram pela etapa democrática. O exemplo mais recente, o da Revolução Cubana, confirma esta regra. Cuba só ingressou na etapa socialista depois de realizar as tarefas da revolução agrária e antiimperialista..."<sup>421</sup>

Outra idéia a ser combatida era a crítica feita à posição internacionalista do partido, de que o PC do B se preocupava em demasia com as questões do partido comunista da China e da Albânia.<sup>422</sup> Um terceira idéia nociva era o ataque aos "dirigentes marxistas-leninistas" no interior do partido. Estes ataques responsabilizavam o grupo dirigente do partido pelos impasses em que este se encontrava e, além disso, não diferenciavam o grupo de Prestes do grupo dirigente do PC do B. Por fim, devia-se combater as teses que preconizavam a livre circulação de idéias nas fileiras comunistas, mesmo que fossem contrárias ao "Partido e ao marxismo-leninismo".<sup>423</sup>

Como bem apontou Wladimir Pomar, o PC do B concentra a sua crítica nos aspectos organizativos – como a impossibilidade da existência de correntes e frações em seu interior -, ou, no máximo, discute alguns problemas relacionados ao "caráter da revolução", a "posição internacionalista do partido", aos "ataques aos dirigentes" e à "tese que preconiza livre circulação de idéias". Ele não vai, contudo, ao núcleo do problema:

"...a direção partidária não foi capaz de ir ao cerne das concepções voluntaristas-foquistas porque ela própria, em sua maioria, estava empenhada em realizar a luta armada independente das condições objetivas estarem ou não realmente maduras. Para eles e para os componentes da Ala, este era um ponto

<sup>421</sup> *Idem*, p. 16.

<sup>422</sup> Provavelmente, deve ter suscitado algumas críticas, tanto dentro quanto fora do partido, o excesso de espaço usado em seus jornais para noticiar acontecimentos ligados aos partidos "irmãos". Como exemplo deste excesso, podemos citar a edição do *Classe Operária* de 31 de junho de 1969. Das 10 páginas do jornal 5 foram usadas para falar do IX Congresso do PCC, 1 sobre a Conferência dos Partidos Comunistas na União Soviética, 1 sobre a morte de Pedro Vazquez Randon, 1º Secretário do Partido Comunista da Colômbia.

<sup>423</sup> "Desenvolver a luta ideológica...", op. cit., pp. 15-20.

pacífico. A divergência estava em considerar ou não maduras as condições subjetivas."<sup>424</sup>

Realmente, como teremos oportunidade de ver, muitos problemas que levaram às duas cisões não foram completamente eliminados com elas. Particularmente, na elaboração tática do partido iriam conviver duas tendências: uma voltada para a ligação com as massas e outra mais inclinada para o foquismo. A tensão entre estes dois pólos iria acompanhar toda a elaboração da tática de luta armada do PC do B durante a década de sessenta e se corporificaria tragicamente na chamada guerrilha do Araguaia. Antes de analisarmos o projeto de luta armada do partido, vamos ver como se deu o surgimento das esquerdas armadas no Brasil, com as quais o partido, querendo ou não, teria que dialogar.

## 5 - O DESENCADEAMENTO DA LUTA ARMADA NA DÉCADA DE SESSENTA

Como vimos anteriormente, o AI-5 selou o processo de institucionalização do Estado de Segurança Nacional, o que significou para as esquerdas um período de isolamento em relação à sociedade, na medida em que não podiam utilizar mecanismos legais de atuação política. Para o governo, de outro lado, o aparato de segurança e a institucionalização do controle pelo terror lhe proporcionaram as condições para dar prosseguimento ao seu plano econômico.

No início do segundo semestre de 1969, o presidente Costa e Silva teve que se afastar do cargo por motivos de doença. Em seu lugar assumiu, provisoriamente uma junta militar. Após afastar a possibilidade do vice-presidente civil assumir o cargo, os militares empossaram o General Garrastazu Médici, inaugurando uma fase sombria da ditadura militar, cuja política se baseou, ao mesmo tempo, em uma exacerbada repressão política e em um grande desenvolvimento econômico. Estas duas faces do governo de Garrastazu traria conseqüências trágicas para as esquerdas no país. Desta forma, o General pôde

---

<sup>424</sup> Wladimir Pomar, op. cit., 17.

desfrutar dos frutos do chamado "milagre econômico",<sup>425</sup> ao mesmo tempo em que as esquerdas se debatiam contra o cada vez mais equipado aparato repressivo.

De fato, o "milagre econômico", ainda que não explique por si só o isolamento das esquerdas em relação à sociedade, não pode ser desprezado na análise deste problema. Devemos considerar que, mesmo não tendo se caracterizado por uma distribuição equitativa de renda, este crescimento possibilitou a criação de muitos postos de trabalho e a melhoria de vida de muitos setores da população. Nas palavras de Skidmore, para os brasileiros que estivessem dispostos a se conformarem com a ditadura - principalmente os da classe média -, os ganhos poderiam ser grandes. E foram justamente os setores superiores e médios da sociedade que se sensibilizaram pelas possibilidades de ganhos materiais. Neste caminho - de repressão e crescimento econômico -, o governo Médice tinha um bom desempenho. Usando as palavras do autor acima:

"Visto em seu conjunto, o governo estava indo bem - em seus termos. O crescimento econômico acelerado funcionava. A propaganda governamental funcionava. A repressão funcionava. A censura funcionava..."<sup>426</sup>

Foi justamente, nesta conjuntura, que tomou corpo a luta armada das esquerdas contra a ditadura militar. Como se sabe, logo após o golpe aconteceram algumas tentativas de desencadeamento de luta armada contra a ditadura - "operação pintassilgo", a coluna do coronel Jeferson de Alencar Cardim Osório, a "guerrilha do caparaó", a "guerrilha de Copacabana"<sup>427</sup> -, mas seria somente após 1968, que assistiríamos ao que Gorender chamou de "imersão geral na luta armada". Em relação às causas que levaram as esquerdas à luta armada, nas palavras do autor acima, esta luta

"...teve a significação de violência retardada. Não travada em março-abril de 1964 contra o golpe militar direitista, a luta armada começou a ser tentada em 1965 e desfechada em definitivo a partir de 1968, quando o adversário dominava o poder de Estado, dispunha de pleno apoio nas fileiras das forças armadas e destroçara os principais movimentos de massa organizados..."<sup>428</sup>

<sup>425</sup> É chamado de "milagre econômico" o período de 1968 a 1973, marcado por altas taxas de crescimento econômico.

<sup>426</sup> Thomas Skidmore. *Brasil: de Castelo a Tancredo*. op. cit., pp. 282-283.

<sup>427</sup> Marco Aurélio Garcia, "Como surge a esquerda armada brasileira", *Em Tempo*, nº 81, 13 a 19 de setembro de 1979.

<sup>428</sup> Jacob Gorender, op. cit., p. 286.

Esta fórmula, de maneira geral, é aceita como explicação para o entendimento das causas que levaram a esquerda brasileira à luta armada. Há, porém, ressalvas que merecem ser discutidas. João Quartim de Moraes faz uma observação pertinente a esse respeito. Para o autor, esta tese da luta armada como "violência retardada" tem alguns problemas. Em primeiro lugar, deve-se considerar que o sujeito da "luta armada" não era o mesmo. Os que não pegaram em armas em 1964 não foram os mesmo que o fizeram em 1968. Ao contrário, quem decidiu não lutar em 64 continuou decidido a não lutar em 68. Por outro lado, os que começaram a impulsionar a luta armada em 1965 a desencadearam em 68.<sup>429</sup>

Uma outra observação que merece destaque é feita por Marcelo Ridenti. Para o autor, esta versão do "bloqueio institucional" revela apenas parte da realidade, mistificando, por outro lado, o todo social. A seu ver, o golpe e o AI-5, de certa forma, levou efetivamente um contingente de pessoas para a luta armada; isto não significa, porém, que sem aqueles eventos esta não poderia ter acontecido, e nem que a luta armada tenha se tornado o único caminho a ser seguido (cita o exemplo da AP, uma organização clandestina e de extrema esquerda, que não pegou em armas) Nas palavras do autor:

"A visão institucionalizante pouco avança na compreensão das lutas de classes na sociedade brasileira da época. Seria limitado pensar os golpes de Estado, as revoltas ou as revoluções como falhas dos mecanismos reguladores das instituições sociais. Ou seja, de fato o estreitamento dos canais legais de atuação oposicionista depois de 1964, e principalmente após o Ato de 5 de Dezembro de 1968, teve grande importância na dinâmica política das lutas de classes, criando condições para que muitos aderissem às organizações armadas. (Convém não esquecer, entretanto, que, antes de 1964, os partidos comunistas eram proibidos, sendo forçados à clandestinidade relativa, com atuação tolerada em certos momentos, como no início dos anos 60.) As lutas de classes, de que as organizações de esquerda foram uma das expressões, não podem ser explicadas pela ação repressiva do regime civil-militar, nem pelas falhas das instituições desse regime, ou as anteriores ao golpe de 64, senão teríamos subjacente a idéia de que, se não houvesse falhas nas instituições, não haveria lutas de classes."<sup>430</sup>

<sup>429</sup> João Quartim de Moraes, "A mobilização democrática e o desencadeamento da luta armada no Brasil em 1968: notas historiográficas e observações críticas", *Tempo Social*; revista de sociologia da USP, São Paulo, 1(2), pp. 146-147.

<sup>430</sup> Marcelo Ridenti, op. cit., 61-62.

Levantadas estas ressalvas – que revelam as dificuldades de interpretação sobre a década de sessenta -<sup>431</sup>, vamos procurar agora entender como se deu a constituição dos grupos e do projeto militarista das esquerdas. Talvez possamos dizer que houve um profundo choque com o golpe de 1964. A política levada à prática no período anterior ao golpe passou a ser atacada e criticada como responsável pela inação das forças populares diante dos golpistas. Junto com esta política, foi colocado na berlinda seu maior expoente, o PCB. Este partido não se recuperaria do duro golpe recebido em 1964 - tanto dos militares quanto de seus próprios militantes - e veria surgir de suas fileiras um grande número de agrupamentos políticos, que, junto com outros - também oriundos de cisões ou surgidos após o golpe - viriam a formar a chamada "Nova Esquerda".

Inúmeros seriam os agrupamentos que surgiriam no pós-64. Do PCB surgiriam grupos importantes, como a ALN, associada ao nome de Carlos Marighella e Joaquim Câmara Ferreira, que daria origem ao MOLIPO; o PCBR, do qual fariam parte Mário Alves, Apolônio de Carvalho e Jacob Gorender; nele também surgiriam as chamadas Dissidências (DI'S), grupos formados principalmente por estudantes universitários e que seriam embriões de importantes grupos guerrilheiros.<sup>432</sup> Entre as mais importantes, vale citar que os membros da DI de São Paulo os quais, em sua maioria, se dividiram entre a ALN e o PCBR; A DI de Porto Alegre aproximou-se da POLOP, dando origem ao POC, que, por sua vez, originaria a OCML-PO. A Dissidência da Guanabara assumiria o nome de Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8).

Da POLOP saíam militantes que formariam em Minas Gerais os COLINA. Do mesmo modo, em São Paulo, perderia militantes que, junto com estudantes e ex-integrantes do MNR, formariam a VPR. Do PC do B saíria o PCR e a Ala Vermelha, a qual daria

---

<sup>431</sup> Em relação à problemática da escrita da história da década de sessenta, vale a pena ver um artigo de Daniel Aarão Reis Filho, no qual o autor, entre outras coisas, discute a construção da memória, que está em andamento, sobre a atuação das esquerdas naquela década: "Um passado imprevisível: a construção da memória da esquerda nos anos 60", publicado em *Teoria e Debate*, nº 32, jul/agos/set. de 1996 e republicado in: Daniel A. Reis Filho et ali. *Versões e ficções: o seqüestro da história*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 1997, pp. 31-45.

<sup>432</sup> Não temos a intenção aqui de discutir a história dos grupos guerrilheiros. Pretendemos apenas traçar um pequeno quadro para que fique claro que eram os interlocutores políticos do PC do B na década de sessenta. Para uma discussão aprofundada sobre o tema, indicamos três livros em conjunto: o de Marcelo Ridenti (op. cit.), o de Jacob Gorender (op. cit.) e o de Daniel A. Reis Filho. *A revolução faltou ao encontro*, op. cit.

origem, por sua vez, ao MRT. Do trotsquismo surgiriam ainda o Movimento Estudantil 1º de Maio, mais tarde transformado em Organização Comunista 1º de Maio.

Da AP surgiriam o PRT e a APML. Por fim, vale lembrar do MAR, formado de militares provenientes do PCB; da fusão de várias organizações, grupos e militantes provenientes da ORM-POLOP, MNR, AP e PCB, surgiria a VAR-PALMARES.

O número de grupos impressiona. Apesar disso, havia alguns elementos comuns. Segundo Daniel Aarão, o que caracterizaria estes grupos - a "Nova Esquerda" - seria o "rompimento efetuado com aspectos essenciais da política até então observada pelo PCB".<sup>433</sup> Os aspectos que dariam unidade à Nova Esquerda seriam: a defesa da completa independência frente à burguesia e o não reconhecimento de qualquer vocação revolucionária desta; a descrença na possibilidade do caminho pacífico para se fazer as reformas necessárias no país e, como consequência, a defesa da luta armada como único caminho possível; a associação da derrota de 1964 aos erros do PCB; a reivindicação de novos modelos internacionais e, por fim, a afirmação de novos valores políticos - igualitarismo entre dirigentes e dirigidos, a atenuação de hierarquias.<sup>434</sup>

Estas características em comum, apesar do número elevado de grupos, não se dava ao acaso. Todos eles, além de terem a mesma base social, nasceram comungando - em menor ou maior grau - de determinadas idéias que estavam em pauta naquele pós-64.<sup>435</sup> Um destes pontos era as críticas a idéias que marcaram a política no pré-64, como a da formação social do campo brasileiro, que teria características feudais, e a da existência de um setor nacionalista e antiimperialista na burguesia brasileira. Estas duas teses foram questionadas por Caio Prado Júnior em seu livro *A revolução brasileira*, que foi recebido com entusiasmo pelos críticos do PCB, que acabaram tirando conclusões que não estavam no próprio livro - como a de que a revolução seria imediatamente socialista e que seria feita pela via armada.

Outra idéia que tomaria força no pós-64 foi uma "crítica ao populismo" - entendido como a política utilizada antes do golpe, tanto pelas elites políticas quanto por certos setores de oposição -. Tal crítica aparecia, por exemplo, nos escritos de Francisco

<sup>433</sup> Daniel A. Reis Filho e Jair F. de Sá, op. cit., p. 16.

<sup>434</sup> *Idem*, pp. 16-21.

<sup>435</sup> É interessante neste sentido, dois capítulos do livro de Gorender (op. cit.): 10: "Idéias que fizeram a cabeça da esquerda" e o 11: "Receitas para a luta armada".

Weffort na Revista *Civilização Brasileira*, e na publicação do livro de Octavio Ianni *O colapso do populismo no Brasil*. Na arte, seria emblemático neste sentido, o filme de Glauber Rocha, "Terra em Transe".

Fora do país, as revoluções pareciam mostrar a potência revolucionária do campesinato - Cuba, Argélia, Vietnã, Revolução Cultural - em contraposição a uma perda da classe operária de seu posto de vanguarda da revolução - vide a produção sobre a "elite operária" - e a uma valorização do chamado "lumpemproletariado" - por exemplo, nas obras de Marcuse -. Junto com isso, a afirmação do Estruturalismo como certo dogma que procurava erigir o marxismo como uma ciência capaz, muito mais que o próprio sujeito, de decifrar e agir sobre a realidade.<sup>436</sup> Além destas questões mais gerais, como já vimos no segundo capítulo dessa dissertação, as esquerdas brasileiras utilizaram - em graus e formas diferenciadas - modelos revolucionários utilizados em outros países, principalmente em Cuba - o foquismo - e na China - a guerra popular. Em relação a este último ponto, vale lembrar que não podemos dizer que os grupos seguiram fielmente este ou aquele modelo. Talvez possamos dizer que eles serviram, em grande parte, como inspiração para grupos que estavam já determinados a pegarem em armas contra a ditadura, pois, como lembra um analista:

"A luta armada , como forma generalizada e central de luta da esquerda brasileira, chega ao país quando o modelo castrista que a havia inspirado já enfrentava uma grave crise. Derrotas profundas na Venezuela, Guatemala, Peru e Bolívia. Impasses na Colômbia e uma incipiente articulação em outras zonas. A própria direção cubana refletia sobre seu isolamento político e atitude de Fidel quando da invasão da Checoslováquia denotava uma tentativa de reaproximação política com a União Soviética. O Vietnã havia saído de sua "solidão" por suas próprias forças mediante a grande ofensiva de Tet em fevereiro de 68. A classe operária na França e na Itália desmentia praticamente os mitos sobre seu aburguesamento, realizando as mais longas greves da história contemporânea."<sup>437</sup>

Por fim, temos duas teses que, em certo sentido, andavam juntas - pelo menos na percepção das esquerdas: a tese da estagnação econômica do capitalismo brasileiro e a "teoria da dependência". A primeira é tributada a Celso Furtado e aparece lapidada em seu

<sup>436</sup> Jacob Gorender, op. cit., pp. 83-85.

<sup>437</sup> Marco Aurélio Garcia, "Como surge a esquerda armada brasileira", op. cit.

*Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina. Grosso modo*, o autor parte de uma análise dualista da economia mundial, onde o setor industrial dos países desenvolvidos teria atingido um posto de equilíbrio com o setor atrasado das economias da América Latina. A segunda, ligada aos nomes de Gunder Frank, Rui Mauro Marini e Theotônio dos Santos, de uma maneira geral não via possibilidades de crescimento, no sistema capitalista, para os países subdesenvolvidos. O capitalismo, por sua vez, para se manter nos países dependentes, precisava usar cada vez mais as ditaduras militares.

De uma maneira geral, em maior ou menor grau, as esquerdas analisaram a realidade brasileira à luz destas teses. Deste modo, a "tese da estagnação" e a "teoria da dependência" tiveram grande importância para os grupos na década de sessenta - inclusive para o PC do B -, na medida em que estas, como gostavam de enfatizar, elaboravam sua estratégia política e sua tática de atuação a partir da análise da realidade sócio-política e econômica brasileira.

Um analista fez comentários interessantes sobre a questão. Ele procurou observar como os grupos de esquerda analisaram "a questão das relações entre crise econômica e crise política e entre crise econômica e opções revolucionárias", ou, em outras palavras, ele buscou mostrar, como a esquerda do pós-64 partia de um quadro de análise cuja essência era um acentuado reducionismo econômico, com um conseqüente desprezo pelo que o autor chamou de autonomia das "formas políticas e ideológicas da totalidade social".<sup>438</sup> Desta forma, continua o autor:

"...sobra pouco espaço para a consideração da especificidade das formas estatais, das novas formas de dominação ideológica, das contradições ao nível das superestruturas. Em vez disso, ao considerar a conjuntura do pós-64, a esquerda fora do PCB recorreu a uma metodologia que vincula linearmente o econômico e o político, reduzindo este último a um epifenômeno do primeiro. Nesse quadro geral é que se analisavam as relações entre crise econômica e crise política. Mais ainda, esse modo de pensar estaria na raiz da própria passagem crucial que permite caracterizar a crise política como crise revolucionária, abrindo caminho, desnecessário dizer, a várias formas de voluntarismo político..."<sup>439</sup>

<sup>438</sup> João Roberto Martins Filho, "Visões da crise: a esquerda brasileira e a crise do final dos anos 60", *Ciências Sociais Hoje*, São Paulo, Vértice, 1990, p.99.

<sup>439</sup> *Idem*.

João Roberto Martins Filho condensou em quatro teses as conclusões tiradas pelas esquerdas a partir da abordagem discutida acima. A primeira seria a da "crise geral do capitalismo", que poderia ser resumida do seguinte modo:

"A etapa atualmente vivida pelo sistema capitalista caracteriza-se por um constante e geral agravamento de suas contradições no plano mundial. Por toda a parte, o capitalismo é um sistema na defensiva e em luta por sua sobrevivência. As lutas antiimperialistas e de libertação nacional nada mais fazem que soar o dobre de finados da velha forma de vida capitalista."<sup>440</sup>

A Segunda tese seria a de que "a crise econômica é uma crise sem saída. A crise política é seu reflexo". O pressuposto nesta tese seria o de que o

"...capitalismo brasileiro encontra-se atolado em uma crise estrutural (definida nos termos cepalinos da estagnação) que bloqueia o desenvolvimento. Os obstáculos que se apresentam ao desenvolvimento do país só podem ser ultrapassados fora dos quadros do capitalismo. A crise política é um reflexo dessa crise na economia que, por seu caráter, cria uma situação pré-revolucionária. Só há duas alternativas possíveis nesse quadro: o socialismo ou o fascismo."<sup>441</sup>

A terceira tese seria a seguinte: "Ditadura e democracia - dois aspectos de um mesmo instrumento". Esta reuniria os seguintes argumentos:

"O Estado é um simples instrumento da burguesia. As mudanças em sua forma e em suas políticas, decorrência necessária dos constrangimentos econômicos, atendem linearmente às necessidades da classe detentora do poder econômico. As formas do Estado se igualam enquanto aspectos de um mesmo instrumento. As formas democrático-representativas do Estado capitalista não passam de um engodo, de uma máscara ou farsa. A mudança da forma democrática para a forma ditatorial de dominação só tem relevância enquanto um "sinal verde" para o abandono das vias tradicionais de atuação política da esquerda."<sup>442</sup>

A quarta e última tese seria a de que a "ditadura militar tem pés de barro". Este argumento poderia ser sintetizado da seguinte forma:

"Não há saída para o regime militar brasileiro. A sua inviabilidade está definida pela própria impossibilidade do capitalismo no país. Os atos da ditadura, por mais que pretendam demonstrar força, são sinais de fraqueza e desespero."<sup>443</sup>

---

<sup>440</sup> *Idem*, p. 107.

<sup>441</sup> *Idem*, pp. 108-109.

<sup>442</sup> *Idem*, p. 112.

<sup>443</sup> *Idem*, p. 114.

Sem dúvida, a análise feita pelas esquerdas a partir dos parâmetros acima traria grandes conseqüências para sua atuação política. Particularmente a equação "crise econômica mais crise política igual crise revolucionária" marcaria a sua atuação de um acentuado voluntarismo político. Isto não significa dizer - da tranqüila posição do presente - que as esquerdas estavam "equivocadas", que fizeram as opções "erradas" ou coisa parecida. Esta forma de atuação se constituiu apenas, de acordo com Marcelo Ridenti, no pólo mais extremado da resistência à ditadura militar, e, neste sentido, não pode ser acusada de ter sido a única derrotada em sua luta, uma vez que, como sabemos, as outras formas de resistência também não conseguiram conter a "modernização conservadora" levada a cabo pelos militares.<sup>444</sup> Aliás, neste sentido - de entender as opções que estavam à mão dos militantes, e não simplesmente de julgá-los anacronicamente -, João Quartim de Moraes fez comentários interessantes a respeito da interpretação corrente de que as esquerdas brasileiras, partindo da tese da "estagnação", faziam uma análise "catastrofista" da realidade. Para o autor, seria correto falar em "catastrofismo" a partir de 1969, quando a esquerda armada se isolou completamente do movimento da sociedade; antes disso não:

"Em 1968, a opinião predominante entre os militantes da luta armada era muito mais próxima, talvez indiscernivelmente próxima, da opinião democrática em geral a respeito da política econômica da ditadura militar. Considerava-se que ela ia fracassar, ou, mais exatamente, que a recessão de 1964-1967 e o forte arrocho que o acompanhava iriam se prolongar indefinidamente e que, portanto, ela já havia fracassado. Como se vê, tratava-se de uma apreciação solidamente amparada em evidências objetivas. Nenhum observador independente podia prever, àquela altura, o ciclo de expansão acelerada que, a partir de 1969, e à sombra lúgubre do Ato 5, iria consolidar o terrorismo militar-fascista de Garrastazu Médici. Mesmo os porta-vozes do governo Costa e Silva não se permitiam mais que aquele otimismo de fachada imposto pelo protocolo administrativo..."<sup>445</sup>

Estas observações, contudo, não significam que os fatos não desmentiram a tese da "estagnação", de Celso Furtado - e, em conjunto, as análises das esquerdas -, e sim que, no contexto intelectual de 1968, respeitados teóricos a difundiam, não podendo, assim, ser

<sup>444</sup> Marcelo Ridenti, op. cit., pp. 64-66.

<sup>445</sup> João Quartim de Moraes, "A mobilização democrática e o desencadeamento...", op. cit., p. 152.

imputada a responsabilidade de tal análise apenas às esquerdas que pegaram em armas.<sup>446</sup>

De qualquer forma - em maior ou menor grau e com esta ou aquela consequência política -, as esquerdas armadas surgiram e atuaram comungando das teses e idéias traçadas acima. Ainda que o quadro de idéias não seja tão amplo, houve uma grande fragmentação<sup>447</sup> das esquerdas que atuaram no pós-64. Os temas que suscitaram divergências nas esquerdas, contudo, apesar de importantes, não eram muitos. Marcelo Ridente, usando uma proposição analítica feita por Marco Aurélio Garcia, dividiu em três grandes temas as divergências entre as esquerdas na década de sessenta: uma referente ao caráter da revolução; outra, ao tipo de organização necessária à revolução; a última, às formas de luta para chegar ao poder.<sup>448</sup>

Na primeira coordenada, dividiam-se basicamente em torno de duas possibilidades: revolução por etapas ou revolução imediatamente socialista. Entre os adeptos da primeira opção estavam organizações como a ALN, MNR, RAN, PCBR, PC do B, PC do B-AV. Entre os da segunda opção estavam a VPR, VAR-PALMARES, POC, PRT e MR-8 (DI-GB) e POLOP.

A segunda coordenada dizia respeito à necessidade ou não da estruturação de um partido comunista tradicional - do tipo leninista -, para fazer a revolução. Entre os que defendiam a necessidade do partido estavam o PCBR, a ALA, o PC do B, o POC, o PRT. Alguns defendiam o modelo de partido, mas acabaram se estruturando nos moldes dos grupos armados - como o MR-8 (DI-GB) e o MRT. Entre os que não defendiam a estrutura tradicional estavam a ALN, VPR, MNR e os COLINA.

Enfim, a terceira coordenada dividia os grupos primeiramente entre os que defendiam o caminho pacífico e o não pacífico na chamada revolução brasileira. Entre os últimos havia, contudo, alguma diferenças: havia os que defendiam a tradição bolchevique - "insurreição das massas" -, como o PORT; os que propunham a "guerra popular

---

<sup>446</sup> *Idem*, p. 153.

<sup>447</sup> Para Reis Filho, a fragmentação das esquerdas pode ser explicada pelos seguintes aspectos políticos: o impacto da derrota de abril de 1964; o impacto das experiências internacionais de luta armada; o choque de gerações no interior da Nova Esquerda; e os aspectos ligados à conjuntura política posterior a 1964 - repressão, clandestinidade etc. Ver: *Imagens da revolução...*, op. cit., pp. 14-16.

<sup>448</sup> Marcelo Ridenti, op. cit., p. 30- 53.

prolongada", com o "cerco das cidades pelo campo", como o PC do B e a AP; e outros que eram assumidamente foquistas, como a DI-RJ (MR-8) e os COLINA.

Devemos esclarecer que esta divisão é apenas para efeito de análise. Na realidade, o que acontecia era que as organizações, muitas vezes, não tinham completamente delimitado os limites das coordenadas acima, e chegavam mesmo a mesclar - conscientemente ou não - muitas delas em sua atuação política ou nas suas formulações teóricas. O que nos importa aqui é que estas organizações - partindo desta ou daquela análise - pegaram em armas e lutaram contra a ditadura militar. No primeiro semestre de 1969 - excluídos, por motivos diferentes, o PCB, o PORT, o PC do B e a AP - todos os grupos da chamada Nova Esquerda debatiam-se em armas contra a ditadura militar.

Como vimos acima - seja através do maoísmo ou do foquismo -, os grupos elegeram o campo como o cenário privilegiado de sua tática revolucionária. Para isto, porém, seria necessário preparar-se para partir para o campo, era preciso recrutar e treinar militantes, além de arrecadar fundos para implantação da guerrilha; deste modo, a guerrilha urbana era vista como simples - mas necessária - fase preparatória para a guerrilha rural. O resultado é que o PC do B - por motivos que veremos adiante - foi a única organização que conseguiu preparar e efetuar ações que podem ser chamadas de guerrilha rural; o restante dos grupos foram dizimados pela ditadura na fase da guerrilha urbana.

Os grupos não conseguiram sair desta primeira fase, pois entraram em uma dinâmica que os consumia pouco a pouco. Na medida em que a ditadura se endurecia - particularmente após o AI-5 -, os militantes cada vez mais eram obrigados a entrarem na clandestinidade, acarretando um alto custo para as organizações, já que havia a necessidade de sustentar este contingente cada vez maior de militantes, mudar de "aparelho" constantemente *etc.* Para fazer frente a estes gastos, os grupos passaram a fazer "expropriações" - basicamente assalto a bancos - , o que, com a ditadura cada vez mais preparada, também exigia investimentos, levando algumas organizações a terem que fazer mais de um assalto por dia. O número elevado de operações trazia, por sua vez, um alto custo para as organizações. De um lado, havia um custo psicológico para os militantes, e de outro, aumentava o perigo de serem pegos em uma destas operações. Quando isto acontecia, sabia-se que, sob tortura, os militantes acabariam falando para a polícia nomes e

endereços de "aparelhos", que precisavam ser trocados imediatamente, o que trazia a necessidade de dinheiro, novos assaltos, e assim sucessivamente.

O resultado desta dinâmica foi que, em pouco tempo, os grupos foram destroçados pela ditadura e, no final de 1973, a guerrilha urbana brasileira estava praticamente eliminada - inclusive uma organização emblemática daquele momento, a ALN, que teve seu último coordenador geral, Luís José da Cunha, morto pelos policiais em São Paulo no dia 13 de julho. A guerrilha urbana estava assim sepultada, mas o último suspiro do projeto guerrilheiro da década de sessenta seria dado pelo PC do B na chamada "guerrilha do Araguaia". Analisaremos agora a elaboração do projeto de luta armada do partido até a sua efetivação na guerrilha.

## 6 - O PC DO B E OS CAMINHOS DA LUTA ARMADA

Como vimos anteriormente, logo após a realização da VI Conferência do PC do B, em 1966, o partido sofreu duas cisões que foram frutos, em grande medida, de divergências que existiam no interior do partido entre duas tendências: uma que advogava a necessidade do trabalho junto às massas e outra que descartava este caminho e pretendia voltar-se inteiramente para a preparação da luta armada. No final, perdeu a segunda tendência, cujos representantes, uma vez expulsos do partido, acabaram por dar origem ao PC do B-AV e ao PCR. Esta cisão, contudo, não significaram que o PC do B ganhara coesão em torno daquela primeira tendência, e nem que estava completamente livre da pressão de setores da militância que não viam com bons olhos a demora em lançar-se às ações armadas. Ao contrário disso, o que caracterizaria a estruturação do projeto armado do partido seria uma série de tensões que eram frutos justamente, se não das divergências, pelo menos das dúvidas que existiam em seu interior sobre o caminho a ser trilhado na preparação da luta armada. E, nestas tensões, havia um elemento que desempenhava um papel fundamental: a pressão sentida pelo partido para que passasse imediatamente - como quase todos os grupos de esquerda o fizeram naquele momento - para a luta armada, cuja receita era dada pelo exemplo cubano.

Para Wladimir Pomar, estas divergências no interior do PC do B apareciam em torno de questões como: estruturação do projeto de luta armada enquanto tarefa de "especialistas" ou de "todo o partido"; do papel que deveria ser desempenhado pelo "terreno" ou das "massas"; a prioridade do trabalho "político" ou "militar" *etc.* Segundo o autor, para todas estas dúvidas,

"...num curso de um debate insuficiente, foram sendo encontradas fórmulas de conciliação que se manifestam na ambigüidade dos diversos documentos do PC do B dados a público. As formulações apresentadas para definir a linha de luta do PC do B expressam quase sempre uma dualidade de concepções divergentes unidas na teoria, ecleticamente, para o combate ao foquismo extremado ou ao pacifismo."<sup>449</sup>

Com efeito, como sabemos hoje - ainda que realmente possa ter havido divergências em seu interior -, o projeto de luta armada do PC do B foi levado a cabo por uma comissão militar, em trabalho absolutamente clandestino, cuja existência não era conhecida nem mesmo por toda a direção do partido. Esta total clandestinidade na execução da tarefa trouxe sérias conseqüências para o partido, que durante a preparação da luta armada devia, de um lado, responder à pressão exercida em seu interior pelas idéias foquistas e, de outro lado, convencer os militantes de que o partido não caíra em posição reformista diante da ditadura militar. Podemos acompanhar todos estes problemas nas próprias formulações teóricas do partido, que, mesmo sem querer, acaba por deixá-las transparecer.

Em novembro de 1967, o PC do B elabora o documento "O Partido Comunista do Brasil na luta contra a ditadura militar"<sup>450</sup> em que procura atualizar as discussões em torno de sua linha política, já que a VI Conferência acontecera há mais de um ano. Neste documento, chama-nos a atenção a defesa que o partido faz de sua linha política frente às críticas e resistências - tanto internas quanto externas - que lhe eram feitas. Uma destas dizia que a política de união proposta na VI Conferência era "direitista" e substituíria a linha revolucionária do Manifesto-Programa. Além disso, ela teria criado um governo intermediário - o "governo democrático" - antes do "governo popular-revolucionário" proposto no Programa de 1962. Havia ainda a crítica a respeito da participação da

---

<sup>449</sup> Wladimir Pomar, *op. cit.*, pp. 17-18.

burguesia na "união dos patriotas", que seria, segundo os críticos, exagerada, chegando mesmo à própria direção do movimento, o que se constituiria em grave desvio, pois, desta forma, a "união dos patriotas" não se diferenciaria da "Frente Única" proposta pelo PCB. Por fim, dizia-se que a inação do partido chegava a tal ponto que ele não conseguia colocar em prática nem mesmo a linha da VI Conferência.<sup>451</sup>

Este documento também serviria - como praticamente todos os documentos do partido até a eclosão da guerrilha do Araguaia - para criticar o foquismo cubano. Não vamos nos alongar neste ponto - esperamos já ter deixado claro a pressão que as idéias cubanas exerciam no partido -, apenas, para exemplificar tal questão, vale dizer que o PC do B dedicou cerca de sete páginas deste documento para criticar as idéias de Fidel Castro, de Guevara e de Debray.<sup>452</sup> Por fim, em relação às tensões do partido na implementação de seu projeto de luta armada, o PC do B reclama da falta de dedicação dos militantes em voltarem suas forças para o "campo", que o partido havia elegido como o cenário da guerrilha:

"...ainda não se conseguiu romper inteiramente com a subestimação do trabalho no campo. O Partido ainda está voltado principalmente para as cidades. São muitos os Comitês Regionais que nem sequer iniciaram a atividade nas zonas camponesas. O conjunto do Partido não está conquistado para a idéia de que o interior é o cenário onde se desencadeará e se desenvolverá a revolução e que, por isso, nele deve estar situado o centro de gravidade da atuação partidária..."<sup>453</sup>

Todos estes problemas que o partido enfrentava, entre seus próprios militantes, na implementação de sua linha política - em grande parte, repetimos, por causa da clandestinidade em que era desenvolvido o trabalho -, apareciam constantemente em seus documentos. Neste caminho, em maio de 1968, o partido publicaria um longo documento no seu jornal - "Alguns problemas ideológicos da revolução na América Latina"<sup>454</sup> -, dedicado basicamente à defesa do caráter nacional e democrático da revolução no Brasil - e em toda a América Latina - diante daqueles que, sob a influência dos "trotsquistas", apregoavam que a revolução no Brasil seria imediatamente socialista, não precisando passar pela fase

---

<sup>450</sup> In: *Guerra Popular - caminho da luta armada no Brasil*, op. cit., pp. 23-70.

<sup>451</sup> *Idem*, pp. 40-44.

<sup>452</sup> *Idem*, pp. 45-55.

<sup>453</sup> *Idem*, p. 58.

democrático-burguesa. Seria ainda neste ano que o partido veria sua linha política diante da dura prova da realidade. Enquanto ele conclamava os militantes a voltarem-se para o campo, o país assistia a uma grande ascensão de movimentos contra a ditadura militar, cujo palco era justamente a cidade. Isto o próprio PC do B apontará em um documento preparado em maio - "preparar o partido para grandes lutas"<sup>455</sup>. Nele, o partido saúda com entusiasmo os acontecimentos de Contagem, a luta dos estudantes, principalmente após o assassinato de Edson Luís no restaurante Calabouço *etc.* Para os seus dirigentes, toda esta movimentação viria demonstrar claramente a justeza do caminho da União dos Patriotas. Apesar de apontar o vigor das movimentações nas cidades, o PC do B não tem dúvida: era no campo que se desenvolveriam as lutas fundamentais contra a ditadura:

"As vigorosas manifestações realizadas nos centros urbanos mais populosos fizeram sobressair o papel que as grandes cidades poderão desempenhar no processo revolucionário. *É indiscutível que, nas condições atuais, o Brasil do interior - particularmente o campo - é o terreno principal onde se desenvolverá a revolução...*"<sup>456</sup>

Durante o ano de 1968, o partido estava voltado praticamente para as cidades - apenas a comissão responsável pelo Araguaia estava realmente preparando a luta no "campo". Em relação à sua atuação nas cidades, nas palavras de Gorender, ele "se dedicou ao proselitismo discreto e à propaganda sem estardalhaço, o que não atraiu a atenção dos órgãos da repressão policial".<sup>457</sup> Provavelmente, o setor no qual o partido conseguiu uma maior penetração neste período foi o setor estudantil. Os motivos para isto, talvez possamos conjecturar, estão ligados a uma série de fatores: o movimento estudantil, era naquele momento, o setor mais dinâmico e mais combativo na oposição à ditadura militar - vimos anteriormente que o setor operário foi alvo de severa repressão -; as cidades onde aconteceram as maiores manifestações de trabalhadores manuais - Contagem e Osasco - não

---

<sup>454</sup> O documento foi publicado no *Classe Operária*, nº 32, de maio de 1968. Ele está transcrito in: *Guerra popular - caminho da luta armada no Brasil*, op. cit., pp. 93-114.

<sup>455</sup> In: *Idem*, pp. 71-92.

<sup>456</sup> *Idem*, p. 81. Grifo nosso. Não há como deixar de notar a visível contradição entre as idéias de ascensão das manifestações nas cidades e do campo como cenário ideal de luta. O fosso aparece tão profundo entre uma coisa e outra que parece não ter sentido a ligação entre um período e outro no parágrafo citado. Os acontecimentos na cidade demonstram que "poderão" desempenhar um papel importante na revolução, enquanto o "campo" - apenas enquanto formulação teórica - torna-se o terreno principal.

<sup>457</sup> Jacob Gorender, op. cit., p. 233.

eram os locais onde o partido estava melhor organizado; o fato de sua base social, bem como de grande parte das esquerdas, ser formada, em sua maioria, de jovens estudantes de classe média - como o projeto *Brasil Nunca Mais* veio demonstrar; e, por fim, a própria aproximação entre o partido e a AP, que era uma forte corrente política no Movimento Estudantil.<sup>458</sup>

Um exemplo da intervenção do partido na Movimento Estudantil é a trajetória de José Genoíno, que ingressou no partido no Ceará, na época em que lá fazia a faculdade, e acabou depois, ainda ligado ao setor estudantil, atuando em São Paulo, antes de ir para o Araguaia.<sup>459</sup> Do mesmo modo, podemos citar a passagem pelo PC do B, entre 1963 e 1967, de Celso Nespoli Antunes, que foi, nesta época, aluno da Faculdade de Veterinária da USP, chegando a estar na direção do diretório acadêmico e da associação de moradores da USP, no período.<sup>460</sup> Importante para a inserção do partido no movimento estudantil foi a sua aliança com a AP, através da qual o partido pôde conseguir um maior espaço político no interior da UNE. Por exemplo, esta aliança que começara na gestão Luiz Travassos, entre 1967 e 1968, chegou ao auge durante o XX Congresso da UNE, realizado em Ibiúna, onde o PC do B apoiou o candidato da UNE, e se não fosse o trágico final do encontro, o PC do B teria conseguido colocar alguns de seus militantes na diretoria da entidade.<sup>461</sup>

A linha política traçada pelo partido para o setor estudantil se dividia, segundo João Roberto Martins Filho, entre os que defendiam as "lutas políticas"<sup>462</sup>, quer dizer, não estavam muito preocupados com os interesses específicos dos estudantes, e procuravam "direcionar" o movimento para fazer oposição política à ditadura militar; e os que defendiam a luta pelos interesses "específicos" da classe estudantil.

O PC do B alinhava-se com a primeira tendência. Neste sentido, em um documento elaborado pelo Comitê Central sobre o assunto, afirmava que

---

<sup>458</sup> João Roberto Martins Filho, em seu clássico trabalho sobre o movimento estudantil na década de sessenta, cita a vinculação entre a AP e o PC do B neste setor: *Movimento estudantil e ditadura militar - 1964-1968*. Campinas, Papyrus, 1987, p. 172.

<sup>459</sup> Ver a este respeito entrevista de Genoíno dada a Marcelo Ridenti, à disposição no Arquivo Edegard Leuenroth.

<sup>460</sup> Entrevista de Celso Nespoli Antunes ao autor.

<sup>461</sup> Ver as entrevistas de José Renato Rabelo e a de Celso Nespoli Antunes, que inclusive esteve no Congresso e fez campanha para o candidato da AP.

"...a política estudantil do Partido visa a mobilizar, organizar e unir os universitários, secundaristas e demais estudantes em função das lutas revolucionárias do povo. Consiste em encontrar as formas mais adequadas de luta, empregar os melhores métodos de trabalho e de liderança e lançar as palavras-de-ordem mais oportunas no sentido de ganhar os estudantes para a revolução."<sup>463</sup>

Apesar dos exemplos acima, não superestimemos o papel do PC do B no meio estudantil. O PC do B era um partido pequeno - freqüentemente se queixava do reduzido número de militantes para as tarefas que tinha de desenvolver – e estava deslocando, já neste momento, militantes para o Araguaia. Além disso, vale lembrar, a cisão que deu origem à Ala Vermelha, se não lhe causou grande estragos de uma maneira geral, lhe tirou boa quantidade de militantes da área estudantil, setor que mais engrossou as fileiras do novo partido.<sup>464</sup> Desta maneira - numericamente reduzido e voltado para a guerrilha rural -, dificilmente o partido poderia ter desempenhado papel destacado no movimento estudantil, que era, naquele momento, o setor da sociedade que fornecia o maior número de militantes para quase todas as organizações que pegaram em armas contra a ditadura, o que significa dizer que havia, neste meio, uma intensa disputa das organizações de esquerda pelos "possíveis" militantes. A direção do PC do B estava realmente inclinada para a preparação da guerrilha no campo, e, se ainda havia dúvidas neste sentido, parece que o AI-5 veio ajudar na aceleração do processo de preparação da luta armada.

Com efeito, o AI-5 causou um grande impacto no partido – como, de resto, em todas as esquerdas. Neste sentido, ainda que, na teoria, o PC do B não admita, a partir desse momento, houve uma sensível aceleração por parte de sua direção na preparação da guerrilha. Ao mesmo tempo, procurava-se preparar o conjunto do partido para o momento

---

<sup>462</sup> A outra linha é chamada pelo autor de "específica", por organizar os estudantes a partir dos interesses do próprio Movimento. Neste grupo estavam as Dissidências de uma forma geral e a POLOP. Ver, a este respeito, João R. M. Filho, *Movimento estudantil...*, op. cit., pp. 172-175.

<sup>463</sup> "A política estudantil do Partido Comunista do Brasil", in: Partido Comunista do Brasil. *Política e revolucionarização do partido*. Lisboa, Maria da Fonte, 1974, p. 28. Ainda em relação ao Movimento Estudantil, ver dois artigos do *Classe Operária*: "Ascenso das lutas populares" (maio de 1968) e "Ampliação e radicalização" (julho de 1968).

<sup>464</sup> Os dados do projeto Brasil Nuca Mais mostram que, dos processados, - acusados de pertencerem à Ala -, 53,5% eram das "camadas médias intelectualizadas". Citamos aqui os dados reagrupados por Marcelo Ridenti, op. cit., p. 70.

em que a luta iniciasse, pois, como já vimos, o trabalho de preparação era feito em absoluta clandestinidade.

A análise que o partido fez do Ato Institucional não se diferenciou da que foi feita pelo restante das esquerdas: uma crise econômica insanável, que faz aumentar os problemas do país, leva a ditadura a um isolamento político. Isolada e enfraquecida, e sem conseguir resolver a crise que tomara conta do país, a ditadura recorre ao Ato Institucional para se "manter" no poder. Nas palavras do partido,

"...o regime militarista redundou em completo fracasso, agravando todos os problemas nacionais. Aprofunda-se a crise econômico-financeira. A produção nacional, em particular a produção agrícola, reduz-se em relação às necessidades do país. Cresce o desemprego e a carestia torna-se insuportável. (...). Os Estados e municípios, que já se defrontavam com enormes dificuldades financeiras, são agora duramente atingidos com a arbitrária redução da parte que lhes cabe na arrecadação de impostos. Os Estados do Norte e Nordeste ver-se-ão assim em situação ainda mais catastrófica."<sup>465</sup>

Em relação à situação política que emergia no país após o AI-5, dizia o PC do B:

"BRASILEIROS! A nação marcha, a passos acelerados, para grandes choques e comoções sociais. Persistem, atuando com mais força, os fatores que determinam o crescente descontentamento das massas. Acentuam-se as contradições entre o povo e o regime ditatorial e aumenta a oposição ao governo. Germina no país uma nova crise política, ainda mais séria que as anteriores. A ditadura isola-se cada vez mais e está cercada pelo ódio da esmagadora maioria da nação. Personifica o que há de pior e mais retrogrado na sociedade brasileira. As violências que comentem são sinal de fraqueza. Sua base política tornou-se demasiadamente estreita. Não terá forças para impedir explosões populares que serão inevitáveis, tanto nas cidades como no campo. O governo ditatorial é forte na aparência, mas na realidade é um poder precário e bastante débil. Intensificará a repressão, cometerá toda sorte de crimes, mas não poderá evitar que as grandes massas populares se levantem e lutem."<sup>466</sup>

A conclusão tática deste tipo de análise era de que as "condições objetivas" estavam prontas - crise econômica, enfraquecimento e isolamento da ditadura -, faltando apenas as condições subjetivas para a implementação da guerra popular - e aqui o papel da

---

<sup>465</sup> A citação é do documento elaborado pelo C. C., em janeiro de 1969, em resposta ao AI-5. Ver: "Manifesto ao Povo", in: Partido Comunista do Brasil. *Política e revolucionarização do partido*. op. cit., p.62.

vanguarda do proletariado era fundamental -. Convencido disso, ainda em janeiro, e portanto sob o impacto do AI-5, o PC do B lança o documento que se propunha a definir sua tática de luta armada e, ao mesmo tempo, conchamar aos militantes a se engajarem neste projeto. Trata-se do "Guerra popular - caminho da luta armada no Brasil"<sup>467</sup>, elaborado pelo Comitê Central. Nele, aparentemente, parecem estar resolvidas as divergências as quais nos referimos acima - questão do cenário, dos responsáveis pela implementação do "militarismo" ou "massismo" do projeto *etc.* - em favor da tendência que defendia a proposta de que a luta armada fosse uma tarefa de especialistas - comissão militar -, de que fosse escolhido uma área "favorável" à guerrilha por sua localização geográfica e condições de relevo, em contraposição aos que defendiam o trabalho político junto às massas *etc.* Se observarmos, sem muito esforço perceberemos que tensões internas do partido continuam presentes.

Uma contradição flagrante neste documento foi apontada por Wladimir Pomar. Para o autor, como já vimos, o "campo" foi definido pelo partido como o cenário ideal para a deflagração da luta armada. Apesar disso, está escrito no documento que, para "assestar golpes demolidores, capazes de aniquilar as forças vivas do inimigo, será preciso mobilizar, organizar e armar as grandes massas de milhões de brasileiros(...). Tudo isso implica um imenso trabalho político e ideológico para arrancar as massas da influência dos latifundiários e da burguesia". Dificilmente, se conseguiria fazer alguma ligação deste amplo trabalho de massas com o cenário do "campo" e dos "grupos clandestinos que sejam o braço armado do povo e tomem as medidas apropriadas contra os achacadores, opressores e carrascos" e que, "nos choques com as forças repressivas", possam "transformar-se em destacamentos guerrilheiros". Logo adiante, porém, alertava o documento que "nas condições de ditadura em que vive o país, a menor agitação feita entre as massas levaria o inimigo a investigar e a deter os que a realizam."<sup>468</sup>

Se as tensões entre as várias visões sobre o caminho da luta armada aparecem nas entrelinhas do documento, traria, na prática, sérios problemas para atuação do partido daí por diante. Como sabemos, pelo menos a partir de 1967, o PC do B já deslocava

---

<sup>466</sup> *Idem*, p. 65. Grifo no original.

<sup>467</sup> In: Partido comunista do Brasil. *Guerra popular - caminho da luta armada no Brasil*, op. cit. pp. 115-160.

<sup>468</sup> Wladimir Pomar, op. cit., p. 23.

militantes para a região do Araguaia, dois anos antes do "guerra popular". Tudo feito, porém, em absoluta clandestinidade, e desta forma continuaria sendo feito até a eclosão da guerrilha, em 1972. Assim, a nosso ver, o documento "Guerra popular - caminho da luta armada no Brasil", só fazia sentido para aqueles que estavam diretamente ligados à preparação da guerrilha, ou que, pelo menos, soubessem de sua preparação. Porém, a grande maioria do partido, que não tinham a menor idéia sobre as movimentações no Araguaia, o chamamento do documento apontava a luta para um longínquo futuro. Para o presente, restavam apenas as dúvidas de como "voltar-se para o campo", "preparar a luta armada" *etc.*, em pleno governo Médici, no qual a repressão, principalmente após o AI-5, tomara rumos que poucos esperavam.

Talvez, um bom exemplo da indefinição da maioria dos militantes sobre como agir - após a publicação do documento acima - em relação à preparação da luta armada seja a reação de um importante Comitê Regional - o da Guanabara -, que, em julho de 1969, preparou um esquema de discussão para servir de base em uma reunião sobre o "guerra popular":

"Trata-se, pois, de uma primeira discussão no CR e de estabelecer as primeira medidas, o que não é fácil. Não é fácil estabelecer, com responsabilidade e de modo certo, as medida iniciais para encaminhar a ação do Partido no terreno de sua preparação para a luta armada. Isto se deve (*sic*) que não existe ainda luta armada em desenvolvimento no Brasil<sup>469</sup> e não temos experiências concretas sobre o assunto, a não ser livros sistematizadores da experiência da luta armada de outros países, principalmente a China, e o conhecimento de fragmentos de nossa própria História, como os episódios de Canudos, de Contestado, da Revolução Praieira, da Sabinada, da luta dos escravos, como a que se materializou na República dos Palmares, *etc*, e, mais recentemente, os exemplos da Coluna Prestes, da Insurreição de 35, (ilegível), de Formoso, *etc*, que em linhas gerais são sistematizados pelo documento do C. C..."<sup>470</sup>

Em relação às mediadas gerais a serem tomadas, estavam:

"Colocar na ordem-do-dia de cada OO. BB (organização de base) a discussão do documento do CC sobre a Guerra Popular, a fim de que cada organização de

<sup>469</sup> Reparemos que o C. R. da Guanabara ou não tinha conhecimento das ações armadas levadas a cabo pelos diversos grupos que então já atuavam - julho de 1969 -, o que é pouco provável; ou fazia questão de não considerar este tipo de ação como "luta armada", o que na sua concepção só se aplicaria a guerra popular, o que é mais plausível.

<sup>470</sup> "Sobre o luar", documento do C. R. do PC do B da Guanabara. Anexo 2400 do B. N. M., a disposição no arquivo Edgard Leuenroth.

base e cada militante seja armado ideológica e politicamente para aplicar, junto às massas, a orientação do Partido. Que não fique um só organismo de Base sem que os militantes não recebam tarefas concretas visando à organização entre as massas de grupos de autodefesa.

MEDIDAS GERAIS:

1. Que não exista nenhum membro do partido, dirigente ou militante, sem possuir e conhecer sua própria arma de fogo, além de arma de outro tipo. É necessário organizar ações específicas e planejadas cuidadosamente visando buscar armas para armar o Partido e as massas em cada local.
2. Que todas as organizações do partido, no âmbito de suas respectivas jurisdições, selecionem quadros do Partido e de massas e os estimulem a frequentar clubes de tiro ao alvo, escolas de judô, de luta livre, *etc.*
3. Na medida em que crescem as lutas de massas e o descontentamento, ter iniciativa de estimular com o exemplo as massas no confisco de mercadorias, *etc.*, a exemplo do que aconteceu na baixada fluminense em 1962.<sup>471</sup>

Enquanto o conjunto do partido fazia este tipo de discussão - sobre como levar a cabo a resolução sobre a luta armada -, o setor responsável pela sua implementação transferia militantes e preparava clandestinamente no Araguaia a real luta em que se engajaria o PC do B a partir de 1972. Por causa de informações, ao que consta, dadas por uma militante que saiu da região para fazer tratamento de saúde, foram descobertos<sup>472</sup> e, desta forma, teve início a luta na região. Porém, antes de analisarmos o desencadeamento da luta Araguaia e suas conseqüências para o partido, cabem ainda algumas considerações sobre a situação do partido no período entre a formulação do "guerra popular" e a eclosão da guerrilha, em 1972.

Antes de mais nada, neste período, o partido iria sentir aumentar em seu seio a pressão para que passasse às ações armadas contra a ditadura. Vale lembrar que 1969 marca, nas palavras de Gorender, a "imersão geral na luta armada" da maioria absoluta dos grupos de esquerda que surgira após o golpe de abril.

Em relação à atuação destes grupos, o PC do B adota como conduta a de, nos documentos de circulação interna, criticá-los por representarem a expressão, no Brasil, do

<sup>471</sup> *Idem.*

<sup>472</sup> Jacob Gorender, *op. cit.*, p. 235.

foquismo cubano.<sup>473</sup> Externamente, no jornal *Classe Operária*, evitava falar a respeito do assunto e, quando o fazia, também os criticava, sobretudo com o argumento de que estas ações não levariam a lugar nenhum, na medida que não seguiam a correta receita da guerra popular.<sup>474</sup> Um exemplo esclarecedor sobre a relação do PC do B com os grupos da esquerda armada foi o seu posicionamento no episódio do seqüestro do embaixador norte-americano.

Como se sabe, em setembro de 1969, mais especificamente no feriado da semana da pátria, a Junta Militar, que assumira o poder após Costa e Silva ter sido afastado do cargo por motivo de doença, foi surpreendida pela notícia do seqüestro de Charles Burke Ellbrick. Os seqüestradores, membros da ALN e do MR-8 (DI-GB), exigiam a libertação de 15 prisioneiros políticos e que fossem mandados para o exterior, além da difusão de seu manifesto em rádio, jornal e televisão. No dia 6 de setembro, os prisioneiros foram mandados para o México, e, no dia seguinte, o embaixador foi libertado<sup>475</sup>. Descontada a intensificação da repressão que recaiu sobre os grupos de esquerda após o seqüestro - ele foi "motivo" para a publicação do Ato Institucional número 14, que estabeleceu a pena de morte e a prisão perpétua em tempos de paz -, esta foi uma das ações mais importantes efetuadas pela esquerda armada, pois conseguiu-se, com ela, furar a barreira imposta pela cerrada censura a que estavam submetidos os meios de comunicação. Em um momento em que a ditadura aparecia com toda a sua força, conseguia-se denunciar aqueles aspectos do regime que boa parte da população talvez não soubessem que existiam. Exatamente por isso - pela propaganda contra o regime -, para o PC do B, esta ação merecia elogios:

"Uma ação bem conduzida e de surpresa sobre um ponto vulnerável do inimigo, tal como a que ocorreu na Guanabara, resultou num significativo êxito, com ressonância em todo o país e no exterior, *independente de quem tenha realizado esta ação*<sup>476</sup>, ela contribuiu, do ponto de vista objetivo, para demarcar o servilismo da ditadura ante seus amos de Washington. Correspondeu a um sentimento geral do povo."<sup>477</sup>

<sup>473</sup> Desde as cisões que deram origem à Ala e ao PCR em 1966, em praticamente todos os documentos formulados pelo C. C. ou pela C. E. o foquismo cubano seria criticado.

<sup>474</sup> A coleção, quase completa, do *Classe Operária*, está à disposição no APERJ. Uma boa seleção de artigos - de março de 1968 a abril de 1976 - pode ser vista no livro de Wladimir Pomar (op. cit., pp. 167-248).

<sup>475</sup> Sobre o seqüestro do embaixador, ver: Jacob Gorender, op. cit., pp. 181-189.

<sup>476</sup> Grifo nosso. É patente nesta frase o descaso em relação aos protagonistas do seqüestro, que, não por acaso, tinham claras influências do foquismo.

<sup>477</sup> "Seqüestro do diplomata ianque", *Classe Operária*, nº 34, outubro de 1969.

Apesar de apontar a importância do seqüestro, o partido não deixa de lembrar que este tipo de ação não serve como tática política. Crítica, aliás, da forma como foi formulada, que serve para o conjunto das esquerdas armadas:

"O seqüestro de elementos ou o confisco de bens da reação podem, em determinadas condições e desde que fortaleçam os elementos de massa e a vanguarda do proletariado, servir a causa do povo, mas por si sós não conduzirão à vitória(...)." (Os combatentes da vanguarda) "...não aplicam o terror individual como tática política, mas defendem o emprego da força pelas massas contra os seus opressores..."<sup>478</sup>

Como podemos observar, o PC do B, de alguma maneira, minimiza a importância das ações dos grupos de esquerda que atuavam nas cidades. Em suas bases, porém, as ações de tais grupos é que apareciam como atos efetivos contra a ditadura, enquanto o seu próprio partido demorava a agir. Talvez por isso, à medida que avança os anos de 1969 e 1970, a sua direção passa - nas críticas contra o foquismo - a se preocupar cada vez mais em convencer os militantes de que o PC do B não desencadeara ainda a luta contra a ditadura por questões táticas e estratégicas e não por falta de empenho revolucionário:

"Realizar ações revolucionárias não significa copiar o que fazem certos agrupamentos pequeno-burgueses radicais, prática que não contribui para desenvolver num justo sentido o movimento revolucionário. A luta levada a cabo pelo 'foquismo', que adota esta prática, é perfeitamente correta. No entanto, seria errado confundi-la, sob os mais diferentes pretextos, com a negação de ações revolucionárias. O que os comunistas combatem no 'foquismo' não é a iniciativa revolucionária e sim a sua concepção estreita e simplista da revolução, que reduz tudo à ação de pequenos grupos isolados das massas e nega a necessidade do partido da classe operária. Segundo a linha do Partido, as ações revolucionárias, mesmo quando efetuadas por pequenos grupos, devem ter em vista mobilizar e organizar as massas, ganhá-las para a participação direta na luta contra a ditadura, despertar a consciência de setores cada vez maiores da população para fazer a guerra popular."<sup>479</sup>

---

<sup>478</sup> *Idem.*

<sup>479</sup> "Responder ao banditismo da ditadura com a intensificação das lutas do povo", in: *Política e revolucionarização do partido*, op. cit., p. 83.

A história do partido até a guerrilha praticamente se resumiria a isto: convencer os militantes de que não lhe faltava empenho revolucionário, de que a guerra popular era o caminho mais adequado para a luta brasileira - em contraposição ao foquismo - e da importância das lutas de massa; manter o ânimo elevado, mesmo diante da aparente inação do partido. Se observarmos os editoriais da *Classe Operária* no período, é possível perceber a exacerbação de uma linguagem revolucionária, apontando para a importância da luta armada - a única saída para o país -, para a proximidade da guerra popular. Esta linguagem - que provavelmente vinha dos setores do partido que sabiam da preparação da luta no Araguaia, e angustiavam-se em não poder anunciá-la claramente -, não conseguia, contudo, empolgar a sua militância.<sup>480</sup>

Esta certa inércia na militância tem algumas causas claras. Em primeiro lugar, estava a própria natureza do trabalho que o partido pedia para os militantes fazerem - trabalhos de massas, agitações *etc.* -, o que, sob a repressão que se exacerbava no governo Médici, era praticamente impossível. Em segundo lugar, havia o desânimo da militância em enfrentar tal situação, sem a perspectiva de que a luta armada estivesse próxima, uma vez que a direção partidária optara pela sigilo absoluto na preparação da guerrilha. Ao mesmo tempo, os militantes acompanhavam a luta dos diversos grupos que se debatiam contra a ditadura no presente, não ficando, como o PC do B, em promessas longínquas. Em terceiro lugar, ao carregar a sua linguagem de um teor altamente revolucionário - no sentido da importância da guerra popular -, juntamente com a repressão a qualquer tipo de agitação pública (por mais que o partido falasse em lutas de massa) a militância importava-se cada vez mais com a "forma superior de luta" que, como diziam os documentos do partido, estava cada vez mais perto.

---

<sup>480</sup> Os documentos do partido no período dão uma amostra da falta de entusiasmo de sua militância: "Cerrar fileiras em torno do Partido Comunista do Brasil"(julho de 1968); "Manter o rumo"(janeiro de 1970); "Mais audácia na luta contra a ditadura"(julho de 1970); "Elevar o espírito do partido" (março de 1971); "Persistir na linha revolucionária" (junho de 1971). A preocupação de todos os documentos é a tentativa de "revolucionarização" dos militantes, de prepará-los para o momento da eclosão da luta armada, de elevar-lhes o ânimo. Ver os documentos in: *Política e revolucionarização do partido*, op. cit.

## 7 - A GUERRILHA E O DEBATE

Foi nesta situação que o partido viu-se, em abril de 1972, em luta contra o exército na região do Araguaia.<sup>481</sup> Somente neste momento, o conjunto do partido pôde saber o que era e como havia sido montada a guerrilha. A hora, no entanto, não era para discussões, afinal, independente das divergências sobre qual a melhor forma de se estruturar uma guerrilha, algumas dezenas de militantes estavam lutando contra a ditadura militar, e, enquanto durou a batalha, aplacaram-se as divergências.

Como dissemos acima, o combate teve início por causa de informações prestadas por uma militante. De qualquer forma, naquele momento faltavam poucos militantes para completar o número que o partido achava ideal, e, assim, iniciar as ações armadas. Neste momento, o partido contava com 69 militantes divididos em três destacamentos sob os comandos de João Borges Ferreira, Osvaldo Orlando da Costa e Paulo Mendes Rodrigues. No comando geral, estava a Comissão Militar composta por Maurício Grabois, Angelo Arroyo, João Carlos Haas Sobrinho, Gilberto Olímpio e Libero Giancarlo Castiglia.<sup>482</sup>

Iniciada a batalha, descortinava-se o projeto de preparação do Araguaia: a escolha do local se deu basicamente pelas condições físicas e geográficas, longe de qualquer grande centro urbano ou demográfico; a preparação absolutamente sigilosa do projeto, feito à base de uma preparação estritamente militar, em que o trabalho político não tinha espaço

---

<sup>481</sup> Não é nossa intenção aqui nos deter profundamente na história da guerrilha do Araguaia. Pretendemos apenas discutir a forma como ela foi implementada, já que esta luta, de alguma forma, fecha um ciclo da história do partido iniciado em 1962, abrindo um outro de reavaliações sobre sua política na década de sessenta. Neste sentido, pretendemos muito mais entender o significado deste episódio para o partido do que propriamente discuti-lo em todas as suas nuances. Para informações específicas sobre o assunto, ver: Wladimir Pomar. *Araguaia, o Partido e a Guerrilha*. São Paulo, Global, 1980 e Fernando Portela. *A Guerra de guerrilhas no Brasil*. São Paulo, Global, 1979. Palmério Dória et al. *A guerrilha do Araguaia*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1978, Romualdo Pessoa Campos Filhos, *Guerrilha do Araguaia. A esquerda em armas*. Goiânia, Editora da UFG, 1997 e, do próprio partido, *Guerrilha do Araguaia*. São Paulo, Anita Garibaldi, 1996. Foi ainda publicado o diário dos guerrilheiros, ver: *Diário da guerrilha do Araguaia*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1979. Por fim, temos o relato, em forma de memórias, de um dos participantes - Glênio Sá. *Relato de um Guerrilheiro*. São Paulo, Anita Garibaldi, 1990 - e uma versão romanceada dos acontecimentos: Pedro Cabral. *Xambioá - Guerrilha do Araguaia*. São Paulo, Record, 1993.

<sup>482</sup> Jacob Gorender, op. cit., p. 236.

nem mesmo entre os moradores da região do Araguaia. Somente quando foram descobertos, redigiram um programa - "União pela Liberdade e pelos Direitos do Povo" - e o distribuíram entre a população local. De uma hora para a outra, pedia-se à população que pegasse em armas contra o exército, o qual mandara centenas de homens para o local. O programa, é claro, não conseguiu o seu objetivo: agregar a população e dar início à guerra popular prolongada. Para piorar a situação, a censura conseguiu isolar a guerrilha do resto do país. Com uma ou outra exceção, os meios de comunicação nada disseram sobre os acontecimentos do Araguaia. Os guerrilheiros ficaram isolados até sua completa aniquilação.

Para piorar ainda mais a situação do partido, ele foi implacavelmente cassado nas cidades pela repressão e logo seria atingido e quase desmantelado, o que o impossibilitava de dar o apoio de que a guerrilha precisava. Exemplo desta perseguição foi o fato de que, entre 1972 e 1973, foram mortos 4 membros do seu C. C.: Carlos Danielli, Lincoln Oest, Luís Guilhardini e Lincoln Bicalho Roque. Um outro exemplo da perseguição sofrida pelo partido nas cidades foi que ele, mesmo levando em consideração a censura, não conseguiu se organizar o suficiente para que a população do país soubesse o que estava acontecendo, não conseguindo, assim, tirar qualquer vantagem política da guerrilha que iniciara-se.

Apesar de todos os percalços, os guerrilheiros conseguiram resistir por cerca de dois anos ao cerco imposto pelo exército, que precisou de três campanhas até conseguir eliminar todos os militantes. A última teve início em outubro de 1973 e, entre janeiro e março do ano seguinte, conseguiria destruir o núcleo guerrilheiro. O resultado final foi cerca de 76 mortos, sendo 59 militantes do partido e 17 recrutados na região.<sup>483</sup>

Da morte dos guerrilheiros até o momento em que o partido admitiu que os combatentes do Araguaia tinham tombado, haveria ainda um longo percurso. Seja pelo duro impacto da derrota, ou pelas dúvidas a respeito do que realmente havia acontecido com os militantes - se haviam sido presos ou mortos -, somente em abril de 1976 a direção do partido admitiu publicamente um temporário retrocesso na guerrilha. Por outro lado, ressaltava que a bandeira levantada pelos combatentes - da luta armada - continuava válida e que da luta guerrilheira haveria de

---

<sup>483</sup> *Idem*, p. 238.

"...o exército popular, adestrado em mil batalhas, capaz de assestar golpes demolidores nas forças de reação e libertar a pátria dos seus piores inimigos."<sup>484</sup>

Esta não era, contudo, a posição de todo o partido, nem mesmo de toda a sua direção, a respeito do significado da experiência do Araguaia. Um ano antes, já se iniciara as discussões a este respeito, e, até aquele momento - abril de 1976 -, não havia se chegado a um denominador comum. Em fevereiro, o Comitê Central reuniu-se e aprovou uma "carta circular"<sup>485</sup> que deveria ser lida pelos militantes do partido, a qual, apesar de não tratar diretamente da questão do Araguaia, aponta como principal tarefa do partido a de resguardar suas fileiras da repressão e voltar-se para o trabalho junto às massas - o que soa como uma crítica implícita ao voluntarismo da política anterior.

Seria, porém, em uma reunião do C. C. de março de 1976 que apareceriam nitidamente as duas tendências que demarcariam território na discussão. De um lado, teríamos a posição defendida por Angelo Arroyo - da comissão militar e um dos poucos sobreviventes do Araguaia -, sistematizada no documento "um grande acontecimento na vida do país",<sup>486</sup> segundo a qual a experiência teria sido "altamente positiva". Em suas palavras, o Araguaia

"...mostrou ser viável a luta do povo pobre, demonstrou que a luta armada responde a uma necessidade objetiva. Seu aparecimento indica que a revolução no Brasil vai-se transformar em questão prática, concreta."<sup>487</sup>

Resumindo:

"O balanço político, do ponto de vista da luta do nosso povo e do papel do Partido, no que respeita aos sucessos do Araguaia, é *altamente positivo*."<sup>488</sup>

A outra posição era representada por Pedro Pomar, em um documento que ficou conhecido como "carta de Pomar".<sup>489</sup> De uma maneira geral, o documento dizia que o erro do Araguaia teria sido estratégico e não tático, político e militar, e não apenas militar. Neste sentido, diria que uma das principais falhas teria sido a de não perceber que aquela

<sup>484</sup> "Invencível bandeira de luta", *Classe Operária*, n° 105, Abril de 1976.

<sup>485</sup> "Carta circular", in: Wladimir Pomar, op. cit., pp. 157-165.

<sup>486</sup> *Idem*, pp. 273-293.

<sup>487</sup> *Idem*, p. 278.

<sup>488</sup> *Idem*. Grifo no original.

conjuntura não era favorável para o desencadeamento da guerrilha, e que, além disso, começara-se um combate corpo a corpo, quando se deveria, antes, ter havido um trabalho político com as massas. Neste sentido, diz Pomar:

"...não há como fugir da amarga constatação: ao cessar a resistência organizada, ao não ter alcançado nenhum dos objetivos a que se propôs, a guerrilha, apesar dos resultados positivos apresentados, sofreu derrota completa e não temporária. Infelizmente, o CC tem de aceitar a dura verdade de que o resultado fundamental e mais geral da batalha heróica travada por nossos camaradas foi o revés."<sup>490</sup>

Em relação aos resultados políticos como experiência para o partido, diria que a vida se encarregara de mostrar que

"...este tipo de preparação - criando primeiro o dispositivo militar -, assim como a organização de grupos guerrilheiros só de comunistas, não permitirão sua sobrevivência nem seu desenvolvimento. Por mais conspirativa que venha a ser a preparação, o inimigo poderá descobri-la 'antes da criança nascer'; por mais heroicamente que se comportem os combatentes comunistas, se estiverem isolados das massas, sem seu apoio ativo, serão batidos; e por mais eficiente que seja a direção militar, com tal concepção será derrotada. Por isso, a orientação seguida no Araguaia tem que ser modificada em suas linhas oficiais."<sup>491</sup>

Como podemos perceber, as duas posições eram inconciliáveis. Mais do que divergirem sobre os erros ou acertos da experiência do Araguaia, elas traziam consigo elementos para a política que o partido deveria seguir no futuro. Na interpretação de Arroio, como fora apenas um erro secundário, muito mais de preparação do que outra coisa, o partido poderia continuar com a mesma tática e estratégia que utilizara até o momento - agitação das massas e preparação clandestina da luta armada. Já para Pomar, na medida em que não teria conseguido nenhum dos seus objetivos, aquela experiência demonstrara uma total ineficácia enquanto tática política, e, desta forma, o partido deveria pensar novas formas de atuação política. O desfecho de tais diferenças não se daria sem conflitos. Em setembro de 1976, seria publicado um artigo no *Classe Operária* que tentava fechar as discussões iniciadas na reunião de março: "gloriosa jornada de luta".<sup>492</sup> A essência do artigo,

<sup>489</sup> *Idem*, pp. 291-301.

<sup>490</sup> *Idem*, p. 293.

<sup>491</sup> *Idem*, p. 299.

<sup>492</sup> *Classe Operária*, n° 110, setembro de 1976.

porém, longe de denunciar os erros cometidos pelo partido no Araguaia, exaltava aquela que teria sido uma histórica façanha.

Mais uma vez o C.C. se reuniria - em dezembro de 1976 - e discutiria o problema do Araguaia. Na reunião, a maioria dos participantes argumentaram que o artigo "Gloriosa jornada de luta" não traduzia as discussões travadas na reunião anterior, e que, portanto, seria necessário levar a discussão para o conjunto do partido, e tentar, desta forma, fazer as mudanças políticas e ideológicas que a situação pedia.<sup>493</sup> As discussões, contudo, não puderam seguir o curso proposto na reunião. A polícia conseguira interceptar o aparelho onde ela acontecia e prender os seus participantes, à medida em que iam saindo da reunião. Nem todos, porém, tiveram a mesma sorte. Perderam a vida, no episódio, Pedro Pomar, Angelo Arroio e João Batista Franco Drummond.

A partir desse momento, o partido ficou praticamente desarticulado até pelo menos 1980.<sup>494</sup> Neste ínterim, o C. C. se organizou em torno de nome de João Amazonas, que, por sua vez, não deu continuidade às discussões que tiveram lugar na reunião da Lapa. O novo dirigente do partido continuou defendendo o documento "Gloriosa jornada de lutas" como sendo a versão oficial do partido sobre assunto.<sup>495</sup> Em meados de 1979, o partido realiza sua VII Conferência, e, nela, este documento é definitivamente aprovado como a versão oficial do PC do B. Apesar disso, na realidade, a questão não se resolvera efetivamente. Muitos militantes não aceitaram a decisão da Conferência - como sempre houve divergências quanto aos métodos utilizados em sua realização - e continuaram a discutir a problemática do Araguaia. Nestas discussões, após Conferência, muitos militantes foram expulsos - outros se afastaram -, e chegaram mesmo a criar, no início dos anos 80, o Partido Revolucionário Comunista.<sup>496</sup>

Em relação à experiência do projeto de luta armada do PC do B, como dissemos anteriormente, ele dialogava - consciente ou incoscientemente - com o foquismo cubano. E

<sup>493</sup> Wladimir Pomar, op. cit., pp. 50-55.

<sup>494</sup> Jacob Gorender, op. cit., p. 241.

<sup>495</sup> Wladimir Pomar, op. cit., p. 56.

<sup>496</sup> Jacob Gorender, op. cit., p. 241. Ver também a este respeito, Marco Aurélio Garcia, "PC do B: os impasses dos anos 70" e Elvira de Oliveira, "Uma 'gloriosa jornada de lutas' ?", *Em tempo*, novembro de 1979.

o seu resultado prático, no Araguaia, mostraria que até o final haveria aspectos do foquismo presentes na atuação do PC do B.

Esta situação esquizofrênica não se deu ao acaso e, sem queremos fazer conclusões definitivas, está ligada ao fato de que o PC do B, por mais que tentasse se afastar "teoricamente" das esquerdas da década de sessenta, estava inserido no mesmo universo de atuação política e não conseguia manter-se distante da atração exercida por um aspecto tão marcante na chamada Nova Esquerda: o voluntarismo político. Neste caminho, o partido, como de resto todos os grupos que pegaram em armas, padeceu do desacerto da mesma avaliação política: que as condições objetiva estavam "maduras", faltando apenas desenvolver as condições "subjetivas", o que cabia justamente à vanguarda política. Com esta análise na cabeça, acreditaram que, iniciada a guerrilha, o povo se levantaria a seu lado. Isto não aconteceu e todos foram massacrados pela ditadura, enquanto a maioria da população não sabia exatamente qual era o seu projeto político. Usando a linguagem da época, o partido não avaliou corretamente as "condições objetivas" e não percebeu que, como observou Hobsbawm, a verdadeira

"...força dos exércitos guerrilheiros não reside em uma habilidade de se transformarem em exércitos regulares, capazes de derrotar outras forças convencionais, mas em sua força política(...). O exército rebelde de Fidel Castro não conquistou Havana: quando demonstrou que poderia não apenas conquistar Sierra Maestra, mas também tomar a capital provincial de Santiago, o aparato de Batista ruiu."<sup>497</sup>

Junto também com as discussões sobre o significado da experiência do Araguaia, teríamos um outro evento que traria conseqüências importantes para o PC do B: a incorporação da Ação Popular ao partido. Entre outras implicações, vale lembrar que esta incorporação veio oxigenar – ao menos numericamente - as fileiras do partido que estavam extremamente debilitadas. Cabe assinalar que, em poucos anos, de 1972 a 1976, foram mortos um número considerável dos membros do Comitê Central, o que, junto com os cerca de 69 militantes que morreram no Araguaia, causou sérios danos ao PC do B. Sem esta incorporação, o partido teria muita dificuldade em se reerguer depois dos duros golpes

---

<sup>497</sup> Eric J. Hobsbawm, "O vietnã e a dinâmica da guerra de guerrilhas", artigo de 1965, publicado in: *Revolucionários. Ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982, p. 172.

sofridos na década de setenta. Vejamos sucintamente como se deu este processo e suas conseqüências para o PC do B.

## 8 - A INCORPORAÇÃO DA AP

A AP surge entre maio e junho de 1962, em congresso realizado em Belo Horizonte. O seu aparecimento revela alguns aspectos interessantes da situação que o país vivia naquele início de década. O seu nascimento se dá - em panorama mais geral - em um momento de crise econômica e político-social - renúncia de Jânio e veto ao nome de Goulart *etc.* - e, do mesmo modo, de uma relativa perda de significado das esquerdas tradicionais no país, em particular, do Partido Comunista do Brasil (PCB), o que se evidenciava, além do surgimento da AP, na atuação de outros grupos extra-parlamentares como as Ligas Camponesas e a POLOP, que com ele disputavam espaço no espectro das esquerdas<sup>498</sup>

A fonte que alimentaria o nascimento da AP seriam as das juventudes universitária e estudantil católicas, que, no início da década, vão, aos poucos, tomando um aspecto mais orgânico dentro do movimento estudantil até que, antes mesmo da criação da AP, conseguem eleger o presidente da UNE em 1961, Aldo Arantes, o que se repetiria ainda em 1962, com Vinícius Caldeira Brandt, e em 1963, com José Serra. Vale notar que, em certo sentido, os estudantes católicos que criaram a AP não viam mais possibilidades de atuarem como movimento religioso, ou dentro da estrutura da Igreja Católica. Sentiam a necessidade de ampliar - radicalizando - as formas e o caráter de sua atuação. Desta forma, a AP surgiria já com uma orientação socialista, ainda que defendendo um caminho próprio para tal objetivo, afastando-se, assim, do marxismo. No documento convocatório para o primeiro congresso a AP, definia-se como um

"...movimento político-ideológico, fundamentado numa ideologia própria, numa visão do homem e do universo que sendo universal aspira ser um ponto de convergência e união de todas as forças para trabalhar pelo desenvolvimento integral do homem."<sup>499</sup>

<sup>498</sup> Esta idéia do surgimento da AP neste contexto é desenvolvida por Marco Aurélio Garcia: "A trajetória da Ação Popular", *Em Tempo*, setembro de 1979.

<sup>499</sup> Citado por Marco A. Garcia: *Idem*.

Em relação a seus objetivos políticos, afirmava que se propunha a

"...formar quadros que possam participar de uma transformação radical da estrutura brasileira em sua passagem do capitalismo para o socialismo."<sup>500</sup>

Esta tentativa da AP em definir um caminho "próprio" para o socialismo é, sem dúvida, um aspecto que singulariza a sua trajetória em relação a outras organizações daquela década. Esta tentativa, porém, não durou muito, e logo ela se aproximaria do foquismo cubano até chegar, via maoísmo, ao marxismo.<sup>501</sup> Esta aproximação com as idéias cubanas se deu depois do golpe de 1964, que marcou profundamente a organização. Os passos para isto foram dados por militantes que, por causa da perseguição política efetuada pelos militares, conseguiram sair do país e chegar a Cuba, onde fizeram treinamento guerrilheiro. Entre tais militantes, estavam Paulo Wright e Alípio de Freitas, que viriam ainda a desempenhar papéis importantes na história da AP.<sup>502</sup>

O fato é que, em 1965, imbuída das idéias cubanas, a AP estava determinada a seguir o caminho da luta armada. Neste sentido, criaram uma comissão militar que faria sua primeira ação em 25 de julho de 1966. Nessa data, estava marcada a chegada de Costa e Silva a Recife em "campanha" eleitoral. O general era esperado às 8 horas e 45 minutos, momento no qual explodiu uma bomba no aeroporto da cidade. O resultado inesperado foi que Costa e Silva atrasou-se, pois veio de automóvel, e morreram o almirante Nelson Gomes Fernandes e o jornalista Edson Régis de Carvalho. Este atentado frustrado - ao que consta, praticado por Alípio de Freitas e Raimundo Gonçalves Figueiredo - parece ter levado a AP a reexaminar seu relacionamento com as lideranças de Cuba, que pediam a instalação imediata de um foco no Brasil, e a voltarem-se para o seu projeto inicial de trabalho junto às massas - tanto no campo quanto na cidade -.<sup>503</sup>

---

<sup>500</sup> *Idem.*

<sup>501</sup> Segundo Marco Aurélio Garcia, a Ação Popular, ainda que exemplar, não foi o único caso na América Latina de grupos originariamente cristãos que vieram a se tornar marxistas-leninistas. Exemplos podem ser encontrados no Peru - grupo Crítica Marxista; no Chile - Movimento de Ação Popular Unitária (MAPU); e em outros países da América Latina. Um traço comum na maioria dos casos seria o fato da chegada ao marxismo ter se dado através do maoísmo. Ver: *Idem.*

<sup>502</sup> Jacob Gorender, op. cit., p. 122.

<sup>503</sup> *Idem*, pp. 122-123. Sobre a autoria do atentado, ver "nota à quinta edição" na página 129.

Este afastamento do foquismo facilitou a aproximação da organização com uma outra experiência internacional: a da China. Neste processo de maoisação da AP, também tiveram papel importante militantes que lá estiveram fazendo treinamento guerrilheiro - Jair Ferreira de Sá, por exemplo -. Esta aproximação com o maoísmo, que tivera início por volta de 1967, traria a primeira consequência prática no ano seguinte, quando um grupo de militantes, que discordavam dos rumos que estava tomando a organização, resolvem cindir a AP e formam o Partido Revolucionário dos Trabalhadores - PRT.

Em março de 1971, a AP formalizaria sua adesão ao marxismo com a mudança de nome para Ação Popular Marxista-Leninista. Mais uma vez o grupo sofreria uma cisão. Os motivos para esta também estavam ligados, de alguma forma, a divergências em relação ao rumo que a então APML estava imprimindo a sua atuação política. O ponto de discórdia estava na análise da sociedade brasileira, na qual a direção da organização dizia haver aspectos do feudalismo, e nisso muitos militantes - o nome de Paulo Wright aparece no centro da discussão - discordavam. Devemos levar em consideração que a ascensão das lutas nos centros urbanos, em 1968, deve ter tido um peso considerável para os militantes que discordavam da tese da existência do "feudalismo" no Brasil - lembremos também os debates em torno do livro *A revolução brasileira*, de Caio Prado Júnior, em que o autor negava veementemente qualquer traço feudal no campo brasileiro<sup>504</sup>.

De qualquer forma, ao assumir as teses centrais do maoísmo - como a priorização do trabalho junto aos camponeses e a preparação da guerra popular prolongada, que teria, por sua vez, no campo, o seu cenário fundamental -, a AP deu um passo importante em sua aproximação do PC do B, com o qual passou a fazer alianças no

---

<sup>504</sup> Ver, a este respeito: Marco A. Garcia, "Da crítica ao maoísmo da AP nasce o PRT", *Em Tempo*, setembro/outubro de 1979. A respeito das disputas e definições internas da AP no período, pode-se consultar também o clássico livro de Haroldo Lima e Aldo Arantes *História da Ação Popular: da JUC ao PC do B*. São Paulo, Alfa-Omega, 1984. Este livro, valioso pelas informações sobre a experiência desta organização, é marcado, porém, a nosso ver, pela abordagem dos autores que, ao concordarem com o rumo que a AP seguiu - de incorporar-se ao PC do B-, acabam por desautorizar as opiniões contrárias que existiam em seu interior. Neste sentido, a história da AP aparece como se tivesse seguido um curso necessário até "depurar-se no processo de luta ideológica, unindo-se toda em torno das posições marxistas-leninistas" (p. 157). Feito esta ressalva, repetimos, é um importante trabalho sobre a história da organização. Uma síntese de várias informações existentes sobre a AP pode ser vista em Reginaldo Benedito Dias. *Sob o signo da revolução brasileira: a experiência da Ação Popular no Paraná - 1962-1973*. Dissertação de mestrado, Assis, UNESP, 1997, pp. 85-131.

movimento estudantil<sup>505</sup>. Ainda na reunião acima, foi feita uma proposta de união das várias forças que atuavam no país, para a criação de um partido revolucionário de "novo" tipo. O PC do B se pronunciou a respeito desta reunião e de seu documento final - "Programa Básico". Além de críticas gerais a respeito de determinados aspectos da análise feita da realidade brasileira - fruto de "sérias incompreensões" -, o ponto mais preocupante para o partido era o da AP não aceitar que ele - o PC do B - já era o verdadeiro partido da classe operária, não havendo a necessidade da criação de outro:

"Os dirigentes da AP, já convencidos da justeza do marxismo-leninismo, devem convir que os interesses do proletariado e da revolução reclamam o fortalecimento do PC do Brasil para que ele se coloque à altura das exigências da revolução. De outro modo, só pode resultar sectarismo, enfraquecimento da causa. O processo de diferenciação e de reagrupamento das forças revolucionárias deve beneficiar e não prejudicar o verdadeiro partido marxista-leninista de nosso país, o Partido Comunista do Brasil."<sup>506</sup>

Esta resposta do PC do B faz parte do longo processo de discussões entre a sua direção e a da AP, que havia começado em 1969<sup>507</sup> e terminaria em janeiro de 1973, com a decisão do C. C. da AP-ML de incorporar-se ao partido.<sup>508</sup> A partir de então, por algum tempo, alguns militantes – Jair Ferreira de Sá e Paulo Wright, por exemplo - ainda tentariam manter viva a APML. Esta tentativa, porém, não duraria muito tempo.

A incorporação da AP ao PC do B trouxe conseqüências importantes para o segundo. Uma fundamental foi, como apontamos acima, o preenchimento das fileiras partidárias que tinham sido profundamente abaladas pela prisão e morte de muitos militantes entre 1972 e 1976. Além disso, a incorporação se deu justamente no momento da dura avaliação da experiência do Araguaia, que veio a ter desdobramentos importantes para o PC do B. Mas estas questões já não cabem nesta dissertação, ficam apenas como indicação para os que queiram estudar a história do partido.

<sup>505</sup> Ver, a este respeito, entrevista de José Genoíno, op. cit.

<sup>506</sup> "A proposta da Ação Popular", *Classe Operária*, novembro de 1971.

<sup>507</sup> Jacob Gorender, op. cit., p. 126.

<sup>508</sup> *Idem*, p. 127.

## VI – CONSIDERAÇÕES FINAIS

A nossa tentativa aqui foi a de entendermos a trajetória histórica do PC do B desde seu surgimento até meados da década de setenta. Para isso, escolhemos alguns aspectos e momentos desta trajetória que julgamos importantes. Deste modo, é possível que tenham ficado de fora temas ou questões que, por outros critérios, possam ser também julgadas importantes.

Existem estudos importantes sobre a história das esquerdas brasileiras, que nos ajudam a entender melhor o passado recente do país. Apesar disso, acreditamos, que ainda estão para surgir muitos trabalhos, principalmente monográficos, sobre as esquerdas na década de sessenta, que podem ainda lançar luz sobre aspectos e temáticas que nem sempre podem ser ressaltadas em trabalhos mais amplos. É justamente nesta situação que inserimos nosso trabalho. Fizemos um trabalho monográfico sobre a história do PC do B e, neste sentido, esperamos ter ganhado no aprofundamento de certas questões, o que podemos ter perdido em abrangência. Ainda neste caminho, queremos esclarecer que afastamos qualquer pretensão em ter esgotado o assunto de que tratamos em nossa pesquisa. Ao contrário, ficaremos satisfeitos se tivermos levantado questões suficientes para que possam ter continuidade em futuras pesquisas, nossas ou de outros estudiosos. Vejamos algumas destas questões colocadas neste trabalho que julgamos mais importantes.

Em primeiro lugar, está a problemática da gênese do partido, presente em qualquer referência sobre a história do PC do B. O partido surge, como vimos, de uma cisão do PCB e teria seus primeiros dois anos de atuação marcados por esta origem. Neste período, essencialmente, ele tentaria forjar uma identidade ideológica através da reivindicação dos símbolos do antigo partido fundado em 1922 e de uma crítica ácida à sua matriz, apresentando-se, muitas vezes, com uma roupagem retoricamente radical.

Com a consumação do golpe de abril, abre-se uma nova fase na vida partidária. Além dos problemas gerais enfrentados, comuns à todas as esquerdas, chegara a hora do partido testar a eficácia de sua identidade ideológica frente ao seu campo de interlocução. A grande questão seria saber se ele conseguiria aparecer como alternativa política diante da

crise que abatera-se sobre sua matriz. Nessa tarefa, o partido foi parcialmente bem sucedido. Quer dizer, de um lado, ele conseguiu aumentar suas fileiras através da atração pelas bandeiras radicais que já levantava antes do golpe, conseguindo assim ampliar o seu reduzido número de militantes. Apesar disso, esse aumento não foi o suficiente para que ele conseguisse um papel mais efetivo no cenário político, ou mesmo no seio das esquerdas. Isto porque a maioria dos jovens que entraram na política após o golpe, em grande parte pela identificação da sua prática política com a do PCB, preferiram os grupos da chamada nova esquerda. E mesmo os antigos militantes do PCB, em sua maioria, optaram por outras agremiações ou grupos políticos. Assim, o PC do B, com grande dificuldade, passou toda a segunda metade da década de sessenta tentando implementar a sua política até o desfecho da chamada guerrilha do Araguaia.

Por todo este período, uma questão permeava a atuação do partido: as suas relações com os centros revolucionários internacionais. Aqui pudemos perceber que, diferente do que é salientado, estas relações não se restringiam ao Partido Comunista Chinês. Deste modo, as interferências em suas formulações políticas poderiam vir também de relações de crítica e recusa, como as que marcaram suas relações com o regime cubano.

Enfim, duas questões apresentam-se no período em que encerramos nossa pesquisa e que, talvez, possamos vê-las já como germe das mudanças pelas quais passariam o partido na década de oitenta. A primeira é a incorporação da AP em 1963, que claramente ajudou o partido a se manter de pé após os duros golpes sofridos da ditadura. Ainda está para ser feito um estudo sobre o impacto que a entrada deste grande contingente de militantes teve nas formulações do partido a partir do final da década de setenta.

A segunda questão é o debate travado sobre o significado da experiência do Araguaia, em que, mais do que o passado, estava em jogo a orientação futura do partido. A discussão que começou por volta de 1975 foi interrompida no ano seguinte pela pesada repressão que recaiu sobre o PC do B. Ela foi novamente retomada no início da década de oitenta e sobre ela já passaram a incidir questões postas pela nova conjuntura, afinal já estamos falando aqui do final da ditadura, da abertura política, do surgimento de novos personagens na arena política. Momento em que a questão fundamental das décadas

anteriores – a questão da revolução - da lugar a discussão dos rumos da democratização do país.

A forma como o PC do B viveu estes dilemas e a caracterização do partido que emergiu destas discussões já não fazem parte dos objetivos deste estudo. Mas certamente, o PC do B trilhou um tortuoso caminho das discussões que abriram-se em seu interior na segunda metade da década de setenta até a adequação de sua linha política aos novos tempos que abriram-se com a Nova República.<sup>509</sup>

---

<sup>509</sup> Apenas como exemplo da difícil mudança nas orientações partidárias, vale lembrar que o PC do B só abandonaria sua concepção teórica das duas etapas da revolução após o seu 8º Congresso realizado em 1992, já sob o impacto das mudanças no mundo do chamado socialismo real. Ver: Marcelo Siqueira Ridenti, “O impacto da crise do socialismo real no Partido Comunista do Brasil, 1988-1992”, *Perspectivas*, São Paulo, 17-18, 1994-1995, pp. 75-94.

## VII - FONTES

### **Instituições de pesquisa**

Arquivo do Centro Popular Vergueiro (CPV).

Arquivo Edgard Leuenroth (AEL).

Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP).

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ).

### **Periódicos**

*A Classe Operária* (PC do B): 1962-1964 e 1967-1971.

*Estudos Sociais* (PCB): 1961-1963.

*Novos Rumos* (PCB): 1959-1962.

*Problemas da Paz e do Socialismo* (PCB): 1959-1963.

*Voz Operária* (PCB): 1956-1959.

### **Fundos documentais**

Anexos do Projeto Brasil: Nunca Mais (AEL).

Acervo do Departamento de Ordem Política e Social do Rio de Janeiro (APERJ).

Acervo do Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo (APESP).

Coleções particulares: Daniel Aarão Reis Filho, Jair Ferreira de Sá e Jean Marc van Der Weid (APERJ).

### **Fontes publicadas**

CARONE, Edgard. *O PCB*. Vols. 2 e 3, São Paulo, DIFEL, 1982

*PCB: vinte anos de política (documentos)*. São Paulo, LECH, 1980.

Partido Comunista do Brasil. *Guerra Popular: caminho da luta armada no Brasil*. Lisboa, Ed. Maria da Fonte, 1974.

\_\_\_\_\_. *A linha política revolucionária do Partido Comunista do Brasil*. Lisboa, Maria da Fonte, 1974.

\_\_\_\_\_. *Cinquenta anos de luta*. Lisboa, Maria da Fonte, 1974.

\_\_\_\_\_. *Política e revolucionarização do partido*. Lisboa, Maria da Fonte, 1974.

REIS FILHO, D. A. e SÁ, J. F. de. *Imagens da revolução: documentos políticos de esquerda – 1961-1971*. Rio de Janeiro, Marco Zero, 1985.

### **Memórias e depoimentos**

BARATA, Agildo. *Vida de um Revolucionário (memórias)*. São Paulo, Alfa-Omega, 1978.

LIMA, Joaquin Celso de. *Navegar é preciso: memórias de um operário comunista*. São Paulo, Diniz, 1984.

MARTINS, Eloy. *Um depoimento político. 55 anos de PCB*. Porto Alegre, Edição do Autor, 1989.

MORAES, D. e VIANA, F. *Prestes: lutas e autocríticas*. Petrópolis, Vozes, 1982.

NUNES, Antonio Carlos Felix. *PC linha leste*. São Paulo, Livramento, 1980.

PERALVA, Osvaldo. *O retrato*. Belo Horizonte, Itatiaia, 1960.

SÁ, Glênio. *Araguaia. Relato de um guerrilheiro*. São Paulo, Anita Garibaldi, 1990.

### **Entrevistas**

Renato Tapajós \*

Astremônio de Mello

Celso Nespoli Antunes

Hélio Santana Alves

João Aveline

José Genoíno Neto \*

José Renato Rabelo

Lauro Ragman

---

\* Estas entrevistas foram realizadas por Marcelo Ridenti e estão à disposição dos pesquisadores no arquivo Edegard Leuenroth, na UNICAMP. As outras foram realizadas pelo autor desta dissertação e também estão a disposição no mesmo arquivo.

Sérgio Miranda

Vicente Roig \*

---

## VIII - BIBLIOGRAFIA

- AGOSTI, Aldo. "O mundo da Terceira Internacional: os estados-maiores", in: HOBSBAWM, E. J. *História do Marxismo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985, Vol. 6, pp. 99-168.
- ALBERTI, Verena et al. *História oral: a experiência do CPDOC*. Rio de Janeiro, FGV, 1990.
- ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil – 1964-1984*. Petrópolis, Vozes, 1984.
- AMAZONAS, J. *Revisionismo Chinês de Mao Tsetung*. São Paulo, Edit. Anita Garibaldi, 1981.
- \_\_\_\_\_. *30 anos de conflito ideológico: marxismo e revisionismo*. São Paulo, Edit. Anita Garibaldi, 1990.
- ANDERSON, Perry. "La História de los Partidos comunistas", in: SAMUEL, Raphael (org.). *História Popular y teoria socialista*. Barcelona, Grijalbo, 1984, pp. 150-165.
- ANTUNES, Ricardo. "Os comunistas no Brasil: as repercussões do VI congresso da Internacional Comunista e a primeira inflexão stalinista no partido comunista do Brasil (PCB)", *Cadernos AEL. Comunistas e comunismo*. Campinas, UNICAMP, 1º semestre de 1995, pp. 11-34.
- ARÉVALO, Oscar. *El Partido Comunista*. Buenos Aires, Centro Editor da América Latina, 1983.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *De Martí a Fidel. A revolução cubana e a América Latina*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1998.
- \_\_\_\_\_. *O governo João Goulart. As lutas sociais no Brasil – 1961-1964*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1983.
- BARATA, Agildo. *Vida de um revolucionário (memórias)*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1978.
- BASBAUM, Leôncio. *História sincera da república – 1961-1967*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1977.

- BENEVIDES, Maria Victoria. *O governo Jânio Quadros*. São Paulo, Brasiliense, 1983.
- BUONICORE, Augusto César. *Os comunistas e a estrutura sindical corporativa (1948-1952): entre reforma e a ruptura*. Dissertação de mestrado, Campinas, UNICAMP, 1996.
- ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil Nunca Mais*. Petrópolis, Vozes, 1990.
- CABRAL, Pedro. *Xambioá: guerrilha do Araguaia*. São Paulo, Record, 1993.
- CARONE, Edgard. *O PCB-1922-1982*. Rio de Janeiro, Bertrand, 1973, 3 vols.
- \_\_\_\_\_. *Movimento Operário no Brasil, 1945-1964*. vol. 2, São Paulo, DIFEL, 1979.
- CARVALHO, Luís Makloof. *Mulheres que foram à luta armada*, São Paulo, Globo, 1998.
- \_\_\_\_\_. et al. *Pedro Pomar*. São Paulo, Brasil Debates, 1984.
- CASSIN, Marcos. *Partido Comunista do Brasil ( PC do B ): Fundação e trajetória*. Piracicaba/SP, Junho/1996, mimeo.
- CASTORIÁDIS, C. *A experiência do Movimento Operário*. São Paulo, Brasiliense, 1985.
- CÍCERO, Péricles. *PC do B (1962-1984): a sobrevivência de um erro*. São Paulo, Ed. Novos Rumos, 1985.
- CHILCOTE, Ronald. *O Partido Comunista Brasileiro: conflito e integração - 1922-1972*. Rio de Janeiro, Graal, 1982.
- CLAUDÍN, Fernando. *A crise do movimento comunista internacional*. São Paulo, Global, 1985-1986, 2<sup>o</sup> vol.
- \_\_\_\_\_. *A oposição no "socialismo real": Hungria, Polônia e Tchecoslováquia, 1953-1980*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.
- COLLING, Ana Maria. *A resistência da mulher a ditadura militar no Brasil*. Rio de Janeiro, Record, 1997
- COSTA, Luiz Flávio de Carvalho. *Nacionalismo e alianças políticas: 1954-1958*. Dissertação de mestrado, Campinas, UNICAMP, 1976.
- CRUZ, Denise Rollemberg. *A idéia de Revolução: da luta armada ao fim do exílio - 1961-1979*. Dissertação de mestrado, Niterói, UFF, 1992.
- CRUZ, Sebastião C. Velasco e MARTINS, Carlos Estevam. "De Castelo a Figueiredo: uma incursão na pré-história da abertura", in: ALMEIDA, Maria Hermínia T. de e SORJ, Bernardo (orgs.). *Sociedade e política no Brasil pós-64*. São Paulo, Brasiliense, 1983, pp. 13-61.

- CYSNE, Rubens Penha. “A economia brasileira no período militar”, in: SOARES, Gláucio Ary Dillon e D’Araújo Maria Celina (orgs.). *21 anos de regime militar: balanços e perspectivas*. Rio de Janeiro, FGV, 1994, pp. 232-270.
- DASSÚ, Marta. “Frente única e frente popular: o VII congresso da Internacional Comunista”, in: HOBSBAWM, E. J. *História do marxismo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985, vol. 6, pp. 293-336.
- DEUTSCHER, Isaak. “Maoísmo: origens, antecedentes e perspectivas”, in: DEUTSCHER, I. *Problemas e perspectivas do socialismo*. Rio de Janeiro, Zahar, 1969, pp. 134-170.
- Diário da guerrilha do Araguaia*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1979.
- Dicionário Histórico e Biográfico Brasileiro -1930-1983-*. Rio de Janeiro, FGV-CPDOC, 1984.
- DÓRIA, Palmério et al. *A Guerrilha do Araguaia*. História Imediata, nº 1, São Paulo, Alfa-Ômega, 1979.
- DREIFUS, R. A. *1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis, Vozes, 1981.
- FAUVET, Jacques e DUHAMEL, Alain. *Histoire du Parti Communiste Français (1920-1976)*. Paris, Fayard, 1977.
- FEJTO, François. *O Conflito China-URSS*. Europa –América, Mira Sintra, 1976.
- FERREIRA, Jorge Luiz. *Prisioneiros do mito: cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil – 1930-1956*. Tese de doutorado, São Paulo, USP, 1996.
- FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. *Democracia e reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1993.
- FILHO, Romualdo Pessoa Campos. *Guerrilha do Araguaia. A esquerda em armas*. Goiânia, Editora da UFG, 1997.
- GALDINO, Antônio Carlos. *O PC do B e o movimento de luta armada nos anos 60*. Dissertação de mestrado, Campinas, UNICAMP, 1994.
- GARCIA, Marco Aurélio,(org.). *As esquerdas e a democracia*. Rio de Janeiro-São Paulo, CEDEC, 1986.
- \_\_\_\_\_. “As esquerdas no Brasil e o conceito de Revolução: trajetórias”, in: Araújo, Angela M. C. (org.). *Trabalho, cultura e cidadania*. São Paulo, Scritta, 1997, pp. 37-47.

- \_\_\_\_\_. “Contribuições para uma história da esquerda brasileira”, in: MORAES, R. et. al. (org.). *Inteligência brasileira*. São Paulo, Brasiliense, 1988, pp.193-223.
- \_\_\_\_\_. “O gênero da militância: notas sobre a possibilidade de uma outra história da ação política”, *Cadernos Pagu*. (8/9), 1997, pp.319-342.
- \_\_\_\_\_. “Le parti communiste chilien et les alliances de classes”, in: *Critiques de l'économie politique*. N° 27, Paris, avril-juin 197, pp. 41-61.
- GORENDER, J. *Combate nas trevas*. São Paulo, Ática, 1998.
- HÁJEK, Milos. “A bolchevização dos partidos comunistas”, in: HOBBSAWM, E. J. (org.). *História do marxismo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985, Vol. 6, pp. 197-247.
- HAUPT, Heinz Gerhard. “O lento surgimento de uma historia comparada”, in: BOUTIER, J. e JULIA, D. (org.). *Passados recompostos: campos e conceitos da História*. Rio de Janeiro, Edit. UFRJ e FGV, 1998.
- HOBBSAWM, E. J. *Revolucionários*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.
- Ferdinando de Carvalho. *Inquérito policial militar 709. O comunismo no Brasil*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1967, 3<sup>o</sup> vol.
- JOHNSON, Cecil. *Communist China and Latin America*. New York, London, Columbia University Press, 1970.
- TALBOTT, S. (org.). *Khrushchev Memórias*. Rio de Janeiro, Artenova, 1971.
- LEVY, Nelson. “O PC do B. Continuidade e ruptura”, *Teoria e Debate*, 1(1), São Paulo, Brasil Debates, 1980, pp. 22-59.
- LIMA, Hamilton Garcia de. *O ocaso do comunismo democrático: o PCB na última ilegalidade (1964-1984)*. Dissertação de mestrado, Campinas, UNICAMP, 1995.
- LIMA, Haroldo. *Itinerário de lutas do Partido Comunista do Brasil (PC do B) de 1922 a 1984*. Salvador, Editora Maria Quitéria, 1984.
- LIMA, H. e ARANTES, A. *História da Ação Popular: da JUC ao PC do B*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1984.
- LÍSTER, Enrique. *Así destruyo Carrillo el PCE*. Barcelona, Editora Planeta, 1983.
- LOWY, Michael (org.). *O marxismo na América Latina*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 1999.

- MÁREK, Franz, “A desagregação do stalinismo”, in: HOBBSAWM, E. J. *História do Marxismo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987, Vol. X , pp. 307-319.
- MARTINS, Eloy. *Um depoimento político*. Porto Alegre, Edição do autor, 1989.
- MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento estudantil e ditadura militar*. Campinas, Papirus, 1987.
- \_\_\_\_\_. “Visões da crise: a esquerda brasileira e a crise do final dos 60”, *Ciências sociais hoje*, 1990, pp. 98-116.
- MORAES, J. Q. de, “A evolução política dos marxistas brasileiros”, in: MORAES, J. Q. de (org.). *História do marxismo no Brasil*. Campinas, Ed. da UNICAMP, 1995, vol. II.
- \_\_\_\_\_. “Concepções comunistas do Brasil democrático: esperanças e crispções: 1944-1954”, in: MORAES, J. Q. de. (org.). *História do Marxismo no Brasil*. Campinas, Editora da UNICAMP, 1998, vol. 3, pp. 161-199.
- \_\_\_\_\_. “A mobilização democrática e o desenvolvimento da luta armada no Brasil em 1968: notas historiográficas e observações críticas”, *Tempo Social*, nº 1, vol. 2, 2º semestre de 1996, pp. 135-158.
- \_\_\_\_\_. “Régis Debray and the brazilian revolution”, *New left review*, nº 59, jan-fev. de 1970, pp. 61-82.
- MORAES, D. E VIANA, F. *Prestes. Lutas e autocríticas*. Petrópolis, Vozes, 1982.
- MORAES, D. *A esquerda e o golpe de 1964*. Rio de Janeiro, Espaço e Tempo, 1989.
- MORÁN, Gregorio. *Miseria y grandeza del Partido Comunista del España 1939-1985*. Barcelona, Editora planeta, 1986.
- NEVES, Lucília de Almeida. “Trabalhadores na crise do populismo: utopia e reformismo”, in: TOLEDO, C. N. de (org.). *1964. Visões críticas do golpe. Democracia e reformas no populismo*. Campinas, Editora da UNICAMP, 1997, pp. 55-74.
- NUNES, Antônio C. Felix. *PC linha leste*. São Paulo, Livramento, 1980.
- PACHECO, E. *O Partido Comunista do Brasil, 1922-1964*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1984.
- PANDOLFI, D. *Camaradas e companheiros. Memória e história do PCB*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1995.
- PASSERINI, L., “Mitobiografias em História Oral”, *Projeto História*, nº 10, São Paulo, Dezembro/1993, pp.29-39.

- PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. *Guerra Popular: caminho da luta armada no Brasil*. Ed. Maria da Fonte, 1974.
- \_\_\_\_\_. *A linha política revolucionária do Partido Comunista do Brasil*. Lisboa, Maria da Fonte, 1974.
- \_\_\_\_\_. *A linha revolucionária do PC do B*. Rio de Janeiro, Caramuru, 1971.
- \_\_\_\_\_. *Cinquenta anos de luta*. Rio de Janeiro, PC do B, 1972.
- \_\_\_\_\_. *Guerrilha do Araguaia*. São Paulo, Anita Garibaldi, 1996.
- PERALVA, Osvaldo. *O Retrato*. Belo Horizonte, Itatiaia, 1960.
- POLLAK, Michael, "Memória, esquecimento e silêncio", *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, pp.3-15.
- POMAR, P. E. R. *Massacre na Lapa*. São Paulo, Busca Vida, 1987.
- POMAR, Wladimir. *Araguaia, o partido e a guerrilha*. São Paulo, Global, 1980.
- PORTELA, Fernando. *A Guerra de guerrilhas no Brasil*. São Paulo, Global, 1979.
- PORTELLI, A." "Sonhos Ucrônicos: memórias e possíveis mundos dos trabalhadores", *Projeto História*. nº 10, São Paulo, Dezembro de 1993, pp.41-58.
- PRADO JUNIOR, Caio. *A revolução brasileira*. São Paulo, Brasiliense, 1977.
- PCB: vinte anos de luta política 1958-1979 (documentos)*. São Paulo, Livraria Ed. Ciências Humanas, 1980.
- REIS FILHO, D. A. *A Revolução faltou ao encontro*. São Paulo, Brasiliense, 1990.
- \_\_\_\_\_, e SÁ, Jair. F. de. *Imagens da Revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961 a 1971*. Rio de Janeiro, Marco Zero, 1985.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. "O Maoísmo e a trajetória dos marxistas brasileiros", in: REIS FILHO, D. A. et al. *História do Marxismo no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991, Vol. I, pp. 105-132.
- \_\_\_\_\_. "Um passado imprevisível: a construção da memória da esquerda nos anos 60", in: REIS FILHO, D. A. et al. *Versões e Ficções : o seqüestro da história*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 1997, pp. 31-45.
- \_\_\_\_\_. *A revolução chinesa*. São Paulo, Brasiliense, 1982.
- \_\_\_\_\_. *A construção do socialismo na China*. São Paulo, Brasiliense, 1982.

- RIDENTE, M. S. *Em busca do povo brasileiro: romantismo revolucionário de artistas e intelectuais (pós-1960)*. Tese de livre docência em sociologia. Campinas, UNICAMP, 1999.
- RIDENTI, M. S. *O fantasma da Revolução brasileira*. São Paulo, Edit. da UNESP, 1995.
- \_\_\_\_\_. “O impacto da crise do socialismo no Partido Comunista do Brasil, 1988-1992”, *Perspectiva*, n. 17-18, 1994-1995, pp. 75-94.
- ROBRIEUX, Philippe. *Histoire Intérieure du Parti Communiste Français*. Paris, Fayard, 1980, 1981, 1982, 1984, 4 vols.
- \_\_\_\_\_. *Maurice Thorez, vie secrète et vie publique*. Paris, Fayard, 1975.
- RODRIGUES, L. M. “O PCB: os dirigentes e a organização”, in: *História geral da civilização brasileira. O Brasil republicano*. São Paulo, DIFEL, 1981, Vol. X, pp. 362-443.
- SÁ, Glênio. *Relato de um guerrilheiro*. São Paulo, Anita Garibaldi, 1990.
- SADER, Emir. “Cuba no Brasil: influências da revolução cubana na esquerda brasileira”, in: REIS FILHO, D. A. et al. *História do marxismo no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991, Vol. 1, pp. 157-183.
- SANTOS, Raimundo. *A primeira renovação pecebista: reflexos do XX congresso do PCUS no PCB*. Belo Horizonte, Oficina de Livros, 1988.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. São Paulo, Vértice, 1986.
- SODRÉ, Nelson. W. *Contribuição à história do PCB*. São Paulo, Global, 1984.
- SEGATTO, José Antônio. *Reforma e revolução: as vicissitudes políticas do PCB, 1954-1964*. Tese de Doutorado, Dep. de História, USP, 1993.
- SILVEIRA, Norberto da. *Reportagem da legalidade – 1961-1991*. Porto Alegre, NS Assessoria em Comunicação Ltda, 1991.
- SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo à Tancredo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991.
- \_\_\_\_\_. *Brasil: de Getúlio à Castelo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.
- SPRIANO, Paolo. *Storia del Partito Comunista Italiano*. Turim, Einaudi, 1967 a 1975, 5 vols.
- TOBELLA, Joan Estruch. *El PCE en la clandestinidad 1939-1956*. Madrid, Siglo XXI editores, 1982.

- TOLEDO, Caio Navarro de. "Intelectuais do Iseb, esquerda e marxismo", in: MORAES, João Quartim de (org.). *História do marxismo no Brasil*. Vol. III, Campinas, Editora da UNICAMP, 1998, pp. 245-274.
- \_\_\_\_\_. *O governo Goulart e o golpe de 64*. São Paulo, Brasiliense, 1983.
- \_\_\_\_\_. "A democracia populista golpeada", in: TOLEDO, C. N. de (org.). *1964. Visões críticas do golpe. Democracia e reformas do populismo*. Campinas, Editora da UNICAMP, 1997, pp. 31-45.
- TRÓPIA, Patrícia. "Bibliografia sobre o golpe de 64", in: TOLEDO, C. N. de (org.). *1964. Visões críticas do golpe. Democracia e reforma do populismo*. Campinas, Editora da UNICAMP, 1997, pp. 161-166.
- VICENT, Gérard. "Ser comunista? Uma maneira de ser", in: ARIÉS, P. e DUBY, G. (dir.). *História da vida privada: da primeira guerra aos nossos dias*. vol. 5, São Paulo, Companhia das Letras, 1992, pp.427-457.
- VINHAS, M. *O partidão: a luta por um partido de massas, 1922-1944*. Rio de Janeiro, Graal, 1982.
- Z Aidán Filho, Michel. "O grande *Tournant*: o VI congresso da Internacional Comunista", in: REIS FILHO, D. A. et al. *História do marxismo no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991, vol 1, pp. 89-104.

UNICAMP  
BIBLIOTECA CENTRAL  
SEÇÃO CIRCULANTE